

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINSTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
PPGAd – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS**

**PROPOSTA DE UMA ESTRUTURA DE ANÁLISE COMBINADA DA
COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DE CIDADES**

EDUARDO CODEVILLA SOARES

Orientador: Prof. Dr. Peter Bent Hansen

**Porto Alegre,
2013**

EDUARDO CODEVILLA SOARES

**PROPOSTA DE UMA ESTRUTURA DE ANÁLISE COMBINADA DA
COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DE CIDADES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre pelo Programa de PósGraduação em Administração, da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR: PROF. DR. PETER BENT HANSEN

**Porto Alegre,
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676p Soares, Eduardo Codevilla
Proposta de uma estrutura de análise combinada da competitividade e sustentabilidade de cidades / Eduardo Codevilla Soares. – Porto Alegre, 2013.
239 f. : il.

Diss. (Mestrado em Administração e Negócios) – FACE, PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Peter Bent Hansen.

1. Administração de Empresas. 2. Competitividade.
3. Sustentabilidade. 4. Desenvolvimento Sustentável. 5. Cidades.
I. Hansen, Peter Bent. II. Título.

CDD 658.408

**Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297**

Eduardo Codevilla Soares

Framework de Análise de Competitividade e Sustentabilidade de Cidades

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração, pelo Mestrado em Administração e Negócios da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 25 de março de 2013, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

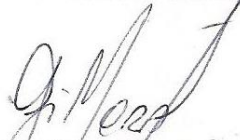


Prof. Dr. Peter Bent Hansen

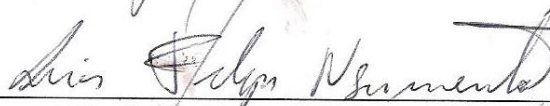
Orientador e Presidente da sessão



Prof^a. Dr^a. Grace Vieira Becker



Prof. Dr. Gustavo Inácio de Moraes



Prof. Dr. Luis Felipe Nascimento

AGRADECIMENTOS

À Deus por iluminar meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente.

Agradeço, a meu pai professor Dr. Evaldo Rodrigues Soares, pelo apoio e suporte para a realização deste trabalho, a minha mãe professora Regina Maria Quintana Codevilla Soares, pelo incentivo e motivação que contribuíram para que este estudo fosse desenvolvido, à minha irmã Professora Dr. Fernanda Codevilla Soares, pela ajuda fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, ao meu irmão Augusto Codevilla Soares pelo auxílio na condução do trabalho.

Agradeço também a minha companheira Gessica Luza Paludo, por pacientemente aceitar minhas várias ausências, mesmo em momentos que estava fisicamente presente, sem seu incentivo fundamental não seria possível concluir o curso de mestrado. Agradeço aos amigos Melissa Caldas Irala e Alexandre Barbieri que contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho.

Agradeço ao professor Dr. Peter Bent Hansen pelo acompanhamento de excelência, gentilmente oferecido pelo mesmo a este trabalho, da mesma forma agradeço a instituição de grande categoria a qual este estudo está ancorado, PUCRS, e ao Programa de Pós-graduação em Administração e Negócios, por oferecer instalações e professores altamente capacitados, o que contribuiu diretamente com o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço aos amigos, Luiz Fernando Leivas, Eduardo Cesar Cassal e Doralino Cunha, por generosamente compartilhar suas vivências, conhecimentos e contatos, certamente sem a contribuição destes, esse estudo não teria a abrangência necessária para sua realização.

Da mesma forma, agradeço a todos os Prefeitos, Vereadores, Secretários, Presidentes de Associações Comerciais e Industriais, Professores e Pesquisadores, que se permitiram restringir alguns momentos de suas agendas compromissadas para participarem desta pesquisa como entrevistados.

RESUMO

Em razão da globalização e do aumento da competitividade, as cidades têm buscado identificar e avaliar os fatores relacionados a sua performance e o impacto destes sobre o seu desenvolvimento. Por serem muitos os fatores de competitividade que afetam a performance das cidades, as quais hoje competem globalmente, é de extrema importância que a análise da competitividade seja tratada de forma sistêmica, sendo possível desta forma demonstrar a influência de variáveis econômicas, sociais e ambientais em sua competitividade. O presente estudo teve como objetivo analisar conjuntamente os principais fatores de competitividade e sustentabilidade em âmbito das cidades, considerando a percepção de atores sociais e especialistas. Com base na literatura, onde foram identificados diferentes conceitos e abordagens de competitividade e sustentabilidade, foi elaborada uma proposta de estrutura de análise das categorias de competitividade que contemplasse elementos de sustentabilidade. Tal proposta posteriormente foi utilizada como instrumento de pesquisa, visando verificar a aplicabilidade da mesma na percepção dos atores sociais e especialistas. Foram realizadas entrevistas e desenvolvidos mapas cognitivos junto a doze especialistas e atores sociais de nove cidades diferentes. Por fim, os resultados obtidos foram analisados e foi verificado que a estrutura de análise proposta é adequada para as cidades estudadas. A grande maioria das categorias abordadas na estrutura de análise foi citada pelos entrevistados incluindo as categorias como aquelas que afetam a competitividade e a sustentabilidade das suas cidades. Constatou-se que a sustentabilidade pode ser uma forma de tornar as cidades mais competitivas por mais tempo e verificou-se que os entrevistados conseguiram identificar as relações e grau de influência existentes entre as categorias da competitividade e sustentabilidade. Isso permite concluir, preliminarmente, que uma cidade poderia ser competitiva e sustentável simultaneamente, assim como os fatores abordados em ambos os temas são complementares e não concorrentes, o que permite identificar que a análise da competitividade de uma cidade deveria incluir fatores de sustentabilidade.

Palavras-chave: análise de competitividade, análise da sustentabilidade, desenvolvimento das cidades, competitividade sustentável das cidades.

ABSTRACT

Because of globalization and increasing competitiveness, cities have sought to identify and evaluate the factors related to their performance and their impact on their development. Why are many factors that affect the competitive performance of cities, which today compete globally, it is extremely important that the analysis of competitiveness is treated systemically, thus enabling demonstrate the influence of economic, social and environmental their competitiveness. The present study aimed to analyze jointly the main factors of competitiveness and sustainability in the context of cities, considering the perception of social actors and experts. Based on the literature, were identified where different concepts and approaches to competitiveness and sustainability, drew up a proposal for the structure analysis of the categories of competitiveness that encompassed elements of sustainability. That proposal was later used as a research tool, to verify the applicability of the same in the perception of social actors and experts. Interviews were conducted and developed cognitive maps with twelve experts and social actors from nine different cities. Finally, the results obtained were analyzed and it was found that the structure proposed analysis is suitable to cities studied. The vast majority of the categories addressed in the structure analysis was cited by interviewees including categories such as those affecting the competitiveness and sustainability of their cities. It was found that sustainability can be a way to make cities more competitive for longer and it was found that respondents were able to identify the relationships and degrees of influence between the categories of competitiveness and sustainability. This allows us to conclude preliminarily that a city could be both competitive and sustainable, as well as factors discussed in both themes are complementary and not competitors, which identifies that the analysis of the competitiveness of a city should include sustainability factors.

Keywords: competitiveness analysis, sustainability analysis, cities development, sustainable competitiveness of cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Competitividade sistêmica.....	31
Figura 2 - Inter-relação dos pilares.....	35
Figura 3 - Modelo diamante de Porter.....	37
Figura 4 - Modelo de conexão dos níveis micro e macro.....	41
Figura 5 - <i>Dashboard of Sustainability</i>	58
Figura 6 - <i>Barometer of sustainability</i>	60
Figura 7 - Desenho de pesquisa.....	80
Figura 8 - Coleta de dados.....	84
Figura 9 - Elementos da competitividade pelos atores sociais	96
Figura 10 - Elementos da sustentabilidade pelos atores sociais	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Abordagens da Competitividade	14
Quadro 2 – Competitividade e paradigmas	17
Quadro 3 – Enfoque de análise da competitividade	28
Quadro 4 - Abordagens da competitividade	29
Quadro 5 - Comparativo dos frameworks de competitividade.....	30
Quadro 6 - Resumo do modelo GDI.....	32
Quadro 7 - Fatores de competitividade modelo IMD (2011)	33
Quadro 8- Resumo GCR	36
Quadro 9- Resumo diamante de Porter.....	38
Quadro 10 - Resumo do modelo de necessidade e suficiência da competitividade	40
Quadro 11 - Resumo modelo de conexão da competitividade nacional e da firma	42
Quadro 12 - Análise comparativa: normas, padrões, leis, políticas e gestão pública.....	44
Quadro 13 - Categorias: Fatores socioculturais, padrões, leis, políticas e gestão pública.	44
Quadro 14 - Análise comparativa: Estrutural	45
Quadro 15 - Categorias: Emprego, empregabilidade, saúde, educação, ciência, tecnologia, infraestrutura básica, instituições públicas, fatores externos às empresas, economia interna e economia externa.....	46
Quadro 16 - Análise comparativa empresarial	47
Quadro 17 - Categoria: Fatores internos às empresas	48
Quadro 18 - Análise comparativa: Adaptações, competitividade.	49
Quadro 19 - Resumo: Análise comparativa da competitividade	50
Quadro 20 - Comparativo das abordagens da RSC	52
Quadro 21 - Resumo Ecological Footprint.....	56
Quadro 22 - Resumo Dashboard of Sustainability	59
Quadro 23 - Resumo: <i>Barometer of sustainability</i>	61
Quadro 24 - Análise comparativa: Meio Ambiente.....	63
Quadro 25 - Categorias: Terra, Água, Ar e Espécies animais, Energia, Resíduos, Cultivo, Extração, Emissões e Acomodações.	64
Quadro 26 - Análise comparativa: Sociedade	65
Quadro 27 - Categorias: saúde, emprego, educação, instituições, infraestrutura básica, segurança, políticas, leis e gestão pública.	67
Quadro 28 - Análise comparativa: Economia.....	68
Quadro 29 - Categoria: Economia Interna.....	68
Quadro 30 - Análise comparativa. Adaptações, sustentabilidade	69
Quadro 31 - Resumo: Análise comparativa da sustentabilidade.	70
Quadro 32 - Sobreposições, lacunas e relações entre competitividade e sustentabilidade.....	74
Quadro 33 - União dos elementos da competitividade e sustentabilidade	76
Quadro 34 - Objetivos e etapas de pesquisa	79
Quadro 35 - Caracterização das cidades pesquisadas.....	88
Quadro 36 - Contextualização dos entrevistados.	92
Quadro 37 - Percepção dos atores sociais sobre a competitividade das cidades.....	95
Quadro 38 - Percepção dos atores sociais sobre a sustentabilidade das cidades.....	98
Quadro 39 - Conceitos de competitividade e sustentabilidade empregados no estudo, conforme os atores sociais pesquisados.....	100
Quadro 40 - Relação entre os fatores abordados pelos atores sociais a respeito da competitividade e sustentabilidade.....	101
Quadro 41 - Competitividade e sustentabilidade das cidades com base nos atores sociais pesquisados.....	104
Quadro 42 - Dimensão sistêmica de acordo com os atores sociais pesquisados.....	109

Quadro 43 - Percepção dos entrevistados 5,6 e 7 a respeito da dimensão Sociedade	124
Quadro 44 - Percepção dos entrevistados 8,9 e 10 a respeito da dimensão Sociedade	125
Quadro 45 - Percepção dos entrevistados 11 e 12 a respeito da dimensão Sociedade	126
Quadro 46 - Dimensão Empresas de acordo com os atores sociais entrevistados.	131
Quadro 47 - Dimensão meio ambiente de acordo com os atores sociais entrevistados	137
Quadro 48 - Dimensão Eficiência do uso de recursos: os entrevistados 5, 6 e 7	146
Quadro 49 - Dimensão Eficiência do uso de recursos: entrevistados 8, 9 e 10.....	146
Quadro 50 - Dimensão Eficiência do uso de recursos: entrevistados 11 e 12.....	147
Quadro 51 - Ordem de importância de acordo com os atores sociais.	149
Quadro 52 - Percepção dos especialistas sobre a competitividade das cidades.	152
Quadro 53 - Percepção dos especialistas sobre a sustentabilidade das cidades.	154
Quadro 54 - Competitividade e sustentabilidade pelos especialistas entrevistados.	155
Quadro 55 - Dimensão Sistêmica de acordo com os especialistas entrevistados.....	158
Quadro 56 - Dimensão sociedade de acordo com os especialistas entrevistados.....	167
Quadro 57 - Dimensão empresas de acordo com os especialistas entrevistados.....	169
Quadro 58 - Dimensão Empresas de acordo com os especialistas entrevistados.....	172
Quadro 59 - Dimensão Eficiência do uso de recursos acordo com os especialistas entrevistados	176
Quadro 60 - Ordem de importância entre as dimensões de acordo com os especialistas.....	178
Quadro 61 - Estrutura de análise da competitividade e sustentabilidade das cidades.	184

LISTA DE SIGLAS

BS – *Barometer of sustainability*

DS – *Dashboard of sustainability*

EF – *Ecological Footprint*

EU – *European Union*

GCR – *Global Competitiveness Report*

GDI – *German Development Institute*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IISD – *International Institute for Sustainable Development*

IMD – *International Institute for Management Development*

MLS – Maximização do Lucro dos *Shareholders*

OECD – *Organization for economic Co-operation and Development*

PIB – Produto Interno Bruto

RS – Rio Grande do Sul

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

SDI – Sustainable Development Index

SODA - *Strategic Options, Development and Analysis*

TFP – *Total Factor Productivity*

WECD – *World Commission on Environment and Development*

WEF – *World Economic Forum*

WWF – *World Wild Life Fund*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 Objetivo geral.....	20
1.2.2 Objetivos específicos.....	20
1.3 JUSTIFICATIVA	21
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	22
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1 ESPAÇO, TERRITÓRIO, REGIÃO E CIDADES	24
2.1.1 Conceito (Espaço, território, região e cidades)	24
2.2 COMPETITIVIDADE.....	26
2.2.1 Conceito de competitividade.....	26
2.2.2 Modelos de análise da Competitividade.....	29
2.2.2.1 GDI - German Development Institute (Instituto alemão de desenvolvimento).30	
2.2.2.2 IMD - International Institute for Management Development (Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Gestão).....	32
2.2.2.3 GCR - Global Competitiveness Report (Relatório global de competitividade) 33	
2.2.2.4 Modelo Diamante de Porter.....	36
2.2.2.5 Modelo de Necessidade e Suficiência da Competitividade.....	38
2.2.2.6 Conexão da Competitividade Nacional e da Firma.....	40
2.2.3 Análise Comparativa dos modelos de Análise da Competitividade	42
2.3 RSC E SUSTENTABILIDADE	50
2.3.1 Conceito de sustentabilidade	50
2.3.2 Ferramentas de análise da sustentabilidade.....	53
2.3.2.1 <i>Ecological Footprint</i> (Pegada Ecológica)	54
2.3.2.2 <i>Dashboard of sustainability</i> (Painel de controle da Sustentabilidade).....	57
2.3.2.3 <i>Barometer of sustainability</i> (Barômetro da sustentabilidade)	59
2.3.3 Análise Comparativa das Ferramentas da Sustentabilidade.....	61
2.4 UNIÃO DAS DIMENSÕES DA COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE ..	70
2.4.1 Sobreposições, lacunas e relações entre a análise da competitividade e da sustentabilidade	71
2.4.2 União das dimensões da competitividade e sustentabilidade.....	74
3 MÉTODO DE PESQUISA.....	77
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	77
3.2 DESENHO DE PESQUISA	78
3.3 COLETA DE DADOS.....	81
3.3.1 Entrevistas	85
3.3.2 Mapas Cognitivos.....	85
3.4 ANÁLISE DE DADOS	86
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	88
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES PESQUISADAS.....	88
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	91
4.3 A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS	92
4.3.1 Entrevistas	93
4.3.1.1 Competitividade	93
4.3.1.2 Sustentabilidade.....	96
4.3.1.3 União da Competitividade e da sustentabilidade.....	100
4.3.1.4 Dimensão sistêmica	105

4.3.1.5 Dimensão sociedade	109
4.3.1.6 Dimensão empresas	126
4.3.1.7 Dimensão meio ambiente	131
4.3.1.8 Eficiência do uso de recursos	137
4.3.1.9 Ampliação das abordagens	147
4.3.1.10 Ordem de relevância entre as dimensões.....	148
4.3.2 Mapas cognitivos.....	150
4.4 A PERCEPÇÃO DOS ESPECIALISTAS.....	151
4.4.1 Entrevistas	151
4.4.1.1 Competitividade	151
4.4.1.2 Sustentabilidade.....	153
4.4.1.3 União da Competitividade e Sustentabilidade.....	154
4.4.1.4 Dimensão sistêmica	156
4.4.1.5 Dimensão sociedade	158
4.4.1.6 Dimensão empresas	168
4.4.1.7 Dimensão meio ambiente	169
4.4.1.8 Dimensão Eficiência do uso de recursos	172
4.4.1.9 Ampliação das abordagens	177
4.4.1.10 Ordem de relevância entre as dimensões.....	177
4.4.2 Mapas cognitivos.....	178
4.5 COMPARAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS E ESPECIALISTAS ENTREVISTADOS.....	179
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	185
5.2 SUGESTÃO PARA PESQUISAS FUTURAS	186
REFERÊNCIAS	188

1 INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XX, e com ainda mais força no início do século XXI, o processo de globalização, enquanto um processo necessário de ampliação da atividade econômica vigente, o mundo passa a ser visto como uma aldeia interligada, com vastas relações de interdependências sociais, econômicas e políticas.

Essas interdependências, conforme a concepção da “aldeia global”, seriam capazes de estabelecer ciclos de dependência mútua entre as regiões, criando assim um contexto de solidariedade e de busca por ideais comuns, sejam estes ambientais, econômicos, empresariais, sociais ou outros. Nesse contexto, a procura por mercados em âmbito global seria capaz de equalizar as relações entre as regiões e, além disso, regiões desenvolvidas passaram a agir com uniformidade tal, que seriam capazes de promover a união entre elas e as demais.

Contudo, algumas características adjacentes ao processo de globalização, como a maior facilidade de fluência de informações, o maior acesso a novas tecnologias, a interdependência dos países e os caminhos das relações de consumo trouxeram, como consequência, ao invés da esperada homogeneização do espaço mundial, o contrário.

As cidades, então especializadas e algumas consideradas como grandes polos produtivos, diferenciaram-se de tal forma do restante do mundo que alguns territórios tornaram-se, por si só, fonte de vantagens concorrenciais.

Conforme Benko (2001), dois aspectos são preponderantes na competição entre territórios no contexto do processo de globalização contemporâneo: (1) controle dos custos e da otimização dos fatores de produção e (2) diferenciação durável dos territórios. Segundo esse autor, o primeiro está relacionado, entre outros fatores, aos custos de mão-de-obra, aos preços da energia, aos juros e à fiscalização, já o segundo aspecto relaciona-se com uma diferenciação, em que a especialização desse território existe somente quando a especificidade do mesmo é reconhecida. Além disso, a mobilidade dos fatores de produção, neste caso, não o afeta.

O grande crescimento econômico das organizações, regiões e nações, ocorrido nos séculos XX e XXI, apesar de gerar riquezas e disponibilidades de recursos financeiros, trouxe consigo alguns (1) problemas sociais como o abismo na distribuição de renda, miséria, fome e outros; e (2) problemas ambientais como a poluição, mudança climática, resíduos químicos, destruição do habitat natural de espécie e outros.

Tais problemas sociais e ambientais trouxeram consigo algumas reflexões a respeito do papel das organizações e dos governos nas sociedades.

Krishnan (2011) argumenta que dois paradigmas são predominantes na discussão a respeito do papel das organizações na sociedade: (1) a teoria de Maximização de Lucros dos *Shareholders*¹(MLS) e (2) a teoria da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Este autor aborda que um diálogo entre esses campos (MLS e RSC) só é possível após reconhecerem-se as diferenças fundamentais entre elas. Contudo, o autor aponta algumas relações entre os paradigmas, quando informa que uma empresa não pode maximizar o valor para os *Shareholders*, se ignora os interesses dos seus *Stakeholders*², ou quando afirma, baseado em Amalric e Hauser (2005), que:

A RSC só faz sentido quando verificadas as imperfeições do mercado, e no mundo real, as imperfeições dos mercados são muito comuns (KRISHNAN, 2011, p. 35).

Nessa perspectiva, Krishnan (2011) leva em consideração que o desenrolar do processo de globalização e seus desdobramentos na atualidade, tiveram como pano de fundo algumas premissas que passaram a definir as relações entre atores sociais envolvidos na competitividade das cidades. Entre outros, o autor considera, enquanto atores sociais, os governos, as empresas e a sociedade civil.

Uma das premissas que serviram de suporte para a concepção do ambiente atual, competitivo e globalizado, é a ideia da livre competição. Essa premissa defende que os mercados podem ser acessados por todos que desejam, ou seja, as organizações são livres para definirem seus fornecedores e clientes. Além disso, as relações entre essas organizações seriam mediadas por aspectos relacionados à concorrência organizacional. Assim, o próprio mercado seria capaz de selecionar as organizações mais eficazes.

Entretanto, em uma abordagem contemporânea, quando essa premissa é confrontada com a atualidade, algumas das suas definições podem apresentar inconsistências.

Garriga e Melé (2004) informam que a teoria da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) leva em consideração que o desenrolar da atividade comercial e industrial possibilitou que algumas organizações, por uma série de fatores, passassem a possuir poder suficiente para influenciar o mercado e exercer influência também em suas relações com as demais organizações, passando a agir em causa própria na busca da obtenção de vantagens

¹ Termo em inglês para acionistas.

² “Qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa” (FREEMAN, 1984 p.25).

não apenas ligadas à eficácia operacional da mesma, contrariando, com isso, as ideias defendidas na premissa da livre competição.

Da evidente dicotomia exposta sobre algumas das premissas que permeiam as relações entre os atores sociais no presente processo de globalização, é possível perceber duas abordagens distintas a respeito da realidade contemporânea, tal qual como exposto por Krishnan (2011) a respeito das Teorias de Maximização de Lucros do *Shareholders* (MLS) e da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Tendo em vista as diferentes perspectivas a respeito da atratividade dos territórios para as empresas, o acirramento do processo de globalização, o conseqüente processo de diferenciação e especialização das cidades, e os problemas sociais e ambientais decorrentes desses fatores, este estudo visa a problematizar as abordagens existentes acerca da competitividade das cidades, quando aplicadas à realidade atual e globalizada, além de formar uma base de análise que possa contribuir para o aumento dos níveis de competitividade nas cidades, considerando simultaneamente as questões econômicas e as características ambientais e sociais dos mesmos.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Conforme Porter (1990), a competitividade, em nível nacional, deve ser compreendida com base na ideia de produtividade nacional. Para Esterhuizen, Rooyen e D'haese (2008) a competitividade é a habilidade de um setor, indústria ou firma em competir com sucesso, buscando um crescimento sustentável. Já Chikán (2008) compreende a competitividade da firma como a sua capacidade de atender de forma sustentável às necessidades de seus clientes e, desse modo, obter lucro.

Slack (1993), por outro lado, aborda que a competitividade (das empresas) relaciona-se com um melhor desempenho das atividades de manufatura das mesmas em relação aos seus concorrentes. Para Coutinho e Ferraz (2002), a competitividade é compreendida como a capacidade de implementar e formular estratégias concorrenciais. Esser *et al.* (1995) compreendem a competitividade pela observação da interação de diferentes fatores que promovem a obtenção de vantagens competitivas. Esses fatores são divididos em níveis: (I) capacidade nacional de coordenação (Nível Meta), (II) condições macroeconômicas estáveis (Nível Macro), (III) importância das políticas seletivas (Nível Meso) e (IV) transição as melhores práticas (Nível Micro).

Feurer e Chaharbaghi (1994), por sua vez, informam que não existe uma noção única a respeito da competitividade. Para esses autores, a definição do termo varia desde a

habilidade de persuadir os clientes a optarem pelas suas ofertas, até a habilidade de melhorar continuamente o processo de capacidades organizacionais.

Perpassando os enfoques e análises desses autores, assim como as correntes teóricas nas quais os mesmos estão inseridos, torna-se evidente a divergência de abordagens e enfoques apresentados por eles. Em suas análises, Porter (1993) e Esser *et al.* (1993) abordam a competitividade em nível nacional, isto é, os autores buscam verificar os determinantes da competitividade das nações.

Esterhuizen, Rooyen e D’haese (2008) visam à verificação da competitividade em nível dos setores, indústrias e firmas. Por outro lado, Coutinho e Ferraz (2002) abordam a competitividade em nível da indústria. Já, Chikán (2008) focaliza seu estudo na competitividade da firma. Com isso, trata do tema sob o prisma da aptidão das empresas em atingirem níveis de produtividade aceitáveis. Slack (1993) estuda a competitividade em nível de produto.

O Quadro 1 (Abordagens da competitividade, p.14) exhibe, de forma sumarizada, as abordagens da competitividade utilizadas neste estudo. Apesar de diferentes tipos de abordagem ou de enfoque, as teorias propostas pelos autores não se refutam, pois é em suas sobreposições que se torna possível verificar as complementaridades entre elas.

Quadro 1 – Abordagens da Competitividade

Autor	Enfoque	Abordagem
Porter (1990)	Produtividade nacional	Nação
Esser et al. (1995)	Interação de vários fatores (Sistêmicos) para obtenção de vantagem competitiva	
Esterhuizen et al. (2008)	Crescimento Sustentado	Setores, indústrias e firmas.
Coutinho e Ferraz (2002)	Implementar e formular estratégias concorrenciais	Setor
Chikán (2008)	Produtividade Sustentada	Firma
Slack (1993)	Vantagens em manufatura	Produto
Feurer e Chaharbaghi (1994)	Da capacidade de persuadir clientes à possibilidade de melhorar capacidades organizacionais	Firma

Fonte: Elaborado pelo autor.

É interessante observar o tema sustentabilidade, que, quando empregado por autores como Esterhuizen, Rooyen e D’haese (2008) e Chikán (2008), está atrelado a um conceito restrito a aspectos financeiros ou econômicos. Por exemplo, para Esterhuizen, Rooyen e D’haese (2008), a noção de sustentabilidade está relacionada à capacidade de autossustentação do setor, indústria ou firma em seus campos de atuação, e, para Chikán (2008), o termo está associado à capacidade da firma em obter lucros, ao longo do tempo, através da sua capacidade de atender às necessidades de seus clientes.

O que fica evidente nos autores selecionados, é que o conceito de competitividade não se preocupa em incorporar, de forma geral, aspectos sociais ou ambientais como parte do papel das organizações na sociedade.

Porter (1990) utiliza um conceito de competitividade em que a mesma está relacionada com o nível de produtividade que as empresas alcançam em uma determinada região. Nessa definição Porter (1990) deixa claro seu posicionamento clássico a respeito dos paradigmas predominantes de Maximização de Lucros dos *Shareholders* (MLS) e Teoria da Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Para tanto relaciona a prosperidade à produtividade e, posteriormente, a produtividade à capacidade de inovação.

Tendo em vista as bases clássicas utilizadas pelo autor, não é possível verificar considerações a respeito dos problemas sociais e ambientais causados pelo aumento da competição das empresas de uma determinada região. No caso de Porter (1990), a infraestrutura social e as instituições políticas (fatores relacionados à competitividade macroeconômica) estão vinculadas ao desenvolvimento humano (Educação básica e saúde), regras e leis e instituições políticas. Slack (1993) aponta cinco fatores que colaboram para a obtenção de vantagem competitiva: Confiabilidade; Custo; Flexibilidade; Qualidade e Velocidade. Assim como Porter (1990), Slack (1993) baseia-se em uma posição clássica a respeito dos paradigmas predominantes (MLS e RSC), na medida em que a sua construção a respeito da vantagem em manufatura está relacionada à capacidade de obter uma função de produção profícua para que tal função possa estabelecer uma melhoria de desempenho contínua e tornar-se versátil, operacionalmente, o suficiente para concorrer no mercado.

A abordagem sistêmica de Esser *et al.* (1995) leva em consideração os novos padrões de competição, conceitos organizacionais e tecnologias, do ambiente econômico global contemporâneo. Contudo, os autores expõem sua abordagem contemporânea a respeito das premissas de livre competição, racionalidade dos consumidores e produção e consumo estáveis, ao estabelecerem que os países mais competitivos não são aqueles que apostam somente na competitividade individual das empresas, no livre comércio incondicional e em um Estado limitado a regular e monitorar, mas sim os que buscam ativamente promover vantagens de localização e competitividade (ESSER *et al.*, 1995).

Entretanto a análise da competitividade sistêmica, segundo a proposição de Esser *et al.* (1995), não possibilita a verificação de como o aumento da competição das empresas e dos países realiza pressões diretas na organização social e nos sistemas ambientais. Dessa maneira, mesmo em uma abordagem aproximadamente contemporânea a respeito dos paradigmas predominantes (MLS e RSC), os autores não consideraram, de forma direta, o

impacto dos fatores ambientais na competitividade de uma nação, desconsiderando, assim, uma das dimensões da sustentabilidade (RSC) na promoção da competitividade.

Mesmo na compreensão a respeito dos atores sociais como parte integrante das condições para a competitividade, o enfoque não se apresenta claro. O termo parece estar mais relacionado à capacidade das empresas em identificar possíveis diferenciais no uso desses atores, do que uma preocupação com o aspecto social em busca do desenvolvimento de uma comunidade.

Coutinho e Ferraz (2002) baseiam suas contribuições quanto à competitividade sistêmica objetivando a verificação de que a competitividade das empresas depende de fatores que estão fora das empresas e, também, do setor do qual uma empresa faz parte. Os autores acreditam que a competitividade de uma indústria, setor ou nação, está relacionada a fatores que são: (1) internos às empresas, (2) de natureza estrutural e (3) de natureza sistêmica.

Contudo, a visão dos autores não deixa clara a integração do setor econômico em análise com as questões sociais. O que parece evidente é que o tema é tratado com uma variável que influencia o bom andamento das atividades do setor, ou seja, como um cenário, mesmo que mutável, que apresenta suas características, e as empresas que devem adaptarem-se a fim de se manterem ou tornarem competitivas.

Contudo, apesar das considerações referentes a sociedade, como um fator sistêmico e importante para a verificação da competitividade, assim como Esser *et al.* (1995), Coutinho e Ferraz (2002) desconsideram as pressões no meio ambiente causadas pela atividade empresarial e, por sua vez, o impacto dos problemas ambientais na competitividade do setor.

Esterhuizen, Rooyen e D'haese (2008) contemplam a competitividade como a capacidade de competir com sucesso, visando à sustentação do crescimento no ambiente global e obtendo o menor custo de oportunidade sobre os recursos empregados. As considerações dos autores transparecem um posicionamento clássico a respeito dos paradigmas predominantes da MLS e da RSC, tendo em vista que os mesmos afirmam que a competitividade é uma visão holística sobre a capacidade contínua das empresas em explorar a realidade do mercado para obter ganhos, e não tecem considerações a respeito dos problemas sociais e ambientais causados pela atividade empresarial.

Conforme Chikán (2008) a competitividade em nível nacional deve obedecer a dois critérios principais: produtividade e bem-estar dos cidadãos. Para ele seria papel do governo formular e implementar políticas macroeconômicas. As organizações, por outro lado, devem possuir capacidades suficientes para se adaptarem aos fatores de influência da competitividade, nesse caso, os mesmos elencados por Porter (1990).

Apesar da preocupação com o bem-estar dos cidadãos, Chikán (2008) possui posicionamento clássico em relação aos paradigmas predominantes da MLS e da RSC, uma vez que o mesmo relaciona o bem-estar dos cidadãos com a produtividade nacional. Os dois níveis de competitividade (nacional e da firma) ilustram isso no momento em que o bem-estar dos cidadãos é colocado em nível nacional, transparecendo, dessa forma, não atribuir preocupação às empresas.

O Quadro 2 (Competitividade e paradigmas, p.17) apresenta, de modo resumido, a relação entre os paradigmas da MLS e da RSC e as correntes conceituais predominantes a respeito da competitividade.

Quadro 2 – Competitividade e paradigmas

Autor	Paradigma
Porter (1990)	MLS
Slack (1993)	MLS
Esser <i>et. al.</i> (1995)	RSC (Compreende as imperfeições dos mercados e os problemas sociais como inerentes à competitividade nacional, contudo não tece considerações a respeito de problemas ambientais).
Coutinho e Ferraz (2002)	RSC (Compreende as imperfeições dos mercados e os problemas sociais como inerentes à competitividade nacional, contudo não faz considerações a respeito de problemas ambientais).
Esterhuizen <i>et. al.</i> (2008)	MLS
Chikán (2008)	MLS (Introduz a preocupação com o bem estar do cidadão, mas relegando-a ao governo).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os autores analisados ilustram claramente o grande desafio que se enfrenta ao pensar competitividade e sustentabilidade. O conceito de competitividade está imerso no paradigma da maximização de lucros, que tem, como pano de fundo, o sistema econômico dominante. Mesmo as correntes que, de certa forma, inserem a dimensão social como parte do conceito de competitividade, fazem-no de maneira incipiente, não deixando claro qual o papel e quais as possíveis relações entre as organizações e a dimensão social contemplada no modelo.

Entretanto, mover-se em direção ao paradigma da Responsabilidade Social Corporativa, integrando sustentabilidade às práticas de negócio, sendo competitiva, é um caminho longo e complexo, mas possível.

Zadek (2004) sugere que as empresas passam por estágios que levam em direção à responsabilidade corporativa, mostrando como a organização pode-se tornar um bom “cidadão corporativo” e ter vantagem competitiva. Conforme esse autor, os estágios são: Defensivo; Conformidade; Gerencial; Estratégico e Civil.

Porter e Kramer (2006) enfatizam que as organizações devem escolher quais questões sociais devem endereçar, considerando oportunidades para criar valor compartilhado – um significativo valor para a sociedade, que também é valioso para o negócio.

Os autores sugerem um quadro referencial com três categorias, nas quais todas as questões sociais podem ser classificadas: Genéricas; Impactos sociais na cadeia de valor e Dimensões sociais no contexto competitivo.

Pode-se identificar que organizações as quais se encontram nos estágios: defensivo e de conformidade (Zadek, 2004) podem ser enquadradas na abordagem que Porter e Kramer (2006) denominam de RSC Responsiva, enquanto as que apresentam características dos estágios estratégico e civil, aproximam-se da RSC Estratégica. O estágio gerencial parece ser um passo entre as duas abordagens, no qual a organização mobiliza alterações em processos ou estruturas internas não mais com um olhar de curto prazo (característico dos estágios anteriores), mas não necessariamente identificando que tais processos ou estruturas alterados sejam marcantes no seu contexto competitivo (como esperado em uma RSC Estratégica).

No confronto entre os autores e na consequente identificação de suas interdependências, pode-se dizer que as organizações que, de fato, podem conciliar competitividade e sustentabilidade são as que se posicionam no que Porter e Kramer (2006) denominam RSC Estratégica. As organizações que se encontram nos estágios de RSC Responsiva parecem estar em uma busca por não perder competitividade, mais do que por construí-la dentro do paradigma da RSC.

Souza Filho *et al.* (2010) informam que estratégias socialmente responsáveis estão associadas à obtenção de vantagens competitivas tais como a capacidade de atrair empregados valiosos e melhorar a imagem e a reputação. No modelo apresentado pelos autores, a formulação dessa estratégia tem base em cinco variáveis: valores organizacionais; compreensão da importância dos *Stakeholders*; análise dos recursos e competências internas; as oportunidades no ambiente externo; e a estrutura industrial, sendo tais elementos essenciais para a formulação da estratégia corporativa social.

Enfim, a associação entre estratégia social e vantagem competitiva é vista através da influência direta dos elementos: reputação e imagem, retenção de pessoas, motivação dos funcionários, valor agregado, desempenho econômico, desempenho ambiental e desempenho social. Tornando esses elementos raros, insubstituíveis, inimitáveis e valiosos, as empresas obtêm vantagens competitivas.

Husted e Allen (2007) examinam, com base em um estudo empírico, a relação entre o ambiente de mercado, os *Stakeholders*, os recursos e os valores para o desenvolvimento de planejamento social estratégico e posicionamento social estratégico, avaliando as diferentes formas de condução estratégica social para a criação de valor pela empresa.

Condições em que o mercado é dinâmico em que são encontrados recursos para a inovação contínua, estão relacionadas ao posicionamento social estratégico que, por sua vez, está relacionado à criação de valor. O posicionamento da empresa no que diz respeito às questões sociais, é uma forma de diferenciar a empresa, seus produtos e serviços e, desse modo, criar valor.

As empresas devem antecipar pró-ativamente as questões sociais e posicionar com relação a essas questões. O planejamento, sozinho, não é suficiente. Outro resultado interessante é que quanto maior é a orientação da empresa para a RSC, maior é o uso do planejamento social estratégico. E tal orientação parece ser decorrente de um posicionamento social estratégico (HUSTED e ALLEN, 2007).

Souza Filho *et al.* (2010) e Husted e Allen (2007) identificam um conjunto de direcionadores que criam condições para a construção de vantagens competitivas dentro do paradigma da RSC. Conduzindo estudos de natureza diferentes, ambos propõem seus *frameworks* teóricos, os quais possuem pontos de convergência.

Conforme Husted e Allen (2007) e Souza Filho *et al.* (2010), é preciso entender o relacionamento que a organização possui com seus *Stakeholders*, assim como é necessário compreender, também, a relevância dos mesmos para ela. Para esses autores, os *Stakeholders* representam a demanda e a urgência dessa demanda para as comunidades das quais as organizações fazem parte. Somente com a compreensão dos dois aspectos (Demanda e Urgência dos *Stakeholders*), é possível que as organizações entendam e ofereçam o que as comunidades esperam delas.

Algumas questões sociais, senão todas, para Souza Filho *et al.* (2010) e Husted e Allen (2007), configuram verdadeiras oportunidades de mercado. As organizações tornam-se mais competitivas quando conseguem perceber, ou analisar corretamente, essas oportunidades sociais e passam, com isso, a obter vantagens competitivas frente às demais.

Tendo em vista os fatores apontados pelos autores Souza Filho *et al.* (2010) e Husted e Allen (2007), percebe-se ser notável a convergência de ideias entre elas. Além disso, e ainda mais relevante, as soluções apontadas por esses autores na busca da competitividade das organizações através das preocupações com questões relacionadas à RSC, são capazes de demonstrar que é possível uma organização aumentar seus níveis de competitividades e, ao mesmo tempo ocupar-se com demandas de RSC.

Assim sendo, uma ligação conceitual entre as abordagens da competitividade e sustentabilidade torna-se possível a partir do acréscimo de preocupações e norteadores

(preocupações sociais, ambientais e econômicas integradas) a serem inseridos nas noções vigentes de competitividade.

Em complemento, o processo de globalização, enquanto causador de maior diferenciação e especialização territorial, aliado às consequências do acirramento da atividade econômica (problemas sociais e ambientais), gera impacto direto no âmbito regional, tendo em vista que é nas cidades que tais processos se desenrolam.

Portanto, as atividades (políticas e econômicas) realizadas em nível regional (infranacional), nacional e, mesmo, nos blocos econômicos (supranacional), perderam a capacidade de intervir de forma direta nas conexões estabelecidas entre os territórios (cidades), agora diferenciados e especializados, que se percebem ligados entre si por intercâmbios, mediados pelas necessidades das organizações, baseados pela competição e colaboração de recursos (BENKO, 2001). Cabe ressaltar que conforme IBGE (2007), desde 2007, 57% da população mundial passou a viver nas cidades, o que ressalta a importância de estudos voltados para as cidades.

Na busca de aprofundar e compreender melhor o assunto, este estudo terá, como foco, a competitividade sistêmica em nível das cidades e suas relações com a sustentabilidade, além disso, o presente estudo visa tratar os elementos da competitividade e da sustentabilidade, possibilitando assim, o desenvolvimento de uma estrutura que privilegie a formulação de estratégias que contribuam para o desenvolvimento das cidades.

Assim sendo, este trabalho busca responder à seguinte questão de pesquisa: **Como contemplar noções de sustentabilidade na avaliação da competitividade sistêmica das cidades?**

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção, é apresentado o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo.

1.2.1 Objetivo geral

Propor uma estrutura de análise, em nível de cidades, da competitividade sistêmica que contemple elementos de sustentabilidade.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

a) Caracterizar os elementos contidos nos modelos atuais de competitividade referentes à análise em nível das cidades.

b) Caracterizar os elementos contidos nos construtos atuais de sustentabilidade referentes à análise em nível das cidades.

c) Identificar as lacunas existentes nos construtos atuais de análise da competitividade com relação aos elementos da sustentabilidade.

d) Verificar a existência de relações entre os elementos dos construtos abordados de competitividade e sustentabilidade, na percepção de especialistas da área e dos atores sociais das cidades pesquisados.

e) Estruturar relações entre os elementos da competitividade e sustentabilidade a partir de percepção dos especialistas e dos atores sociais das cidades pesquisadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância do presente estudo situa-se na análise da competitividade em nível das cidades, tendo em vista a realidade contemporânea e globalizada, na qual as cidades são ligadas entre si por intercâmbios, mediados pelas necessidades das organizações e baseados pela competição e colaboração de recursos.

Levando em conta o processo de globalização e demais fatores - que tomaram forma mais acentuada no século XX e estabeleceram um cenário para a competitividade territorial do século XXI - atrelados ao surgimento de fóruns e comitês de discussão a respeito dos impactos da atividade econômica no meio ambiente e nas sociedades.

Observa-se o surgimento de uma visão em que a conscientização a respeito do papel de cada ator social, passa de uma perspectiva individualista para uma perspectiva mais solidária, em que as responsabilidades pela preservação do meio-ambiente, desenvolvimento social e crescimento econômico, além de tornarem-se preocupações integradas, passam a serem compartilhadas entre governos, empresas e sociedade civil.

Assim, o momento para a verificação do tema, ou seja, o estabelecimento de relacionamentos entre análises da competitividade e da sustentabilidade é oportuno, visto que os ciclos de crises econômicas, os problemas sociais e a devastação do meio ambiente possibilitaram o estabelecimento de uma nova consciência acerca do papel das empresas, governos e sociedade civil, consciência essa que tomou forma no arcabouço dos elementos da sustentabilidade e se desdobra em diversas áreas do conhecimento que envolvem tais atores sociais, inclusive nas formas de competição entre as cidades.

No Rio Grande do Sul, a cisão entre o desenvolvimento da metade norte e metade sul do Estado, onde a primeira possui economia crescente e demonstra uma maior atratividade para pessoas e empresas se instalarem, e a segunda inserida em um contexto de estagnação econômica, com poucas empresas e grandes dificuldades sociais, demonstra a necessidade de compreensão da competitividade de forma sistêmica considerando a conjuntura social e ambiental, e a forma como isso interfere na capacidade das cidades destas regiões em se desenvolverem.

A viabilidade de realização deste estudo se dá pela existência de um vasto referencial teórico disponível sobre a competitividade e sobre a sustentabilidade, com ênfase territorial, atrelado à viabilidade de verificação das possíveis relações entre os elementos junto a um grupo de especialistas dessas áreas e, também, de averiguação dessas relações junto a atores sociais que atuam nas cidades, tendo em vista que as formas de articulação entre eles são capazes de tornar o ambiente mais ou menos competitivo. Ressalta-se ainda que conforme IBGE (2007), 57% da população mundial, a partir de 2007, passaram a viver nas cidades.

Além disso, apontar uma estrutura de análise da competitividade que contemple atributos da sustentabilidade pode indicar um caminho para a pesquisa e, até mesmo, a promoção do desenvolvimento das cidades considerando questões econômicas, sociais e ambientais de modo integrado.

Com isso, o presente estudo visa compreender como as cidades, territórios que são impactados diretamente pela atividade empresarial e suas consequências (problemas sociais e ambientais), podem apoiar-se, em elementos da sustentabilidade, para tornarem-se mais competitivas.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, o presente, é apresentada a introdução do estudo, a delimitação do tema, os objetivos geral e específicos, a justificativa da escolha do tema, bem como a estrutura geral do trabalho.

No segundo capítulo, são abordados inicialmente os conceitos de espaço, território, região e cidades. Em sequência são considerados os conceitos e construtos de competitividade. Posteriormente, são abordados os assuntos referentes à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e à Sustentabilidade além da verificação das ferramentas de sustentabilidade e a análise comparativa entre elas. As ferramentas e os construtos utilizados são interpretados conjuntamente, buscando contemplar uma visão abrangente a respeito das

dimensões, fatores e indicadores que formam uma linha geral entre as ferramentas de análise da sustentabilidade e os construtos de análise da competitividade.

No terceiro capítulo, são apresentados os aspectos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa, o tipo e estratégia de pesquisa, desenho de pesquisa, e os procedimentos e técnicas de coleta e de análise de dados.

No quarto capítulo é realizada uma análise comparativa a respeito das abordagens dos atores sociais e dos especialistas em relação ao tema. É também desenvolvida uma análise sobre as observações dos entrevistados (atores sociais e especialistas) com relação aos elementos abordados, assim como são analisados os mapas cognitivos individuais e agregados a fim de verificar as relações percebidas entre os fatores.

No quinto e último capítulo são tecidas as considerações finais a respeito dos resultados obtidos na pesquisa, limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se como referencial teórico, definições a respeito do espaço, território, região e cidades, a fim de caracterizar a abrangência do estudo. Também são analisados, os construtos de competitividade que abordam o tema em nível das nações, tendo em vista que os mesmos ajudam a compreender os fatores de análise da competitividade sistêmica os quais afetam nações e, por consequência, permitem ser extrapolados, com adaptações, para as cidades.

Além disso, são consideradas outras abordagens que contribuam para o entendimento dos diferentes enfoques a respeito da sustentabilidade e apresentem contribuições para a agregação de aspectos relevantes para a competitividade das regiões.

Em conclusão a este capítulo são tecidas considerações sobre a união das abordagens da competitividade e sustentabilidade em relação as cidades.

2.1 ESPAÇO, TERRITÓRIO, REGIÃO E CIDADES

Nesta seção, são abordados conceitos norteadores referentes a espaço, território, região e cidades.

2.1.1 Conceito (Espaço, território, região e cidades)

Para a análise de fatores que influenciam a competitividade de uma região, faz-se necessária a compreensão do conceito de espaço, tendo em vista que, conforme Santos (1997), uma região é classificada como um subespaço do espaço nacional total.

Para o autor, o espaço, em sua totalidade, é

formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1997, p.39).

De acordo com essa corrente de pensamento, têm-se os objetos como a forma, e as ações como a função, em que os objetos ou conjuntos de objetos, recebem sentido conforme ações ou conjunto de ações que a eles são atribuídos, imprimindo assim um valor social sob uma lógica histórica de passado e presente (SANTOS, 1997).

Ou seja, o espaço é um conjugado de sistemas de objetos e sistemas de ações, relacionados em um contínuo histórico e, nessa perspectiva analisados em um conjunto inseparável. Com isso, ao tratar de uma região no sentido de demarcação espacial (espaço territorial), tal qual como proposto no presente estudo, passa a ser necessária a compreensão

do conceito de território. Nesse enfoque, Santos e Silveira (2001) informam que um território é o espaço utilizado ou apropriado.

Santos e Silveira (2001) compreendem o território como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. Para eles, o território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, heranças históricas e atuais conteúdos econômicos, financeiros, culturais, fiscais e normativos, os quais dão conteúdo a suas regiões.

É desse modo que o território pode ser interpretado como um quadro dinâmico, material e imaterial, da vida social. A fusão entre as forças do global, do nacional e do local determina a interdependência entre objetos, normas e ações, onde, em um contínuo, essa interdependência atribui um caráter dinâmico ao território (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Em complementaridade, Raffestin (1993) refere que o território é

um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Assim sendo, o território é constituído por um conjunto natural preexistente caracterizado por aspectos sociais, culturais e econômicos; é tanto o resultado do processo histórico quanto da base material e social das novas ações humanas (SANTOS, 1997).

Levando em consideração que o espaço, tal qual como abordado no presente estudo, é um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de um sistema de objetos e um sistema de ações (Santos, 1997), e que o território é compreendido como o espaço utilizado e apropriado, caracterizado por aspectos sociais, culturais e econômicos (Santos, 1997; Raffestin, 1993), para fins do estudo proposto, uma região é conceituada como um subespaço do território nacional em conformidade com as ideias de Santos (1997).

Consequentemente, observando a região enquanto um subespaço de um espaço nacional, a influência do sistema de ações sobre o sistema de objetos está associada a um contínuo histórico, ao passado e ao presente, uma vez que o espaço é indissociável do tempo, e é tratado sob um enfoque de apropriação social, no qual é observado enquanto resultado de uma dinâmica social complexa (SANTOS, 1997).

Nesse sentido, as regiões não são igualmente capazes de rentabilizar uma produção (SANTOS, 1997) visto que o processo de territorialização pelo qual passam, associado ao sistema de ações sobre o sistema de objetos, é capaz de determinar, levando em consideração um determinado contínuo histórico, a competitividade das regiões.

Assim, as cidades enquanto resultado da urbanização são constituídas de formas diferentes para cada sociedade que as habita, tal qual como no conjunto de sistema de objetos e sistema de ações atreladas a um contínuo histórico. Também na noção de subespaço de um espaço territorial, as cidades não se configuram de maneira única, apresentando, por consequência, atributos diferenciados em cada região.

Entretanto, o espaço da cidade, por si só, não é uniforme nem homogêneo, mas é recortado por fragmentos que a compõem, por subespaços presentes em seu interior e que guardam suas próprias diferenciações. Esses subespaços podem ser denominados bairros ou regiões (sub-regiões), lugares específicos internos às cidades (SANTOS, 1997).

As cidades, no contexto atual de análise, e para fins do presente estudo, são compreendidas de forma similar às regiões, pois **são caracterizadas como um grande agrupamento do mundo urbano, como uma concentração de pessoas num determinado espaço onde estas estabelecem, entre outras, relações sociais, culturais, econômicas e financeiras**, assim como sugere a reunião das abordagens de Raffestin (1993), Santos (1997) e Mumford, (1998). Discute-se a seguir o tema da competitividade.

2.2 COMPETITIVIDADE

Nesta seção, buscando compreender as dimensões e fatores que influenciam a competitividade das cidades, serão abordados os conceitos de competitividade, os construtos de análise da competitividade com enfoque em nível de nação (os quais permitem extrapolações para análises em nível das cidades) e, por fim, será traçada uma análise comparativa entre esses construtos.

2.2.1 Conceito de competitividade

No presente subitem, visando formular uma compreensão geral a respeito da competitividade, serão observadas as considerações de alguns autores, a fim de formular uma visão geral sobre a competitividade.

A grande dificuldade em observar todos os fatores que influenciam a competitividade e seu caráter multidisciplinar, faz com que existam várias abordagens a respeito do tema. Dessa maneira, muitos conceitos e enfoques são lançados na tentativa de oferecer uma definição de competitividade. Assim sendo, é necessário a observação dos conceitos que formam uma linha de pensamento que corresponda ao contexto contemporâneo, para que seja possível formular um conceito comum e condizente com os fatores preponderantes na atualidade.

Prahalad e Hamel (1990) compreendem a competitividade relacionando-a com as competências essenciais das empresas. Esses autores consideram a competitividade, em longo prazo, como a capacidade das empresas em atingirem, mais rapidamente e a custo mais baixos que seus competidores, as capacidades essenciais para a criação de produtos inovadores. No curto prazo, a competitividade para os autores fundamenta-se em características de preços e desempenho de produtos.

Slack (1993) afirma que a competitividade (das empresas) relaciona-se com um melhor desempenho das atividades de manufatura das mesmas em relação aos seus concorrentes. Assim sendo, o autor expõe que, ao criar um produto melhor do que sua concorrência e de acordo com o prazo acordado com os clientes, a empresa obtém a vantagem em manufatura e que esta, por sua vez, promove ganhos de competitividade.

Porter (1993) acredita que a competitividade em nível nacional deve ser conceituada com base na ideia de produtividade nacional. Para o autor, o país como um todo (Governo, indústrias e outros) deve fornecer condições para que as empresas possam atingir altos níveis de produtividade e formas de mantê-los ao longo do tempo.

Segundo Porter (1993), um padrão de vida elevado, tal qual o crescimento social, depende da produtividade com a qual o país emprega seus recursos. Complementando as ideias de Porter (1993), Waheeduzzman (2002) relaciona a competitividade com o bem-estar dos cidadãos de um país, sendo que ela é constituída com base na renda e no padrão de vida dos mesmos.

As definições de Porter (1993) e Waheeduzzman (2002) integram uma linha de pensamento segundo a qual o crescimento econômico de um país, determinado pelo nível de produtividade, é capaz de gerar ganhos suficientes para melhorar o bem-estar de seus cidadãos.

Esser *et al.* (1995) entendem a competitividade de forma sistêmica. Para eles a competitividade associa-se à interação de diferentes fatores que promovem a obtenção de vantagens competitivas. Esses fatores são divididos em níveis: (i) capacidade nacional de coordenação (Nível Meta); (ii) condições macroeconômicas estáveis (Nível Macro); (iii) importância das políticas seletivas (Nível Meso); e (iv) transição às melhores práticas (Nível Micro).

Em paralelo, Coutinho e Ferraz (2002) compreendem a competitividade em relação à capacidade de implementar e formular estratégias concorrenciais. Para os autores, compreender a competitividade sob um enfoque que se baseia nas características das firmas ou produtos relacionados ao desempenho mercadológico, ou eficiência técnica de produção,

cria um entendimento da competitividade de forma estática e, dessa maneira, não permite a observação do comportamento dos indicadores ao longo do tempo, mas sim apenas durante o período e o contexto proposto em análise.

Machado-da-Silva e Barbosa (2002) afirmam que a competitividade não se relaciona apenas com o contexto econômico, mas também com pressões técnicas, que partem de outras organizações e da sociedade. Os autores abordam a competitividade como a capacidade de estabelecer-se em posição privilegiada e sustentável em relação ao ambiente.

Prahalad e Hamel (1990), Slack (1993), Esser *et al.* (1995), Coutinho e Ferraz (2002) e Machado-da-Silva e Barbosa (2002) verificam a competitividade com base na capacidade de articulação de estratégias, a fim de contrapor os movimentos ambientais, fundamentados na análise da característica desse ambiente.

Os enfoques das análises discutidas podem ser melhor observados no Quadro 3 (Análise da competitividade, p.28).

Quadro 3 – Enfoque de análise da competitividade

Autores	Enfoque
Porter (1993), Waheeduzzman (2002)	O crescimento econômico de um país, determinado pelo nível de produtividade do mesmo, é capaz de gerar ganhos suficientes para melhorar o bem-estar de seus cidadãos.
Coutinho e Ferraz (2002), Machado-da-Silva e Barbosa (2002), Prahalad e Hamel (1990), Esser et al. (1995) Slack (1993)	A competitividade tem base na capacidade de articulação de estratégias, a fim de contrapor os movimentos ambientais, embasados na análise da característica de cada ambiente.

Fonte: Elaborado pelo autor

Perpassando os enfoques e análises desses autores, assim como as correntes teóricas nas quais os mesmos estão inseridos, torna-se evidente a divergência de abordagens apresentadas por esses estudiosos. Em suas análises Porter (1993) e Esser *et al.* (1995) abordam a competitividade em nível nacional, isto é., os autores buscam verificar os determinantes da competitividade das nações.

Por outro lado, Waheeduzzman (2002) aborda a competitividade no nível da firma, buscando verificar os determinantes que influem na competitividade das empresas. Já Coutinho e Ferraz (2002) estudam a competitividade em nível da indústria, ou seja, verificam os fatores de influência aos quais os setores econômicos estão submetidos. Slack (1993), por sua vez, trata da competitividade em nível de produto; dessa forma, este autor visa a verificação dos fatores que interferem na competitividade sobre os produtos oferecidos pelas empresas.

O Quadro 4 (Abordagens da competitividade, p.29) resume a abordagem de análise da competitividade apresentada pelos autores citados.

Assim, a noção de competitividade empregada neste estudo busca abranger os principais enfoques abordados, tratando da mesma, em nível das cidades, como: **a capacidade de articulação de fatores com o objetivo de atrair e desenvolver uma estrutura adequada para a promoção do desenvolvimento.** Essa definição está de acordo, mediante adaptações, com as definições de Prahalad e Hamel (1990), Porter (1993), Slack (1993), Esser *et al.* (1995), Coutinho e Ferraz (2002), Machado-da-Silva e Barbosa (2002) e Waheeduzzman (2002).

Quadro 4 - Abordagens da competitividade

Autores	Foco
Porter (1993) e Esser et al (1995).	Nação
Coutinho e Ferraz (2002)	Indústria
Waheeduzzman (2002), Machado-da-Silva e Barbosa (2002) e Prahalad e Hamel (1990).	Empresa
Slack (1993).	Produto/Serviço

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2.2 Modelos de análise da Competitividade

Este item apresenta os diferentes modelos de análise de competitividade que possuem foco na análise de nações, propostos pelos autores pesquisados. O foco em nações justifica-se por estar de acordo com os objetivos do presente trabalho que visa a caracterizar um modelo de competitividade das cidades. No entanto, tornam-se necessárias algumas adaptações, tendo em vista as diferenças entre as abordagens em nível de nação e das cidades.

Conforme Santos (1997), o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e, também, contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações como já mencionado nesse trabalho. Nesse sentido, seguindo as definições empregadas neste estudo e presentes no item 2.2.2, a região (cidade), segundo o mesmo autor, pode ser considerada como um subespaço de um espaço nacional total.

Dessa maneira, é possível realizar extrapolações, mediante adaptações, de fatores relacionados ao desenvolvimento das nações para fatores relacionados ao desenvolvimento de cidades. Assim sendo, para fins deste trabalho, serão abordados modelos que enfoquem a competitividade em nível de nação.

Conforme Dorneles (2011), os modelos de análise da competitividade que possuem abordagem em nível de país são os modelos GDI – *German Development Institute*, IMD – *International Institute for Management Development*; GCR – *Global Competitiveness Report*, Diamante de Porter, Necessidade e Suficiência da Competitividade e Conexão da

Competitividade Nacional e da Firma. O resumo das afirmações da autora são considerados no Quadro 5 (Comparativo dos frameworks de competitividade, p. 30).

Quadro 5 - Comparativo dos frameworks de competitividade

Abordagem	Framework	Enfoques	Dimensões
País	GDI	Sistêmico	Meta, Macro, Meso e Micro
	IMD	Ambiente Nacional	Políticas, Sociais e Culturais
	GCR	Ambiente Nacional	Fatores direcionadores das economias; direcionadores de eficiência das economias; direcionadores da inovação das economias
	Diamante	Ambiente Nacional	Condições de fatores; Condições de demanda; Indústrias correlatas e de apoio; Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas.
	Necessidades e Suficiência da competitividade	Ambiente Nacional	Micro e Macro
	Conexão da competitividade nacional e da firma	Ambiente Nacional	Governo e Capacidade da firma

Fonte: Adaptado de Dorneles (2011, p.52)

Tais modelos são melhor detalhados a seguir.

2.2.2.1 GDI - German Development Institute (Instituto alemão de desenvolvimento)

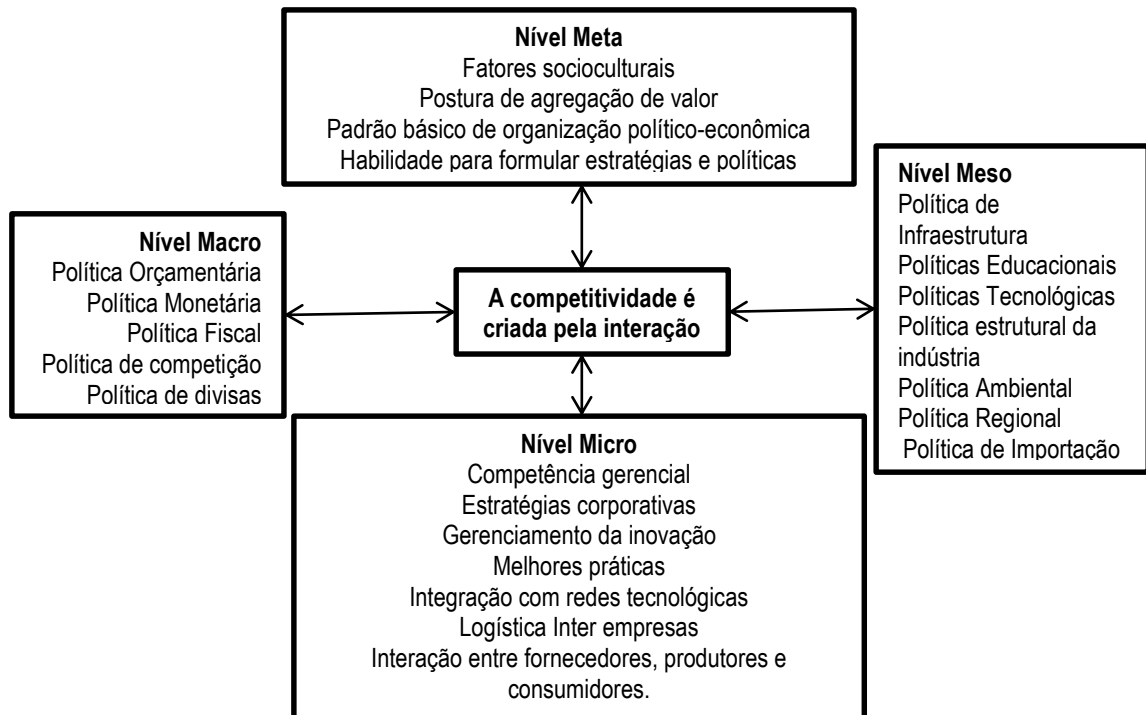
Conforme Esser *et al.* (1995), os novos padrões de competição, conceitos organizacionais e tecnologias culminaram em um novo ambiente econômico global. Desse modo, os países mais eficientes em criar condições para a competitividade de suas organizações são aqueles que conseguem articular os atores políticos, econômicos, sociais e tecnológicos buscando moldar o ambiente de negócios de acordo as novas necessidades.

Esses autores utilizam-se da ideia de competitividade sistêmica com base em que a competitividade de uma economia está relacionada com a articulação de um sistema de quatro níveis, sendo eles: meta, macro, meso e micro, nos quais a competitividade, o diálogo e a tomada de decisão compartilhada formam um contexto multidimensional de articulação entre os níveis e promovem a integração dos grupos de atores (ESSER *et al.*, 1995). Embasados no conceito de que os países mais competitivos não são aqueles que apostam somente na competitividade individual das empresas, no livre comércio incondicional e em um Estado limitado a regular e monitorar, mas sim nos que buscam ativamente promover vantagens de localização e competitividade, Esser *et al.* (1995) objetivaram desenvolver um modelo de análise que compreendesse a competitividade de forma sistêmica.

O modelo da competitividade sistêmica proposto pelos autores tem por função analisar a maneira como são geradas vantagens competitivas mediante a interação de vários fatores de relevância de um sistema que, conforme Esser *et al.* (1995) estão fundamentado sem uma organização social. A análise proposta por Esser *et al.* (1995) evidencia a

necessidade de interação entre os níveis propostos, pois cada nível possui fatores preponderantes para a promoção da competitividade. A Figura 1 (Competitividade sistêmica, p.31) expõe a inter-relação dos níveis, conforme modelo em análise.

Figura 1- Competitividade sistêmica



Fonte: Traduzido de Esser et al. (1995, p.25)

No nível **meta**, três fatores são preponderantes: (i) **primeiro**, consenso social a respeito da orientação de mercado e mercado global; (ii) **segundo**, padrão de organização política, econômica e social permita que os pontos fortes dos atores relevantes sejam focados, mobilizem a comunicação social e processos de aprendizagem. Além disso, os padrões propostos devem reforçar a inovação nacional, promover vantagens competitivas e crescimento; (iii) **terceiro**, vontade e capacidade de implementar uma estratégia a médio e longo prazo de concorrência, para o desenvolvimento tecnoindustrial orientado. Ao nível **macro** cabe a incumbência de promover um *framework* de concorrência efetiva que assegure a pressão sobre as empresas, buscando o aumento de produtividade, reduzindo diferenças entre empresas mais inovadoras e competitivas em nível internacional.

Conforme Esser *et al.* (1995), a condição necessária para a satisfação desses fatores é um quadro macroeconômico estável que garanta os preços não distorcidos e condições de financiamento favoráveis, além de uma política de concorrência que impeça o surgimento de situações de monopólio, taxa de câmbio e política comercial nem as exportações, enquanto

evite ações de sobretaxa de processos de resposta, mesmo de empresas adaptáveis, inviabilizando a concorrência das importações danosas, que podem levar a déficits comerciais elevados. A preocupação em moldar o ambiente específico em que as empresas operam, remete ao nível **meso**, segundo Esser *et. al.*(1995). Esse é o lugar onde o Estado e os atores da sociedade em nível nacional, regional e local estão criando vantagens de localização.

No nível **meso**, uma política de proteção de importações de indústrias emergentes de desenvolvimento potencial - limitada no tempo e ligada a critérios claros de desempenho - pode facilitar o processo de construção de vantagens competitivas nível das empresas. Em cada país, a formulação e a implementação de políticas, em nível regional e local, ganham importância, e a interação entre administrações regionais ou locais, instituições de P&D – Pesquisa e Desenvolvimento e grupos empresariais locais podem melhorar a qualidade de um local industrial (ESSER, *et al.*, 1995).

Em nível **micro**, tem-se a gestão eficaz das técnicas e processos de aprendizagem organizacional em nível tecnológico, gerando condições necessárias para a promoção de inovação contínua de produtos e processos, assim como a gestão orientada para otimizar a divisão de trabalho Inter organizacional, incentivando a interação entre empresas industriais, empresas fornecedoras, empresas de serviços, instituições especializadas em P&D e, também, a intensificação dos contatos entre produtores e usuários (ESSER *et al.* 1995). O resumo contendo as dimensões e os respectivos fatores de competitividade expostos no modelo GDI estão considerados no Quadro 6 (Resumo do modelo GDI, p.32).

Quadro 6 - Resumo do modelo GDI

Dimensões	Fatores
Meta	Fatores socioculturais, valores compartilhados; Padrão básico de organização político-econômica; Competência estratégica e política dos atores sociais.
Macro	Política monetária; Política orçamentária; Política fiscal; Política de concorrência; Política de divisas; Política comercial.
Meso	Política de importação e exportação; Política de infraestrutura; Política educacional; Política tecnológica; Política regional; Desenvolvimento de novos ramos da indústria; Política Ambiental.
Micro	Qualificação da força de trabalho e competência gerencial; Estratégias; Melhores práticas de gestão da cadeia de valores; Integração de redes de tecnologia; Logística inter-firmas; Impulsos inovadores de processos de aprendizagem.

Fonte: Adaptado de Esser et al. (1995)

2.2.2.2 IMD - International Institute for Management Development (Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Gestão)

Conforme Rosselet–McCauley (2011), o *World Competitiveness Yearbook* (WCY) é o relatório mais completo e abrangente publicado sem interrupções desde 1989. Em 2011, o

WCY cobriu 59 economias, todas relevantes nos mercados internacionais. A escolha das economias a serem analisadas relaciona-se ao impacto das mesmas sobre a economia global.

O objetivo do *IMD World Competitiveness Yearbook (WCY)* é ser considerado o primeiro ponto de acesso para a competitividade mundial. Ele visa oferecer um ponto de referência mundial para estatísticas e dados de opinião que destaquem a competitividade em economias-chaves. O WCY analisa e classifica os modos como as nações e empresas gerenciam a totalidade das suas competências, para alcançar uma maior prosperidade.

Conforme a metodologia empregada no WCY (2011), a competitividade de uma economia não pode ser aferida apenas com a observação do PIB e da sua produtividade, já que as empresas também precisam lidar com dimensões políticas, sociais e culturais. Portanto, de acordo com esse relatório, as nações necessitam fornecer um ambiente que proporcione estrutura mais eficiente, com instituições e políticas que incentivem a competitividade das empresas.

O IMD (2011) utiliza-se de quatro fatores principais para a análise da competitividade: (i) desempenho econômico, (ii) eficiência governamental, (iii) eficiência das empresas e (iv) infraestrutura. Tais fatores são subdivididos em vinte subfatores que, em conjunto, perfazem mais de 300 critérios. Os critérios utilizados pelo IMD (2011) são resultado de pesquisas que reúnem estudos econômicos de fontes nacionais e regionais, além de *feedback* da comunidade de negócios, agências governamentais e acadêmicas. O IMD possui uma rede de 54 institutos parceiros que auxiliam no acompanhamento e na confiabilidade dos critérios utilizados. Os quatro fatores principais de análise da competitividade, segundo o IMD (2011), estão considerados no Quadro 7 (Fatores de competitividade modelo IMD, p.33).

Quadro 7 - Fatores de competitividade modelo IMD (2011)

Fatores	Subfatores
Performance governamental	Economia doméstica; Comércio internacional; Investimento internacional; Emprego; Preços.
Eficiência do governo	Finanças públicas; Política fiscal; Estrutura institucional; Legislação de negócios; Estrutura social.
Eficiência das empresas	Produtividade; Mercado de trabalho; Finanças; Práticas de gestão; Valores e atitudes.
Infraestrutura	Infraestrutura básica; Infraestrutura tecnológica; Infraestrutura científica; Saúde e meio ambiente; Educação.

Fonte: Adaptado de Rosselet-McCauley (2011)

2.2.2.3 GCR - Global Competitiveness Report (Relatório global de competitividade)

O *Global Competitiveness Report (GCR)*, há mais de trinta anos vem analisando e comparando fatores que sustentam a competitividade entre as nações (WEF, 2011). O

principal objetivo do GCR é fornecer informações e estimular a discussão entre as partes interessadas a respeito das melhores estratégias e políticas que possibilitam ultrapassar os obstáculos para o crescimento da competitividade.

O GCR utiliza-se de um indicador denominado *Global Competitiveness Index* (GCI). Este indicador, por sua vez, tem por objetivo agregar informações micro e macroeconômicas. Além disso, indicador reúne dados agrupados em 12 pilares da competitividade:

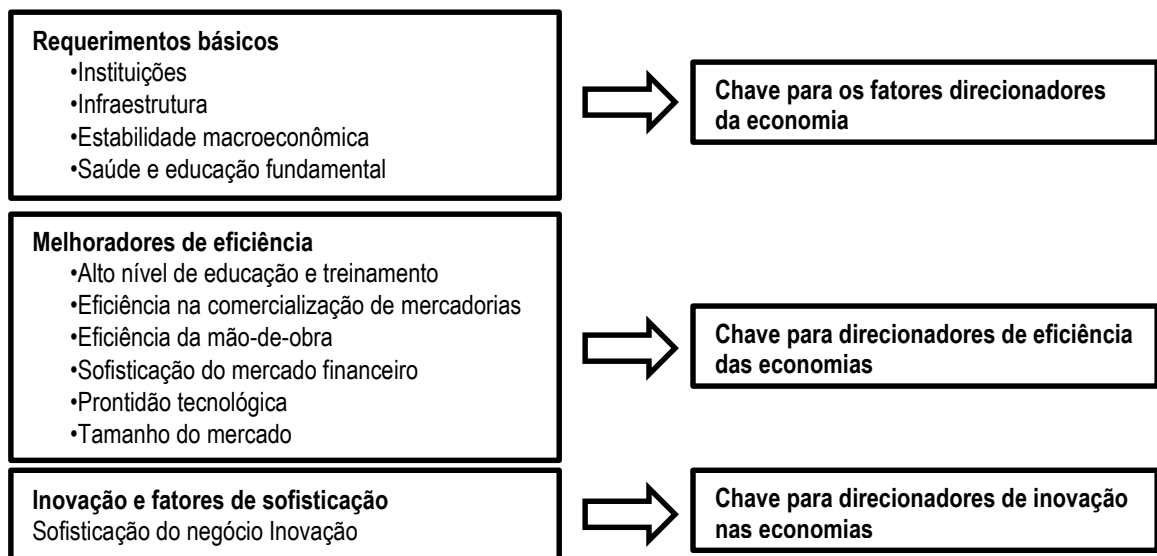
- **Instituições:** referem-se ao quadro legal e administrativo com o qual os indivíduos, empresas e governos interagem, a fim de gerar riquezas.
- **Infraestrutura:** é importante para determinar a localização das atividades econômicas e os tipos de atividade ou setores que podem desenvolver-se em uma determinada localidade.
- **Ambiente macroeconômico:** avalia a estabilidade do ambiente macroeconômico.
- **Saúde e educação básica:** leva em consideração o investimento na prestação de serviços de saúde. Além disso, este pilar analisa a quantidade e a qualidade da educação básica recebida pela população.
- **Ensino superior e treinamento:** a maior qualidade em educação superior e treinamento é crucial para o crescimento das economias que buscam melhorias em processos de produção e produtos.
- **Eficiência de mercado:** países com mercados eficientes estão bem posicionados para produzir um composto de produtos e serviços corretos, dadas as suas particulares de condições de oferta e demanda, assim como se mostram privilegiados, também, na busca de garantir que tais produtos e serviços sejam melhor negociados em sua economia.
- **Eficiência do mercado de trabalho:** busca garantir que os trabalhadores sejam alocados de forma mais eficiente à economia e, além disso, sejam mais eficazes em seus trabalhos.
- **Desenvolvimento do mercado financeiro:** o maior desenvolvimento do mercado financeiro objetiva alocar os recursos de uma nação e, também aqueles que entram na economia a partir do estrangeiro, para usos mais produtivos.
- **Preparação tecnológica:** a tecnologia é essencial para as empresas poderem competir e prosperar.

- **Tamanho do mercado:** os tamanhos dos mercados afetam a produtividade, uma vez que grandes mercados permitem às empresas explorar economias de escala.
- **Sofisticação do negócio:** a maior sofisticação das práticas de negócios conduz a maiores índices de eficiência na produção de bens e serviços.
- **Inovação:** no longo prazo, os padrões de vida podem ser melhorados apenas pela inovação tecnológica.

Os autores afirmam que os pilares não são independentes e que muitos servem para apoiar os outros. Assim sendo, a análise dos mesmos só deve ser realizada de forma integral, tendo em vista que uma fraqueza em um determinado pilar pode causar impactos negativos em outros.

Conforme WEF *World Economic Forum* (2011), os países encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento. Com isso, a melhor forma para um determinado país gerar ganhos de competitividade varia de acordo com o seu nível de desenvolvimento. A Figura 2 (Inter-relação dos pilares, p.35) exhibe a disposição dos pilares da competitividade segundo a necessidade de foco principal para diferentes tipos de países.

Figura 2 - Inter-relação dos pilares



Fonte: WEF (2011, p.9)

Os 12 pilares da competitividade, conforme WEF (2011), categorizados segundo o estágio de desenvolvimento proposto pelo modelo, estão considerados no Quadro 8 (Resumo GCR, p.36).

Quadro 8- Resumo GCR

Nível de desenvolvimento	Pilares da competitividade
Requerimentos básicos	Instituições; Infraestrutura; Ambiente Macroeconômico; Saúde e educação básica.
Melhoradores de eficiência	Educação superior e treinamento; Eficiência de mercado; Eficiência do mercado de trabalho; Desenvolvimento do mercado financeiro; Preparação tecnológica; Tamanho do mercado.
Inovação e fatores de sofisticação	Sofisticação dos negócios; Inovação.

Fonte: Adaptado de WEF (2011, p. 9)

2.2.2.4 Modelo Diamante de Porter

Porter (1990) emprega um conceito de competitividade em que a mesma está relacionada com o nível de produtividade que as empresas alcançam em uma determinada região. Em sequência, a produtividade de todos os insumos disponíveis é o gerador da prosperidade nacional. Nesse sentido, Porter (1990) define que a competitividade é o nível de prosperidade que uma região pode sustentar ao longo do tempo.

As regiões tornam-se competentes através da oferta de ambientes produtivos e de negócios para as empresas. Com isso, a única maneira pela qual uma região melhora seu padrão de vida é obtendo empresas competitivas que podem pagar salários altos e crescentes. No decurso do tempo, a prosperidade aumenta quando as empresas se tornam mais produtivas e inovadoras (PORTER, 1993). Para este autor, os fatores que influenciam a competitividade são: áreas econômicas em geral, grupos de países vizinhos, países, regiões, *clusters*³ e firmas.

O autor expõe que os determinantes da competitividade são formados por competitividade macroeconômica (infraestrutura social e instituições políticas, políticas macroeconômicas), competitividade microeconômica (qualidade do ambiente de negócios nacional, estado de desenvolvimento dos *clusters* e sofisticação das operações e estratégias das empresas).

Na **competitividade macroeconômica**, observa-se a **política macroeconômica**, que se refere à política fiscal, política monetária e gestão macroeconômica; e a **infraestrutura social e a instituições políticas**, que estão atrelados ao desenvolvimento humano, regras e leis e instituições políticas (PORTER, 1993).

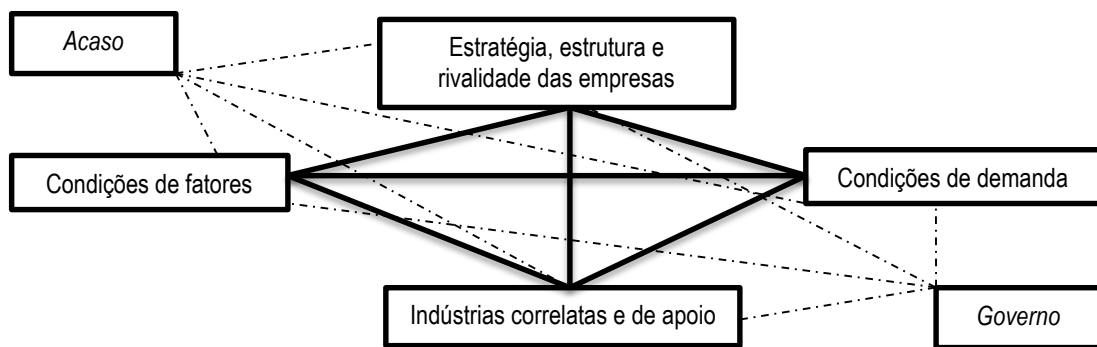
Na **competitividade microeconômica**, são explicitados: a **qualidade do ambiente de negócios**, que se refere a condições do ambiente externo de negócios; o **estado de desenvolvimento do cluster** que ressalta a presença de massa crítica de empresas em campos

³ Agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou estado para todo um país ou mesmo uma rede de países vizinhos (PORTER 1999, p. 211)

específicos; a **sofisticação das operações e estratégias das empresas**, que dizem respeito a habilidades internas das empresas e suas capacidades práticas de gestão.

Esse autor verifica que a evolução das responsabilidades sobre o desenvolvimento econômico, passa de um modelo no qual, através de decisões políticas e incentivos, o governo impulsiona a economia, para um modelo cujo processo de desenvolvimento econômico é de responsabilidade colaborativa, envolvendo o governo nos seus múltiplos níveis, companhias, instituições de ensino, pesquisa e instituições de colaboração. Em conformidade com o exposto, Porter (1993) introduz seu **modelo de competitividade nacional**, como mostra a Figura 3 (Modelo Diamante de Porter, p.37), onde são expostos os quatro fatores de análise da competitividade: **condição de fatores**, **condição de demanda**, **estratégia, estrutura e rivalidade das empresas** e **indústrias correlatas e de apoio**.

Figura 3 - Modelo diamante de Porter



Fonte: Adaptado de Porter (1995)

As **condições de fatores** referem-se aos fatores de produção, infraestrutura e trabalho especializado da indústria; as **condições de demanda** estão relacionadas às características de demanda interna do mercado; a **estratégia, estrutura e rivalidade das empresas** associam-se à maneira como as empresas são criadas, organizadas e dirigidas, levando em conta a rivalidade interna; as **indústrias correlatas e de apoio** correlacionam a presença ou ausência de indústrias abastecedoras e correlatas (PORTER, 1993).

Ainda, para Porter (1993), o acaso e o governo são variáveis importantes e, também, consideradas condicionantes da competitividade. O acaso refere-se a possibilidades imprevistas como guerras, retaliações, atentados, acontecimentos políticos e outros. O governo, para o autor, tem a capacidade de influenciar a competitividade na medida em que oferece políticas que influenciam os demais determinantes.

Por outro lado, as principais críticas ao modelo diamante proposto por Porter (1993), decorrem dos seguintes autores: Dunning (1993), Rugman e D’Cruz (1993), Hodgetts (1993), Cartwright (1993), Rugman e Verbeke (1993). O centro de suas críticas ao modelo está no

alcance da teoria, pois esses autores consideram que apesar da utilização de alguns países, Porter possui uma visão “americanizada” que acaba por não atender bem os fenômenos em pequenos países.

Dunning (1993) aponta sua crítica ao modelo de Porter (1993), ao argumentar que a visão do autor subestima o entendimento de globalização da produção e mercados em relação à obtenção de vantagem competitiva. Assim, Dunning (1993) propõe uma reconsideração em quase todos os pontos abordados no modelo Diamante. Para Dunning (1993), o principal problema do Diamante de Porter (1993) é que em vez de considerar as influências internas sobre o modelo, como um caso especial das influências globais, ele considera estas últimas como um "complemento" às primeiras.

Rugman e D’Cruz (1993) acreditam que a atividade multinacional não pode ser abordada como uma variável exógena no Diamante, conforme exposto na crítica de Dunning (1990), nem mesmo sendo considerado internamente qualquer um dos determinantes do Diamante de Porter (1993). Cartwright (1993) empreende críticas ao modelo Diamante de Porter (1993) considerando que o fator acaso, enquanto crítico para a estratégia de negócios internacionais, seja de difícil previsão e, por consequência, de igual dificuldade de prevenção. Além disso, o autor expõe que Porter produziu um modelo que se aplica às considerações específicas das empresas, e não das nações. O resumo das dimensões e dos fatores da competitividade, conforme exposto por Porter (1995) no modelo Diamante, estão exibidos no Quadro 9 (Resumo Diamante de Porter, p.38).

Quadro 9- Resumo diamante de Porter

Dimensões	Fatores
Condição de fatores	Produção, infraestrutura e trabalho especializado da indústria.
Condições de demanda	Demanda interna do mercado
Indústrias correlatas e de apoio	Presença ou ausência de indústrias abastecedoras e correlatas.
Estratégia estrutura e rivalidade das empresas	Maneira como as empresas são criadas, organizadas e dirigidas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2.2.5 Modelo de Necessidade e Suficiência da Competitividade

Ao analisar a competitividade em relação ao crescimento das economias, Ezeala-Harrison (2005), informa que não existe uma relação de causa e efeito entre a competitividade e a economia, mas sim uma relação de reciprocidade causal entre ambas.

Para o autor, a competitividade gera crescimento (econômico), que por sua vez, promove melhorias de competitividade. Dessa maneira, a reciprocidade existente entre a competitividade e o crescimento econômico é a base para o desempenho econômico de um país.

Para Ezeala-Harrison (2005), a competitividade de um país em relação aos demais possui diversos fatores de influência, que vão desde o crescimento da produtividade até o avanço em pesquisa e desenvolvimento, além de ganhos no superávit comercial, progresso em produtos de alta tecnologia e manutenção de uma força de trabalho altamente capacitada.

Dessa perspectiva, o autor enfatiza que a sustentação, ao longo do tempo, da competitividade de um país está vinculada a sua capacidade de influenciar esses fatores e de implementar políticas (econômicas) necessárias.

O modelo proposto por Ezeala-Harrison (2005) possui duas dimensões: a de necessidades e a de suficiência da competitividade. As dimensões referem-se ao país e à firma e são denominadas respectivamente como macro e micro.

- **Macro:** associa-se ao padrão político e ideológico das autoridades e legisladores, o qual se aplica em nível nacional, assim promovendo as condições de suficiência.
- **Micro:** associa-se à competitividade em nível da empresa ou setor e tem por finalidade a observação dos determinantes que influenciam a competitividade nesses níveis.

Ezeala-Harrison (2005), para medir a relação entre a produção e os insumos utilizados, base para o nível micro, utiliza-se do *Total Factor Productivity* – TFP (Fator de Produtividade Total - FPT). Este fator leva em consideração o total da produção em relação ao total de insumos empregados na mesma. Assim, as condições para a competitividade de um país são a produção a custos comparáveis ou inferiores a seus concorrentes internacionais, a manutenção de níveis crescentes de TFP e a eficiência em custos.

A dimensão Macro, conforme Ezeala-Harrison (2005), está atrelada ao grau de internacionalização da economia, ao tamanho da dívida pública, ao tamanho do *déficit* orçamentário, grau de diversificação de produtos e mercados exportadores, nível de barreiras protecionistas impostas ou removidas, a viabilidade do setor financeiro e à qualidade da infraestrutura e instalações públicas.

A relação entre os níveis micro e macro, de acordo com o exposto por Ezeala-Harrison (2005), ocorre na medida em que as empresas de um determinado país podem atingir as condições (Micro) necessárias para tornarem-se mais competitivas. Contudo se fatores de suficiência (Macro) não estiverem em consonância, a capacidade dos mesmos em manterem-se competitivos pode ser afetada e, com isso, o país passa a sofrer as consequências de ser menos competitivo que os demais.

O resumo das dimensões e fatores da competitividade, conforme modelos de suficiência e necessidade da competitividade, estão apresentadas no Quadro 10 (resumo modelo de suficiência e necessidade da competitividade, p.40).

Quadro 10 - Resumo do modelo de necessidade e suficiência da competitividade

Dimensões	Fatores
Macro (Suficiência)	Grau de internacionalização da economia, o tamanho da dívida pública, o tamanho do déficit orçamentário, o grau de diversificação de produtos e mercados exportadores, o nível de barreiras protecionistas impostas ou removidas, a viabilidade do setor financeiro e a qualidade da infraestrutura e instalações públicas.
Micro (Necessidades)	A produção a custos comparáveis ou inferiores a seus concorrentes internacionais, a manutenção de níveis crescentes de TFP e a eficiência em custos e mercado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2.2.6 Conexão da Competitividade Nacional e da Firma

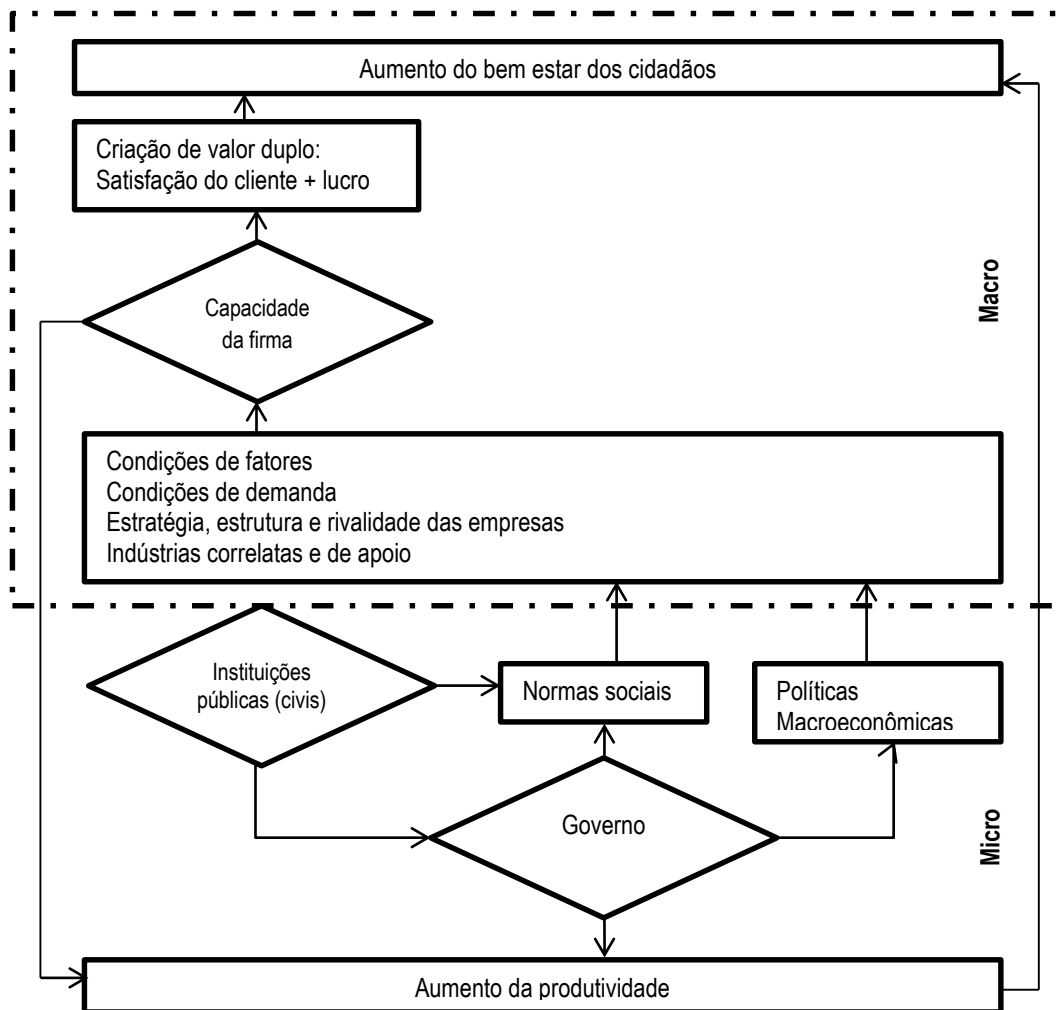
Visando relacionar os níveis micro e macro da competitividade, Chikán (2008) empreendeu pesquisas junto às principais instituições mundiais relacionadas à competitividade (WEF - *World Economic Forum*, IMD - *International Institute for Management Development*, OECD - *Organization for Economic Co-operation and Development* e EU - *European Union*), estudando a lacuna existente entre a competitividade das empresas e a das nações. Nesse sentido, o autor propõe um modelo que busca associar os níveis micro e macro utilizando-se do modelo Diamante de Porter.

Para Chikán (2008) a partir de definições de competitividade nacional e da firma, assim como do modelo Diamante, é possível estabelecer uma conexão significativa dos dois níveis. Para o autor, a utilidade dessa conexão se dá tanto para a conexão de resultados de pesquisas recentes como para a fundamentação de novas pesquisas.

A respeito da competitividade das empresas, Chikán (2008) expõe que a mesma é a capacidade de uma empresa em atender aos requisitos dos clientes e obter lucro de modo sustentável. Para o autor, essa capacidade é obtida através da oferta de bens e serviços de mercado que os clientes valorizam mais do que os oferecidos pelos concorrentes. Nesse nível, atingir a competitividade requer uma adaptação contínua da empresa em observação às mudanças das condições de normas sociais e econômicas.

A conexão entre os níveis macro e micro é estabelecida utilizando-se como base o modelo Diamante de Porter; a Figura 4 (Modelo de conexão dos níveis micro e macro, p.41) demonstra a conexão proposta por Chikán (2008).

Figura 4 - Modelo de conexão dos níveis micro e macro



Fonte: Adaptado de Chikán (2008, p. 27).

Para o governo tem a capacidade de influenciar normas sociais e a função de formular e aplicar políticas macroeconômicas. Por outro lado as normas sociais e as políticas macroeconômicas (influenciadas pelo governo) servem de base para a análise de nível micro.

Nesse sentido, o modelo proposto por Chikán (2008) explicita que as firmas necessitam desenvolver capacidades suficientes para que seja possível a sua melhor adequação aos fatores de nível macro; ao nível micro as pressões da competição global devem também ser, levadas em conta.

A competitividade nacional relaciona-se com o aumento do bem-estar dos cidadãos e da produtividade. Contudo, as capacidades das empresas têm, ainda papel fundamental nestes fatores. Com isso, as ligações da competitividade nacional e da firma ficam evidentes, formando um ciclo de dois níveis de competitividade.

O resumo das dimensões e dos fatores expostos por Chikán (2008), no modelo de conexão de competitividade nacional e da firma, está exposto no Quadro 11 (Modelo de Conexão da Competitividade Nacional e da Firma, p.42).

Quadro 11 - Resumo modelo de conexão da competitividade nacional e da firma

Dimensões	Fatores
Governo	Normas sociais, Instituições públicas (civis), Política Macro econômica.
Firma	Satisfação do cliente e lucro, Condições de fatores, Condições de demanda, Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas, Indústrias correlatas e de apoio.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2.3 Análise Comparativa dos modelos de Análise da Competitividade

A fim de compor uma análise comparativa entre os modelos expostos, faz-se necessário que algumas considerações sejam apresentadas, entre as quais a de que os conceitos de competitividade empregados nos modelos possuem divergências devido às suas diferentes dimensões, enfoques, objetivos e elementos. Tais fatores fazem com que os modelos da competitividade, em análise, com enfoque específico em nações, apresentem diferenças fundamentais baseadas em seus contextos de formulação.

Com o objetivo de relacionar os critérios analisados segundo similaridades em seus conceitos e objetivos, como já apresentados por seus autores, foram estipulados níveis de análises (paralelos) para a observação de como cada modelo dispõe suas dimensões frente às diferentes concepções dos elementos da competitividade em nível de regiões. Os níveis de análise mencionados referem-se a: (i) **nível normas e padrões, leis, políticas e gestão pública**; (ii) **nível estrutural**; e (iii) **nível empresarial**.

O nível de análise que reúne as **normas, padrões, leis, políticas e gestão pública**, abrange os fatores sobre os quais as sociedades, mediante a articulação dos atores sociais, possuem influência na competitividade de uma região.

Nesse sentido, no modelo GDI, em sua dimensão **meta**, segundo Esser *et al.* (1995), os fatores representam a capacidade nacional de coordenação. Nessa perspectiva, conforme Esser *et al.* (1995), o nível **macro** tem por objetivo promover um *framework* de concorrência que estabeleça pressão sobre as empresas e reduza diferenças entre empresas mais inovadoras e competitivas em nível internacional. O nível **meso**, para os mesmos autores, tem por função a análise do ambiente específico em que as empresas operam. Assim, os níveis meta, macro e meso do modelo GDI compõem fatores ligados às normas, padrões, leis, políticas e gestão pública.

O modelo de conexão da competitividade nacional e da firma apresenta, em sua dimensão **governo**, de acordo com Chikán (2008), que o governo além de possuir a função de formular políticas macroeconômicas, em conjunto com instituições públicas (civis), tem a capacidade de influenciar normas sociais.

Assim sendo, a dimensão governo do modelo de conexão da competitividade nacional e da firma alinha-se com o nível proposto, na medida em que tem por função observar como as normas e padrões da sociedade influenciam na competitividade das empresas.

O modelo IMD, em sua dimensão **eficiência do governo**, conforme o WCY (2011), demonstra que deve ser preocupação de uma nação estabelecer políticas que incentivem a competitividade das empresas.

Porter (1993), em seu modelo Diamante, apresenta a dimensão **governo** como sendo um fator que tem por finalidade gerar políticas que influem nos demais fatores de competitividade. Assim, a dimensão governo, baseada nesse modelo, busca analisar como as leis e as políticas estabelecidas influenciam a competitividade das nações.

O Quadro 12 (Análise comparativa: normas, padrões, leis, políticas e gestão pública, p.44) resume as dimensões que se referem ao nível de análise de normas, padrões, leis, políticas e gestão pública.

Traçando um paralelo entre os modelos analisados, nesse nível de análise (normas, padrões, leis, políticas e gestão pública), é possível extrair quatro categorias que apresentam maiores similaridades entre os fatores apontados por cada modelo de análise. Nesse sentido as categorias mencionadas são: **fatores socioculturais, políticas, leis e gestão pública**.

A categoria **fatores socioculturais** diz respeito às normas e padrões que definem a estrutura social de uma sociedade. Já, a categoria **políticas** visa compreender como as políticas aplicadas nas regiões impactam em sua competitividade. A categoria **leis** reúne fatores que apontam a interferência causada pelas leis em vigor na competitividade das cidades

Por último, a categoria **gestão pública** tem por objetivo analisar como o gerenciamento das questões públicas influencia a competitividade das regiões.

O Quadro 13 (Categorias: Fatores socioculturais, padrões, leis, políticas e gestão pública, p.44) resume os fatores que se relacionam à essa categoria.

Quadro 12 - Análise comparativa: normas, padrões, leis, políticas e gestão pública.

Nível de análise	Dimensões	Fatores	Modelos
Normas, Padrões, Leis, Políticas e Gestão pública.	Meta	Fatores socioculturais e valores compartilhados; Padrão básico de organização político-econômica; Competência estratégica e política dos atores sociais.	GDI
	Macro	Política monetária; Política orçamentária; Política fiscal; Política de concorrência; Política de divisas; Política comercial.	
	Meso	Política de importação e exportação; Política de infraestrutura; Política educacional; Política tecnológica; Política regional; Desenvolvimento de novos ramos da indústria; Política Ambiental.	
	Governo	Normas sociais, Instituições públicas (civis), Política Macroeconômica.	Con. da comp. nac. e da firma
	Eficiência do governo	Finanças públicas; Política fiscal; Estrutura institucional; Legislação de negócios; Estrutura social.	IMD
	Governo	Políticas	Diamante

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 13 - Categorias: Fatores socioculturais, padrões, leis, políticas e gestão pública.

Categorias	Fatores	Modelos
Fatores socioculturais	Normas sociais	Conexão da competitividade nacional e da firma
	Competência e políticas dos atores sociais	GDI
Políticas	Política fiscal.	GDI/IMD
	Política monetária.	GDI
	Política orçamentária.	
	Política de concorrência.	
	Política de divisas.	
	Política comercial.	
	Política de importação e exportação.	
	Política de infraestrutura.	
	Política educacional.	
	Política tecnológica.	
	Política regional.	
Política ambiental.		
Política macroeconômica.	Conexão da competitividade nacional e da firma	
Leis	Legislação de negócios.	IMD
Gestão pública	Finanças públicas.	
	Padrão básico de organização político-econômica.	GDI

Fonte: Elaborado pelo autor

O nível de análise **estrutural** busca delimitar as dimensões elencadas pelos autores dos modelos, que possuem o objetivo de analisar as características, natureza e qualidade dos relacionamentos que interferem na competitividade em uma região. Nesse nível de análise os modelos IMD, GCR, Diamante; e Necessidade e Suficiência da Competitividade possuem dimensões elencadas.

O modelo IMD em suas dimensões **infraestrutura** e **performance governamental** refere-se, conforme o WCY (2011), à estrutura e às instituições que possuem o objetivo de promover a competitividade de uma nação. Assim, essas dimensões fazem referência à perspectiva proposta nesta pesquisa (estrutura), na medida em que a mesma objetiva a análise da estrutura de uma região e suas influências na competitividade da mesma. O modelo GCR,

nas dimensões **requerimentos básicos** e **melhoradores de eficiência**, visa observar a natureza e a qualidade dos fatores que interferem na competitividade de uma região. Com isso, as dimensões apresentam subsídios suficientes para serem inseridas na perspectiva proposta.

O modelo Diamante apresenta as dimensões **condição de fatores, condições de demanda e indústrias correlatas e de apoio** buscando expor as características dos fatores que influenciam a competitividade de uma nação. O modelo Necessidade e Suficiência da Competitividade, em sua dimensão **macro**, refere-se ao resultado das ações apoiadas nos padrões políticos e ideológicos das autoridades e legisladores que aplicados em nível nacional, promovem condições de suficiência da competitividade. E com isso, as dimensões descritas nos dois modelos (Diamante e Necessidade e Suficiência da Competitividade) estão de acordo com a perspectiva de análise estrutural. O Quadro 14 (Análise comparativa: Estrutural, p.45) resume as dimensões alinhadas ao nível de análise estrutural.

Quadro 14 - Análise comparativa: Estrutural

Nível de análise	Dimensões	Fatores	Modelos
Estrutural	Infraestrutura	Infraestrutura básica; Infraestrutura tecnológica; Infraestrutura científica; Saúde e meio ambiente; Educação.	IMD
	Performance governamental	Economia doméstica; Comercio internacional; Investimento internacional; Emprego; Preços.	
	Requerimentos básicos	Instituições; Infraestrutura; Ambiente Macroeconômico; Saúde e educação básica.	GCR
	Melhoradores de eficiência	Educação superior e treinamento; Eficiência de mercado; Eficiência do mercado de trabalho; Desenvolvimento do mercado financeiro; Preparação tecnológica; Tamanho do mercado	
	Condição de fatores	Produção, infraestrutura e trabalho especializado da indústria.	Diamante
	Condições de demanda	Demanda interna do mercado	
	Indústrias correlatas e de apoio	Presença ou ausência de indústrias abastecedoras e correlatas	
	Macro	Grau de internacionalização da economia, o tamanho da dívida pública, o tamanho do déficit orçamentário, o grau de diversificação de produtos e mercados exportadores, o nível de barreiras protecionistas impostas ou removidas, a viabilidade do setor financeiro e a qualidade da infraestrutura e instalações públicas.	Necessidade e suficiência da competitividade

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise conjunta dos modelos verificados, sob essa perspectiva (Estrutural), possibilita reunir os fatores apontados pelos autores dos modelos em dez categorias.

A primeira categoria é o **Emprego**, ela reúne questões ligadas ao nível de emprego de uma cidade. A categoria **Empregabilidade** possui fatores relacionados à capacidade das pessoas de uma cidade serem empregadas. Em sequência, a categoria **Saúde**, possui elementos que visam medir o nível de saúde das pessoas.

Ainda a categoria **Educação**, a verificação do nível de escolaridade. A categoria **Ciência e tecnologia**, a capacidade científica e tecnológica da cidade. A categoria **Infraestrutura básica**, reúne os fatores relacionados ao saneamento, acesso à água e comunicações. E a categoria **Instituições públicas**, resume os elementos relacionados a forma como as instituições impactam na competitividade das cidades.

A categoria **fatores externos às empresas** tem por objetivo investigar a qualidade do ambiente de mercado que faz parte de uma região. A categoria **economia interna** tem por objetivo a análise das características econômicas de abrangência regional (Nação, estado e cidade). E, por último, a categoria **economia externa** reúne fatores que permitem identificar as características econômicas que são externas às regiões.

O Quadro 15 (Categorias: Emprego, empregabilidade, saúde, educação, ciência, tecnologia, infraestrutura básica, instituições públicas, fatores externos às empresas, economia interna e economia externa, p.46.) resume os fatores e os modelos que compõem a dimensão estrutural conforme a categorização proposta.

Quadro 15 - Categorias: Emprego, empregabilidade, saúde, educação, ciência, tecnologia, infraestrutura básica, instituições públicas, fatores externos às empresas, economia interna e economia externa.

Categorias	Fatores	Modelos
Emprego	Emprego	IMD
Empregabilidade	Eficiência do mercado de trabalho	GCR
Saúde	Saúde e meio ambiente	IMD
	Saúde	GCR
Educação	Educação	IMD
	Educação básica	GCR
	Educação superior e treinamento	
Ciência e tecnologia	Infraestrutura científica	IMD
	Infraestrutura tecnológica	GCR
	Preparação tecnológica	
Infraestrutura básica	Infraestrutura básica	IMD
Instituições públicas	Instituições	GCR
Fatores externos às empresas	Preços	IMD
	Tamanho do mercado	GCR
	Trabalho especializado da indústria	Diamante
	Produção	
	Presença ou ausência de indústrias abastecedoras e correlatas	
	Demanda interna do mercado	
Economia Externa	Grau de internacionalização da economia	Nec. e Suf. Da comp.
	Grau de diversificação de produtos e mercados exportadores	
	Nível de barreiras protecionistas impostas ou removidas	
	Comércio internacional	IMD
	Investimento internacional	
	Investimento internacional	
Economia interna	Desenvolvimento do mercado financeiro	GCR
	Economia doméstica	IMD
	Tamanho da dívida pública	Nec. e Suf. Da Comp.
	Tamanho do déficit orçamentário	
	Viabilidade do setor financeiro	

Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando agora o nível de análise **empresarial**, este refere-se à organização, gestão e demais características das empresas de uma determinada região. Nesse sentido, os modelos analisados expõem dimensões como: eficiência das empresas; inovação e fatores de sofisticação; estratégia estrutural e rivalidade das empresas; estratégia organizacional; firma; e micro.

Dessa maneira, nessa perspectiva, a competitividade regional é observada levando-se em conta o modo como as organizações se inserem em seus mercados e no contexto social, a fim de atingirem ganhos de competitividade embasados em ações próprias realizadas com base nas normas, leis, padrões, políticas e características estruturais das regiões nas quais estão inseridas.

O Quadro 16 (Análise comparativa: Empresarial, p.47) resume as dimensões que se inserem no nível de análise que observa a dinâmica entre ações e características das empresas e regiões.

A análise conjunta dos modelos verificados, sob essa perspectiva (Empresarial), possibilita reunir os fatores apontados pelos autores dos modelos em uma categoria. Nesse sentido, a categoria mencionada é denominada **fatores internos às empresas**. Esta categoria refere-se à gestão e às características das empresas de uma região.

O Quadro 17 (Categorias: Fatores internos às empresas, p.48) resume os fatores e os modelos abordados nessa dimensão.

Quadro 16 - Análise comparativa empresarial

Nível de análise	Dimensões	Fatores	Modelos
Empresarial	Micro	Qualificação da força de trabalho e competência gerencial; Estratégias; Melhores práticas de gestão da cadeia de valores; Integração de redes de tecnologia; Logística interfirmas; Impulsos Inovadores de processos de aprendizagem.	GDI
	Micro	A produção a custos comparáveis ou inferiores a seus concorrentes internacionais, a manutenção de níveis crescentes de TFP e a eficiência em custos/mercados.	Nec. e suf. Da Comp.
	Firma	Satisfação do cliente e lucro, Condições de fatores, Condições de demanda, Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas, Indústrias correlatas e de apoio.	Con. da Comp. Nac. e da firma
	Eficiência das empresas	Produtividade; Mercado de trabalho; Finanças; Práticas de gestão; Valores e atitudes.	IMD
	Inovação e fatores de sofisticação	Sofisticação dos negócios; Inovação.	GCR
	Estratégia estrutural e Rivalidade das empresas	Maneira como as empresas são criadas, organizadas e dirigidas e a Rivalidade interna.	Diamante

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 17 - Categoria: Fatores internos às empresas

Categoria	Fatores	Modelo
Fatores internos as empresas	Estratégias	GDI / Con. da comp. nac. e da firma
	Sofisticação dos negócios	GCR
	Inovação	
	Práticas de gestão	IMD
	Valores e atitudes	
	Finanças	
	Produtividade	
	Melhores práticas de gestão da cadeia de valores	GDI
	Qualificação da força de trabalho e competência gerencial	
	Integração de redes de tecnologia	
	Logística interfirmas	
	Impulsos inovadores de processos de aprendizagem	Con. da comp. nac. e da firma
	Satisfação do cliente e lucro	
	Rivalidade interna	Diamante
	Eficiência em custos/mercado	Nec. e suf. da comp.
	Manutenção de níveis crescentes de TFP	
Produção a custos comparáveis ou inferiores a seus concorrentes internacionais		

Fonte: Elaborado pelo autor

Os diferentes enfoques e contextos de análise dos modelos utilizados fazem com que alguns fatores sejam melhor compreendidos, no presente contexto de análise, sob dimensões diferentes das originais.

Com isso, o fator **mercado de trabalho**, com origem no modelo IMD, visa à análise de como a qualidade e a disponibilidade de trabalhadores afetam as empresas. Por esse motivo, este fator, no modelo IMD, faz parte da dimensão eficiência das empresas, que tem por objetivo a análise de como as características das empresas afetam o desenvolvimento de uma região. No presente contexto de análise, as características ligadas à qualidade e disponibilidade de trabalhadores de uma cidade estão inseridas na categoria empregabilidade que, conforme descrito anteriormente, relaciona-se com a dimensão estrutural.

Os fatores **condições de demanda, condições de fatores, estrutura e rivalidade das empresas e indústrias correlatas e de apoio** do modelo conexão da competitividade nacional e da firma, em seu contexto, fornecem subsídios para a verificação de como as empresas afetam a competitividade das regiões. Contudo, a análise das empresas, nesse modelo, está associada à análise das características dos mercados nos quais as empresas operam, sem distinção. No presente contexto, considera-se que as empresas e os mercados influenciam-se mutuamente, e tais interações são capazes de interferir na competitividade das cidades. Com base nessa compreensão, ao analisar as características de cada fator separadamente (empresas e mercado), torna-se possível apontar os ganhos ou falhas que ocorrem nessas interações. Com isso, esses, que compunham a perspectiva empresas, são

melhor compreendidos, no presente contexto de análise, sob a categoria fatores externos às empresas.

Os fatores **instituições públicas (civis)** e **estrutura institucional** dos modelos Conexão da competitividade nacional e da firma e IMD, respectivamente, estão elencados nas dimensões governo (Conexão da competitividade nacional e da firma) e eficiência do governo (IMD), pois em seus contextos, esses fatores buscam determinar como as características estruturais das sociedades e das instituições, ambas atreladas às ações de governo. No presente contexto de análise, as características e as instituições que compõem uma região são analisadas na categoria instituições públicas, visto que esta tem por objetivo a verificação de como as características das instituições de uma sociedade exercem influência sobre a competitividade das cidades relacionando-se com a perspectiva de análise estrutural, conforme exposto anteriormente.

O **fator estrutura social**, do modelo IMD, tem o objetivo de verificar a influência de questões estruturais básicas de uma sociedade na competitividade de uma região. No presente contexto de análise, a verificação desses fatores está ligada à categoria infraestrutura básica, já que o fator estrutura social é melhor compreendido sob a categoria mencionada.

O Quadro 18 (Análise comparativa: Adaptações, competitividade, p.49) resume os elementos adaptados e suas respectivas categorias, os quais foram inseridos sob novas perspectivas.

Quadro 18 - Análise comparativa: Adaptações, competitividade.

Perspectiva de origem	Perspectiva de destino	Categorias	Fatores	Modelos
Empresarial	Estrutural	Empregabilidade	Mercado de trabalho	IMD
		Fatores externos às empresas	Condições de fatores	Conexão da competitividade nacional e da firma
			Condições de demanda	
			Estrutura e rivalidade das empresas	
Indústrias correlatas e de apoio				
Normas, padrões, leis, políticas gestão pública.		Instituições públicas	Instituições públicas (civis)	Estrutura institucional
	Infraestrutura básica		Estrutura social	

Fonte: Elaborado pelo autor

O Quadro 19 (Resumo: Análise comparativa da competitividade p.50) exhibe as dimensões e as categorias estruturadas para a investigação da competitividade das cidades, conforme análise proposta no presente estudo.

Quadro 19 - Resumo: Análise comparativa da competitividade

Nível de análise	Categorias	Modelos
Normas, padrões, leis, políticas e gestão pública	Fatores socioculturais	Con. da comp. Nac. e da firma, IMD e GDI
	Políticas	
	Leis	
	Gestão pública	
Estrutural	Emprego	IMD, GCR, Diamante, Nec. e Suf. Da Comp., Com. Da Comp. Nac. e da Firma
	Empregabilidade	
	Fatores externos as empresas	
	Saúde	
	Educação	
	Ciência	
	Tecnologia	
	Infraestrutura básica	
	Instituições Públicas	
	Economia interna	
	Economia externa	
Empresarial	Fatores internos às empresas	GDI, GCR, IMD, Con. Comp. Nac. e da firma, Diamante.

Fonte: Elaborado pelo autor

Discute-se a seguir os construtos relacionados a sustentabilidade.

2.3 RSC E SUSTENTABILIDADE

Nesta seção, visando à compreender as dimensões e fatores de análise da sustentabilidade das cidades, serão abordados os conceitos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e de Sustentabilidade, bem como as ferramentas de análise da Sustentabilidade. E, por fim, será traçada uma análise comparativa entre essas ferramentas.

2.3.1 Conceito de sustentabilidade

Conforme Garriga e Melé (2004) a partir da segunda metade do século XX, acirrou-se o debate a respeito da Responsabilidade Social Corporativa, mas foi com o trabalho seminal de Bowen (1953) que os estudos nessa área avançaram para as contribuições a respeito dessa temática.

Bowen (1953) afirmava que a responsabilidade social corporativa estava ligada às obrigações dos homens de negócios, e que estes deveriam adotar diretivas que alinhassem as empresas com os valores e objetivos da sociedade. Para esse autor a RSC estava ligada às noções de responsabilidade pública, obrigações sociais e moralidade comercial.

Garriga e Melé (2004), ao analisarem as teorias a respeito da Responsabilidade Social Corporativa, desenvolveram quatro tipologias para o tratamento dado ao tema. Para os autores, as teorias a respeito da RSC podem ser classificadas conforme segue: (i) Teorias instrumentais, (ii) Teorias políticas, (iii) Teorias integrativas e (iv) Teorias relacionadas à ética.

As teorias instrumentais reúnem as teorias que possuem foco no cumprimento de objetivos econômicos através da atividade social. As ações sociais são instrumento para melhoria da reputação da empresa, podendo atrair mais clientes e aumentar a rentabilidade. Os autores instrumentais consideram o atendimento às demandas sociais, desde que essas produzam lucros. As abordagens que compõem essa tipologia são: Maximização do Lucro dos *Shareholders* e Estratégias para obtenção de vantagens competitivas.

As teorias relacionadas à tipologia política possuem foco no uso responsável do poder das organizações na arena política, uma vez que o uso do poder político nas relações com a sociedade tem a capacidade de influenciar o equilíbrio de mercado. Assim sendo, nessa tipologia, estão compreendidas as teorias: Marketing relacionado à Causas, Constitucionalismo corporativo, Teoria do contrato social e Teoria da cidadania corporativa.

Já, a tipologia integrativa enfoca a integração das questões sociais com as atividades de negócios, visando à satisfação das demandas sociais. Como as organizações dependem da sociedade para a sua continuidade, o desempenho social é suporte para a obtenção de legitimidade junto à sociedade, e isso leva as organizações a integrar as demandas sociais nas suas decisões. As teorias que compreendem essa tipologia são: *Issues management*, Responsabilidade pública, Gestão pelo *Stakeholder* e Performance social corporativa.

A quarta tipologia está relacionada à ética, tendo foco na busca pelo certo, a partir dos princípios éticos que as organizações devem seguir, independente dos efeitos econômicos que possam ser decorrentes disso. As teorias predominantes dessa tipologia são: Teoria normativa dos *Stakeholders*, Direitos universais, Desenvolvimento sustentável e a Teoria do bem comum.

O quadro 20 (Comparativo das abordagens da RSC, p.52) resume as relações entre as tipologias desenvolvidas por Garriga e Melé (2004). Essa tipologia, com especificidades divergentes, possui generalidades que são comuns.

A maior divergência se dá pelas ideias do liberal Milton Friedman, que compartilha das teorias instrumentais, considerando que a única responsabilidade da empresa com a sociedade é a maximização dos lucros para os acionistas. Friedman (2005) informa que a responsabilidade social das empresas é a maximização de lucros, dentro dos limites da lei.

Para esse autor a única responsabilidade dos gestores das empresas é gerar lucros para os *Shareholders*, pois Friedman (2005) acredita que através do lucro das empresas aumenta-se o bem-estar de uma sociedade. Para ele, a performance social de uma empresa e a maximização de lucros dos *Shareholders* somente são possíveis em algumas condições restritas.

Quadro 20 - Comparativo das abordagens da RSC

Tipologias	Foco	Teorias	Autores
Instrumentais	Cumprimento de objetivos econômicos através da atividade social.	Maximização do lucro dos <i>Shareholders</i> e Estratégias para obtenção de vantagens competitivas.	Friedman (1970), Jensen (2000), Porter e Kramer (2002), Hart (1995), Litz (1996), Prahalad e Hammond (2002), Hart e Christensen (2002) e Prahalad (2003)
Políticas	Uso responsável do poder das organizações na arena política.	Causa relacionada ao Marketing, Constitucionalismo corporativo, Teoria do contrato social e Teoria da cidadania corporativa.	Varadarajan e Menon (1988), Murray e Montanari (1986), Davis (1960, 1967), Donaldson e Dunfee (1994,1999), Wood e Lodgson (2002), Andriof e McIntosh (2001) Matten e Crane (in press)
Integrativas	Integração das demandas sociais com a atividade de negócios	<i>Issues management</i> , Responsabilidade pública, Gestão pelo <i>Stakeholder</i> e Performance social corporativa.	Sethi (1975), Ackerman (1973), Jones (1980), Vogel (1986), Wartick e Mahon (1994), Preston e Post (1975, 1981), Mitchell et al. (1997), Agle e Mitchell (1999), Rowley (1997), Carroll (1979), Wartick e Cochran (1985), Wood (1991b) e Swanson (1995)
Éticas	Busca pelo certo, a fim de atingir uma boa sociedade.	Teoria normativa dos Stakeholders, Direitos universais, Desenvolvimento sustentável e a teoria do bem comum.	Freeman (1984, 1994), Evan e Freeman (1988), Donaldson e Preston (1995), Freeman e Phillips (2002), Phillips et al. (2003), The Global Sullivan Principles (1999), UN Global Compact (1999), World Commission on Environment and Development (Brutland Report) (1987), Gladwin e Kennelly (1995), Alford e Naughton (2002), Melé(2002) e Kaku (1997)

Fonte: Adaptado de Garriga e Melé (2004)

Na tipologia proposta por Garriga e Melé (2004), as generalidades comuns residem na preocupação em contemplar e considerar as necessidades da sociedade. Frente às percepções a respeito das imperfeições dos mercados, dos problemas sociais e ambientais e a discussão a respeito do papel das organizações na sociedade, surge o conceito de desenvolvimento sustentável. O mesmo propõe-se a unir as preocupações com o crescimento econômico, resolução de problemas sociais e preservação do meio ambiente.

Conforme o *World Commission on Environment and Development* (WCED), (Relatório Brundtland, 1987), o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.

Nessa corrente de pensamento, Elkington (1998) desenvolveu o conceito do *Triple Bottom-Line*, no qual a sustentabilidade deve ser compreendida pela integração dos fatores econômicos, sociais e ambientais. No modelo de Elkington (1998), devido à dificuldade de considerar continuamente os fatores de forma integrada, o autor propõe três tipos de direcionadores a serem aplicados: (1) caso de negócio, quando os fatores ambientais e sociais estão em segundo plano com relação ao fator econômico; (2) caso humano, quando os fatores

ambientais e econômicos são deslocados em função do fator social; e (3) caso verde, quando os fatores econômicos e sociais são relaxados em função do fator meio ambiente. O autor sugere que conforme determinado caso, a empresa deve agir de acordo com o caso que melhor adaptar-se ao cenário apresentado.

Os termos Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa convergiram progressivamente e, hoje, englobam dimensões semelhantes e muitas vezes são aplicados como sinônimos ou comparáveis (EMERSON, 2003; MAZON, 2004; PETRINI e POZZEBON, 2010). Assim sendo, no presente trabalho, a RSC e a Sustentabilidade serão tratadas de forma comparável, respeitando-se as tipologias estabelecidas por Garriga e Melé (2004).

Em resumo, os conceitos de Sustentabilidade e RSC envolvem múltiplos níveis de análise (individual, grupo, empresa, comunidade, etc.) e múltiplos *Stakeholders* (funcionários, acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, membros da comunidade etc.). Além disso, as teorias da RSC e da Sustentabilidade consideram três dimensões convergentes: a social, a ambiental e a econômica (PETRINI e POZZEBON, 2010).

O objetivo desta seção, que buscou conceituar e definir RSC e Sustentabilidade, provoca a emergência de uma questão que merece destaque. Claramente, existe uma convergência entre os autores estudados no sentido de definir RSC e Sustentabilidade, baseando-se em princípios comuns: foco nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, buscando uma harmonização entre os três, para atender às demandas dos diferentes *Stakeholders*. Entretanto, percebe-se que, no uso popular desses temas, iniciativas relacionadas a questões sociais terminam por serem denominadas RSC, enquanto o termo sustentabilidade é empregado mais comumente quando relacionado a iniciativas e ações ambientais.

O presente estudo utiliza a conceitualização de sustentabilidade de acordo com as definições do relatório de Brundtland (1987), onde a mesma é vista como **a capacidade de atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades, considerando as dimensões econômicas, sociais e ambientais de forma integrada**, tal como Elkington (1998).

2.3.2 Ferramentas de análise da sustentabilidade

A conscientização a respeito dos limites naturais existentes quanto à sustentação das taxas de crescimento econômico e social fez com que novas perspectivas sobre o desenvolvimento surgissem. Dessa maneira, abordagens que busquem a integração de

aspectos econômicos, sociais e ambientais ganharam força a partir do final do século XX e passaram a constituir o conceito de Sustentabilidade. Contudo, conforme Van Bellen (2002), essas novas abordagens (de sustentabilidade) não vieram acompanhadas de uma discussão consistente acerca das medidas necessárias para alcançá-la.

Frente a tal constatação, Van Bellen (2002), através de um questionário formulado com base em uma lista de 18 indicadores de sustentabilidade, verificados após pesquisa bibliográfica e enviados a uma amostra intencional de 80 especialistas distribuídos em quatro categorias (organizações governamentais, organizações não governamentais, instituições de pesquisa ou ensino, instituições privadas), pode apontar, com base nos 45 respondentes de sua pesquisa, as ferramentas *Ecological Footprint*, *Dashboard of sustainability* e *Barometer of sustainability*, como sendo as mais relevantes no contexto internacional contemporâneo. Frente a essa constatação, os três modelos serão analisados a seguir.

2.3.2.1 *Ecological Footprint* (Pegada Ecológica)

Wackernagel e Rees (1996) propuseram uma ferramenta de análise da sustentabilidade que busca representar um espaço ecológico necessário para que um determinado sistema ou unidade possa se desenvolver. O modelo proposto enfocou a avaliação da dependência humana frente ao ecossistema. Os autores procuraram desenvolver uma ferramenta que, além de propiciar a análise da sustentabilidade, também auxiliasse na tomada de decisão e transmitisse consciência pública a respeito do meio ambiente (VAN BELLEN, 2002).

O *Ecological Footprint* ou “Pegada ecológica” é uma ferramenta que visa contabilizar a capacidade de carga de um sistema (WACKERNAGEL e REES, 1996; CHAMBERS *et. al.*, 2000), ou seja, o espaço físico necessário para o desenvolvimento de uma população em um dado ecossistema. Assim sendo, a ferramenta objetiva mensurar a área de um ecossistema necessária para provimento de energia, recursos naturais e absorção de resíduos rejeitados por a sua população.

O propósito principal da ferramenta é medir o grau em que as sociedades estão utilizando os recursos naturais de forma mais rápida do que o tempo necessário para sua regeneração. Nesse contexto, conforme Wackernagel e Rees (1996) e, posteriormente Wackernagel, Chambers e Simmons (2000), a pegada ecológica de uma população está relacionada à totalidade de espaço biologicamente produtivo que a mesma necessita para a produção de recursos para seu consumo e à sua capacidade de absorver os recursos os quais descarta, tendo como base a tecnologia utilizada no mesmo período de tempo. Em

complemento, tendo em vista que todos consomem recursos naturais, a pegada ecológica total da humanidade é relativa à soma total de todas as áreas independentemente de sua localização.

Assim sendo, dentro do contexto da ferramenta proposta, ao estimar a necessidade de utilização de terra para a produção, é possível então estimar a área necessária para suportar o consumo de uma determinada sociedade. Contudo, devido a restrições para a análise da demanda de todos os recursos, algumas categorias de indicadores são elencadas:

- **Alimentação:** inclui a área de cultivo, prados e pastos, pesca e áreas florestais indispensáveis para manter o consumo de uma sociedade, ou seja, o espaço necessário para a criação de animais, pesca, culturas vegetais e outros.
- **Habitação:** refere-se à área utilizada pelas zonas urbanas em relação ao consumo de energia, infraestrutura e outros.
- **Bens e Serviços:** são bens e serviços selecionados para a análise, como roupas, ferramentas, equipamentos eletrônicos, comunicação, eletrodomésticos, distribuição de água e esgoto, educação, assistência médica, serviços financeiros, turismo serviços governamentais e outros.
- **Transporte:** exemplos de transportes elencados são: ônibus, carros, trens, bicicletas, assim como a infraestrutura necessária, tal como: infraestrutura rodoviária, fabricação de veículos e outros.

Outras abordagens, como a da WWF - *World Wildlife Fund*. (2006), utilizam categorias referentes aos territórios; são elas: **território de biodiversidade, território construído, território de energia, território bioprodutivo**. Já, Wackernagel *et al.* (2002), em uma abordagem mais abrangente, subdividem os territórios em:

- **Áreas agrícolas:** cultivo de alimentos, forrageiras, fibras, oleaginosas e borracha;
- **Pastagens:** produção de carne, leite e lã;
- **Áreas florestais:** extração de madeira, carvão e celulose;
- **Áreas de pesca e captura de peixes:** piscicultura, captura de peixes e outros;
- **Áreas construídas:** acomodação de infraestruturas de habitação, transporte e indústria;
- **Áreas de sequestro de carbono ou de reposição de combustíveis fósseis:** emissão de CO₂, efeito estufa e outros.

Várias críticas à ferramenta foram surgindo, conforme foram expostas distorções em seus conceitos e aplicações. Uma delas é a de que, segundo o Global Footprint Network

(2006) e WWF (2006), a pegada ecológica não permite a realização de análises sociais e econômicas. Tais considerações foram levantadas devido à forte concentração do indicador na dimensão ambiental. Além disso, a ferramenta é capaz de levantar questões para a análise da relação entre a capacidade e a demanda ambiental; contudo, não permite apontar algum tipo de alternativa para minimizar ou alterar essa relação.

Van den Bergh e Verbruggen (1999) acreditam que a análise em nível regional proposta pela ferramenta induz a distorções levadas pela agregação de valores. Além disso, para os autores, a ferramenta observa o uso hipotético, e não o real, da terra, na medida em que a mesma desconsidera que as unidades de terra podem possuir mais de uma função. Outro ponto indicado pelos autores é que o Ecological Footprint não reconhece as vantagens da concentração espacial e especialização, mas propicia a constatação de que a ferramenta é parcial e contraria o livre comércio, o que permite aos autores concluir:

Tal viés comercial pode facilmente levar à estranha conclusão de que o “déficit ecológico” só pode ser reduzido mediante expansão territorial (mais terra) ou uma política populacional extremamente restritiva (como na China) [...] Em conclusão, a EF é inadequada como uma ferramenta para a formulação de políticas: ela pode suportar opções políticas insustentáveis, ineficientes e até mesmo imorais (VAN DEN BERGH e VERBRUGGEN, 1999, p. 71).

Apesar das críticas, a ferramenta Ecological Footprint mostra seu valor na medida em que é capaz de demonstrar e conscientizar a sociedade a respeito da relação de baixa sustentabilidade entre os padrões de consumo e produção com os recursos naturais disponíveis. Outro aspecto importante, é a verificação de que a maneira de utilização da natureza pode ser um limitante do desenvolvimento para países ou regiões e, ainda, conforme Van Bellen (2002), a pegada ecológica é um indicador que possui grande campo para aplicação prática, tendo em vista que o mesmo pode ser utilizado para análises globais, continentais, nacionais, regionais, organizacionais e individuais.

O Quadro 21 (Resumo *Ecological Footprint*, p.56) exibe um resumo contendo as dimensões e suas respectivas descrições, necessárias para a realização do cálculo do *Ecological Footprint*:

Quadro 21 - Resumo Ecological Footprint

Dimensão	Descrição
Áreas agrícolas	Cultivo de alimentos, forrageiras, fibras, oleaginosas e borracha.
Pastagens	Produção de carne, leite e lã.
Áreas florestais	Extração de madeira, carvão e celulose.
Áreas de pesca e captura de peixes	Pesca e captura de peixes.
Áreas construídas	Acomodações das infraestruturas de habitação, transporte e indústria.
Áreas de sequestro de carbono ou de reposição de combustíveis fósseis	Sequestro de carbono ou reposição de combustíveis fósseis.

Fonte - Elaborado pelo autor com base em Wackernagel *et al.* (2002)

2.3.2.2 *Dashboard of sustainability* (Painel de controle da Sustentabilidade)

A ferramenta foi desenvolvida pelo *Consultative Group on Sustainable Development Indicators* - Grupo Consultivo sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Esse é um grupo internacional formado por especialistas em sustentabilidade sob coordenação do *International Institute for Sustainable Development* - Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD).

O grupo propôs um sistema que possibilita o fornecimento de informações que visam apontar o nível e a capacidade de sustentabilidade do desenvolvimento. Esse sistema pode ser utilizado em países, regiões, empreendimentos, empresas e outros.

Conforme Hardi (2000, *apud* VAN BELLEN, 2002), o *Dashboard of Sustainability* tem por finalidade informar aos tomadores de decisão, à mídia e ao público em geral, o estágio de desenvolvimento de um sistema, seja este público ou privado, de pequena ou grande escala, nacional, regional, local ou setorial, em relação à sua sustentabilidade.

Nesse sentido, o *Dashboard of Sustainability* foi desenvolvido buscando imitar a aparência de um painel de medidores de um carro ou um avião. Nesse contexto, três *displays* são utilizados para a medição de desempenho; são eles: **ambiental, social, econômico**.

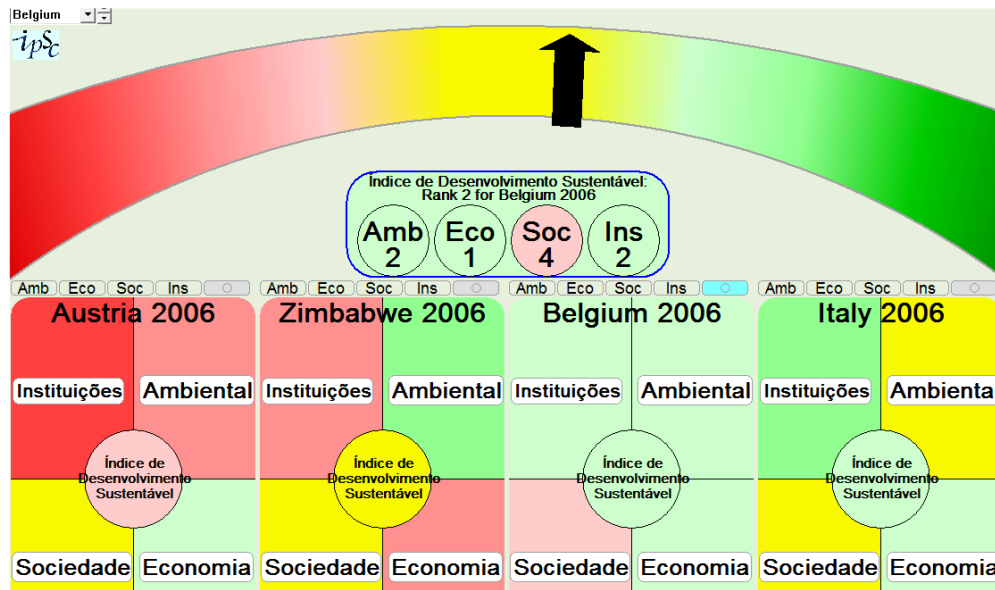
As dimensões iniciais do modelo são: (i) **Dimensão Social** - equidade, saúde, segurança, educação, habitação e população; (ii) **Dimensão Econômica** - estrutura e padrões de consumo e de produção; e (iii) **Dimensão Ambiental** - solo, ar, águas e biodiversidade (HARDI e JESINGHAUS, 2002). Posteriormente, uma quarta dimensão foi inserida: a (iv) **institucional** - ela busca estimar e verificar a formulação e a execução de políticas públicas.

O *Dashboard of Sustainability* objetiva exibir um índice agregado de vários indicadores de acordo com a dimensão definida, seja ela a social, a ambiental, a econômica ou a institucional.

Um cálculo é realizado mediante a utilização de um *software* desenvolvido pelo IISD, para atingir o valor dos índices agregados através da consideração dos indicadores. Em complemento, é verificada a média dos índices agregados, a fim de obter-se um índice de sustentabilidade global (*Sustainable Development Index*, SDI).

A Figura 5 (*Dashboard of sustainability*, p.58) expõe a maneira como os *displays* de medição de desempenho são apresentados no *software* desenvolvido pelo IISD, nesse sentido, os valores dos indicadores são dispostos em formato de gráfico de pizza conforme um arranjo de cores que vão desde o vermelho escuro, para uma situação crítica, até o verde escuro, para uma situação ótima, passando pela cor amarela para representar uma situação aceitável.

Figura 5 - Dashboard of Sustainability



Fonte - Elaborado pelo autor, utilizando o software disponibilizado pelo IISD (2012)

Para Hardi e Jesinghaus (2002), as dimensões propostas devem abranger algumas temáticas, conforme segue:

- (i) **Meio Ambiente:** qualidade da água, lixos tóxicos, resíduos, solo, ar e outros;
- (ii) **Economia:** emprego, investimentos, produtividade, energia, inflação e outros;
- (iii) **Sociedade:** crime, saúde, pobreza, governança, cooperação internacional e outros;
- (iv) **Institucional:** implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável, relações intergovernamentais ambientais, acesso à internet, comunicação e desastres naturais.

Os autores da ferramenta ressaltam que a mesma encontra-se, ainda, em desenvolvimento e longe de uma versão final. Assim sendo, visando a melhorar a aplicabilidade da ferramenta, devem ser utilizados indicadores reconhecidos internacionalmente, assim como os propostos pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Tais indicadores foram os expostos anteriormente.

O resumo contendo as dimensões, suas respectivas descrições, e indicadores necessários para a avaliação do *Dashboard of Sustainability*, é apresentado no Quadro 22 (Resumo *Dashboard of Sustainability*, p.59).

Quadro 22 - Resumo Dashboard of Sustainability

Dimensão	Temática	Indicadores
Natureza	Qualidade da água, lixos tóxicos, resíduos, solo, ar e outros.	Emissão de gases estufa; Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio; Concentração de poluentes atmosféricos; Terras aráveis; Uso de fertilizantes, Uso de agrotóxicos; Área florestal; Intensidade de corte de madeira; Desertificação; Moradias urbanas informais; Aquicultura; Uso de fontes de água renovável; Demanda bioquímica de oxigênio dos corpos d'água; Concentração de coliformes fecais em água potável; Área de ecossistemas nativos; Porcentagem de área protegida; Presença de mamíferos e pássaros.
Social	Emprego, investimentos, produtividade, energia, inflação e outros.	População que vive abaixo da linha de pobreza; Taxa de desemprego; Relação do rendimento médio mensal por sexo; Prevalência de desnutrição infantil; Taxa de mortalidade infantil; Esperança de vida; Tratamento adequado de esgoto; Acesso ao sistema de abastecimento de água; Acesso à saúde; Imunização contra doenças infecciosas infantis; Taxa de uso de métodos contraceptivos; Crianças que alcançam a 5ª série do Ensino Fundamental; Adultos que concluíram o Ensino Médio; Taxa de alfabetização; Área construída (<i>per capita</i>); Coeficiente de mortalidade por homicídios; Taxa de crescimento populacional; Urbanização.
Econômica	Crime, saúde, pobreza, governança, cooperação internacional e outros.	Produto Interno Bruto (<i>per capita</i>); Investimento; Balança comercial; Dívida externa; Empréstimos; Intensidade de uso de matéria-prima; Consumo comercial de energia; Fontes renováveis de energia; Uso de energia; Disposição adequada de resíduos sólidos; Geração de resíduos perigosos; Geração de resíduos nucleares; Reciclagem; Meios de transporte particulares.
Institucional	Implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável, relações intergovernamentais ambientais, acesso à internet, comunicação e desastres naturais	Implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável; Relações intergovernamentais ambientais; Acesso à internet; Linhas telefônicas; Despesas com pesquisa e desenvolvimento; Perdas humanas devido a desastres naturais; Danos econômicos devido a desastres naturais.

Fonte - Elaborado pelo autor com base em Hardi e Jesinghaus (2002)

2.3.2.3 *Barometer of sustainability* (Barômetro da sustentabilidade)

O *Barometer of sustainability* baseia-se na agregação de vários indicadores e índices, que variam em sua dimensão e característica em relação à forma de sua medição. Contudo, muitos indicadores não possuem uma unidade de medida similar. Nessa perspectiva Prescottt-Allen (1997) propõe uma escala de desempenho que visa a possibilitar a medição dos indicadores de forma igualitária. Essa escala determina que uma situação boa ou ótima serve para identificar um extremo, enquanto que as situações ruins ou péssimas identificam o outro extremo.

Dessa maneira, ao verificar o valor de determinado índice e ao definir um desempenho com base na escala proposta, é possível perceber um indicativo referente à direção que o índice está apontando (bom ou ótimo, ruim ou péssimo). Assim sendo, quanto mais índices forem utilizados, mais indicativos serão apresentados, com a agregação desses índices.

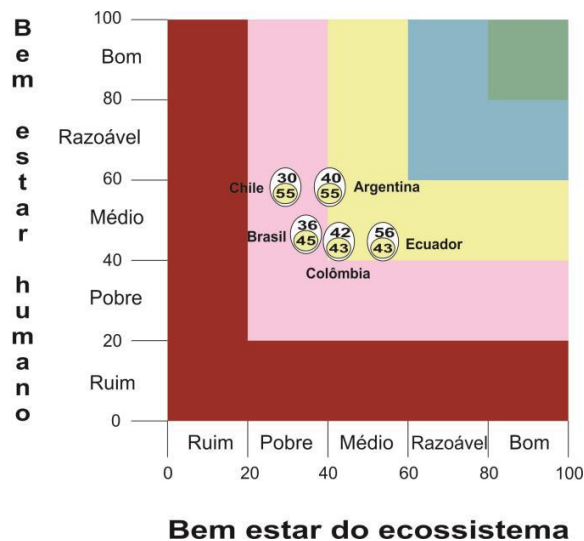
Conforme Prescott-Allen (1997), é possível obter uma visão geral do bem-estar de sociedade e do meio ambiente com base na totalidade dos indicativos apresentados.

A ferramenta busca verificar o bem-estar social em relação ao bem-estar do ecossistema. Os indicadores referentes ao ecossistema, segundo Prescott-Allen (1997), englobam **água, terra, ar, biodiversidade e utilização dos recursos**. Já, os referentes ao bem-estar social englobam **bem-estar individual, saúde, educação, desemprego, pobreza, rendimentos, crime, bem como negócios e atividades humanas**.

A representação dos índices de bem-estar humano e de bem-estar do ecossistema são inseridos em um gráfico bidimensional. Cada dimensão desse gráfico varia de 0 a 20 para ruim, de 20 a 40 para pobre, de 40 a 60 para médio, de 60 a 80 para razoável e de 80 a 100 para bom. O bem estar humano é inserido no sentido vertical e o bem-estar do sistema, no sentido horizontal; a intersecção dos pontos determina o nível de sustentabilidade do sistema medido. A Figura 6 (*Barometer of sustainability*, p.60) exhibe uma representação do gráfico proposto pela ferramenta.

Conforme Prescott-Allen (2001), os indicadores para utilização do *Barometer of Sustainability* devem propiciar uma verificação dentro da escala de desempenho ou, conforme Van Bellen (2002), devem ser utilizados indicadores que permitam a verificação de uma situação aceitável ou não aceitável. Assim, indicadores que possam identificar situações neutras, insignificantes ou de significância desconhecida devem ser excluídos, bem como os indicadores puramente descritivos, que devem ser ignorados, tendo em vista que fazem parte do contexto e não podem ser alterados.

Figura 6 - Barometer of sustainability



Fonte - Elaborado pelo autor com base em Prescott-Allen, 2001

Frente ao contexto, Prescott-Allen (2001) propõe um ciclo de seis estágios para a verificação dos indicadores utilizados; são eles: (1) Definir o sistema e as metas; (2) Identificar questões e objetivos; (3) Escolher os indicadores e critérios de performance; (4) Medir e organizar os indicadores; (5) Combinar os indicadores; e (6) Alocar, organizar e revisar dos resultados.

Para Van Bellen (2002), o uso da escala proposta para a utilização do modelo, assim como os pesos dos indicadores, fazem com que o método, para muitos autores, não seja considerado científico. Além disso, conforme o mesmo autor, os cálculos são, de certa maneira, complexos e podem ser realizados apenas se algumas metas numéricas ou padrões existirem.

O resumo contendo as dimensões, suas respectivas descrições, assim como a sugestões de indicadores para a utilização do *Barometer of Sustainability*, é apresentado no Quadro 23 (Resumo *Barometer of Sustainability*, p.61).

Quadro 23 - Resumo: *Barometer of sustainability*

Perspectiva	Dimensão	Indicadores
Bem-estar social	Saúde e população	Saúde mental e física, doença, mortalidade, fertilidade, mudança populacional.
	Riqueza	Economia, sistema financeiro, receita, pobreza, inflação, emprego, comércio, bens materiais, necessidades básicas de alimentação, água e proteção.
	Conhecimento e cultura	Educação, pesquisa, conhecimento, comunicação, sistema de crenças e valores.
	Comunidade	Direitos e liberdades, governança, instituições, lei, paz, crime, ordenamento civil.
	Equidade	Distribuição de benefícios entre raças, sexo, grupos étnicos e outras divisões sociais.
Bem-estar do ecossistema	Terra	Diversidade e qualidade das áreas de floresta, cultivo e outros ecossistemas incluindo modificação, conversão e degradação.
	Água	Diversidade e qualidade das águas e ecossistemas marinhos incluindo modificação, poluição e esgotamento.
	Ar	Qualidade do ar interna e externa, condição da atmosfera global.
	Espécies	Espécies selvagens, população, diversidade genética.
	Utilização de recursos	Energia, geração de dejetos, reciclagem, pressão da agricultura, pesca, mineração.

Fonte - Elaborado pelo autor com base em Van Bellen (2002)

2.3.3 Análise Comparativa das Ferramentas da Sustentabilidade

Para o atingimento dos objetivos do presente estudo, neste item serão realizadas análises que visam relacionar os indicadores e dimensões apontados pelas ferramentas expostas no item anterior. A finalidade da análise proposta é obter um quadro abrangente e integral de indicadores e dimensões, respeitando o contexto de análise de cada ferramenta, a respeito do desenvolvimento sustentável das regiões. Posteriormente, com a união dos resultados desta análise (item 2.3.3) com os resultados obtidos na análise integral dos modelos da competitividade (item 2.2.3), será possível estabelecer um quadro que permita a

verificação de fatores de análise da competitividade das regiões a qual contemple elementos da sustentabilidade.

A fim de compor uma análise comparativa entre as ferramentas observadas, algumas considerações são necessárias. O conceito de sustentabilidade no qual cada ferramenta se baseia possui divergências de escopo, aplicação, requisitos de informação, responsabilidade pela aplicação e forma de comparação das informações. Além disso, a observação de dados quantitativos, inerentes a cada ferramenta analisada, negligencia importantes informações relacionadas à sustentabilidade, as quais só podem ser consideradas mediante análise qualitativa, como por exemplo, o contexto cultural e histórico.

A análise proposta foi disposta de acordo com as perspectivas (dimensões) da sustentabilidade: Sociedade, Economia e Meio-Ambiente, posteriormente os elementos inerentes de cada dimensão são reagrupados em categorias que representam abordagens similares. A fim de facilitar a exposição das ferramentas, nos quadro elas são caracterizadas como segue: **EF** para *Ecological Footprint*; **DS** para *Dashboard of Sustainability*; e **BS** para *Barometer of Sustainability*.

Em relação à perspectiva **meio ambiente**, é perceptível a preocupação de todas as ferramentas em análise, tendo em vista que todos os modelos analisados alinham dimensões e indicadores a fim de avaliar o desenvolvimento observando essa perspectiva. O modelo *Ecological Footprint* vai além e alinha fatores relacionados à atividade econômica e ao bem-estar social dentro dessa dimensão, como no caso dos indicadores referentes à produção, cultivo e extração, e dos indicadores relacionados à infraestrutura.

A ferramenta *Dashboard of Sustainability* propõe uma dimensão de análise com o nome natureza, para considerar o **meio ambiente**. A ferramenta propõe a agregação de índices que possibilitem a verificação do nível atual de impacto causado ao meio ambiente pela atividade humana. O *Barometer of Sustainability* emprega as dimensões terra, água, ar, espécies e utilização de recursos para demonstrar a preocupação com a perspectiva **meio ambiente**. A ferramenta compreende esse enfoque dentro da análise do bem-estar do ecossistema e considera esse fator em relação ao bem-estar social, para definir o nível de sustentabilidade do sistema analisado.

No Quadro 24 (Análise comparativa: Meio-Ambiente, p.63), estão expostos os fatores de análise que influenciam o **meio ambiente**, conforme dimensões elencadas pelos autores das ferramentas.

Traçando um paralelo entre as ferramentas apresentadas, nesse nível de análise (**meio ambiente**), é possível verificar dez perspectivas as quais apresentam maiores similaridades

entre os fatores apontados, e permitem, assim, o agrupamento dos fatores abordados em todas as ferramentas em categorias que perpassam as diversas abordagens. Nesse sentido, as categorias que se relacionam com a perspectiva meio ambiente são: **terra, água, ar, espécies animais, energia, resíduos, cultivo, extração, emissões e acomodações.**

Quadro 24 - Análise comparativa: Meio Ambiente

Dimensões	Indicadores	Ferramentas
Áreas agrícolas	Cultivo de alimentos, forrageiras, fibras, oleaginosas e borracha.	EF
Pastagens	Produção de carne, leite e lã.	EF
Áreas florestais	Extração de madeira, carvão e celulose.	EF
Áreas de pesca e captura de peixes	Pesca e captura de peixes.	EF
Áreas construídas	Acomodação de infraestruturas de habitação, transporte e indústria.	EF
Áreas de sequestro de carbono ou de reposição de combustíveis fósseis	Sequestro de carbono ou reposição de combustíveis fósseis.	EF
Natureza	Emissão de gases estufa; Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio; Concentração de poluentes atmosféricos; Terras aráveis; Uso de fertilizantes, Uso de agrotóxicos; Área florestal; Intensidade de corte de madeira; Desertificação; Moradias urbanas informais; Aquicultura; Uso de fontes de água renovável; Demanda Bioquímica de Oxigênio dos corpos d'água; Concentração de coliformes fecais em água potável; Área de ecossistemas nativos; Porcentagem de área protegida; Presença de mamíferos e pássaros.	DS
Terra	Diversidade e qualidade das áreas de floresta, cultivo e outros ecossistemas incluindo modificação, conversão e degradação.	BS
Água	Diversidade e qualidade das águas e ecossistemas marinhos incluindo modificação, poluição e esgotamento.	BS
Ar	Qualidade do ar interna e externa, condição da atmosfera global.	BS
Espécies	Espécies selvagens, população, diversidade genética.	BS
Utilização de recursos	Energia, geração de dejetos, reciclagem, pressão da agricultura, pesca, mineração.	BS

Fonte: Elaborado pelo autor

A categoria **terra** visa representar a situação do espaço natural utilizado, a categoria **água** busca representar a situação dos espaços aquáticos utilizados, a categoria **ar** representa as condições atmosféricas dos espaços utilizados e a categoria **espécies animais** considera a diversidade de espécies encontradas nos espaços utilizados.

A categoria **energia** reúne fatores que permitem a verificação da disponibilidade e utilização de energia em uma cidade, está inserida na perspectiva meio-ambiente, pois se relaciona diretamente com os elementos naturais, de acordo com a análise do agrupamento proposto, tendo em vista a orientação apresentada pelas ferramentas de análise a respeito da forma de utilização dos recursos.

A categoria **resíduos** expõe fatores que permitem a verificação da geração e forma de utilização de resíduos em uma cidade. A sua relação com a perspectiva em análise ocorre de forma similar à categoria exposta anteriormente. A categoria **cultivo** compreende fatores que permitem a verificação do impacto das formas de cultivo empregadas em uma cidade. A

categoria **extração** reúne fatores que permitem a verificação do impacto das formas de extração de recursos, empregadas em uma cidade. A categoria **emissões** aponta fatores que permitem a verificação do impacto causado pelas emissões em uma cidade. A categoria **Acomodações** apresenta fatores que permitem a verificação do impacto das formas de acomodação das habitações, transportes, indústrias e comércios de uma cidade.

A agregação dos fatores que representam os objetivos apontados pelas ferramentas, está exposto no Quadro 25 (Categorias: Terra, Água, Ar e Espécies animais, Energia, Resíduos, Cultivo, Extração, Emissões e Acomodações p.64).

Quadro 25 - Categorias: Terra, Água, Ar e Espécies animais, Energia, Resíduos, Cultivo, Extração, Emissões e Acomodações.

Categoria	Indicadores	Ferramentas
Terra	Diversidade e qualidade das áreas de floresta	BS
	Diversidade e qualidade dos ecossistemas	
	Área florestal	DS
	Desertificação	
	Área de ecossistemas nativos	
	Porcentagem de área protegida	
Água	Diversidade e qualidade das águas	BS
	Diversidade e qualidade dos ecossistemas marinhos	DS
	Demanda Bioquímica de Oxigênio dos corpos d'água	
	Concentração de coliformes fecais em água potável	
Ar	Qualidade do ar interna e externa	BS
	Condição da atmosfera global	DS
	Concentração de poluentes atmosféricos	
Espécies animais	Espécies selvagens, população, diversidade genética	BS
	Presença de mamíferos e pássaros	DS
Energia	Energia	BS
Resíduos	Geração de dejetos	BS
	Reciclagem	BS
Cultivo	Pressão da agricultura	BS
	Diversidade e qualidade de cultivo	BS
	Pesca	BS
	Cultivo de alimentos, forrageiras, fibras, oleaginosas e borracha	EF
	Diversidade e qualidade de cultivo	BS
	Produção de carne, leite e lã	EF
	Pesca e captura de peixes	EF
	Terras aráveis	DS
	Uso de fertilizantes	DS
	Uso de agrotóxicos	DS
	Aquicultura	DS
Extração	Mineração	BS
	Extração de madeira, carvão e celulose	EF
	Intensidade de corte de madeira	DS
Emissões	Sequestro de carbono ou reposição de combustíveis fósseis	EF
	Emissão de gases estufa	DS
	Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio	DS
Acomodações	Acomodar infraestruturas de habitação, transporte e indústria	EF
	Moradias urbanas informais	DS
	Meios de transporte particulares	BS

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação à perspectiva **sociedade**, todas as ferramentas em análise visam traçar considerações que possuam abrangência no contexto social, a fim de realizar análises a

respeito da sustentabilidade. Frente a essa dimensão, a ferramenta *Ecological Footprint* não aponta dimensões específicas.

O *Dashboard of Sustainability* aborda a dimensão sociedade com base em suas duas dimensões: a social e a institucional. A Ferramenta *Barometer of Sustainability* compreende a **sociedade** sob a análise do bem estar humano e considera esse fator relacionando-o ao bem estar do ecossistema, para definir o nível de sustentabilidade do sistema analisado. O quadro 26 (Análise comparativa: Sociedade, p.65) expõe os referidos fatores de cada ferramenta conforme as dimensões apresentadas pelos próprios autores.

Quadro 26 - Análise comparativa: Sociedade

Dimensões	Indicadores	Ferramentas
Social	População que vive abaixo da linha de pobreza; Taxa de desemprego; Relação do rendimento médio mensal por sexo; Prevalência de desnutrição infantil; Taxa de mortalidade infantil; Esperança de vida; Tratamento adequado de esgoto; Acesso ao sistema de abastecimento de água; Acesso à saúde; Imunização contra doenças infecciosas infantis; Taxa de uso de métodos contraceptivos; Crianças que alcançam a 5ª série do Ensino Fundamental; Adultos que concluíram o Ensino Médio; Taxa de alfabetização; Área construída (<i>per capita</i>); Coeficiente de mortalidade por homicídios; Taxa de crescimento populacional; Urbanização.	DS
Institucional	Implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável; Relações intergovernamentais ambientais; Acesso à internet; Linhas telefônicas; Despesas com pesquisa e desenvolvimento; Perdas humanas devido a desastres naturais; Danos econômicos devido a desastres naturais	DS
Saúde e população	Saúde mental e física, doença, mortalidade, fertilidade, mudança populacional	BS
Conhecimento e cultura	Educação, pesquisa, conhecimento, comunicação, sistema de crenças e valores	BS
Comunidade	Direitos e liberdades, governança, instituições, lei, paz, crime, ordenamento civil	BS
Equidade	Distribuição de benefícios entre raças, sexo, grupos étnicos e outras divisões sociais	BS

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando conjuntamente as ferramentas abordadas nesse nível de análise (**sociedade**), pode-se verificar nove categorias as quais visam representar maiores similaridades entre os fatores apontados. Desse modo, as categorias que possibilitam a análise da dimensão sociedade são: **saúde, emprego, empregabilidade, educação, ciência e tecnologia, instituições públicas, infraestrutura básica, segurança, políticas, leis e gestão pública.**

A categoria **emprego** faz referência às questões ligada ao nível e distribuição do emprego em uma sociedade. A categoria **empregabilidade** reúne fatores que permitem a verificação da capacidade de as pessoas de uma cidade serem empregadas. Já, a categoria **saúde** reúne fatores que pretendem medir a qualidade e a interferência da saúde das pessoas que habitam uma determinada região.

A categoria **educação** objetiva a verificação do nível de escolaridade das pessoas de uma sociedade. A categoria **ciência e tecnologia** visa a verificação da capacidade científica e tecnológica de uma cidade. A categoria **instituições públicas** referencia os fatores que buscam expor como as instituições inerentes a uma região impactam as suas atividades.

A **infraestrutura básica** é uma categoria que expõe fatores que viabilizam a verificação de como a disposição de quesitos básicos como saneamento, acesso à água, comunicações, entre outros, afetam uma sociedade. A categoria **segurança** reúne fatores que objetivam a verificação do nível de proteção no qual as pessoas de uma sociedade estão inseridas. A categoria **políticas** visa compreender como as políticas aplicadas nas regiões impactam em suas atividades. Já, a categoria **leis** reúne fatores que apontam a interferência causada pelas leis em vigor nas atividades das cidades. Por último, a categoria **gestão pública** tem por objetivo analisar como o gerenciamento das questões públicas impactam as sociedades.

O Quadro 27 (Categorias: saúde, emprego, educação, instituições, infraestrutura básica, segurança, políticas, leis e gestão pública, p.67) resume esses aspectos.

Em relação à perspectiva **economia**, o *Ecological Footprint* a verifica em referência à dimensão ambiental. Dessa maneira, não traça dimensões específicas para sua avaliação. Contudo, abrange fatores como cultivo de alimentos, produção de carne, extração de madeira e outros, no intuito de averiguar o quanto essas atividades (econômicas) afetam o ambiente onde são executadas.

A ferramenta *Dashboard of Sustainability* utiliza a perspectiva econômica como forma de avaliação de indicadores relacionados ao desenvolvimento econômico. Os autores informam que devem ser observados indicadores que objetivem mensurar o nível de desenvolvimento econômico de um determinado local. Frente à perspectiva economia, o *Barometer of Sustainability* utiliza-se da dimensão riqueza, buscando analisar o desenvolvimento econômico. A ferramenta trata da perspectiva (economia) como uma das medidas necessárias para a verificação do bem-estar humano.

Os fatores da perspectiva economia e suas respectivas dimensões, conforme abordados pelos autores das ferramentas, estão expostos no Quadro 28 (Análise comparativa: Economia, p.68).

Quadro 27 - Categorias: saúde, emprego, educação, instituições, infraestrutura básica, segurança, políticas, leis e gestão pública.

Categoria	Indicadores	Ferramentas
Saúde	Saúde mental	BS
	Saúde física	
	Doenças	
	Mortalidade	
	Fertilidade	
	Prevalência de desnutrição infantil	DS
	Taxa de mortalidade infantil	
	Esperança de vida	
	Acesso à saúde	
	Imunização contra doenças infecciosas infantis	
	Taxa de uso de métodos contraceptivos	
	Taxa de crescimento populacional	
Ciência e tecnologia	Educação	DS
	Pesquisa	
	Conhecimento	
	Despesas com pesquisas e desenvolvimento	
Educação	Adultos que concluíram o Ensino Médio	DS
	Taxa de alfabetização	
	Crianças que alcançam a 5ª série do Ensino Fundamental	
	Sistema de crenças e valores	BS
Instituições públicas	Instituições	BS
Infraestrutura básica	Acesso à internet	DS
	Linhas telefônicas	
	Tratamento adequado de esgoto	
	Acesso ao sistema de abastecimento de água	
	Urbanização	
	População que vive abaixo da linha de pobreza	
	Mudança populacional	BS
Emprego	Taxa de desemprego	DS
Empregabilidade	Relação do rendimento médio mensal por sexo	DS
Segurança	Coefficiente de mortalidade por homicídios	DS
	Perdas humanas devido a desastres naturais	
	Danos econômicos devido a desastres naturais	BS
	Crime	
	Ordenamento civil	
	Proteção	
Paz		
Políticas	Distribuição de benefícios entre raças, sexo, grupos étnicos e outras divisões sociais	BS
Leis	Lei	
Gestão pública	Direitos e liberdades	BS
	Implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável	
	Relações intergovernamentais ambientais	BS
Governança		

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 28 - Análise comparativa: Economia

Dimensões	Indicadores	Ferramentas
Econômica	Produto Interno Bruto (per capita); Investimento; Balança comercial; Dívida externa; Empréstimos; Intensidade de uso de matéria-prima; Consumo comercial de energia; Fontes renováveis de energia; Uso de energia; Disposição adequada de resíduos sólidos; Geração de resíduos perigosos; Geração de resíduos nucleares; Reciclagem; Meios de transporte particulares.	DS
Riqueza	Economia, sistema financeiro, receita, pobreza, inflação, emprego, comércio, bens materiais, necessidades básicas de alimentação, água e proteção.	BS

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise conjunta das ferramentas abordadas, nesse nível de análise (**economia**), possibilita a verificação da síntese das duas dimensões apresentadas nas ferramentas em apenas uma, tendo em vista que a mesma apresenta similaridade entre os fatores apontados pelas ferramentas. Nessa abordagem, a categoria mencionada é denominada economia interna.

O Quadro 29 (Categoria: Economia interna, p.68), expõe os fatores que fazem parte da categoria economia interna.

Quadro 29 - Categoria: Economia Interna

Categoria	Indicadores	Ferramentas
Economia	Produto Interno Bruto (<i>per capita</i>)	DS
	Investimento	
	Balança comercial	
	Dívida externa	
	Empréstimos	
	Sistema financeiro	BS
	Receita	
	Inflação	
	Comércio	
	Bens materiais	

Fonte: Elaborado pelo autor

As diferentes abordagens das ferramentas utilizadas fazem com que alguns fatores sejam melhor compreendidos no presente contexto de análise, sob diferentes perspectivas (dimensões) do que as originais. O quadro 30 (Análise comparativa: Adaptações, sustentabilidade, p.69) resume os indicadores adaptados.

Os fatores intensidade de uso de matéria-prima consumo comercial de energia fontes renováveis de energia uso de energia disposição adequada de resíduos sólidos geração de resíduos perigosos geração de resíduos nucleares reciclagem e área construída (*per capita*), que emergem da ferramenta *Dashboard of Sustainability*, originalmente faziam parte da análise da dimensão economia, pois, no contexto de análise da ferramenta, o objetivo em mensurá-los estava na possibilidade de verificação dos ganhos econômicos aos quais estavam associados.

No entanto, no presente contexto de análise, os mesmos se apresentam em consonância com a perspectiva meio ambiente. Assim sendo, os fatores consumo comercial de energia, fontes renováveis de energia, uso de energia são melhor compreendidos no presente contexto de análise sob a categoria energia, tendo em vista que esta categoria reúne fatores que permitem a verificação da forma de utilização e obtenção de energia em uma cidade.

Quadro 30 - Análise comparativa. Adaptações, sustentabilidade

Perspectiva de Origem	Perspectiva de Destino	Categorias	Indicadores	Ferramentas
Economia	Meio Ambiente	Extração	Intensidade de uso de matéria-prima	DS
		Energia	Consumo comercial de energia	
			Fontes renováveis de energia	
			Uso de energia	
		Resíduos	Disposição adequada de resíduos sólidos	
			Geração de resíduos perigosos	
			Geração de resíduos nucleares	
	Reciclagem			
	Acomodações	Área construída (<i>per capita</i>)		
		Meios de transporte particulares		
Sociedade	Segurança	Proteção	BS	
	Emprego	Pobreza		
	Infraestrutura básica	Necessidades básicas de alimentação		
Meio Ambiente	Água	Água		

Fonte: Elaborado pelo autor

O fator intensidade no uso de matéria-prima, de acordo com o presente contexto de análise, é melhor compreendido sob a categoria extração, tendo em vista que esta categoria reúne fatores que permitem a verificação do impacto das formas de extração de recursos empregadas em uma cidade. Os fatores disposição adequada de resíduos sólidos, geração de resíduos perigosos, geração de resíduos nucleares e reciclagem, no presente contexto de análise, estão relacionados à categoria resíduos, pois esta categoria tem por objetivo a verificação do impacto causado pela quantidade de resíduos gerados em uma sociedade.

O fator área construída (*per capita*) é melhor compreendido no contexto de análise proposto, sob a categoria acomodações, já que esta categoria objetiva a reunião de fatores que permitem a verificação do impacto das formas de acomodação das habitações, transportes, indústrias e comércios de uma cidade. O mesmo aplica-se ao indicador meios de transportes particulares, com origem na ferramenta *Barometer of Sustainability*.

Os indicadores emprego, proteção, pobreza e necessidades básicas de alimentação, com origem na ferramenta *Barometer of Sustainability*, em seu contexto possuem a finalidade de auferir o quanto os mesmos impactam na riqueza (econômica) de uma determinada.

Contudo, na presente análise, as verificações relativas ao nível de emprego em uma sociedade estão relegadas à categoria emprego. Assim sendo, este indicador é melhor compreendido, se inserido no contexto de análise que compreende fatores similares. O mesmo motivo pode ser aplicado aos indicadores proteção e necessidades básicas de alimentação, porém, em relação (respectivamente) às categorias segurança e infraestrutura básica.

O indicador água, que surge da ferramenta *Barometer of Sustainability*, em seu contexto original era tratado como a riqueza de uma determinada região, dimensão essa claramente relacionada com a economia. Todavia, no presente contexto de análise, o resultado apresentado pelo indicador melhor representa a diversidade e quantidade de água disponível em uma região e, dessa maneira, possui relação com a categoria água. O Quadro 31 (Resumo: Análise comparativa da sustentabilidade, p.70), resume as categorias de análise no contexto proposto (Sustentabilidade).

Quadro 31 - Resumo: Análise comparativa da sustentabilidade.

Perspectiva	Categorias	Ferramentas
Meio Ambiente	Terra	EF, BS, DS e EF
	Água	
	Ar	
	Espécies animais	
	Energia	
	Resíduos	
	Cultivo	
	Extração	
	Emissões	
	Acomodações	
Sociedade	Saúde	BS, DS e EF
	Emprego	
	Empregabilidade	
	Educação	
	Ciência e Tecnologia	
	Instituições públicas	
	Infraestrutura básica	
	Segurança	
	Políticas	
	Leis	
Economia	Gestão pública Economia Interna	BS e DS

Fonte: Elaborado pelo autor

2.4 UNIÃO DAS DIMENSÕES DA COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

Levando em consideração o objetivo do estudo em tela, que pretende propor uma estrutura de análise em nível regional (cidades) da competitividade sistêmica que contemple elementos de sustentabilidade, neste item serão realizadas análises que visam agregar as dimensões da competitividade, conforme reunião dos fatores no item 2.2.3 (Análise comparativa dos modelos da competitividade), e dimensões da sustentabilidade, a partir de

reunião dos indicadores no item 2.3.3 (Análise comparativa das ferramentas da sustentabilidade).

A agregação proposta neste item tem por finalidade a obtenção de um quadro abrangente e integral de dimensões, categorias e variáveis, o qual respeite o contexto de análise de cada modelo e ferramenta analisada neste estudo, bem como proporcione a observação conjunta de elementos da competitividade e da sustentabilidade, a fim de estabelecer relações e evidenciar sobreposições e lacunas entre elas.

2.4.1 Sobreposições, lacunas e relações entre a análise da competitividade e da sustentabilidade

Frente à reorganização dos indicadores nas categorias propostas para a análise da sustentabilidade, em nível da perspectiva meio ambiente, as categorias **terra, água, ar e espécies animais** objetivam a verificação de indicadores que apontem a diversidade e a qualidade dos fatores nos quais cada uma se refere. Com a averiguação desses indicadores, é possível a análise do estado atual da qualidade do meio ambiente de uma determinada região.

É possível observar que nenhum dos modelos da competitividade analisados elenca fatores ou dimensões para a verificação de como o meio ambiente pode interferir na competitividade de uma região.

Em relação à análise da sustentabilidade, a maneira como os recursos são empregados em uma região pode ser considerada em observação às dimensões e fatores elencados pelas ferramentas analisadas. Assim sendo todas as ferramentas de análise da sustentabilidade demonstram preocupações com a análise da maneira como os recursos são empregados.

Por outro lado, os modelos da análise da competitividade, abordados neste estudo, não apresentam dimensões ou fatores que possam verificar como a **utilização de recursos** (Energia, resíduos, cultivo, extração, emissões e acomodações), em uma determinada cidade, afeta a competitividade da mesma, apesar de apontar fatores como produção do modelo Diamante, produtividade do modelo IMD e sofisticação dos negócios no modelo GDI, entre outros que, apesar de afetarem e serem afetados pela maneira como os recursos são empregados em uma região, nenhum fator apontado visa a verificar como ocorre a interferência do emprego de recursos naturais na competitividade de uma região.

Com relação ao nível de **emprego e empregabilidade** de uma determinada região, as ferramentas de análise da sustentabilidade elencam fatores como taxa de desemprego da ferramenta *Dashboard of sustainability* e pobreza, da ferramenta *Barometer of sustainability*,

com o intuito de verificar tal fator (emprego). Por isso é importante salientar que a ferramenta *Ecological footprint* não apresenta fatores que possam ser relacionados com a verificação do nível de emprego ou empregabilidade de uma cidade, tendo em vista que a mesma está relacionada à totalidade do espaço biologicamente produtivo de que uma população necessita para seu consumo e a sua capacidade de absorver recursos os quais descarta, tendo como base a tecnologia utilizada no mesmo período de tempo.

Os modelos de análise da competitividade em relação à verificação do nível de emprego e empregabilidade são mais específicos e apresentam fatores como eficiência do mercado de trabalho, do modelo GCR, e emprego, do modelo IMD. Nesse contexto, os modelos preocupam-se em como os níveis de emprego e empregabilidade de uma cidade são capazes de interferir na competitividade da mesma.

Em relação à **saúde**, as ferramentas de sustentabilidade, abordadas neste estudo, apresentam vários fatores para sua verificação. O objetivo dessas ferramentas, ao analisarem o nível de saúde das pessoas de uma região é apontar como o acesso a saúde afeta as atividades de uma sociedade.

A saúde também é considerada nos modelos da competitividade, porém o enfoque das análises recai sobre como a qualidade de vida de pessoas que residem em regiões mais saudáveis o que afeta a competitividade das mesmas. Sendo assim, os modelos que apontam fatores com relação a saúde são IMD e GCR.

A **educação, ciência e tecnologia** são outros fatores abordados tanto nas ferramentas da sustentabilidade quanto nos modelos da competitividade. Nesse sentido, em ambos os casos, as verificações buscam determinar como o nível de escolaridade e o desenvolvimento científico e tecnológico de uma região afetam as suas atividades.

A verificação de como a disposição das **instituições públicas** interferem em uma sociedade é comum tanto nas ferramentas da sustentabilidade quanto nos modelos da competitividade. Outra preocupação similar existente não só na verificação da competitividade, mas também na sustentabilidade, com base nas ferramentas e modelos analisados, é a **infraestrutura básica**.

Quando o foco da análise se refere aos níveis de proteção das pessoas em relação a desastres ambientais e crimes, a **segurança** é abordada apenas nas ferramentas de sustentabilidade. Em relação à competitividade, tal preocupação não é observável nos modelos analisados neste estudo.

A **economia interna** é uma questão abordada na análise da competitividade. Fatores, como economia doméstica, desenvolvimento do mercado financeiro e tamanho da dívida

pública, são considerados nesta análise em relação aos modelos da sustentabilidade. A economia interna também é considerada, alguns fatores apontados são produto interno bruto (*per capita*), sistema financeiro e inflação.

Contudo, a **economia externa** é uma preocupação dos modelos de análise da competitividade, mas não das ferramentas da sustentabilidade. Na análise da competitividade, esse é um fator apontado pelos autores abordados como de alta relevância, e sua análise não pode ser tratada com um fator adjacente à competitividade. Tal fato é discutido nas críticas efetuadas ao modelo Diamante, no item 2.2.2.4 (Diamante de Porter) deste estudo.

A análise referente aos fatores **políticas, leis e gestão pública** é verificada em ambos os contextos. No caso da competitividade os modelos GDI, IMD e Conexão da competitividade nacional e da firma; já, no caso da sustentabilidade, as ferramentas *Barometer of sustainability* e *Dashboard of sustainability* elencam fatores com o intuito de verificar como as características desses fatores impactam as atividades de uma sociedade.

Os **fatores socioculturais** que buscam verificar como as normas e padrões inerentes às sociedades, assim como a capacidade de articulação dos atores sociais, impactam as atividades de uma sociedade, constituem uma preocupação somente dos modelos da competitividade.

Tal preocupação é exposta nos modelos GDI e Conexão da competitividade nacional e da firma. Isso porque, nos modelos de análise da sustentabilidade apenas o fator sistema de crenças e valores é apontado pela ferramenta *Barometer of sustainability*.

Os **fatores externos às empresas** visam a medir as características dos mercados nos quais as empresas operam. Nesse contexto estão os modelos IMD, Diamante, Conexão da competitividade nacional e da firma e GCR, já as ferramentas da sustentabilidade não elencam fatores com o objetivo de realizar verificações similares.

A verificação dos **fatores internos às empresas** objetiva a análise de como a gestão e a organização das empresas interferem em uma sociedade. Com isso apenas os modelos da competitividade apresentam fatores relacionados a esse objetivo.

O Quadro 32 (Sobreposições, lacunas e relações entre competitividade e sustentabilidade, p.74) demonstra as semelhanças entre as categorias de análise da competitividade e da sustentabilidade.

O Apêndice D (Fatores e indicadores) deste estudo reúne todos os indicadores e fatores abordados, assim como as ferramentas e modelos que lhe dão origem, categorizados conforme as categorias propostas.

Quadro 32 - Sobreposições, lacunas e relações entre competitividade e sustentabilidade

Categorias	Competitividade	Sustentabilidade
Água		X
Ar		X
Terra		X
Espécies Animais		X
Energia		X
Resíduos		X
Cultivo		X
Extração		X
Emissões		X
Acomodações		X
Emprego	X	X
Empregabilidade	X	X
Saúde	X	X
Educação	X	X
Ciência e Tecnologia	X	X
Instituições Públicas	X	X
Infraestrutura Básica	X	X
Segurança		X
Economia Interna	X	X
Economia Externa	X	
Políticas	X	X
Leis	X	X
Gestão Pública	X	X
Fatores Socioculturais	X	
Fatores Externos às Empresas	X	
Fatores Internos às Empresas	X	

Fonte: Elaborado pelo autor

2.4.2 União das dimensões da competitividade e sustentabilidade

As inter-relações expostas entre as categorias da sustentabilidade e da competitividade, além da análise das sobreposições e lacunas existentes entre elas, propiciam o estabelecimento de ponderações a respeito da reunião das categorias expostas em novas dimensões que levem em consideração tanto a origem teórica de cada fator ou indicador de análise, quanto correspondam a uma descrição unificada dos conceitos abordados em ambos os campos analisados. Dessa maneira, o presente item do estudo pretende identificar a origem de cada categoria, expor as suas relações e dispô-las em uma categorização que possua abrangência e integralidade em relação à análise da competitividade, contemplando elementos da sustentabilidade.

A observação dos fatores apontados nos modelos analisados no item 2.2.2 (Modelos de análise da competitividade) permitem a verificação de similaridades e complementariedades entre os elementos a serem considerados para a análise da competitividade como exposto no item 2.2.3 (Análise comparativa dos modelos de competitividade).

Assim como na análise dos modelos da competitividade, foram abordadas neste estudo algumas ferramentas de verificação da sustentabilidade, de acordo com o item 2.3.2 (Ferramentas de análise da sustentabilidade), a observação dos indicadores abalizados nas ferramentas permitem a verificação de similaridades e complementariedades entre os elementos a serem considerados para a análise da sustentabilidade, conforme o item 2.3.2 (Análise comparativa das ferramentas da sustentabilidade).

A fim de contrapor os elementos da competitividade e da sustentabilidade, com a finalidade de identificar possíveis lacunas, sobreposições e relações entre eles, o item 2.4.1 (Sobreposições, lacunas e relações entre a análise da competitividade e da sustentabilidade) expõe os fatores, indicadores e dimensões que apresentam similaridades em seus conceitos, formas de avaliação e finalidades.

Levando em consideração as inter-relações propostas, pode-se estabelecer, com base na revisão teórica levantada sobre o tema e exposta nos itens 2.2 (Competitividade) e 2.3 (Sustentabilidade), cinco dimensões que permitem a análise da competitividade das cidades com abrangência dos elementos da sustentabilidade. Uma dessas dimensões pode ser caracterizada como **sistêmica**, pois compreende as variáveis que afetam as características do ambiente competitivo e, no presente contexto de análise, abrange a categoria que reúne elementos da competitividade e da sustentabilidade assinalados como economia interna e economia externa.

A dimensão **empresas** tem por finalidade elencar as variáveis que incluem o universo de atuação interno às empresas. Nesse sentido, essa dimensão compreende a categoria que reúne os fatores de análise da competitividade e da sustentabilidade relacionados às questões internas das empresas.

No caso da dimensão caracterizada como **sociedade**, são consideradas as características sociais que compreendem uma determinada região. O objetivo de tal dimensão é reunir os elementos da competitividade e da sustentabilidade que foram agregados nas categorias que representam as questões sociais. Estas categorias são fatores socioculturais, políticas, leis, gestão pública, emprego, segurança, saúde, educação, tecnologia, infraestrutura básica e instituições.

Outra dimensão que reúne elementos da sustentabilidade na análise da competitividade das cidades, é a dimensão **meio ambiente**. Nesse caso, a mesma se refere à caracterização da qualidade do meio ambiente em uma determinada região, e as categorias reunidas nessa dimensão são água, terra, ar e espécies e representam a reunião de elementos que possuem origem nas ferramentas de sustentabilidade.

Por último, a dimensão **eficiência do uso de recursos** que visa a representação da maneira como os recursos são empregados em uma determinada cidade, relaciona-se com a categoria utilização de recursos. Tal categoria reúne variáveis que possibilitam a verificação de como os recursos estão sendo empregados e possui origem nas ferramentas de análise da sustentabilidade.

O quadro 33 (União dos elementos da competitividade e sustentabilidade, p.76) expõe as dimensões propostas e suas respectivas categorias, as variáveis, assim como os respectivos modelos de origem, podendo ser observados no Apêndice D deste estudo.

Quadro 33 - União dos elementos da competitividade e sustentabilidade

Dimensões	Categorias
Sociedade	Fatores socioculturais.
	Políticas
	Leis
	Gestão pública
	Emprego
	Empregabilidade
	Segurança
	Saúde
	Educação
	Ciência e Tecnologia
	Infraestrutura básica
Sistêmicos	Instituições públicas
	Economia interna
Meio-ambiente	Economia externa
	Terra
	Água
	Ar
Eficiência do uso de recursos	Espécies
	Energia
	Resíduos
	Cultivo
	Extração
	Emissões
Empresas	Acomodações
	Fatores internos às empresas.
	Fatores externos as empresas

Fonte: Elaborado pelo autor

3 MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo descrever o método utilizado nesta pesquisa. Inicialmente, é abordada a caracterização da pesquisa. Em sequência é apresentado, o desenho de pesquisa utilizado e, posteriormente, o detalhamento das etapas desenvolvidas na pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Buscando atender os objetivos propostos no estudo, optou-se pelo delineamento de pesquisa exploratória, tendo em vista que, conforme Sampiere, Colado e Lucio (2006), a pesquisa exploratória é utilizada quando os objetivos do estudo propõem a observação do tema com base em novas perspectivas e na ampliação dos estudos já existentes.

Ainda, segundo os mesmos autores, “Os estudos exploratórios em poucas ocasiões constituem um fim em si mesmos, geralmente determinam [...] relações potenciais entre variáveis ou estabelecem o ‘tom’ de pesquisas posteriores mais elaboradas e rigorosas” (SAMPIERE, COLADO e LUCIO, 2006, p.100). Conforme Gil (2006) a pesquisa exploratória tem por finalidade desenvolver esclarecer e modificar conceitos e ideias. Assim, devido ao posicionamento exploratório do estudo, não foram constituídas hipóteses; apenas foram instituídos objetivos norteadores da pesquisa.

Para Sampiere, Colado e Lucio (2006), as pesquisas com enfoque qualitativo são utilizadas, sobretudo, para descobrir e refinar as questões de pesquisa. Para os autores, a pesquisa qualitativa tem o propósito de “reconstruir’ a realidade, tal como é observada pelos atores de um sistema social definido” (SAMPIERE, COLADO e LUCIO, 2006, p.5).

Assim, o presente estudo possui enfoque qualitativo para atender os requisitos de seus objetivos. Além disso, segundo Bryman (1988) o pesquisador qualitativo está em melhor posição para visualizar as ligações entre os eventos e atividades e para explorar interpretações das pessoas sobre os fatores que produzem tais conexões. Tal posição dá ao pesquisador qualitativo uma oportunidade muito maior para estudar o processo na vida social.

A unidade de análise do presente estudo são as dimensões e os fatores de análise da competitividade e sustentabilidade de abrangência às cidades, tendo em vista que a possível união dos mesmos possam, no futuro, contribuir para análises em cidades, desta maneira visa-se abordar a relevância dos elementos da competitividade e da sustentabilidade para realização de análises conjuntas. Em face da unidade de análise abordada, optou-se por um estudo de corte transversal, já que, conforme Malhotra (2001), os dados foram extraídos da amostra apenas uma vez.

Destaca-se que o presente estudo não busca estabelecer uma proposta de avaliação dos temas, mas sim, as relações entre eles, para que, assim seja possível o desenvolvimento de estratégias que possibilitem que as cidades se tornem mais competitivas e sustentáveis.

3.2 DESENHO DE PESQUISA

O presente estudo foi realizado em seis etapas, a saber:

- **1ª etapa - revisão bibliográfica** dos tópicos pertinentes ao tema proposto na pesquisa.
- **2ª etapa - elaboração do instrumento de coleta de dados**, a partir do referencial teórico que sustenta esta pesquisa. A seguir esse instrumento foi submetido a uma validação por parte de especialistas do programa de Mestrado em Administração e Negócios da PUCRS.
- **3ª etapa - realização da coleta de dados.** Essa etapa foi desenvolvida em duas fases, sendo que, na primeira, (1ª Fase) com a realização de um pré-teste com duas entrevistas e construção de dois mapas cognitivos (1 Especialista e 1 Ator social). Essas entrevistas foram utilizadas como subsídios para possíveis adaptações do roteiro. Na segunda fase, (2ª Fase) foram realizadas 10 entrevistas e 10 mapas cognitivos individuais (3 Especialistas e 7 Atores sociais).
- **4ª etapa - análise dos dados** – analisaram-se os dados das entrevistas e dos Mapas Cognitivos Individuais separadamente (especialistas e atores sociais). A seguir, realizou-se uma síntese de todas as entrevistas da Fase 1 da coleta de dados, respeitando cada tipo de correspondente, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo. Depois, foram construídos os Mapas Cognitivos Agregados, resultantes dos Mapas Cognitivos Individuais de cada tipo de respondente, da Fase 2 da coleta, através da adaptação da metodologia SODA (*Strategic Options, Development and Analysis*), descrita por Pidd (2001) e do Diagrama de Afinidades (MOURA, 1994). Ao final dessa etapa, foi realizada uma síntese de todas as entrevistas de tipo de entrevistado e um Mapa Cognitivo Agregado de cada tipo de entrevistado, a partir de todos os mapas cognitivos realizados.
- **5ª etapa – a comparação dos dados da síntese das entrevistas** por tipo de entrevistado e dos Mapas Cognitivos Agregados. E análise final dos dados com a união de todos os entrevistados.

- **6ª etapa – apresentação dos resultados e das conclusões da pesquisa**, relativos à proposição de uma estrutura de análise em nível regional (cidades), da competitividade sistêmica que contemple elementos de sustentabilidade.

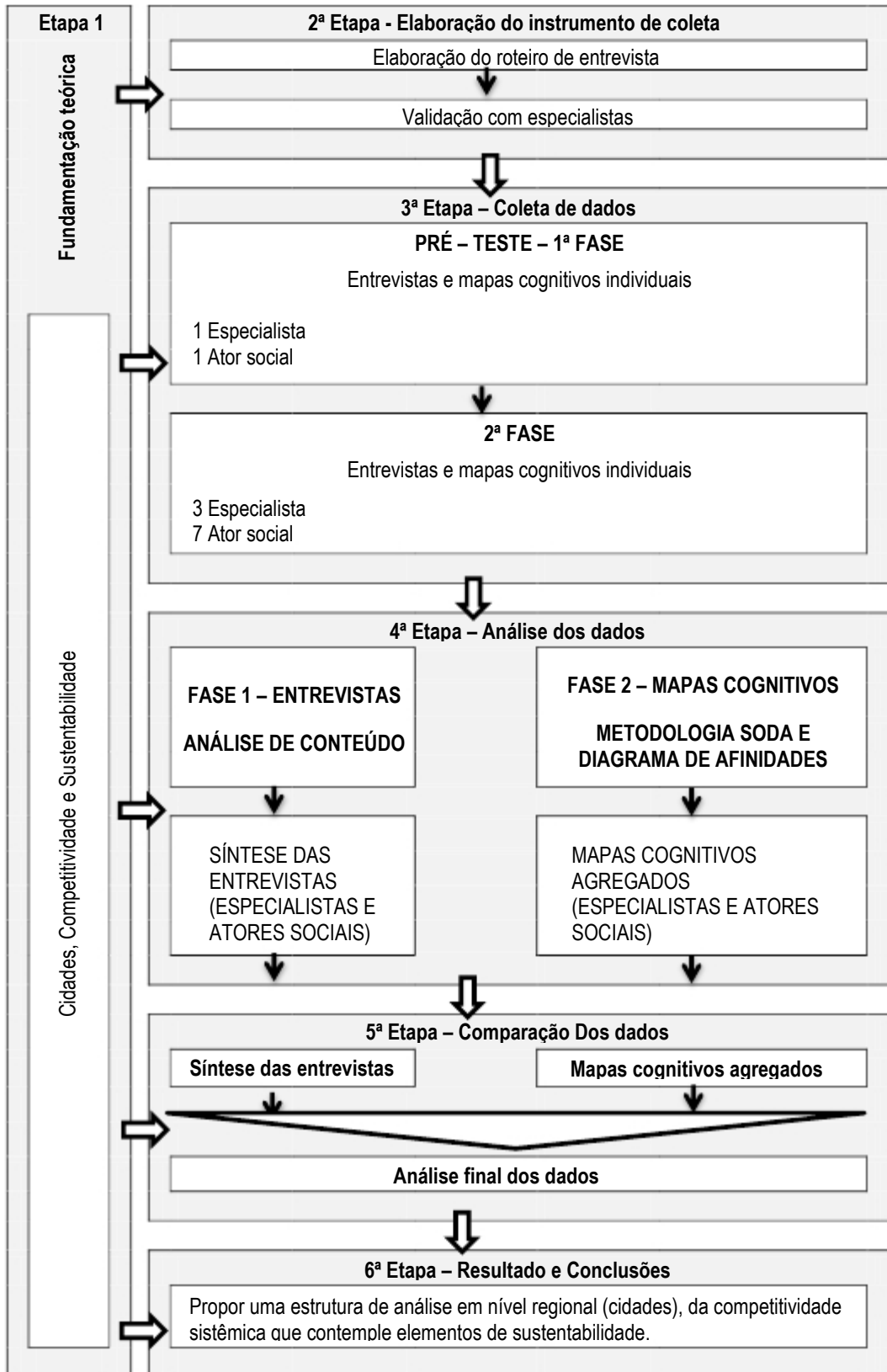
O Quadro 34 (Objetivos e etapas de pesquisa, p.79) resume a adequação das etapas propostas no método do trabalho em relação aos objetivos principal e específicos deste estudo. A Figura 7 (Desenho de pesquisa, p.80) resume as etapas de pesquisa a serem realizadas no presente estudo, conforme exposto.

Quadro 34 - Objetivos e etapas de pesquisa

Objetivo	Etapas do método	Atividade	Meios
Caracterizar os elementos contidos nos modelos atuais de competitividade referentes à análise em nível das cidades.	Etapa 1 – Fundamentação teórica	Análise de conteúdo	Bibliografia selecionada para o estudo
Caracterizar os elementos contidos nos modelos atuais de sustentabilidade referentes à análise em nível das cidades.	Etapa 1 – Fundamentação teórica	Análise de conteúdo	Bibliografia selecionada para o estudo
Identificar as lacunas existentes nos modelos atuais de análise da competitividade com relação aos elementos da sustentabilidade.	Etapa 1 – Fundamentação teórica	Análise de conteúdo	Bibliografia selecionada para o estudo
Verificar a existência de relações entre os elementos, dos modelos abordados, de competitividade e sustentabilidade, na percepção de especialistas da área e dos atores sociais das cidades pesquisados.	Etapa 3- Coleta de dados; Etapa 4 – análise dos dados.	Análise de conteúdo, Método SODA.	Entrevistas e Mapas Cognitivos
Estruturar relações entre os elementos da competitividade e sustentabilidade a partir de percepção dos especialistas e dos atores sociais das cidades pesquisados.	Etapa 5 – Comparação dos resultados	Agrupar e titular as cartelas e Diagrama de afinidades.	Entrevistas e Mapas
Propor uma estrutura de análise, em nível de cidades, da competitividade sistêmica que contemple elementos de sustentabilidade.	Etapa 6 – Resultados e conclusões	Revisão da bibliografia, Análise dos dados e Comparação dos resultados.	

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 7 - Desenho de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

3.3 COLETA DE DADOS

De acordo com Yin (2005), recomenda-se utilizar mais de uma fonte de evidências. As fontes de evidências neste estudo foram:

(1) **entrevistas** - foram fontes relevantes neste estudo, pois se tratou da percepção das pessoas sobre o tema proposto na pesquisa, mesmo com os pontos fracos destacados por Yin (2005), como imprecisões, o modo reflexivo de avaliar as questões, o entendimento das questões elaboradas. (O apêndice A expõe o roteiro utilizado nas entrevistas), Além disso, os documentos apresentados pelos entrevistados foram utilizados no estudo como forma de sustentação de suas considerações;

(2) **mapas cognitivos** - foram representações explícitas das relações causais descritas pelos respondentes (pensamento reflexivo), sendo usados como referência para pesquisas com processo de entrevista (NELSON, NELSON e ARMSTRONG, 2000). (O roteiro para a construção dos Mapas cognitivos individuais encontra-se no apêndice B deste trabalho).

Como fonte primária de dados, foram utilizados entrevistas e mapas cognitivos montados com especialistas das áreas de competitividade e sustentabilidade, e atores sociais que atuem em abrangência das cidades.

Os respondentes foram escolhidos por conveniência e estão agregados em dois tipos: 4 Especialistas, para que fosse possível verificar os fatores de influência na competitividade e sustentabilidade com base no ponto de vista teórico; e 8 Atores sociais, para que fosse possível verificar os fatores baseados na experiência prática e no conhecimento empírico de cada um.

Destaca-se que os 8 atores sociais entrevistados possuem atuação direta no contexto competitivo e sustentável de suas cidades, pois lidam em seu cotidiano com elementos abordados neste estudo.

Dentre os atores sociais foram entrevistados três prefeitos, o primeiro com atuação de doze anos e reeleito para mais um mandato totalizando com isso, ao final do novo mandato 16 anos como prefeito municipal, o segundo com experiência de quatro anos e reeleito para mais um mandato no total de oito anos de experiência no cargo, o terceiro prefeito entrevistado possui experiência de três anos no cargo, todos eles lidam com o contexto de abrangência do trabalho em sua plenitude, pois buscam através da articulação dos elementos propostos no

trabalho desenvolverem suas cidades, no que se refere as atividades da gestão pública municipal do poder executivo.

Foram entrevistados também dois vereadores, ambos com experiência de quatro anos no cargo e reeleitos para mais quatro anos, um dos vereadores entrevistados possui experiência de atuação na presidência do poder legislativo de sua cidade.

Ainda sob abrangência da gestão pública, foi entrevistado um secretário municipal de desenvolvimento econômico, o mesmo possui experiência no cargo de quatro anos, sua atuação, em sua cidade, está relacionada às formas de transformar a economia de sua cidade.

Outro entrevistado é um delegado regional do trabalho com um ano de atuação no cargo, o mesmo foi selecionado para este estudo pois suas atividades relacionam-se diretamente com a abrangência dos elementos abordados.

O último ator social entrevistado atua a dois anos como presidente da câmara de comércio, serviços e indústria de sua cidade, seu mandato foi estendido para mais dois anos, sua atuação, relacionada à mediação dos interesses dos setores de abrangência (comércio, serviços e indústria) com os interesses as demais áreas que compreendem sua cidade (públicos ou privados), relacionam-se com a abrangência do presente estudo por estar relacionado as formas de atuação de entidades privadas em cidades.

Tendo em vista que os atores sociais entrevistados pertencem a diferentes cidades, portanto diferentes contextos, entre eles sociais, econômicos e ambientais, acredita-se que foi possível identificar como os elementos abordados influenciam à competitividade e a sustentabilidade das cidades.

Em relação aos quatro especialistas entrevistados dois deles possuem mais de vinte e três anos de experiência como professor e pesquisador em áreas relacionadas à competitividade e sustentabilidade das cidades, além disso, ambos possuem atuação nos COREDES – Conselho Regional de Desenvolvimento, entidade criada para promoção do desenvolvimento regional, um deles é mestre e outro pós-doutor.

Outro especialista entrevistado possui experiência de quinze anos como professor e pesquisador da área de sustentabilidade e é doutor, o último especialista entrevistado é mestre com estudos relacionados à sustentabilidade.

Os especialistas entrevistados possuem vínculo com três diferentes instituições de ensino, em duas diferentes cidades, possuindo portanto, diferentes abordagens a respeito do contexto de análise deste estudo.

Tendo em vista a experiência dos entrevistados e as seus diferentes enfoques a respeito da competitividade e sustentabilidade das cidades, acredita-se que se tornou possível

verificar a forma como o tema foi abordado, assim como a identificação das formas de influência dos elementos elencados com relação à competitividade e sustentabilidade das cidades.

As cidades as quais os atores sociais foram entrevistados foram selecionadas por conveniência, pois visava-se verificar o tema em diferentes contextos, assim sendo, oito diferentes cidades foram utilizadas para a realização da pesquisa junto aos diferentes atores sociais. A primeira cidade pesquisada (A), é uma cidade da região da campanha que possui, de acordo com o IBGE (2007), 8.771 habitantes, esta cidade foi selecionada para o estudo, pois possui grandes reservas minerais em exploração, o que à atinge de forma direta em âmbito econômico, social e ambiental.

A segunda cidade (B), da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, com 53.259 habitantes, está economicamente vinculada atividade agrícola, ressalta-se também que se trata de uma cidade de emigração alemã, aspecto este que se faz relevante para a verificação da pesquisa, tendo em vista a possibilidade de observação das relações entre a localização, atividade econômica e relações sociais, com o desenvolvimento da cidade. A cidade (C), da região sul do Estado, é uma cidade de fronteira entre dois países, além disso, a ênfase da cidade em se tornar uma cidade turística, apresenta-se de grande importância para a verificação dos temas elencados também neste contexto.

Em relação a cidade (D), também da região sul do Estado, sua relevância ao estudo está na existência de um aglomerado de empresas de mesma atividade (conservas de pêssego), e a grande preocupação local com a fruticultura, as dificuldades e facilidades encontradas por essa cidade em se desenvolver, formulam um contexto de grande importância para as verificações propostas junto ao ator social selecionado.

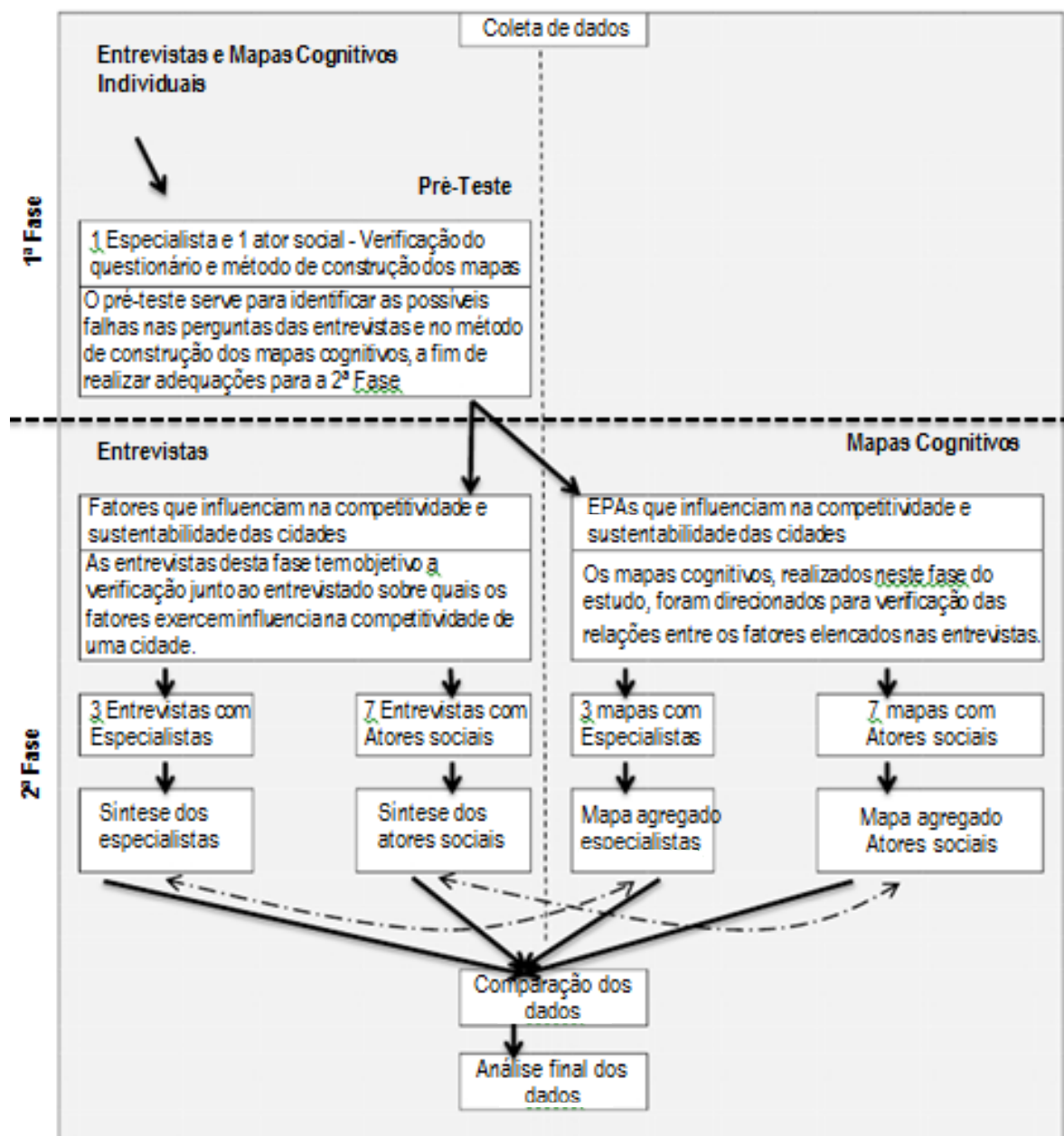
A cidade (E), da região da Serra gaúcha, é uma cidade primordialmente industrial, de acordo com o IBGE (2007) e FEE (2010) respectivamente, esta cidade possui população de 8.840 habitantes e PIB per capita de R\$ 43.602, além do desenvolvimento econômico da cidade, a importância da verificação da mesma para o estudo se dá pela mesma uma cidade de emigração italiana, altos índices de escolaridade, acesso à saúde, segurança e outros elementos. Com relação a cidade (F), da região sul do Estado com 7.811 habitantes, a importância para estudo se dá pela mesma ser uma cidade com grandes dificuldades econômicas, e que por um curto período de tempo passou a experimentar um crescimento econômico dado pelo desenvolvimento de atividades em cidades próximas.

A cidade (G), com 328.275 habitantes, segundo o IBGE (2007), é uma cidade que historicamente vem perdendo o seu vigor econômico, que no passado, já foi uma das cidades

mais desenvolvidas do Estado e na atualidade tornou-se uma cidade com atividades econômicas vinculadas ao setor de serviços. Sobre a cidade (H), da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, é uma cidade que a exemplo da cidade (F) possui problemas econômicos, o que se desdobra em problemas sociais e baixa preocupação ambiental.

Desta maneira, compreende-se ser provável estratificar as possíveis relações entre teoria e prática a respeito do tema. A fonte secundária de dados foi a revisão bibliográfica contendo temas de relevância para a pesquisa. A figura 8 (Coleta de dados, p.84) detalha as etapas da coleta de dados da primeira e segunda fases e a análise dos dados.

Figura 8 - Coleta de dados



Fonte: Elaborado pelo autor

3.3.1 Entrevistas

Para que os objetivos deste estudo fossem alcançados oito atores sociais e quatro especialistas foram entrevistados em um total de doze entrevistas, no período de outubro a dezembro de 2012. Os atores sociais entrevistados foram selecionados por conviverem cotidianamente com o contexto de análise, sendo capazes de influenciá-los e perceber as interferências de suas atividades na competitividade e sustentabilidade das cidades, já os especialistas foram selecionados para essa pesquisa por terem estudos e vivências práticas relacionadas ao tema. Os dados coletados nas entrevistas foram armazenados em arquivos eletrônicos, de maneira ordenada e fizeram parte do banco de dados deste estudo.

As questões do roteiro de entrevista foram elaboradas com base na fundamentação teórica e na estrutura proposta para análise dos fatores de competitividade e sustentabilidade das cidades (Conforme Quadro 33 do item 2.4.2). Nesta pesquisa as entrevistas foram do tipo semiestruturado que, segundo Yin (2005), são conduzidas de forma espontânea e permitem que tanto o entrevistador pergunte ao informante-chave sobre os fatos de uma maneira, quanto solicite a opinião dele sobre determinados acontecimentos. Para Malhotra (2001, p. 163), “mesmo que o entrevistador procure seguir um esboço pré-determinado, o fraseado específico das perguntas e a ordem de sua formulação acabam sendo influenciados pelas respostas do entrevistado”.

O roteiro de entrevistas desta pesquisa é formado pelos seguintes tópicos: conceitos de competitividade e sustentabilidade, categorias de análise, nível de importância entre as dimensões. Foram realizadas entrevistas em profundidade, uma a uma, de forma direta, pessoal, onde um único respondente foi questionado pelo entrevistador previamente preparado. As entrevistas foram realizadas nas cidades de cada entrevistado e tiveram uma duração média de uma hora e quarenta minutos, elas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Ressalta-se que no presente estudo, visa-se a análise das formas de influência dos elementos elencados, ou seja, a relevância dos mesmos para a formulação de estratégias capazes de tornar as cidades mais competitivas e sustentáveis e não a realização de verificações dos elementos nas cidades pesquisadas.

3.3.2 Mapas Cognitivos

Para a seleção dos entrevistados para a construção dos mapas cognitivos (quatro especialistas e oito atores sociais) seguiu-se o mesmo critério de seleção das entrevistas, conforme o item 3.3.1.

Para Bastos (2002) e Pidd (2001), o Mapeamento Cognitivo pode ser compreendido como um conjunto de procedimentos ou ferramentas de pesquisa que visam à verificação de informações que compõem os modelos construídos por indivíduos e que são compartilhados por outros indivíduos. Esses procedimentos refletem, de forma gráfica, crenças subjetivas, o que permite a visualização e a consequente identificação de interações, significados e percepções apontadas (ARAÚJO FILHO, 1999; NELSON, NELSON e ARMSTRONG, 2000; PIDD, 2001; e BASTOS, 2002).

Conforme Bastos (2000), o mapeamento cognitivo é uma ferramenta interativa que possui o objetivo de evidenciar problemas complexos e proporcionar maior facilidade para a obtenção de soluções em grupo. Bastos (2002) acrescenta que os mapas cognitivos são representações (*Schemas*) que compõem noções e códigos com alto grau de interpretação por parte do entrevistador. Além disso, o mesmo autor informa que os modelos mentais são construídos pelo indivíduo a partir da percepção e interação desse indivíduo com o ambiente. Para Pidd (2001), o mapa cognitivo é uma forma de diagrama de influência em que o mesmo consiste em um conjunto de conceitos distribuídos graficamente de forma hierárquica por ligações meio e fim, ligações essas que compreendem o sistema de valores dos respondentes na forma de objetivos estratégicos.

Segundo Bastos (2002), os mapas cognitivos não são estáticos, pois estão relacionados a um processo de aprendizagem resultante de um processo de abstração do indivíduo frente a um ambiente de mudança. Bastos (2002) ressalta que, devido à característica subjetiva e interpretativa dos mapas cognitivos, os modelos apontados pelos mesmos podem ser compreendidos como simplificados ou imprecisos quando confrontados com a realidade.

Assim sendo, para fins deste estudo, foram aplicados os mapas cognitivos de acordo com os conceitos descritos por Pidd (2001) e Bastos (2002). As tipologias, formas de construção, formas de agrupamento e metodologias referente aos mapas cognitivos podem ser observadas no Apêndice C desta pesquisa.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados coletados na Fase 1 da pesquisa foi utilizado o método de Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (1979) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que

permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim as abordagens dos atores pesquisados de ambos os temas, competitividade e sustentabilidade, foram analisadas conjuntamente o que possibilitou a formulação de um estrutura abrangente o suficiente para permitir análises compartilhadas entre os dois campos abordados.

A entrevistas com os atores sociais e especialistas foram transcritas, posteriormente foi feita uma síntese dos dados obtidos nessas entrevistas, agregados por tipo de respondente, agrupando as ideias concordantes entre eles. Posteriormente, os dados das sínteses foram comparados com os Mapas Cognitivos Agregados de cada tipo de respondente.

Para a etapa de análise dos dados da Fase 2 foi construído um mapa cognitivo de grupo a partir da fusão dos mapas dos 3 entrevistados de cada tipo. Esta é a segunda etapa do método SODA, e visa identificar as ligações, diferenças e semelhanças entre os mapas dos participantes unindo-os (*merging*), gerando, com isso, um Mapa Cognitivo Agregado.

Tal metodologia foi escolhida porque é adequada para trabalhar com grupos. A agregação de mapas cognitivos individuais “reforça e seleciona os conceitos mais amplos, os dominantes e enriquece a ferramenta de negociação, representada pelo mapa cognitivo congregado” (JARDIM, 2001, p.14).

Para facilitar a compreensão dos dados fornecidos pelos Mapas Cognitivos Individuais, tendo em vista a necessidade de exibição gráfica dos resultados, para o mesmo fim, foi utilizado o Diagrama de Afinidades que, segundo Moura (1994), é um método apropriado para a ordenação dos dados. No Diagrama de Afinidades, os dados verbais coletados são agrupados de acordo com suas afinidades e relações naturais.

Neste estudo, utilizaram-se as etapas de agrupar as cartelas (conceitos dos Mapas Cognitivos descritos pelos respondentes), titular os grupos de cartelas (a partir dos Elementos Primários de Avaliação) e desenhar o diagrama descrito por Moura (1994, p. 28).

No presente estudo, as considerações dos entrevistados a respeito da relevância das categorias propostas (entrevistas) e as verificações dos mesmos sobre as relações entre as categorias (mapas cognitivos) foram comparadas, para que fosse possível compor as conclusões dessa pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos na pesquisa. A seção 4.1 aborda a caracterização das cidades pesquisadas. Na seção 4.2, é realizada uma contextualização dos entrevistados. Na seção 4.3, é apresentada a percepção dos atores sociais sobre os elementos de competitividade nas cidades abordadas. Em sequência, na seção 4.4, discute-se acerca da percepção dos especialistas a respeito da competitividade e sustentabilidade. A seguir, na seção 4.5, mostra-se a comparação dos resultados dos atores sociais e especialistas pesquisados. E, por fim, na seção 4.6, apresentam-se as relações entre as categorias da competitividade e sustentabilidade das cidades, de acordo com os resultados obtidos neste estudo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES PESQUISADAS

O Quadro 35 (Caracterização das cidades pesquisadas, p.88) apresenta a caracterização das cidades pesquisadas. As informações deste quadro são baseadas na reunião de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2007 e FEE (Fundação de Economia e Estatística) do ano de 2010

Quadro 35 - Caracterização das cidades pesquisadas.

CIDADE	LOCALIZAÇÃO No Estado do RS	POPULAÇÃO (IBGE, 2007)	PIB (R\$ 1 mil) (FEE 2010)	PIB (per capita R\$1,00) (FEE 2010)	Estrutura do Valor Adicionado Bruto (%) (FEE 2010)		
					Agropecuária	Indústria	Serviços
A	Campanha	8.771 hab.	322.688	36.769	8,46	59,84	31,7
B	Sul	53.259 hab.	597.312	11.213	25,11	8,29	66,6
C	Sul	27.931 hab.	427.919	15.315	30,42	8,79	60,79
D	Sul	6.227 hab.	78.560	12.608	22,11	29,17	48,73
E	Serra	8.840 hab.	385.445	43.602	12,87	56,12	31,02
F	Sul	7.811 hab.	90.700	11.603	30,48	10,78	58,74
G	Sul	328.275 hab.	4.564.464	13.925	3,18	19,05	77,77
H	Sul	12.780 hab.	187.240	14.643	22,91	24,54	52,55

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2007) e FEE (2010)

Além da observação do contexto econômico das cidades pesquisadas, cabe ressaltar a importância de algumas questões históricas e culturais, tais como a origem das pessoas que as habitam, as necessidades comerciais, de serviços e demais questões estruturais para as quais as atividades realizadas nessas cidades visam oferecer suporte.

Conforme abordado, uma região é um composto formado por vários aspectos como os naturais, econômicos, sociais, culturais e históricos. Com isso, Bassan e Siedenberg (2008) definem uma região como um local com características naturais específicas, onde, ao longo do

processo de formação histórico-cultural, concebeu-se uma identidade regional própria, influenciada por identificações sociais, econômicas e políticas.

Com esse embasamento, é possível analisar a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul sob características naturais, sociais e culturais específicas que estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico da região e ao seu atual estado de estagnação, assim como as mesmas características, em seus devidos contextos, são capazes de determinar o desenvolvimento das cidades da metade norte do Estado.

Nessa corrente, compete ressaltar que a ocupação do território gaúcho teve início com os grupos indígenas pré-históricos que viviam nessa região há cerca de 10.000 a.C. A partir do século XVI, ocorreram as primeiras investidas de Portugal e Espanha nessa região e, com isso, a colonização desse território, que se deu com o estabelecimento de diferentes culturas e grupos étnicos, os quais trouxeram consigo características relacionadas a suas nações de origem (atividades econômicas, densidade demográfica, tamanho das propriedades, sistemas produtivos, identidades culturais e outras), estabelecendo, assim, diferentes formas de exploração do território e determinando a diversidade cultural que marca a identidade gaúcha nos dias atuais.

O início da exploração do território gaúcho deu-se pelos jesuítas a serviço da coroa espanhola. Eles se fixaram na região conhecida hoje como Missões. Os missionários jesuítas agregaram as comunidades indígenas em reduções, onde praticavam a agricultura, posteriormente, foram introduzidos os gados bovino e ovino. Nesse período, os bandeirantes, na busca por escravos para as empresas e para a agricultura de São Paulo, sentiram-se atraídos pelo surgimento desse novo centro econômico. Como consequência dessa busca, a sociedade estabelecida na região das missões foi dizimada.

Um século após, os portugueses, embasados em sua estratégia militar de ocupação dos territórios ao sul da colônia, passaram a aplicar o sistema de doação de sesmarias nas áreas fronteiriças entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, com o objetivo de apossarem-se da região e defender as terras ao sul da colônia das investidas espanholas. A apropriação militar da terra, como se assistiu, foi acompanhada da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento de sua camada senhorial. O fortalecimento dessa camada de pecuaristas tendeu a se expressar também no plano político-administrativo (PESAVENTO, 1985).

O norte do Rio Grande do Sul foi explorado basicamente através da ampliação das áreas coloniais alemãs e italianas, e da chegada de novos grupos étnicos a partir de 1900, como russos, poloneses e suíços. A produção diversificada das pequenas propriedades criou

uma distribuição de renda menos concentrada, resultando em uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. Assim, a colonização ítalo-alemã se concentrou na Metade Norte do Estado, ocupada principalmente por agricultores familiares e artesãos a partir de meados do século XIX e, posteriormente, por seus descendentes, caracterizando uma estrutura fundiária baseada na agricultura familiar em pequenos lotes (BROSE, 2000).

Costa (1988) informa que os municípios maiores caracterizam-se também por serem os mais antigos do Estado. Associando densidade demográfica, estrutura fundiária e vegetação, é possível evidenciar contrastes muito nítidos entre as duas metades do Estado do Rio Grande do Sul: Metade Sul, com grandes e poucos municípios, contrapondo-se à Metade Norte, que apresenta uma malha municipal repleta de pequenas unidades territoriais a partir do norte de Porto Alegre e por todo o centro-norte do Estado.

Além das formas de ocupação do território, o capital social, conjunto de relações e redes de auxílio mútuo, que podem ser efetivamente mobilizados para favorecer o indivíduo ou sua classe social, também colaborou para as desigualdades regionais no Estado do Rio Grande do Sul. Conforme Bourdieu (2000), o capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo, é a base e a acumulação de um processo de união que possibilita às pessoas mais bem dotadas e situadas terem êxito na competição social.

Becker e Bandeira (2000) identificam que os traços culturais são relevantes para que os membros de uma localidade tornem-se propensos a colaborarem na solução de problemas de interesses em comum. Desse modo, observa-se que, na mesorregião sul, os traços sociais e culturais, marcados pela estrutura fundiária e o dinamismo demográfico, tornam o capital social com características diferenciadas da mesorregião nordeste.

Em sequência, Becker e Bandeira (2000) afirmam que a identidade regional e o capital social são resultado de interações políticas, sociais e culturais ocorridas ao longo da história, e são eles (identidade regional e o capital social) que geram a consciência nos habitantes de um território, no sentido de que, apesar das diferenças e divergências que os dividem, eles possuem afinidades e interesses em comum. A reunião de vários fatores (históricos, culturais, econômicos, políticos, naturais e outros) é capaz de evidenciar as formas de desenvolvimento aplicadas nas cidades e, dessa maneira, ditar uma maneira de pensar a respeito do papel dos governos, empresas e sociedade civil na competitividade e sustentabilidade dessas cidades.

Entretanto, a agregação de fatores propostos neste estudo, em observação aos potenciais fatores de interferência das formas de articulação de elementos para a promoção da competitividade nas diferentes cidades, tem por objetivo explorar a influência dos elementos

apontados na competitividade e sustentabilidade das cidades, bem como as possíveis relações existentes entre eles.

Assim sendo, esses fatores de influência, potenciais interventores no modo de verificar, ou de pensar, dos entrevistados sobre a importância dos elementos abordados na pesquisa, apresentam-se como uma forma de fortalecer a análise dos elementos propostos, tendo em vista que, apesar das diferentes maneiras de abordar os temas elencados pelos atores sociais e especialistas, a reunião das abordagens dos entrevistados é capaz de evidenciar a relevância e a relação entre esses elementos, mesmo, em contextos diferentes.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Putnam (2002), ao analisar o processo de adaptação e o desempenho do governo das 20 regiões da Itália que adquiriram autonomia a partir de 1970, verificou que a existência de uma comunidade cívica em determinadas regiões propiciava maiores níveis de eficiência e eficácia administrativa dos governos. Em sua abordagem, esse autor considera que as regiões que possuem maior engajamento cívico são regiões onde seus cidadãos são detentores de espírito público; onde as relações políticas são mais igualitárias; e a estrutura social está firmada na confiança e colaboração. O autor embasou-se na constatação da existência de associações civis, para poder determinar a influência da existência de uma comunidade cívica sobre o desempenho institucional dos governos.

Em complemento, Becker (2003) sustenta que a identidade regional e o capital social são resultados de interações políticas, sociais e culturais ocorridas no decorrer da história, e são elas que geram a consciência nos habitantes de um território, no sentido de que, não obstante as diferenças e divergências que os dividem, possuem afinidades e interesses em comum.

Nesse sentido, é possível observar que a responsabilidade pela promoção da competitividade das cidades não está, exclusivamente, na capacidade dos governos ou das relações inter-organizacionais e capacidades industriais ou, ainda, na aptidão das pessoas em se associarem e se envolverem em questões políticas e regionais, mas sim na capacidade de articulação desses atores sociais (governos, instituições de ensino e pesquisa, empresas, sindicatos, associações comerciais ou industriais e outros) na busca de promoverem vantagens competitivas em relação às demais regiões.

Portanto, a responsabilidade pela promoção da competitividade e sustentabilidade das cidades, de acordo com o embasamento adotado neste estudo, fundamenta-se nas interações políticas, sociais e culturais, condicionadas pela identidade regional e o capital

social. Esses, atrelados a um processo histórico, capaz de gerar consciência nos habitantes de um território, no sentido de que, apesar das diferenças e divergências que os dividem, eles possuem afinidades e interesses em comum, tal como as definições de Becker (2003) e Putnam (2002).

A partir da definição exposta, o presente estudo buscou junto a representantes dos governos, empresas e pesquisadores da área, abordar o tema, ao basear-se nas percepções dos mesmos, tendo em vista que são eles que lidam com essas questões no seu cotidiano, e são também capazes de interferir na capacidade de promover a competitividade e a sustentabilidade das cidades.

O Quadro 36 (Contextualização dos entrevistados, p.92) apresenta uma contextualização a respeito dos entrevistados. As informações constantes no quadro originaram-se da reunião de dados do instrumento de pesquisa utilizado.

Quadro 36 - Contextualização dos entrevistados.

Entrevistado	Categoria	Cargo	Profissão ou especialização	Formação profissional	Tempo no cargo	Data da entrevista	Cidade
1	Especialista	Professor	COREDE	Mestrado	23 Anos	16/12/2012	
2	Especialista	Professor	COREDE	Pós Doutorado	28 Anos	15/12/2012	
3	Especialista	Arquiteta	Sustentabilidade	Mestrado	8 Anos	30/11/2012	
4	Especialista	Professora	Sustentabilidade	Doutorado	15 Anos	13/11/2012	
5	Ator Social	Prefeito	Comerciário	Ensino Médio	12 Anos	18/12/2012	D
6	Ator Social	Prefeito	Bancário	Ensino Médio	4 Anos	25/11/2012	H
7	Ator Social	Prefeito	Funcionário Púb.	Graduação	3 Anos	17/10/2012	F
8	Ator Social	Vereadora	Professora	Pós Graduação	4 Anos	26/10/2012	A
9	Ator Social	Vereadora	Professora	Graduação	4 Anos	30/10/2012	E
10	Ator Social	Sec. Mun. de Des. Econômico	Funcionário Público	Técnico	4 Anos	03/12/2012	C
11	Ator Social	Delegada Regional do Trabalho	Advogada	Graduação	1 Ano	11/12/2012	G
12	Ator Social	Presidente da Câmara de Com. Ind. e Serv.	Empresária	Ensino Médio	2 Anos	10/12/2012	B

Fonte: Criado pelo autor com base nos dados coletado no instrumento de pesquisa utilizado.

4.3 A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

O presente item do estudo busca demonstrar as considerações dos atores sociais a respeito da pesquisa proposta, ele está dividido em dois subitens, entrevistas e mapas cognitivos.

4.3.1 Entrevistas

Neste subitem são abordadas as considerações dos atores sociais com relação as entrevistas realizadas.

4.3.1.1 Competitividade

Em observação aos objetivos da pesquisa, inicialmente buscou-se identificar a forma como o tema da competitividade era tratado pelos entrevistados. Assim sendo, foi questionado aos mesmos o que cada um compreendia por competitividade de uma cidade.

O entrevistado 5 atribui a ideia de competitividade à capacidade de uma cidade em gerar benefícios, serviços e outros fatores econômicos que favoreçam a instalação de empresas na cidade. O entrevistado 6 verifica a existência de mais algumas questões relacionadas à competitividade, como as econômicas, políticas e sociais. Além disso, ele ressalta o contexto regional e o social nos quais as cidades estão inseridas, como grandes propulsores para a competitividade.

Em complemento, é salientada a importância da localização geográfica, os bens naturais, a facilidade de acesso e a possibilidade de coordenação de atividades junto às cidades próximas para o aproveitamento mútuo de potencialidades.

O entrevistado 7 observa a competitividade como “a capacidade da cidade em atrair investimentos e pessoas”, a exemplo do entrevistado 6, ele enfatiza a importância dos recursos naturais e as possibilidades de promoção da competitividade das cidades devido ao seu posicionamento geográfico em relação aos acessos rodoviários, ferroviários e fluviais. O entrevistado 8, como o entrevistado 7, acredita que a competitividade das cidades está na sua capacidade de atrair investimento e pessoas; contudo, acrescenta a capacidade de manter e desenvolver os investimentos e pessoas que já estão fixadas na cidade

O entrevistado 9, de acordo com o contexto da cidade na qual ele está sediado, verifica a competitividade como “a capacidade de desenvolver uma infraestrutura adequada para que as pessoas se fixem na cidade”. A ressalva apresentada pelo mesmo, é baseada na ideia de que a cidade em questão possui um excedente de empregos e, por isso precisa procurar formas de atrair e fixar as pessoas nessa cidade, o que inclui modos de integração de novas culturas, religiões, normas sociais, bem como outros fatores que contribuam para esse fim.

O entrevistado 10 ressalta a importância da localização geográfica da cidade como fonte de competitividade. Cabe ressaltar que a cidade em questão é uma cidade histórica e fronteira, a capacidade de diferenciação de uma cidade frente às demais, ou seja, a sua

capacidade de desenvolver suas potencialidades, sejam essas relacionadas à sua localização geográfica, identidade histórica, dinamismo comercial, turismo ou agropecuária, é que torna essa cidade mais competitiva que as demais, inclusive sob aspectos regionais ou ainda mais abrangentes (estado, nação, internacionalmente).

O entrevistado 11 observa a competitividade das cidades em consonância com a ideia de eficiência da gestão pública. Segundo sua opinião a competitividade depende da capacidade do poder executivo em incentivar a implantação de novos investimentos. Já o entrevistado 12 verifica a competitividade como “a capacidade do poder público em atrair investimentos para a cidade”, contudo ressalta a participação das empresas e dos empresários nesse contexto, baseando-se na ideia de aumento da competição entre as empresas e considerando que a atração de novos investimentos seria capaz de acirrar, ainda mais, a competição entre as empresas já sediadas na cidade.

De acordo com as abordagens dos entrevistados, é possível perceber uma relação entre a competitividade das cidades e as pessoas, empresas, investimentos e a capacidade da gestão pública. Dessa maneira, é possível compreender a competitividade das cidades como uma forma de aproveitamento da localização geográfica e sinergia com o patrimônio natural, para que, em conjunto com o oferecimento de benefícios, incentivos e serviços, a cidade seja capaz de agregar, desenvolver e manter novas pessoas, empresas e investimentos, propiciando, assim, uma melhor qualidade de vida para as pessoas que estão sediadas em determinadas cidades.

A definição exposta pela reunião das abordagens dos atores sociais está em consonância com a utilizada no presente trabalho (Capacidade de articulação de fatores com o objetivo de atrair e desenvolver uma estrutura adequada para a promoção do desenvolvimento, item 2.2.1). Além disso, é possível compreender as abordagens apresentadas pelos atores sociais como um complemento à noção de competitividade utilizada. A fim de melhor compreender o tema da competitividade exposto pelos atores sociais, os entrevistados foram questionados a respeito de quais fatores interferem na competitividade das cidades.

Neste sentido o Quadro 37 (Percepção dos atores sociais sobre a competitividade, p.95) demonstra a interpretação dos atores sociais entrevistados a respeito da competitividade, permite verificar as relações entre as respostas e apresenta os fatores apontados.

Com base na exposição dos fatores apontados pelos atores sociais, é possível perceber que alguns se tornam mais expressivos que outros, como no caso da Infraestrutura, Economia e Emprego, que foram citados por 4 entrevistados.

Quadro 37 - Percepção dos atores sociais sobre a competitividade das cidades.

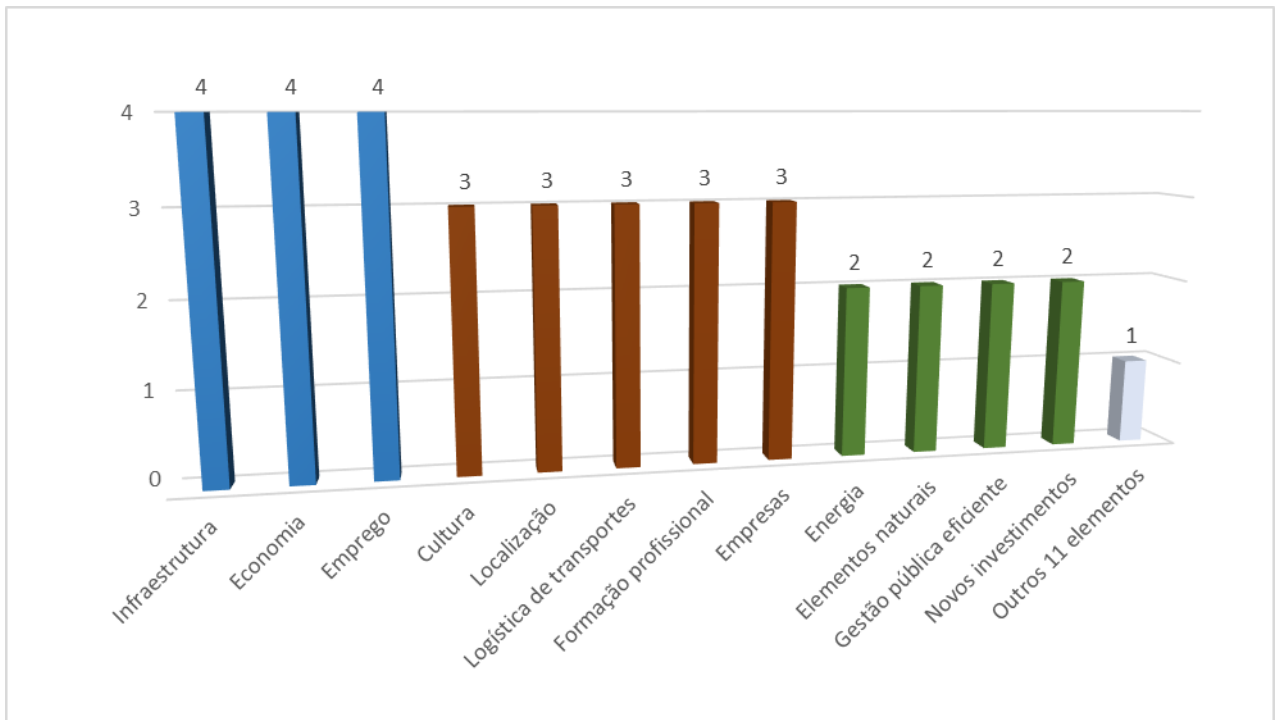
Entr.	Foco	Meios	Fatores
5	Instalação de empresas.	Geração de benefícios e serviços.	Infraestrutura, questão econômica, a questão cultural e social.
6	Benefícios econômicos, políticos e sociais.	Contexto regional, aproveitamento de bens naturais, capacidade logística, coordenação com outras cidades.	Política econômica não só da cidade como da região, Localização geográfica, Infraestrutura, logística de transporte seja ele ferroviário seja ele rodoviário ou fluvial. Vocação da região, formação de pessoal, geração de energia, cultura no município, cultura da região e elementos naturais de que cada cidade dispõe.
7	Atração de investimentos e pessoas	Fornecimento de condições estruturais para a atração de pessoas e empresas.	Emprego, saúde, educação, energia, localização, infraestrutura, logística, recursos naturais, empresas já instaladas.
8	Atração, manutenção e desenvolvimento de investimentos e pessoas.	Autossustentação para promover maior qualidade de vida para as pessoas que habitam a cidade.	Emprego, renda, formação profissional, gestão pública eficiente, novos Investimentos e qualidade de vida.
9	Atração, manutenção e desenvolvimento de investimentos e pessoas.	Formas de integração cultural e social.	Emprego, empresas já instaladas, infraestrutura.
10	Diferenciação frente às demais.	Localização geográfica, contexto histórico, capacidade comercial, turística e agropecuária.	Localização, economia, patrimônio histórico e arquitetônico, cultura, emprego, possuir um diferencial em relação as cidades da região.
11	Eficiência da gestão pública.	Oferecimento de incentivos para a promoção de investimentos.	Malha viária, incentivos fiscais, atração de novos investimentos, qualificação da mão-de-obra e localização.
12	Eficiência da gestão pública e do contexto empresarial local.	Acirramento da competição entre as empresas.	Eficiência da Gestão pública, Empresas já instaladas, PIB e Promoção da concorrência entre as empresas da cidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no instrumento de pesquisa utilizado.

Os fatores Cultura, Localização Geográfica, Logística de transportes, Formação profissional e Empresas já instaladas foram citados por 3 entrevistados. Já os fatores Energia, Elementos naturais, Gestão pública e Novos investimentos foram citados por 2 entrevistados.

A quantidade de entrevistados que citaram o mesmo elemento é capaz de determinar a relevância de cada fator, pois considera-se que cada respondente possui como embasamento o seu próprio contexto social e o contexto da cidade em que está inserido. Os demais fatores apesar de terem sido citados apenas por um dos entrevistados, demonstram sua relevância na medida em que são capazes de complementar os outros fatores que foram citados mais vezes.

A Figura 9 (Elementos da competitividade pelos atores sociais, p.96) apresenta a relação de elementos conforme a quantidade de citações pelos entrevistados.

Figura 9 - Elementos da competitividade pelos atores sociais

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.1.2 Sustentabilidade

Em continuidade ao roteiro de pesquisa proposto, os entrevistados foram questionados a respeito da sustentabilidade, pois se buscava verificar a forma como cada um compreendia essa questão, embasado em seu contexto social.

Com isso, quando questionado acerca da compreensão sobre a sustentabilidade o entrevistado 5 afirma que o poder público tem papel fundamental na promoção da sustentabilidade das cidades, pois “é o poder público que deve saber lidar com as flutuações de receita da cidade. Além disso, o oferecimento de serviços de qualidade em todas as áreas, seja na saúde, educação e infraestrutura, também são questões importantes para a sustentabilidade”. Inicialmente, trata do assunto da sustentabilidade como a capacidade da cidade em se sustentar, seja para manter o bom oferecimento de serviços para as pessoas, seja para oferecer suporte ao desenvolvimento das empresas.

O entrevistado 6 verifica a sustentabilidade com base nos pilares econômico, social e ambiental. Para ele, a sustentabilidade das cidades está relacionada ao planejamento de longo prazo; da mesma forma observa a sustentabilidade de uma cidade como a capacidade da mesma em sustentar o desenvolvimento econômico, social e a preservação ambiental, ambos ao longo do tempo; a política portanto, é o principal propulsor dessa questão em uma cidade.

Para o entrevistado 7, a sustentabilidade é “a capacidade das cidades em replicar, continuamente, o processo produtivo que lhes garante a subsistência”, considerando a questão ambiental como inerente a esse processo por força legal ou por busca de novas formas de produção. Já, entrevistado 8 verifica o tema como uma forma de tratar os problemas ambientais e sociais, causados pelo desenvolvimento, e fornecer estratégias para que a economia da cidade se desenvolva futuramente, sem prejudicar o meio ambiente e a sociedade.

O entrevistado 9 considera a sustentabilidade como uma forma para que as pessoas de uma cidade possam se sustentar, seja de forma econômica ou em relação à coletividade. Além disso, aponta para as formas de produção que contemplam quesitos econômicos, sociais e ambientais, integradamente, como uma maneira para tornar as cidades mais sustentáveis.

O entrevistado 10 verifica a sustentabilidade de forma similar ao entrevistado 9, para ele toda a atividade econômica gera algum impacto econômico, social ou ambiental em uma cidade. Contudo, existem modos de fazer com que esse impacto seja reduzido, como a atuação do poder público e a integração da sociedade em novas formas de desenvolverem-se e, com isso, promover o desenvolvimento da cidade.

Já o entrevistado 11 concebe a sustentabilidade como uma maneira de gerar meios para que os investimentos realizados em uma cidade não prejudiquem ou causem danos futuros e imediatos ao meio ambiente. Cabe ressaltar que o entrevistado não considera, em sua resposta, a questão social como relevante para a sustentabilidade.

O entrevistado 12 atribui exclusivamente ao poder público a responsabilidade pela sustentabilidade da cidade, a forma pela qual a cidade é gerenciada é que determina o quanto o município será capaz de se sustentar. Verifica, também, a sustentabilidade como uma forma de sustentação econômica de uma cidade e não considera, com isso, questões sociais e ambientais em sua resposta.

A reunião das abordagens e elementos apontados pelos entrevistados a respeito da sustentabilidade permite a observação de que a sustentabilidade, com base na reunião das considerações dos entrevistados (Categoria: ator social), é compreendida como a capacidade dos governos, empresas e sociedade civil em articular políticas, leis e formas de produção, com o objetivo de desenvolver a economia e a sociedade de uma cidade, com preocupação ambiental suficiente para manter suas atividades ao longo do tempo.

Tal consideração está relacionada com a abordagem empregada no estudo a respeito da sustentabilidade (A capacidade de atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades,

considerando, com isso, de forma integrada, as dimensões econômicas, sociais e ambientais, item 2.3.2), na medida em que a mesma é capaz de complementar a ideia empregada.

Para compreender melhor as respostas dos entrevistados, foi solicitado aos mesmos que apontassem alguns fatores que influenciam a sustentabilidade das cidades. Dessa maneira seria possível identificar, com maior precisão, o modo como o tema (sustentabilidade) é tratado por cada um e, também, estabelecer relações entre as abordagens.

O Quadro 38 (Percepção dos atores sociais sobre a sustentabilidade das cidades, p.98) demonstra a percepção dos entrevistados sobre o tema proposto, permite a análise conjunta das interpretações dos entrevistados e expõe os elementos elencados por cada um.

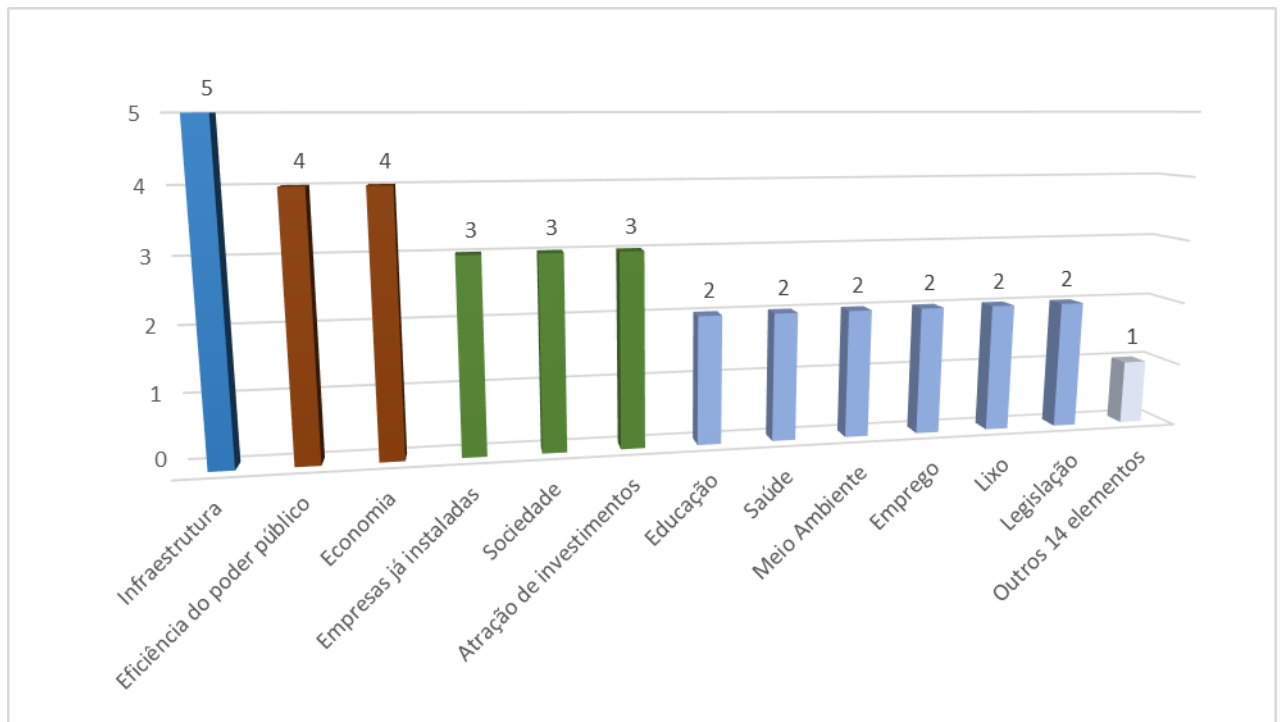
Quadro 38 - Percepção dos atores sociais sobre a sustentabilidade das cidades.

Entr.	Foco	Meios	Fatores
5	Oferecer suporte para as pessoas e empresas se desenvolverem.	Boa atuação do poder público	Eficiência do poder público, Educação, Saúde, Infraestrutura, Economia e Empresas instaladas.
6	Sustentar o desenvolvimento econômico, social e a preservação ambiental ao longo do tempo.	Oferecimento de políticas públicas, através do planejamento de médio e longo prazo, as quais propiciam desenvolvimento econômico, social e ambiental.	Econômicos, Sociais, Ambientais, Qualificação da mão de obra, Infraestrutura, Vocação regional, Políticas.
7	Replicar, continuamente, o processo produtivo que garante a subsistência da cidade, considerando a questão ambiental como inerente a esse processo.	Imposição legal e busca de novas formas de produção.	Emprego, Saúde, Educação, Energia, Localização, Infraestrutura, Logística, Ambiental, Empresas já instaladas
8	Resolver problemas ambientais e sociais, causados pelo desenvolvimento, e fornecer formas para que a economia da cidade se desenvolva futuramente sem prejudicar o meio ambiente e as relações sociais.	Ação integrada do poder público, empresas e sociedade.	Lixo, Legislação, Meio ambiente, Gestão pública, Geração de renda, Atração de investimentos e Habitações.
9	Manter a sustentação econômica e social das pessoas de uma cidade.	Formas de produção que contemplem quesitos econômicos, sociais e ambientais de forma integrada.	Agricultura, Empresas já instaladas, Emprego, Economia, Infraestrutura e Sociedade
10	Sustentação econômica e social das pessoas de uma cidade.	Atuação do poder público e a integração da sociedade em novas formas de desenvolver-se e desenvolver a cidade	Eficiência da gestão pública, Infraestrutura, Água, Tratamento de esgoto, Poluição e Sociedade.
11	Gerar meios para que os investimentos realizados em uma cidade não prejudiquem ou causem danos futuros e imediatos ao meio ambiente.	Atuação do poder público e das empresas.	Lixo, Fiscalização, Novos investimentos, Licenças ambientais e Legislação.
12	Proporcionar a autos sustentação econômica.	Atuação do poder público.	Eficiência do poder público, Economia e Novos Investimentos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no instrumento de pesquisa utilizado.

A exemplo da pontuação dos elementos da competitividade pelos atores sociais, alguns fatores de sustentabilidade apresentam-se de forma mais preponderante aos demais. Assim sendo, a Figura 10 (Elementos da sustentabilidade pelos atores sociais, p.99) demonstra os elementos mais citados pelos atores sociais entrevistados.

Figura 10 - Elementos da sustentabilidade pelos atores sociais



Fonte: Elaborado pelo autor

Cabe destacar que os elementos (de competitividade e sustentabilidade) foram citados pelos entrevistados de forma espontânea, antes da apreciação das categorias, ou seja, representam a forma como os entrevistados verificam os temas através de elementos apontados por eles.

A reunião desses elementos permite a observação de que a Infraestrutura, citada por 5 entrevistados é o mais relevante para a sustentabilidade. Além disso, os elementos Eficiência do poder público e Economia, citados 4 vezes, comprovam sua seriedade para os entrevistados, o que é refletido nas observações dos entrevistados a respeito da sustentabilidade. Os fatores Empresas já instaladas, Sociedade e Atração de investimentos, foram citados por 3 dos 8 entrevistados, já os fatores Educação, Saúde, Meio ambiente, Emprego, Lixo e Legislação foram citados 2 vezes nas respostas. Tal fato pode demonstrar uma possível ordem de relevância entre esses fatores. Os outros 14 fatores foram citados apenas uma vez pelos entrevistados e demonstram os possíveis desdobramentos dos elementos citados mais vezes.

4.3.1.3 União da Competitividade e da sustentabilidade

A verificação a respeito da competitividade e da sustentabilidade, com base nas abordagens dos atores sociais entrevistados, permite a observação de uma aproximação dos conceitos, conforme abordados na pesquisa, com a noção empregada pelos atores sociais sobre esses temas, no Quadro 39 (Conceitos de competitividade e sustentabilidade empregados no estudo, conforme os atores sociais pesquisados, p. 100).

Quadro 39 - Conceitos de competitividade e sustentabilidade empregados no estudo, conforme os atores sociais pesquisados.

Atores sociais	Conceitos utilizados	
Competitividade	Capacidade de aproveitamento da localização geográfica e do patrimônio natural para que, em conjunto com o oferecimento de benefícios, incentivos e serviços, a cidade seja capaz de agregar, desenvolver e manter novas pessoas, empresas e investimentos, propiciando, assim, uma melhor qualidade de vida para as pessoas que estão sediadas em determinada cidade.	Capacidade de articulação de fatores com o objetivo de atrair e desenvolver uma estrutura adequada para a promoção do desenvolvimento. (Prahalad e Hamel, 1990; Porter, 1993; Slack, 1993; Esse et al. 1995; Coutinho e Ferraz, 2002; Machado-da-Silva e Barbosa, 2002 e Waheeduzzman, 2002).
Sustentabilidade	Capacidade dos governos, empresas e sociedade civil em articular políticas, leis e formas de produção, com o objetivo de desenvolver a economia e a sociedade de uma cidade, com preocupação ambiental.	A capacidade de atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades considerando, com isso, de forma integrada as dimensões econômicas, sociais e ambientais. (Relatório

Fonte: Elaborado pelo autor

Cabe salientar a complementaridade entre os conceitos de sustentabilidade e competitividade, seja dos atores sociais entrevistados, seja os utilizados no presente estudo. Nesse sentido, as abordagens demonstram uma aproximação possível entre as noções de competitividade e sustentabilidade, conforme já abordado no item 1.1 (Delimitação do tema) e demonstrado no item 2.4 (União das dimensões da competitividade e sustentabilidade).

Além disso, os próprios fatores apresentados pelos entrevistados apontam para uma aproximação entre as abordagens (Competitividade e sustentabilidade das cidades). Nesta corrente, os fatores Infraestrutura, Eficiência da gestão pública, Economia, Empresas já instaladas, Emprego, Atração de investimentos e Meio ambiente apresentam-se com similar relevância tanto para a competitividade, quanto para a sustentabilidade das cidades, de acordo com os atores sociais entrevistados, tendo em vista que os fatores abordados para a competitividade e para a sustentabilidade das cidades foi apresentada de forma espontânea pelos entrevistados.

O Quadro 40 (Relação entre os fatores abordados pelos atores sociais a respeito da competitividade e sustentabilidade, p. 101) mostra a relação entre os fatores de competitividade e sustentabilidade conforme demonstrado pelos atores sociais entrevistados.

Nesse quadro os valores na horizontal representa a quantidade de citações relacionadas a competitividade e na vertical as considerações sobre a sustentabilidade, as intersecções entre elementos similares para os dois campos são apresentados pelos somatórios, demonstrando com isso as maiores relações entre elementos da competitividade e sustentabilidade na visão dos atores sociais.

Quadro 40 - Relação entre os fatores abordados pelos atores sociais a respeito da competitividade e sustentabilidade.

		Sustentabilidade												
		Infraestrutura	Eficiência da gestão pública	Economia	Empresas já instaladas	Sociedade	Atração de investimentos	Educação	Saúde	Meio ambiente	Emprego	Lixo		Legislação
Competitividade	Infraestrutura	9												5
	Economia			8										4
	Emprego									6				4
	Cultura													3
	Localização													3
	Logística de transportes													3
	Formação profissional													3
	Empresas já instaladas				6									3
	Energia													2
	Elementos naturais									4				2
	Eficiência da Gestão pública		6											2
	Novos investimentos						5							2
		4	4	4	3	3	3	2	2	2	2	2	2	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em sequência ao instrumento de pesquisa, os entrevistados foram questionados sobre a possibilidade de uma cidade ser competitiva e sustentável ao mesmo tempo. Nesse sentido, o entrevistado 5 pensa que “uma cidade pode ser competitiva e sustentável ao mesmo tempo, desde que a mesma não se preocupe exclusivamente com a competição a qualquer custo,

como na questão dos benefícios oferecidos e da guerra fiscal”, ressaltando que uma cidade deve ser competitiva para ser sustentável.

Destaca-se que, para o entrevistado 5 a competitividade de uma cidade é a capacidade da mesma, através de oferecimento de benefícios e serviços, favorecer a instalação de empresas, e a sustentabilidade é a capacidade de oferecer suporte para as pessoas e empresas se estabelecerem, isso, através da boa atuação do poder público. A aparente complementaridade dos conceitos, além de salientar uma possível abordagem conjunta dos temas, é refletida em suas considerações a respeito da possibilidade de uma cidade ser sustentável e competitiva ao mesmo tempo, contudo, desde que, inicialmente, torne-se competitiva.

O entrevistado 6 pensa que, além de possível, para uma cidade ser competitiva, ela precisa ser sustentável, pois “a competitividade sustentável é a principal forma de uma cidade desenvolver-se ao longo do tempo”. O entrevistado pensa de forma divergente do entrevistado 5. Para ele, uma cidade se faz competitiva quando é sustentável, contudo é possível perceber uma complementaridade entre os temas, o que permite o tratamento da competitividade e da sustentabilidade de forma conjunta. Esse posicionamento é refletido na abordagem do entrevistado, quando utiliza a noção de “competitividade sustentável”, para amparar sua resposta acerca da viabilidade de uma cidade ser competitiva e sustentável simultaneamente.

O entrevistado 7 acredita que a cidade deve ser competitiva e sustentável, visto que é necessário que a mesma tenha condições de atrair investimentos e dar condições para as pessoas viverem em condições dignas de moradias. Além disso, ressalta a importância de a cidade ter cuidados com o meio ambiente, pois é dele que a matéria-prima é extraída. Tal forma de pensar fica expressa, ao entrevistado afirmar que “uma cidade competitiva é uma cidade sustentável, e para uma cidade ser sustentável, ela tem que ser competitiva”. Também destaca que uma cidade que se preocupa em ser competitiva, sem ser sustentável, não terá condições para manter seu desenvolvimento a médio e a longo prazo. Por outro lado, se ela for sustentável sem ser competitiva, não será capaz de se desenvolver, uma vez que as outras cidades, mais competitivas, serão mais atraentes para os investimentos e as pessoas.

Dessa forma, fica evidente que o entrevistado 7 estabelece uma relação entre a competitividade e a sustentabilidade, além de perceber as sobreposições entre elas, destacando os mesmos fatores para ambas. O seu posicionamento permite a compreensão de que uma abordagem conjunta da sustentabilidade e competitividade das cidades é possível.

O entrevistado 8 afirma que “é viável, contudo é necessário desenvolver uma capacidade política e de gestão pública mais ampla”, ou seja, que contemple tanto a

sustentabilidade quanto a competitividade das cidades. Ressalta a necessidade de planejamento para que as cidades se tornem competitivas e sustentáveis ao mesmo tempo.

O entrevistado 9, assim como os anteriores, pensa que é possível ser competitiva e sustentável ao mesmo tempo, desde que “as cidades e as pessoas busquem competir preocupando-se com a sociedade e compreendendo a importância do meio ambiente para elas”. Além disso, ressalta que, em seu contexto, muitas pessoas emigram de outras cidades e outras regiões em busca de emprego, que é abundante e, com isso, além de acolher essas pessoas, a cidade precisa buscar formas de agregar essas novas culturas, ideologias e religiões que passam a povoar a cidade junto com esses novos habitantes.

Dada a complementaridade das abordagens dos temas, conforme empregado pelo entrevistado 9, é possível perceber que uma abordagem conjunta da competitividade e da sustentabilidade é possível, desde que as pessoas e os investimentos instalados e atraídos por uma cidade (competitividade) sejam suportados por formas de produção que contemplem quesitos econômicos, sociais e ambientais (sustentabilidade). Esse posicionamento fica claro quando afirma que “as cidades serão competitivas e sustentáveis, desde que sejam capazes de competir, preocupando-se com a coletividade”.

O entrevistado 10 acredita que, em uma cidade marcada pela dependência econômica do governo federal, da qual ele faz parte e é decorrência de uma estagnação econômica regional, tornar a cidade competitiva e sustentável ao mesmo tempo não é possível, pois os limites impostos pela falta de recursos as impedem. No entanto, em longo prazo, com base em uma série de investimentos planejados para a promoção do desenvolvimento da cidade, mesmo em um contexto de estagnação econômica e de dependência de recursos federais, é possível transformar uma cidade competitiva em uma cidade competitiva e sustentável.

As relações entre os conceitos abordados pelo entrevistado se dão na medida em que o mesmo deixa claro, a exemplo do entrevistado 5, que uma cidade se torna sustentável após se tornar competitiva. Assim sendo, da mesma forma que o entrevistado 5, o entrevistado 10 permite a realização de uma observação conjunta da competitividade e da sustentabilidade, quando apresenta uma complementaridade entre os temas, ou seja, o planejamento de longo prazo, para o entrevistado 10, é capaz de transformar uma cidade competitiva em uma cidade competitiva e sustentável.

O entrevistado 11 acredita que seja viável, desde que a pessoa que vá fazer os investimentos tome os cuidados necessários para não causar danos. O investimento não precisa representar que uma cidade não seja sustentável, pois, de acordo com ele, “se pode

construir uma grande empresa desde que tu tenhas meios de recompor aquele dano, ou minimizar o dano, com projetos ambientais adequados a cada segmento”.

O entrevistado 12 pensa que uma cidade pode ser competitiva e sustentável com base no desenvolvimento de bons projetos e de uma visão de futuro. Para ele “o governo é o principal promotor da competitividade e da sustentabilidade em uma cidade”. Mesmo em uma consideração restritiva em relação aos conceitos abordados neste estudo e, também, em relação às abordagens dos demais entrevistados, é notório que um enfoque conjunto da competitividade e da sustentabilidade é aceitável para o entrevistado, visto que, para o mesmo, a cidade se torna competitiva e sustentável através da boa atuação do poder público, o que é fator primordial para os dois temas.

Com isso, todos os 8 entrevistados sob a categoria ator social, acreditam que é possível uma cidade ser competitiva e sustentável ao mesmo tempo, cabe destacar a importância do planejamento e visão de longo prazo como um ponto de fundamental, relevância notado pelos entrevistados.

Portanto, todos os 8 entrevistados, dada a análise e o cruzamento das formas de abordar os temas (competitividade e sustentabilidade das cidades), deixam claro que um enfoque conjunto dos elementos de sustentabilidade e de competitividade é possível.

O Quadro 41 (Competitividade e sustentabilidade das cidades com base nos atores sociais pesquisados, p. 104) demonstra o posicionamento dos entrevistados a respeito da competitividade e sustentabilidade de uma cidade.

Quadro 41 - Competitividade e sustentabilidade das cidades com base nos atores sociais pesquisados.

Entrevistado	Resposta	Meios
5	Sim	Preocupação além da competição a qualquer custo. A cidade deve ser competitiva para ser sustentável.
6	Sim	A sustentabilidade é condição para a competitividade.
7	Sim	Uma cidade competitiva é uma cidade sustentável e para uma cidade ser sustentável ela tem de ser competitiva.
8	Sim	Desenvolvimento de uma capacidade política e de gestão pública mais ampla (Planejamento).
9	Sim	Necessidade de preocupação com a sociedade e com o meio ambiente.
10	Sim	Planejamento de longo prazo.
11	Sim	Preocupação com os possíveis danos causados pelos investimentos.
12	Sim	Desenvolvimento de bons projetos e de visão de futuro para a cidade

Fonte: Elaborado pelo autor

Posteriormente à verificação junto aos atores sociais sobre a forma em que cada um observa a competitividade e a sustentabilidade das cidades e, também, os fatores os quais cada um considera relevante nesse contexto, eles foram questionados a respeito de das cinco dimensões e das vinte e seis categorias que compõem essas dimensões, expostas no item 2.4 (União das dimensões da competitividade e sustentabilidade, p.60) deste estudo.

4.3.1.4 Dimensão sistêmica

A primeira dimensão de análise é a sistêmica, que reúne as categorias Economia interna e Economia externa.

Para o entrevistado 5, a categoria Economia interna tem influência na competitividade e na sustentabilidade das cidades, pois que uma cidade com a economia mais desenvolvida é capaz de atrair mais empresas do que outras que não possuem esse desenvolvimento econômico. Já a Economia externa não influencia a competitividade e a sustentabilidade das cidades, uma vez que as flutuações econômicas externas atingem todas as cidades de forma igual e, portanto, todas elas estão suscetíveis aos mesmos problemas e oportunidades econômicas que são externos as cidades.

O entrevistado 6 acredita que a economia interna da cidade tem influência na competitividade e sustentabilidade da mesma, contudo ressalta que, principalmente em contextos de dificuldades econômicas regionais, como o da cidade em que o mesmo está sediado, onde 80% das receitas são oriundas de repasses federais e estaduais, os investimentos em uma série de elementos, como infraestrutura, saúde e educação, são drasticamente afetados, dada essa baixa capacidade econômica interna da cidade. Com isso aponta para a capacidade de desenvolver economicamente uma cidade, para poder haver condições de realizar investimentos necessários, a fim de alavancar o desenvolvimento da mesma.

Já a respeito da economia externa, diferentemente do entrevistado 5, o entrevistado 6 refere que ela é capaz de influenciar a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade, e a influência ocorre devido ao fato de as cidades estarem inseridas em contextos econômicos globais, ao citar o exemplo da produção de soja, que é proeminente em sua cidade. Para ele “os preços e os custos de produção sofrem interferência direta do contexto econômico externo à cidade, contudo quem lida com essas variações são os produtores rurais de uma cidade e, com isso, toda a economia da cidade”, ou seja, a economia interna, como tratada no presente estudo, é afetada pelas variações econômicas externas.

O entrevistado 7 acredita que a economia interna das cidades influencia em sua competitividade e sustentabilidade, com base na ideia de que a capacidade de realizar

investimentos de uma cidade está ancorada em sua capacidade econômica interna. Sendo assim, uma cidade com receitas maiores tem maiores capacidades de se desenvolver do que uma cidade que possui receitas suficientes apenas para custear sua folha de pagamento e os mínimos constitucionais impostos pela legislação (15%, saúde; 25%, educação). Outro ponto verificado é a possibilidade de uma cidade, que possui uma economia interna crescente, ser mais atrativa para os investidores, tendo em vista a economia interna de uma cidade, a qual se torna um indicador para os investidores perceberem que tipo de atividade cresce em determinados locais.

A respeito da economia externa, pensa que ela é capaz de influenciar a competitividade e a sustentabilidade da cidade, baseado na ideia de que “a globalização faz com que todas as regiões sejam interligadas economicamente”. Então cita a pecuária, atividade desenvolvida em predominância na cidade onde o mesmo está sediado. De acordo com ele “o preço da carne vendida é definido pelos mercados internacionais”. Além disso, outras questões, como a prevenção de doenças e a higiene no manejo da carne, são capazes de interferir nas exportações dos alimentos que são produzidos nas cidades e, desse modo, de afetar a economia interna das cidades e, por consequência, as pessoas que vivem nelas.

O entrevistado 8 acredita que a economia interna influencia na competitividade e na sustentabilidade de uma cidade. Contudo, esse não é um fator predominante, já que o crescimento econômico da cidade havia passado por um período de grande desenvolvimento, devido a fortes investimentos realizados pelo governo federal em uma grande empresa estatal, porém tal fato não garantiu para as empresas e pessoas o atendimento em uma série de serviços e, com isso, a cidade não cresceu. Baseado nisso, acredita que a economia interna da cidade, exclusivamente, não é capaz de garantir a atração de investimentos e maiores benefícios para as pessoas, mas é um fator que compõe os elementos de competitividade e sustentabilidade das cidades.

Em relação à economia externa, verifica que existe uma influência dessa categoria na competitividade e sustentabilidade das cidades. A mudança da matriz econômica da sua região, marcada inicialmente pela atividade agropastoril e pecuária e, posteriormente, com outras atividades, como vitivinicultura e exploração de recursos naturais, faz com que toda a região passe a buscar outras formas de geração de emprego e renda. A economia das outras cidades da região influenciam a economia da sua cidade, assim como a economia da sua cidade influencia na economia das outras cidades da região. Outro ponto abordado é a necessidade das cidades em se unirem para buscarem novos investimentos, principalmente, junto ao Estado e ao país.

Para o entrevistado 9 “a economia interna influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, pois ela oferece condições de realizar investimentos e, assim, aumentar sua capacidade de atrair empresas e pessoas”. Desse modo, a economia interna da cidade é capaz de gerar condições para que esta seja mais competitiva e sustentável.

Já a economia externa, também, possui influência na competitividade e sustentabilidade das cidades. A economia do país e a economia internacional interferem diretamente na expansão da oferta de produtos e serviços das empresas sediadas nas cidades. Salaria, ainda, que as oscilações econômicas mundiais ditadas pelo capital fazem com que os investidores realizem mais ou menos investimentos.

Sobretudo em contextos de crise econômica, a capacidade das cidades ou dos países em se tornarem menos influenciáveis por essas oscilações sinalizam para os investidores os melhores locais para aportarem seus investimentos, tornando, com isso o país e a cidade mais competitiva frente às demais.

Para o entrevistado 10, em similaridade ao entrevistado 9, a economia interna da cidade influencia a competitividade e a sustentabilidade das cidades, pois ela é capaz de ditar a capacidade de realização de investimentos. Verifica, ainda, que o surgimento de novos investimentos previstos para a sua cidade, que está inserida em um contexto de estagnação econômica, será capaz de fazer com que ela se insira em uma situação mais propícia, oferecendo condições para o desenvolvimento da mesma.

O mesmo entrevistado acredita que a economia externa é capaz de influenciar a competitividade e a sustentabilidade da cidade, baseado na ideia de que os investimentos federais e estaduais influenciam diretamente o desenvolvimento dos municípios.

Já, a respeito da economia internacional, devido à cidade do entrevistado estar sediada em uma região de fronteira, afirma que as flutuações econômicas internacionais são capazes de ditar os rumos da comercialização de produtos e serviços, seja em alguns momentos mais favoráveis às compras realizadas por estrangeiros na sua cidade, seja em outros momentos em que as compras realizadas por brasileiros no país vizinho. Além disso, aponta para a questão das desigualdades entre as políticas econômicas e legislações entre os países, como outro fator que influi este movimento comercial.

O entrevistado 11 pensa que a economia interna de uma cidade influencia a competitividade e a sustentabilidade da mesma, fundamentado na ideia de que o investidor somente realizará seu investimento em uma determinada cidade, se o poder aquisitivo das pessoas dessa cidade for capaz de consumir seus produtos.

A economia externa à cidade influencia a competitividade e a sustentabilidade, porque as economias são todas interligadas. Além disso, afirma que as políticas dos Estados em relação a alguns produtos ou serviços, de forma protecionista, ou não, acabam por atingir as cidades.

O entrevistado 12 acredita que a economia interna da cidade influencia em sua competitividade e sustentabilidade, pelo fato de que os setores econômicos, internos de uma cidade estão ligados e são interdependentes, isto é, o setor primário realiza transações com o secundário e o terciário, assim como os demais realizam transações entre si e com o setor primário novamente.

Tais transações geram um ciclo econômico positivo capaz de propiciar o desenvolvimento da cidade. A dependência econômica entre os setores é que ditam a capacidade econômica interna da cidade, que, por sua vez, dita a capacidade de desenvolvimento da cidade através da atração e retenção de investimentos.

A economia externa da cidade, também, influencia em sua competitividade e sustentabilidade, as transações econômicas tal qual como ocorrem no contexto interno das cidades, dão-se no contexto externo, em nível de região, Estado, país ou internacional.

De acordo com as observações dos entrevistados, pode-se perceber que a dimensão sistêmica, conforme abordado no presente estudo, recebe influência de questões internas e externas às cidades. Para a maioria dos entrevistados, a categoria economia interna está relacionada à capacidade da cidade em realizar investimentos e, com isso, assegurar o desenvolvimento da cidade, este ligado às atividades das empresas rurais, industriais, comerciais e de serviços, bem como às atividades das pessoas instaladas na cidade.

Já a categoria economia externa, de acordo com a maioria dos entrevistados, é vista como um contexto no qual as economias internas das cidades estão inseridas e que, por consequência, sofrem interferências diretas em diversos níveis e perspectivas, como as flutuações econômicas de custos, preços e demanda, políticas comerciais internacionais, legislações nacionais e internacionais, contextos de desenvolvimento regional e outros.

Compete destacar que todos os entrevistados foram questionados a respeito da necessidade de inserir outras categorias na dimensão sistêmica, contudo apenas o entrevistado 8 verificou essa necessidade. Para ele, é necessário, mesmo em verificações a respeito do contexto econômico, realizar considerações sobre ser humano.

O entrevistado acredita que toda e qualquer atividade econômica serve para suportar o bem-estar do ser humano e a responsabilidade por oferecer esse suporte é de todos que compreendem uma sociedade: as empresas, as pessoas, o poder público e outros. Ressalta que

o desenvolvimento do ser humano é capaz de propiciar, por si só, o desenvolvimento de uma empresa, cidade, região ou país, pois elas são formadas de pessoas que, quando estão em um processo de desenvolvimento, são capazes de modificar a realidade do contexto onde vivem, seja este empresarial ou social. Para sumarizar tais questões, preferiu utilizar o rótulo de desenvolvimento humano.

O quadro 42 (Dimensão sistêmica de acordo com os atores sociais pesquisados, p.109) demonstra as verificações apontadas pelos entrevistados sob a categoria atores sociais, de acordo com a abordagem empregada por cada um.

Quadro 42 - Dimensão sistêmica de acordo com os atores sociais pesquisados

Entrevistado	Economia interna		Economia externa	
	Influencia	Meios	Influencia	Meios
5	Sim	Possibilita a atração de empresas.	Não	As flutuações econômicas externas atingem todas as cidades de forma igualitária.
6	Sim	Permite realizar investimentos na cidade.	Sim	O contexto econômico global interfere no contexto local.
7	Sim	Possibilita a capacidade de realizar investimentos de uma cidade ancorada em sua capacidade econômica interna.	Sim	A globalização faz com que todas as regiões sejam interligadas economicamente.
8	Sim	Permite realizar investimentos na cidade.	Sim	O contexto econômico global interfere no contexto local, assim como o local interfere no global.
9	Sim	Permite realizar investimentos na cidade.	Sim	O contexto econômico global interfere no contexto local.
10	Sim	Permite realizar investimentos na cidade.	Sim	O contexto econômico global interfere no contexto local, assim como o local interfere no global
11	Sim	O poder aquisitivo das pessoas de uma cidade propicia a atração de investimentos.	Sim	O contexto econômico global interfere no contexto local, assim como o local interfere no global
12	Sim	A economia interna é capaz de ditar o desenvolvimento da cidade	Sim	A globalização faz com que todas as regiões sejam interligadas economicamente

Fonte: Elaborado pelo autor com base no instrumento de pesquisa aplicado.

4.3.1.5 Dimensão sociedade

A segunda dimensão de análise é a Sociedade, que compreende doze categorias. Tendo em vista a quantidade de categorias desta dimensão, elas serão analisadas separadamente no próximo item do estudo.

A primeira categoria de análise desta dimensão são os Fatores socioculturais, o entrevistado 5 acredita que a competitividade e a sustentabilidade das cidades são influenciadas pelos fatores culturais, pois as formas de produção são determinadas pelos elementos culturais. O entrevistado 6, tal como o entrevistado 5, pensa que os fatores

socioculturais influenciam a competitividade e a sustentabilidade das cidades, baseado na ideia de que esses elementos, em uma cidade, são capazes de interferir em sua economia.

O entrevistado 7 verifica que os fatores socioculturais afetam a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade, contudo, além da interferência econômica, também abordada por ele, a tradição e os costumes que se estabelecem ao longo do tempo em uma cidade afetam a forma como as pessoas lidam com suas atividades diariamente. Nesse contexto, acredita que, em alguns casos, os fatores socioculturais podem ser restritivos ao desenvolvimento da cidade e, em outros, pode promover o desenvolvimento da mesma.

O entrevistado 8 verifica essa categoria em similaridade com o entrevistado 7, para ele “os fatores socioculturais afetam a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade, pois podem promover, ou restringir, que as pessoas de uma cidade busquem a ampliação da sua noção de coletividade e o seu papel naquele contexto”, o mesmo ocorre com os entrevistados 10 e 11.

Para o entrevistado 9, os fatores socioculturais interferem na competitividade e na sustentabilidade de uma cidade. Ao exemplificar sua posição, informa que sua cidade, altamente tradicional, de colonização italiana, possui déficit de mão-de-obra para suas empresas. Por isso, precisa tornar-se atrativa para as pessoas de outras localidades. Assim sendo, a cidade necessita formas de agregar essas outras etnias, religiões e padrões sociais, a fim de que seja possível fazer com que essas pessoas se fixem na cidade e preencham a lacuna de mão-de-obra.

Desse modo, as suas empresas se tornam capazes de se manter competitivas, o que deixa evidente, em sua colocação, a necessidade de adequação sociocultural da cidade, para que ela se torne atrativa para as pessoas e empresas e, dessa maneira, mais competitiva e sustentável. O entrevistado 12, de mesmo modo, pensa que os fatores socioculturais influenciam na competitividade e na sustentabilidade das cidades, pois “eles são capazes de gerar novos produtos, renda e atrativos, para que as empresas e pessoas se instalem na cidade”.

As abordagens empregadas pelos atores sociais pesquisados permite perceber que os fatores socioculturais são capazes de determinar os aspectos econômicos de uma cidade. Segundo a maioria dos entrevistados, os fatores socioculturais podem impor restrições ou apontar formas de desenvolvimento para as cidades.

Nesse contexto, os fatores socioculturais ganham importância frente à competitividade e à sustentabilidade das cidades, pois estão atrelados a uma capacidade da

cidade em se tornar mais atrativa para as pessoas e empresas desenvolverem suas atividades no cotidiano da cidade.

Outra categoria de análise da dimensão Sociedade são as Políticas. Para o entrevistado 5, as políticas influenciam na competitividade e na sustentabilidade das cidades, por serem capazes de moldar a infraestrutura da cidade. Conforme ele “uma cidade em que as políticas não permitem realizar avanços principalmente, no oferecimento de serviços básicos será menos competitiva e sustentável do que a cidade que é capaz de oferecer”.

O entrevistado 6 verifica que a influência das políticas na competitividade e na sustentabilidade das cidade se dá na medida em que elas oferecem condições para a promoção da mudança. Além da interferência na economia da cidade, informa que a cultura da cidade e as políticas realizam interferências entre si e, assim, tornam-se capazes de alavancar a competitividade e a sustentabilidade das cidades. O mesmo é verdadeiro para o entrevistado 7.

O entrevistado 8 pensa que a influência da política na competitividade e sustentabilidade das cidades ocorre de forma positiva e negativa e que elas estão condicionadas à capacidade do gestor público em formular e aplicar tais políticas. O entrevistado 10 verifica o tem em similaridade.

Já, o entrevistado 9 aponta para a influência das políticas baseado na noção de que todas as decisões de uma sociedade são políticas e, com isso, a infraestrutura, o planejamento e o desenvolvimento da cidade são condicionados pelas políticas, afetando assim, a competitividade e a sustentabilidade das cidades.

Para o entrevistado 11, as políticas influenciam a competitividade e a sustentabilidade das cidades, tendo em vista que as políticas públicas podem propiciar o atingimento de várias questões que vêm ao encontro dos interesses tanto da comunidade, quanto dos investidores.

O entrevistado 12 verifica que as políticas interferem diretamente na competitividade e na sustentabilidade das cidades. De acordo com ele “é a política que dita de que forma que os resultados serão alcançados”, além disso, a expectativa das pessoas e dos empresários com relação aos investimentos do poder público são pautados pelas políticas aplicadas nas cidades.

Nesse contexto, de acordo com a reunião das abordagens dos entrevistados, é perceptível que as políticas aplicadas em uma cidade são condicionadas pelo setor público e atores sociais e oferecem, aos cidadãos e empresas, indicativos das formas de atuação dos mesmos perante os diversos segmentos em que o poder público está inserido.

Também, é através das políticas, de acordo com a maioria dos entrevistados, que a competitividade e a sustentabilidade das cidades podem ser alavancadas e, em alguns casos, prejudicadas.

Com relação a categoria Leis da dimensão Sociedade. Para o entrevistado 5, as leis são capazes de oferecer benefícios e incentivos para a instalação das empresas e, por isso, influenciam na competitividade e na sustentabilidade das cidades. Já, para os entrevistados 6 e 9, que verificam o tema da mesma forma que o entrevistado 5, as leis são uma forma de equalizar os modos de competição entre as cidades.

Conforme o entrevistado 7, as leis influenciam na competitividade e sustentabilidade das cidades, porque elas se tornam sinalizadores para os agentes produtivos da forma em que os mesmos devem realizar suas atividades. É papel das leis defender os consumidores de possíveis abusos por parte dos fornecedores. Outro ponto destacado é que as leis não são criadas para impor barreiras, mas sim para garantir a segurança tanto dos produtores, quanto dos consumidores. Cabe aos governos e à sociedade civil a manutenção dessas leis para que elas sejam capazes de promover o desenvolvimento das cidades.

O entrevistado 8 pensa que as leis interferem na competitividade e sustentabilidade das cidades, pois elas auxiliam no desenvolvimento das mesmas, contudo verifica que a existência de leis inócuas e ultrapassadas é capaz de barrar o desenvolvimento das cidades. Conforme o entrevistado “as leis são dinâmicas e acompanham o desenvolvimento das cidades”.

O entrevistado 10, da mesma forma que o entrevistado 9, acredita que as leis de uma cidade permitem que ela ofereça vários incentivos para a instalação de empresas, porém o mesmo entrevistado afirma que “algumas leis restringem o desenvolvimento da cidade, por tornarem-se capazes de impedir a instalação ou o funcionamento de determinadas atividades”. Com isso, lembra que cidades com leis mais flexíveis se tornam mais competitivas do que cidades que possuem leis muito rígidas.

A afirmação do entrevistado 11 “legislações específicas são capazes de fazer com que determinados investimento se instalem com mais facilidade em certas cidades”, demonstra seu alinhamento com o entrevistado 10.

O entrevistado 12 pensa que o poder público possui responsabilidade pelas leis de uma cidade de forma exclusiva, contudo ele acredita que as leis influenciam a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade, tendo em vista que as empresas de determinadas cidades são capazes de se favorecer pelos benefícios gerados por determinadas leis. Tal fato faz com que os diversos setores econômicos de uma cidade possam interagir de

forma a gerar maiores capacidades de desenvolvimento para as cidades, isso baseado na capacidade do poder público em gerar e aplicar as leis urbanas.

De acordo com as abordagens dos atores sociais entrevistados, as leis interferem no contexto competitivo e sustentável das cidades, pois elas são capazes de auxiliar no desenvolvimento das cidades através do oferecimento de benefícios e incentivos para a instalação de novos investimentos, assim como elas são capazes de oferecer às cidades capacidades de desenvolver as empresas que estão sediadas nas mesmas.

A próxima categoria de análise é a Gestão pública. Para o entrevistado 5, essa categoria influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porque as empresas que vão se instalar em uma cidade verificam o bom andamento da gestão pública para certificarem-se da continuidade dos serviços disponibilizados pelo município.

Segundo o entrevistado 6, a gestão pública em uma cidade interfere em sua competitividade e sustentabilidade, pois a eficiência da gestão pública define os rumos do desenvolvimento da cidade. Então, uma cidade mais competitiva e sustentável é a que possui a gestão pública mais eficiente às outras. Salienta a necessidade de gerir as questões públicas em similaridade às formas de gestão privada. Para ele, “a maneira de gerenciamento dos interesses públicos é que baliza a eficiência da gestão pública”.

O entrevistado 7 afirma que a gestão pública influencia no contexto competitivo e sustentável das cidades, porque ela, diferentemente do setor privado, precisa ter um grau de eficiência que atenda e esteja voltado para os interesses da sociedade. Acrescenta que, quanto maior o grau de eficiência do setor público e maior o controle social sobre a gestão pública, mais competitivas e sustentáveis as cidades vão se tornar.

Para o entrevistado 8, a gestão pública em uma cidade deve estar baseada no planejamento das suas atividades, já que a eficiência da gestão pública é capaz de determinar o grau de competitividade e de sustentabilidade da cidade, e ela (gestão pública) somente é eficiente quando existe o planejamento de todas as atividades realizadas pelo poder público.

O entrevistado 9 verifica que a influência dessa categoria no contexto competitivo e sustentável da cidade se dá através da forma de abordar as questões públicas, conforme o modo pelo qual os gestores públicos nas cidades realizam suas atividades tornam elas mais, ou menos, atrativas para aportarem novos investimentos.

O entrevistado 10 aborda o tema baseado na ideia de que ele está ligado à forma de condução da cidade, visto que a gestão pública pode dificultar ou promover a instalação das empresas na cidade, mediante a atuação dos gestores públicos junto à sociedade. As decisões de âmbito compartilhado entre os segmentos que compõem uma sociedade são tomadas pelos

gestores públicos, portanto são eles que ditam, mediante a gestão pública, o quanto uma cidade é atrativa para as atividades das empresas e das pessoas.

O entrevistado 11, considerando que a gestão pública está condicionada à atuação do prefeito municipal, acredita que a capacidade de desenvolvimento da cidade depende da postura desse gestor, pois as relações estabelecidas por ele são capazes de atrair novos investimentos.

Para o entrevistado 12, a gestão pública influencia a competitividade e a sustentabilidade das cidades a partir da eficiência da mesma. Todavia além da capacidade dos gestores públicos das cidades, acredita que, através das interações do poder público com as entidades, sejam comerciais, industriais, agrícolas ou sociais, a gestão pública se torna mais eficiente e, com isso, induz que a cidade a ser mais sustentável e mais competitiva.

De acordo com a reunião das abordagens dos atores sociais pesquisados, verifica-se que a eficiência da gestão pública interfere na competitividade e sustentabilidade de uma cidade. Contudo, a gestão pública de uma cidade se faz mais eficiente quando é compartilhada com uma série de agentes públicos, como os prefeitos, vereadores, secretários, empresários, representantes de classes e outros representantes sociais. Dessa maneira, além de propiciar o surgimento de novos investimentos e reter os investimentos que a cidade já possui, através da gestão pública compartilhada, a cidade se torna mais igualitária e capaz de desenvolver-se de forma sustentável.

Outra categoria de análise da dimensão Sociedade é o Emprego. Para o entrevistado 5, o emprego em uma cidade condiciona a circulação de recursos devido à renda que as pessoas empregadas obtêm em troca do seu trabalho. Posteriormente, os gastos feitos pelos empregados para a obtenção de produtos e serviços são capazes de formar círculos econômicos que aumentam a renda da cidade. O entrevistado 10 verifica esse tema da mesma forma.

Para o entrevistado 6, o emprego em uma cidade deve ser tratado sob duas perspectivas: a pública, que é capaz de fomentar a profissionalização, e a social, que deve compreender a necessidade dos empregadores em obterem mão-de-obra qualificada para a realização de suas atividades.

Com isso, ele afirma que “o emprego de uma cidade é condicionado por sua capacidade em atender as necessidades de trabalhadores das empresas instaladas e que vão se instalar em uma cidade”.

O entrevistado 7 pensa que a oferta de emprego em uma cidade, por um determinado tempo, é capaz de atrair pessoas para ela. Já se a oferta de emprego é baixa, a cidade passa a

repelir essas pessoas. Verifica também que, em cidades com muita oferta de emprego e poucos trabalhadores, o custo de mão-de-obra é capaz de afetar os custos de produção, tendo em vista que ela se torna mais valorizada do que em cidades em que existe mão-de-obra abundante e poucos empregos. Conclui que a existência, ou não, de emprego é um fator que influencia as cidades, principalmente em relação a suas estruturas sociais.

O entrevistado 8 pensa que a geração de emprego facilita o desenvolvimento da cidade especialmente em regiões, como aquela em que ele se insere onde não existem indústrias. Acredita que a capacidade empreendedora de uma cidade é o principal caminho para elevar os níveis de emprego, contudo tal capacidade está condicionada à cultura da cidade, deixando claro que, quanto maior a oferta de emprego em uma cidade, mais competitiva e sustentável ela será.

Para o entrevistado 9, que reside em uma cidade onde a taxa de desemprego é de 2%, portanto cerca de 160 pessoas desempregadas e mesmo esses desempregados, de acordo com o entrevistado, em maioria, são pessoas que estão trocando de empresas dada a grande oferta de empregos na cidade, o emprego afeta a competitividade e a sustentabilidade das cidade. Isso porque, além de um viés econômico, ele possui um viés social, ou seja, o emprego em uma cidade é capaz tanto de dar suporte para a realização de uma atividade econômica, quanto para mantê-la ao longo do tempo, seja através das compras realizadas por aqueles que são empregados, seja pela realização do trabalho das pessoas nas empresas.

A afirmação do entrevistado 12 “pessoas empregadas são capazes, através da renda gerada, de realizar compras no comércio local, o que vai fazer com que o comércio local realize novas compras em empresas de maior porte e, assim, sucessivamente”, demonstra a similaridade com o entrevistado 9.

O entrevistado 11 afirma que a influência do emprego em uma cidade é negativa, visto que, de acordo com ele, “os investidores somente vão realizar investimentos em cidades que a mão-de-obra seja disponível e barata”, ou seja, uma cidade se torna mais competitiva e sustentável, quando possui mão-de-obra abundante e requer menores salários.

Baseado na abordagem dos entrevistados, é possível concluir que o nível de emprego em uma cidade é capaz de condicionar a renda das pessoas. Contudo, além de gerar renda e propiciar o desenvolvimento econômico da cidade, como a atração de investimentos e empresas, o nível de emprego tem papel social na medida em que ele oferece aos empregados uma valorização pelo trabalho desempenhado.

Em relação a categoria de análise Empregabilidade. Para o entrevistado 5, a empregabilidade é uma questão fundamental. Através do fornecimento de capacitações e

qualificações profissionais, as pessoas são capazes de assumir postos de trabalho que, até então, eram inacessíveis para elas. Logo, as cidades onde a oferta de emprego é suprida por pessoas qualificadas. Tornam-se mais competitivas e sustentáveis do que as outras onde essa oferta de emprego não consegue ser abastecida. O tema é tratado da mesma forma pelo entrevistado 12.

O entrevistado 6 pensa que a empregabilidade em uma cidade passou a ser fator de grande relevância para as pessoas e para as empresas instaladas, ao verificar que, mesmo em serviços básicos como serviços mecânicos, gastronômicos, elétricos e outros, a qualificação desses profissionais é essencial. Portanto, as cidades que possuem mão-de-obra mais qualificada, possuem maiores níveis de empregabilidade e, conseqüentemente melhor qualidade nos produtos e serviços oferecidos, tornando-os mais atrativas para aportar novos investimentos e manter os investimento que já possuem.

De acordo com o entrevistado 7, a empregabilidade em uma cidade é um complemento ao seu nível de emprego. Para ele “em cidades com condições de empregabilidade maior, as empresas são capazes de oferecer serviços e produtos melhores”. Outro ponto verificado pelo entrevistado é que pessoas que se tornam mais qualificadas para a realização de várias atividades, possuem melhores condições de encontrar melhores empregos e, assim, melhorar sua renda, o que posteriormente contribui para a economia da cidade e a produtividade das empresas, sejam elas de qualquer setor econômico: primário, secundário ou terciário.

O entrevistado 8, assim como o entrevistado 9, pensa que a empregabilidade afeta a competitividade e a sustentabilidade das cidades, porque, onde existem profissionais qualificados o suficiente para atender as demandas da cidade, mais condições as empresas dessas cidades terão para se desenvolver e, com isso, mais condições a cidade terá para desenvolver-se.

De acordo com o entrevistado 10, a qualificação das pessoas permite que elas passem a ocupar cargos que não eram possíveis de serem ocupados por elas anteriormente. Por isso, a empregabilidade é capaz de gerar novos empregos e, portanto, mais renda para as pessoas o que, para ele, torna a cidade mais competitiva frente às outras que possuem menores condições de empregabilidade.

Para o entrevistado 11, os investidores apenas realizarão seus investimentos onde a mão-de-obra for qualificada, pois cidades que não oferecem mão-de-obra adequada para a instalação de determinadas atividades passam a ser menos atrativas para os investidores. O posicionamento do entrevistado 11 a respeito da empregabilidade se apresenta de forma

conflitante com os argumentos empregados pelo mesmo sobre a categoria emprego, Na qual ele afirmou que os investidores apenas realizam investimentos em cidades com a mão-de-obra mais barata.

O conflito entre as noções de empregabilidade e emprego reside na dicotomia de suas respostas quando, por um lado (Emprego), afirma que somente serão realizados investimentos em cidades com menores custos de mão-de-obra, por outro lado (Empregabilidade) sustenta que somente serão realizados investimentos em cidades com mão-de-obra qualificada.

A dificuldade do entrevistado 11 em responder aos questionamentos a respeito das categorias Emprego e Empregabilidade, o que não ocorre com os demais entrevistados, deixa claro que o mesmo não verifica relações entre esses elementos; portanto, trata de ambos como assuntos divergentes.

De acordo com as abordagens expostas dos entrevistados, pode-se perceber que a empregabilidade afeta a competitividade e a sustentabilidade das cidades, pois oferece condições para que as empresas dessas cidades se tornem mais produtivas. Isso, porque pessoas que serão empregadas por elas serão mais qualificadas para a realização de suas tarefas e as realizarão de forma mais eficiente. Cabe destacar, também, que a qualificação profissional oportuniza que as pessoas das cidades que possuem maiores níveis de empregabilidade tenham mais condições de geração de renda, o que permite a elas melhor qualidade de vida.

A próxima categoria de análise da dimensão Sociedade é a Segurança. De acordo com o entrevistado 5, essa categoria influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porem sua influência não ocorre com a mesma intensidade das categorias anteriores, uma vez que as pessoas ainda estão se conscientizando de que a sua qualidade de vida passa pela segurança com que podem realizar suas atividades rotineiras. O mesmo se sucede com as empresas, pois a segurança, apesar de poder determinar, em alguns casos, a instalação ou a continuidade de uma atividade produtiva, ainda tem uma interferência menor do que as categorias anteriores.

As afirmações, “uma cidade menos segura, seja para as pessoas ou para as empresas, se torna menos atrativa para os trabalhadores ou para os investidores” do entrevistado 6; “a insegurança é um fator de desestímulo aos agentes econômicos, visto que os prejuízos causados, principalmente, por esse tipo de crime, que se dá devido aos baixos níveis de segurança das cidades, são capazes de afugentar investidores instalados ou que pretendiam se instalar na cidade” do entrevistado 7; “ as cidades mais seguras para as pessoas são cidades mais atrativas para que elas se instalem e desenvolvam suas atividades” do entrevistado 9 e

“novas empresas se instalarão prioritariamente em locais onde as pessoas verificam ser mais protegidos” do entrevistado 12, são capazes de demonstrar o alinhamento deles, com o entrevistado 5, sobre a categoria de análise.

Os entrevistados 8 e 10 verificam que existe influência da segurança no contexto proposto, tendo em vista que os crimes e os danos causados pela a insegurança das pessoas e das atividades produtivas criam um ambiente onde todos se sentem desprotegidos, o que prejudica sua capacidade de contribuir com a comunidade, com a produção de seus bens e serviços, bem como o oferecimento de sua capacidade de trabalho.

Para o entrevistado 11, a segurança influencia nesse contexto, porque os investidores somente investirão em cidades seguras para o desenrolar das suas atividades.

A reunião das abordagens empregadas pelos atores sociais entrevistados permite concluir que a segurança é fundamental para o bom andamento das atividades das pessoas e empresas já instaladas nas cidades. Ela também é um elemento que auxilia as cidades a se tornarem mais atrativas para angariarem novos investimentos.

Cabe destacar que alguns entrevistados verificam que a responsabilidade pela segurança é do poder público em esferas superiores à do município, contudo ela pode sofrer interferência pelas atividades das empresas, sociedade civil e poder público local, na medida em que a coordenação entre esses atores favorece o controle social sobre as atividades realizadas.

Outra categoria de análise é a Saúde. Para o entrevistado 5, a saúde é um serviço essencial que o município deve prestar aos seus cidadãos, o bom atendimento em saúde pode influenciar não só a competitividade, mas também todos os setores relacionados ao desenvolvimento da cidade.

O entrevistado 6 pensa que a saúde influencia diretamente na permanência das pessoas na cidade. A expectativa de vida, para ele, é o elemento que mais influencia na saúde em uma cidade. A saúde está ligada à educação e à segurança, e esses elementos, juntos, são capazes de interferir diretamente no desenvolvimento urbano.

Para o entrevistado 7, a saúde -exclusivamente- não é capaz de fazer com que as pessoas se desloquem para outras cidades. Todavia, a importância da saúde no contexto competitivo e sustentável das cidades ocorre na medida em que a distância dos serviços de saúde e, em alguns casos, o não oferecimento de bons serviços dificultam as condições de vida das pessoas da cidade. O que interfere na realização do trabalho das pessoas e, por consequência, nas atividades empresariais realizadas na cidade. O mesmo é observado pelo entrevistado 12.

Para o entrevistado 8, a saúde interfere no contexto proposto, porque, em uma cidade onde as pessoas não são saudáveis, elas não terão qualidade de vida, o que gera altos níveis de insatisfação das pessoas com o trabalho realizado. Com isso, a saúde interfere na geração de renda dessas pessoas na medida em que, quanto menos acesso à saúde elas possuem, piores são as condições para desenvolver suas atividades. Consequentemente, menos capacidade as cidades terão de se desenvolver, pois as pessoas são os agentes do desenvolvimento das cidades.

Segundo o entrevistado 9, a saúde influencia no contexto proposto, pois ela interfere na satisfação das pessoas em morarem em determinadas cidades. Pessoas mais satisfeitas realizam suas atividades diárias com mais eficiência e, desse modo, todas as questões relacionadas ao desenvolvimento das cidades, que passam pela satisfação das pessoas em viverem em determinado local, são influenciadas positivamente.

O entrevistado 10 pensa que o acesso ao bom serviço de saúde torna as cidades mais atrativas para as pessoas. Por outro lado, um serviço de saúde de menor qualidade faz com que as pessoas não se instalem nessas cidades nem ocupem os postos de trabalho prejudicando a atividade empresarial. Em cidades com baixos níveis de saúde, são abandonadas pelas pessoas que passam a procurar outros lugares para realizar suas atividades.

Conforme o entrevistado 11, a saúde interfere na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porque as pessoas preferem se instalar em cidades onde as condições de saúde são melhores. Cidades que possuem menores níveis de saúde são menos atrativas para as pessoas, portanto são menos capazes de desenvolverem-se.

De acordo com as abordagens dos atores sociais entrevistados, percebe-se que a saúde afeta o contexto competitivo e sustentável das cidades, com base na interferência realizada na qualidade de vida das pessoas que nelas residem. Essa interferência condiciona sua capacidade de realizar seu trabalho, o que afeta tanto a sua eficiência, quanto a eficiência das empresas instaladas. Destaca-se, também, que cidades com maior acesso a saúde são cidades mais competitivas e sustentáveis do que aquelas que oferecem menos acesso à saúde para os seus cidadãos.

Em sequência a próxima categoria de análise da dimensão Sociedade é a Educação. Os entrevistados 5 e 6 acreditam que a educação é um fator de fundamental relevância em qualquer setor da cidade e do país, quando se fala em desenvolvimento. Uma cidade com uma maior nível de educação e de conhecimento é uma cidade mais competitiva e sustentável.

O entrevistado 7 pensa que essa categoria influencia na sustentabilidade e na competitividade das cidades, baseado na noção de que quanto maior o grau de instrução das pessoas da cidade, maiores são as possibilidades de elas serem empregadas. A educação, o emprego, a política e a empregabilidade são questões interligadas e extremamente significativas para os agentes produtivos e para os próprios cidadãos.

Para o entrevistado 8, quanto maior a escolaridade, maior o conhecimento disponível em uma cidade, o que possibilita a descoberta de caminhos para lidar com a questão da sustentabilidade e da competitividade. Mesmo que a educação, exclusivamente, não garanta o desenvolvimento do caráter, consciência e cultura das pessoas, ela proporciona que as pessoas encontrem formas de lidar com o ambiente em que estão inseridos, seja econômico, social ou ambiental.

O entrevistado 9 pensa que a educação influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, até, em contextos como o da cidade do entrevistado, onde os índices de analfabetismo são menores que 1%. Isso não garante o atendimento pleno das necessidades das empresas instaladas e das que buscam se instalar na cidade.

Além das questões de escolaridade, verifica a necessidade formações específicas, como as de nível técnico, tecnólogo e bacharelado, para que a cidade tenha capacidade de atender, de modo consistente, as necessidades das pessoas e das empresas instaladas.

Segundo o entrevistado 10, o nível de educação em uma cidade é capaz de atrair investimentos, sendo que às pessoas mais qualificadas permite desenvolver formas de produção diferentes das que já existem na cidade. Com isso, as cidades que possuem maiores níveis de escolaridade, são mais competitivas e sustentáveis do que as demais.

O entrevistado 11 sustenta que a educação oferece a uma cidade melhores condições para aportar investimentos e, conseqüentemente promover o seu desenvolvimento. Exemplifica que, em uma cidade universitária, como aquela na qual está inserido, os investidores sentem-se mais confortáveis para realizar seus investimentos e, assim, a cidade se torna mais competitiva e sustentável do que as outras.

Para o entrevistado 12, a educação é capaz de manter as pessoas na cidade. Esta categoria está atrelada à visão de longo prazo do poder público. Afirma que uma cidade com uma estrutura suficiente para promoção da educação, de maneira direcionada a atender as necessidades das suas atividades econômicas, em longo prazo, vai se tornar mais competitiva do que cidades que não se preocupam com tal questão. A educação, portanto, é uma categoria que influencia na competitividade e sustentabilidade das cidades.

As abordagens dos entrevistados oportuniza concluir que a educação em uma cidade é capaz de desenvolver novas formas de lidar com os fatores de produção, tornando, desse modo, as cidades mais competitivas e, também, mais sustentáveis.

Cabe destacar que, a exemplo de elementos anteriores, o nível de escolaridade em uma cidade é capaz de reter e atrair investimentos e pessoas. Outro ponto fundamental é que para, muitos entrevistados, a educação é o caminho para possibilitar o desenvolvimento das cidades.

Sobre a categoria de análise Ciência e Tecnologia. O entrevistado 5 acredita que desenvolver novas tecnologias e promover a ciência na cidade e região pode se tornar um diferencial para as cidades. O entrevistado 6 pensa que a ciência e a tecnologia, principalmente quando relacionadas a realização de pesquisas, dão condições para que as formas de produção empregadas na cidade sejam capazes de atender as necessidades das pessoas de modo mais eficiente.

Para o entrevistado 7, os avanços tecnológicos do país se tornam ferramentas para o desenvolvimento das regiões. Exemplifica que a ciência e a tecnologia favoreceram a implantação de culturas, como o vinho e as oliveiras, além das que já eram produzidas anteriormente, como a atividade agropastoril. Salienta que cabe à capacidade política dos agentes de uma cidade coordenar-se, a fim de angariar pesquisas e avanços tecnológicos. Neste contexto, aponta que a ciência e tecnologia, mesmo que não desenvolvidas na cidade, podem oferecer benefícios para ela, desde que os atores sociais sejam capazes de se organizarem para oferecer condições para a aplicação desses elementos em suas cidades.

O entrevistado 8 verifica que a ciência e a tecnologia permitem o desenvolvimento de uma cidade. Os avanços proporcionados induzem as cidades a descobrir maneiras de melhorar e encontrar novas formas de produção. A preparação científica e tecnológica é necessária para as cidades buscarem maneiras as quais diversifiquem suas economias, pelo aproveitamento de outros caminhos econômicos que propiciam o seu desenvolvimento. Ao informar que através da ciência e tecnologia, novas matrizes produtivas podem ser implantadas na cidade, o entrevistado 12 demonstra seu alinhamento com o entrevistado 8 neste tema.

O entrevistado 9, de modo similar ao entrevistado 8, acredita que a pesquisa influencia a competitividade e a sustentabilidade das cidades, contudo salienta que a preparação científica e a tecnologia em uma cidade facilitam o desenvolvimento dos produtos e serviços disponibilizados pela cidade. De acordo com o entrevistado 10, as cidades pequenas têm muita dificuldade em desenvolver ciência e tecnologia. Essa questão está ligada

às cidades de médio e grande porte, contudo as pequenas também se beneficiam dos avanços científicos e tecnológicos, dada a capacidade dos atores sociais em interagirem e angariarem os benefícios de tais avanços. Para o entrevistado 11, os avanços científicos e tecnológicos permitem que os investidores tenham menores custos para implantar suas atividades. Nesse sentido, explica que as universidades são os principais agentes científicos e tecnológicos capazes de promover a ciência e a tecnologia.

Conforme a abordagem dos entrevistados, é possível constatar que a ciência e a tecnologia, em geral, são desenvolvidas em âmbito regional, contudo algumas cidades possuem interações políticas e sociais suficientes para se beneficiarem dessa capacidade científica e tecnológica e, conseqüentemente, desenvolver as empresas que já existem na cidade e, também, oportunizar o surgimento de novas formas de produção.

A próxima categoria de análise da dimensão Sociedade é a categoria Infraestrutura básica. Para o entrevistado 5, uma população que não tem o mínimo de estrutura básica, ou seja, educação, saúde, moradia, essas pessoas não são capazes de realizar, de forma eficiente, o seu trabalho. Essa categoria influencia na competitividade e sustentabilidade das cidades, devido ao fato de que, em cidades que não possuem uma boa infraestrutura básica, as pessoas terão mais preocupações com as questões financeiras e com a superação de suas dificuldades, não conseguindo realizar satisfatoriamente o seu trabalho, nem mesmo buscar mais qualificação. O mesmo é observado pelo entrevistado 7, 10 e 12.

Conforme o entrevistado 6, a infraestrutura básica influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porque ela interfere na saúde e na educação das pessoas que estão instaladas na mesma. O entrevistado 8 afirma que a infraestrutura básica influencia no contexto proposto, baseado na qualidade de vida das pessoas. Estas somente conseguirão ter melhores condições de vida, se estiverem em um ambiente que ofereça, pelo menos, condições básicas como saneamento, acesso à água e energia elétrica, pois, em uma cidade onde tais quesitos estão mais avançados, o poder público pode passar a se preocupar com questões como escolaridade, formação e qualidade de mão-de-obra.

O entrevistado 9 acredita que essa categoria influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porque as pessoas não vão se instalar em locais onde não existem condições mínimas de acesso à água, saneamento e outros. O entrevistado 11 pensa que a infraestrutura básica é capaz de determinar a capacidade da cidade em atrair novos investimentos.

De acordo com as abordagens apresentados pelos atores sócias, é possível perceber que a infraestrutura básica de uma cidade influencia em sua competitividade e

sustentabilidade. Ela é capaz de fazer com que as pessoas de uma cidade obtenham melhores condições para poderem promover o desenvolvimento das cidades. Cabe destacar que a infraestrutura básica em uma cidade interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas.

Em relação a categoria de análise Instituições públicas. Para o entrevistado 5, essa categoria influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, a partir do bom relacionamento entre os poderes públicos. As questões da cidade devem ser debatidas entre as instituições, contudo, para o bom andamento dessas interações, é preciso haver uma harmonia entre as pessoas que compõem essas instituições e a sociedade civil.

Os entrevistados 6 e 12 pensam que as instituições devem ser capazes de interagir, através do diálogo, para que a cidade possa desenvolver-se, além da necessidade de fiscalização mútua entre as instituições. Destacam que tanto as instituições públicas quanto as instituições civis são fundamentais para que a sociedade possa realizar suas atividades normalmente.

Segundo o entrevistado 7, as instituições públicas e civis estão ligadas diretamente com os fatores socioculturais das cidades onde elas estão instaladas. Elas são extensões das relações sociais de uma cidade, e se tornam capazes de expressar suas necessidades através de manifestações políticas. As instituições têm o papel de pressionar e controlar a sociedade como um todo. Da mesma forma o entrevistado 9 informa que é através delas, que a sociedade civil é capaz de se organizar e impor seus interesses frente aos demais interesses que emergem da cidade. O entrevistado 8 afirma que as instituições são capazes de interferir no contexto proposto, devido ao fato de ser o papel das instituições realizar o controle social, cultural e ambiental sobre as atividades do poder público e da iniciativa privada.

O entrevistado 11 verifica que as instituições públicas, com base em seu caráter mediador entre os interesses sociais e os caminhos que as cidades buscam para promover o seu desenvolvimento, são capazes de compor parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, incentivando, com isso, o desenvolvimento das cidades. Considerando as abordagens dos entrevistados, é possível perceber que as instituições públicas servem como uma maneira de a sociedade civil organizar-se e contrapor os movimentos contrários aos seus interesses.

Além disso, evidencia-se a necessidade do poder público e da iniciativa privada dialogarem constantemente com essas instituições, para que o ambiente da cidade seja propício à promoção da competitividade e da sustentabilidade das cidades.

Todos os entrevistados foram questionados a respeito da necessidade de inclusão de outras perspectivas na dimensão Sociedade, contudo nenhum deles julgou necessária, pois

segundo a maioria dos entrevistados, as categorias dessa dimensão possuem abrangência suficiente para realizar considerações sobre a sociedade.

Os Quadros 43, 43 e 45, reúnem as interpretações dos atores sociais entrevistados com relação as categorias da dimensão sociedade. Para melhor visualização, as categorias foram identificadas como segue **(A)** Fatores socioculturais, **(B)** Políticas, **(C)** Leis, **(D)** Gestão pública, **(E)** Emprego, **(F)** Empregabilidade, **(G)** Segurança, **(H)** Saúde, **(I)** Educação, **(J)** Ciência e Tecnologia, **(K)** Infraestrutura básica e **(L)** Instituições públicas.

Quadro 43 - Percepção dos entrevistados 5,6 e 7 a respeito da dimensão Sociedade

Cat.	Entrevistados		
	5	6	7
A	Os fatores socioculturais interferem na economia da sociedade	Os fatores socioculturais interferem na economia da sociedade	Os fatores socioculturais são restritivos ou capazes de promover o desenvolvimento da cidade
B	As políticas são capazes de moldar a infraestrutura da cidade	Oferecem condições para a promoção da mudança	Oferecem condições para a promoção da mudança
C	As leis são capazes de oferecer benefícios e incentivos para a instalação das empresas.	As leis são capazes de oferecer benefícios e incentivos para a instalação das empresas.	As leis são sinalizadores para as atividades dos agentes produtivos.
D	A eficiência da gestão pública determina a capacidade de atração de investimentos da cidade.	A eficiência da gestão pública define os rumos do desenvolvimento da cidade	Quanto maior o grau de eficiência do setor público e maior o controle social sobre a gestão pública, mais competitivas e sustentáveis as cidades vão se tornar.
E	O emprego condiciona a renda e a renda propicia o desenvolvimento da cidade.	O emprego é condição para atender as necessidades das pessoas e empresas de uma cidade.	O nível de emprego condiciona a estrutura social de uma cidade.
F	A empregabilidade permite que a oferta de emprego em uma cidade seja suprida.	A empregabilidade melhorar a qualidade de produtos e serviços oferecidos na cidade.	A empregabilidade melhorar a qualidade de produtos e serviços oferecidos na cidade, assim como a qualificação das pessoas para realizarem suas atividades.
G	A segurança influencia a atração das pessoas e das empresas para as cidades.	A segurança influencia a atração das pessoas e das empresas para as cidades.	A segurança influencia a atração das pessoas e das empresas para as cidades.
H	A saúde influencia em todos os setores de uma cidade.	Interfere na permanência das pessoas na cidade.	A saúde interfere nas condições de trabalho das pessoas.
I	A cidade se torna mais competitiva e sustentável através da educação.	A cidade se torna mais competitiva e sustentável através da educação.	Quanto maior o nível de educação, maior a capacidade de as pessoas serem empregadas.
J	A ciência e a tecnologia podem oferecer diferenciais competitivos para as cidades.	A ciência e a tecnologia dão condições para que as formas de produção da cidade atendam as necessidades das pessoas.	A ciência e a tecnologia são ferramentas para o desenvolvimento das regiões.
K	A infraestrutura básica oferece condições necessárias para que pessoas possam se desenvolver.	A infraestrutura básica interfere na saúde e na educação das pessoas que estão instaladas nas cidades.	A infraestrutura básica oferece condições necessárias para que as pessoas possam se desenvolver.
L	A harmonia entre as instituições públicas gera contextos de desenvolvimento positivo para as cidades.	As instituições públicas ditam o desenvolvimento da cidade	As instituições públicas pressionam os atores sociais a agirem de acordo com os interesses da coletividade.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

Quadro 44 - Percepção dos entrevistados 8,9 e 10 a respeito da dimensão Sociedade

Cat.	Entrevistado		
	8	9	10
A	Os fatores socioculturais são restritivos ou capazes de promover o desenvolvimento da cidade	Os fatores socioculturais são capazes de atrair novas pessoas e empresas para a cidade	Os fatores socioculturais são restritivos ou capazes de promover o desenvolvimento da cidade
B	Pode ser positiva ou negativa e está condicionada à capacidade do gestor público	Todas as decisões de uma sociedade são políticas	Pode ser positiva ou negativa e está condicionada à capacidade dos agentes políticos
C	As leis auxiliam no desenvolvimento das cidades.	As leis são capazes de oferecer benefícios e incentivos para a instalação das empresas.	As leis são capazes de oferecer benefícios e incentivos ou restringir a instalação das empresas.
D	O planejamento define a eficiência da gestão pública, e a gestão pública determina o grau de competitividade e sustentabilidade da cidade.	A maneira como os gestores públicos realizam suas atividades tornam as cidades mais, ou menos, atrativas para aportarem novos investimentos.	A gestão pública pode dificultar ou promover a instalação das empresas na cidade
E	Quanto maior o nível de emprego, mais competitiva e sustentável é uma cidade.	O emprego suporta as atividades econômicas e sociais de uma cidade.	O emprego condiciona a renda, e a renda propicia o desenvolvimento da cidade.
F	A empregabilidade oferece condições para o desenvolvimento das empresas e para o desenvolvimento das cidades.	A empregabilidade oferece condições para o desenvolvimento das empresas e para o desenvolvimento das cidades.	A empregabilidade permite que as pessoas tenham mais renda.
G	A segurança permite o desenvolvimento das atividades das pessoas e das empresas.	A segurança influencia a atração das pessoas e das empresas para as cidades.	A segurança permite o desenvolvimento das atividades das pessoas e das empresas.
H	A saúde interfere na qualidade de vida das pessoas e nas condições de trabalho.	A saúde interfere na satisfação das pessoas em morarem em determinadas cidades.	A saúde permite a instalação e a permanência das pessoas na cidade e influencia nas condições de trabalho.
I	A educação apresenta formas de lidar com o ambiente econômico, social e ambiental.	A educação suporta as atividades empresariais e das pessoas de uma cidade.	A educação interfere nas formas de produção das cidades.
J	A ciência e a tecnologia permitem o desenvolvimento de novas atividades econômicas.	A preparação científica e tecnológica de uma cidade proporciona o desenvolvimento de produtos e serviços oferecidos pela cidade.	A interação dos atores sociais permite que as cidades se beneficiem dos avanços científicos e tecnológicos que são regionais.
K	A infraestrutura interfere na qualidade de vida das pessoas.	A falta de infraestrutura básica impede a instalação das pessoas na cidade.	A infraestrutura básica oferece condições necessárias para que as pessoas possam se desenvolver.
L	As instituições públicas realizam o controle social perante o poder público e a iniciativa privada.	As instituições públicas pressionam os atores sociais a agirem de acordo com os interesses da coletividade.	As instituições públicas geram ambientes favoráveis ou desfavoráveis para a competitividade e a sustentabilidade das cidades.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

Quadro 45 - Percepção dos entrevistados 11 e 12 a respeito da dimensão Sociedade

Cat.	Entrevistados	
	11	12
A	Os fatores socioculturais são restritivos ao desenvolvimento da cidade	Os fatores socioculturais são capazes de promover o desenvolvimento da cidade
B	As políticas suprem os interesses das comunidades e investidores	A política dita de que forma que os resultados serão alcançados
C	As leis são capazes de oferecer benefícios e incentivos ou restringir a instalação das empresas.	As empresas de determinadas cidades são capazes de se favorecer pelos benefícios.
D	A capacidade de desenvolvimento da cidade depende da postura do gestor público.	A eficiência da gestão pública, mediante interação com as entidades da cidade, determina a capacidade competitiva e a sustentabilidade da cidade.
E	A mão-de-obra barata é capaz de atrair novos investidores.	O emprego suporta as atividades econômicas e sociais de uma cidade.
F	A mão de obra qualificada é capaz de atrair investidores.	A empregabilidade permite que a oferta de emprego em uma cidade seja suprida.
G	A segurança em uma cidade é um fator capaz de atrair investimentos.	A segurança influencia a atração das pessoas e das empresas para as cidades.
H	As pessoas se instalam em locais onde as condições de saúde são melhores.	A saúde interfere nas condições de trabalho das pessoas.
I	O nível de educação de uma cidade é capaz de atrair mais investimentos.	A educação é capaz de manter as pessoas na cidade.
J	A ciência e a tecnologia permitem a redução de custos para os investidores.	A ciência e a tecnologia permitem o desenvolvimento de novas atividades econômicas.
K	A infraestrutura básica determina a capacidade da cidade em atrair novos investimentos.	A infraestrutura básica oferece condições necessárias para que as pessoas possam se desenvolver.
L	As instituições públicas funcionam como medidoras dos interesses públicos e privados.	As instituições públicas ditam o desenvolvimento da cidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

4.3.1.6 Dimensão empresas

A próxima dimensão de análise é Empresas, a qual reúne as categorias relacionadas a fatores internos às empresas e fatores externos às empresas.

Para o entrevistado 5, os fatores internos às empresas influenciam a competitividade e a sustentabilidade da cidade, tendo em vista a necessidade de profissionalização da gestão das empresas que existem na cidade, para que elas possam garantir o seu desenvolvimento. Exemplifica, utilizando o seu contexto, onde as empresas familiares que buscaram a profissionalização de sua gestão conseguiram manter suas atividades ao longo do tempo, contribuindo, assim, para a competitividade e a sustentabilidade da cidade.

Os entrevistados 7, 10 e 12 acreditam que os fatores internos às empresas são importantes para a competitividade e sustentabilidade, porque a forma pela qual as empresas realizam suas atividades é capaz de determinar a continuidade das empresas ao longo do

tempo. Enfatizam que a forma de gestão das empresas é um reflexo dos fatores socioculturais e, como abordado na análise daquele fator, quando o mesmo é mais restritivo ao desenvolvimento, as empresas tendem a acompanhar essa orientação, já quando ele é mais progressista, tendem a desenvolver e estar sempre à frente das inovações necessárias para se manterem nos negócios.

O entrevistado 8 afirma que, quando as empresas de uma cidade passam a incorporar, em suas práticas de gestão, questões como cuidados com o meio ambiente e a sociedade, além da preocupação econômica, a cidade passa a ser mais competitiva e sustentável. Para ele “esse é um fenômeno que vem ganhando força, visto que as empresas estatais e privadas estão se conscientizando da necessidade de terem cuidados com a natureza e a sociedade onde estão inseridas”.

Os termos de ajuste de conduta e as interações com a sociedade civil são capazes de fortalecer esse processo que, com o passar do tempo, torna-se decisivo para a própria sobrevivência das empresas e das cidades nas quais elas se instalaram.

Para o entrevistado 9, os fatores internos às empresas influenciam no contexto da competitividade e sustentabilidade das cidades, dado que as formas de gestão da empresa determinam as relações que a mesma vai estabelecer com os seus empregados, ou seja, tornam as empresas melhores ou piores para se trabalhar.

Também, é a forma como as empresas são gerenciadas que determinam suas inclinações para serem mais competitivas e sustentáveis, logo influenciando na qualidade de vida das pessoas e na capacidade de a cidade se desenvolver.

O entrevistado 11 pensa que os fatores internos às empresas estão relacionados a fatores culturais. As empresas se instalam em locais onde a cultura da cidade condiciona hábitos os quais as empresas buscam.

Dessa forma, a maneira como as empresas são geridas é capaz de interferir na competitividade e na sustentabilidade das cidades, a partir dos hábitos culturais que as cidades desenvolveram ao longo do tempo.

O entrevistado 5 verifica que os fatores externos às empresas são importantes para o contexto de análise proposto, uma vez que, quando existem várias empresas do mesmo ramo, a tendência é que mais empresas similares se instalem.

Destaca-se uma citação do entrevistado, que reside em uma cidade onde 50% das empresas pertencem à indústria relacionada à conservação de pêssegos (compotas de pêssego), no entanto, ele ressalta que, em sua compreensão esse fenômeno se deu devido a

uma questão mais cultural, mas, por outro lado, a produção de aves que havia se tornado abundante em sua cidade foi capaz de atrair um aviário.

Baseado nisso, conclui que a boa produção de um determinado produto em uma cidade é um fator relevante para a competitividade e sustentabilidade da cidade, porque ela é capaz de atrair e desenvolver empresas de um mesmo ramo, ou seja, de um mesmo tipo de indústria. Esta categoria é tratada de forma similar pelos entrevistados 6 e 11.

Para o entrevistado 7, os fatores externos às empresas estão mais relacionados a questões infra estruturais e naturais. Uma indústria (setor econômico) é capaz de se instalar em determinadas regiões, porque existe uma boa disponibilidade de determinados recursos naturais necessários para a sua produção ou, então, porque há estradas e acessos logísticos que facilitam a instalação da mesma.

A instalação de empresas de um mesmo ramo industrial está condicionada à atuação política, planejamento, incentivos, infraestrutura e condições naturais favoráveis.

Já entrevistado 8 acredita que os fatores externos às empresas também influenciam na competitividade e na sustentabilidade das cidades, devido à possibilidade da instalação de uma rede de empresas conectadas pelos insumos e subprodutos gerados por elas mesmas. Sendo assim, cita o exemplo de sua cidade, onde duas estatais se instalaram: uma para extrair um recurso natural e a outra para processá-lo.

Posteriormente, o subproduto gerado pelo processamento desse recurso natural possibilitou a instalação de uma empresa privada. E conforme ele “já existem estudos avançados a respeito da possibilidade da instalação de novas empresas relacionadas aos subprodutos gerados por essas empresas”.

Então todo este encadeamento demonstrado pelo entrevistado é capaz de evidenciar as possibilidades de incrementos de competitividade e sustentabilidade nas cidades, com base nos fatores externos às empresas.

O entrevistado 9 acredita que os fatores externos às empresa influenciam nesse contexto, porque as empresas de um mesmo setor econômico são capazes de interagir e realizar vendas e compras entre si, além de construírem mecanismos de cooperação entre elas. Assim, incentivam a economia da cidade mediante a instalação de indústrias correlatas.

Para o entrevistado 10, os fatores externos às empresas influenciam na competitividade e na sustentabilidade devido ao fato de que as empresas vão procurar locais onde a matéria-prima utilizada é de fácil acesso, a mão-de-obra é qualificada e disponível.

Quando essas duas condições são atendidas, as empresas de ramos similares passam a se instalar nas cidades e, com isso, obtém-se incrementos econômicos e sociais, interferindo na competitividade e na sustentabilidade das cidades.

O entrevistado 12 acredita que os fatores externos às empresas são importantes para a competitividade e a sustentabilidade das cidades, porque fortalecem a concorrência entre as empresas, o que força o aumento da qualidade e oferta de produtos e propicia uma redução dos preços praticados. Dessa maneira, cria-se a necessidade de as empresas se tornarem mais competitivas e, assim, impactarem a cidade.

Todos os entrevistados foram questionados a respeito da necessidade de serem inseridas novas considerações a respeito das empresas nessa dimensão, contudo apenas o entrevistado 7 verificou tal necessidade.

Para ele, a questão da mão-de-obra, mesmo que relacionada ao emprego e a empregabilidade, ambas da dimensão Sociedade, deve ser considerada também na dimensão empresas.

O entrevistado pensa que a existência e a qualificação da mão-de-obra são elementos que estão relacionados às empresas já instaladas e às empresas que buscarão se instalar nas cidades. A mão-de-obra é um elemento relacionado às empresas, já o emprego e a empregabilidade à sociedade, embora elas sejam complementares e possuam diversas similaridades.

O entrevistado 5, apesar de decidir não inserir nenhuma categoria nessa dimensão, também verifica uma aproximação entre a categoria Emprego e a dimensão Empresas. O mesmo destacou a questão do emprego, quando perguntado a respeito da necessidade de inserir uma nova categoria.

Contudo, após verificar que o emprego estava sendo tratado na dimensão Sociedade, comentou que as verificações dessa categoria seriam as mesmas e, por isso, prefere não inserir uma nova categoria na dimensão Empresas.

O entrevistado 6, do mesmo modo, decidiu não inserir nenhuma nova categoria nessa dimensão de análise, porém ressaltou que as empresas que se instalaram na cidade ou, mesmo, as que podem vir a se instalar, precisam ter preocupações econômicas, sociais e ambientais no mesmo patamar e, com isso, as cidades terão menos problemas causados por seu próprio desenvolvimento.

Empresas que instalam em cidades que possuem apenas preocupações econômicas (em relação a elas mesmas) podem, em alguns casos, prejudicar a competitividade e a sustentabilidade da cidade.

A análise conjunta das abordagens dos entrevistados permite a identificação da importância da dimensão Empresas dado o papel econômico, social e ambiental os quais as mesmas desempenham em uma sociedade.

Sobre a categoria Fatores internos às empresas, os entrevistados acreditam que as empresas, por um lado, sofrem influência de quesitos socioculturais e, por outro, interferem em questões econômicas e sociais.

Nesse contexto, o diálogo contínuo do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil surge como uma ferramenta para o aprimoramento da gestão das empresas, a qual por sua vez, é um fator determinante para a sua capacidade de desenvolvimento ao longo do tempo.

A categoria Fatores externos às empresas é vista pelos entrevistados como uma possibilidade para o incremento na capacidade de atração de investimentos e pessoas para as cidades.

Compete destacar, com base nas considerações dos entrevistados, que os elementos naturais e a localização geográfica das cidades, assim como a sua capacidade infra estrutural, são capazes de determinar a instalação de empresas de um mesmo setor industrial e, assim, propiciar o surgimento e o desenvolvimento de indústrias abastecedoras e correlatas.

As considerações dos entrevistados sobre a dimensão Empresas e as suas categorias Fatores internos às empresas e Fatores externos às empresas corroboram com as definições iniciais aplicadas pelo estudo, que buscavam apontar como as empresas de uma cidade interferem em sua competitividade e sustentabilidade.

No entanto, fica evidente a complementação das ideias iniciais sobre os fatores externos às empresas, dadas as observações dos entrevistados a respeito das possibilidades de influência do meio ambiente e dos mecanismos de interação social como elementos relevantes para o fornecimento de incrementos de competitividade das cidades, com base em incrementos da sustentabilidade das mesmas.

Nessa corrente de pensamento destaca-se que nenhuma das ferramentas de análise da sustentabilidade, abordadas neste estudo, apresenta fatores que permitem a realização de análises sobre a interferência dos fatores internos e externos às empresas na sustentabilidade das cidades. Toda a dimensão Empresas tem suas categorias ancoradas na reunião de elementos que emergem da verificação da competitividade.

Este fato é comprovado no item 2.4.1. (Sobreposições, lacunas e relações entre a análise da competitividade e da sustentabilidade) do presente estudo.

O Quadro 46 (Dimensão Empresas de acordo com os atores sociais entrevistados, p.131) apresenta um resumo das considerações dos entrevistados a respeito do tema elencado.

Quadro 46 - Dimensão Empresas de acordo com os atores sociais entrevistados.

Entr.	Fatores internos às empresas		Fatores externos às empresas	
	Influencia	Meios	Influencia	Meios
5	Sim	A profissionalização da gestão é capaz de fazer com que as empresas se desenvolvam.	Sim	A existência de indústrias correlatas favorece a instalação de mais empresas.
6	Sim	O diálogo contínuo entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil torna as empresas mais competitivas e sustentáveis, o que impacta a cidade.	Sim	A existência de indústrias correlatas favorece a instalação de mais empresas.
7	Sim	A forma como as empresas são geridas determina sua continuidade.	Sim	As condições naturais e de infraestrutura de uma cidade favorecem a instalação de empresas do mesmo setor econômico.
8	Sim	Empresas que se preocupam com a natureza e a sociedade tornam uma cidade mais competitiva e sustentável.	Sim	Os insumos e subprodutos gerados por empresas de indústrias correlatas propiciam o surgimento de novas empresas.
9	Sim	A forma como as empresas são geridas determina o desenvolvimento delas e interfere no desenvolvimento das cidades.	Sim	As interações de empresas de indústrias correlatas permitem o surgimento de mecanismos de cooperação empresarial, o que se torna um fator fundamental para a atratividade de novas empresas.
10	Sim	A forma como as empresas são geridas determina sua continuidade.	Sim	As empresas de mesmo setor de atividade interferem no contexto econômico e social das cidades.
11	Sim	Os hábitos culturais determinam a capacidade de atração de investimentos.	Sim	A existência de indústrias correlatas favorece a instalação de mais empresas.
12	Sim	A forma como as empresas são geridas determina sua continuidade.	Sim	A existência de indústrias correlatas fortalece a instalação de mais empresas

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

4.3.1.7 Dimensão meio ambiente

A próxima dimensão de análise é a dimensão Meio ambiente, ela reúne as categorias Água, Terra, Ar e Espécies animais.

Para o entrevistado 5, a água influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porque é um elemento fundamental para a realização das atividades das empresas. Então, quanto mais abundante e maior a qualidade dessa água, melhores vão ser o produtos produzidos pelas empresas que dependem desse recurso natural.

Em relação à terra, o entrevistado acredita que não há uma influência dessa categoria na competitividade e na sustentabilidade das cidades. Segundo ele “em uma região, as terras são equivalentes, ou seja, apresentam pouca variação de uma cidade para outra”. Logo, tal categoria não influencia no contexto de análise, porque as cidades terão à disposição o mesmo recurso natural, com apenas poucas diferenças entre eles.

Esse entrevistado acredita que a qualidade do ar não influencia na competitividade das cidades, porque as empresas não deixarão de se instalar em uma determinada cidade devido à poluição do ar. Ressalta, no entanto, que esse fator influencia na sustentabilidade das cidades, porque ele está relacionado à sobrevivência das pessoas.

A divergência de ideias apresentada pelo entrevistado 5 fundamenta-se na concepção de que, na atualidade as empresas ainda não se preocupam com a sustentabilidade e, por isso, adotam posturas despreocupadas sobre a poluição causada por elas; porém, “em um futuro próximo, a influência desse elemento na competitividade das cidades pode se tornar uma realidade”.

A mesma lógica é empregada pelo entrevistado, quando a categoria de análise são as Espécies animais, ou seja, afeta a sustentabilidade das cidades, pois interfere na vida das pessoas. Contudo, não influencia na competitividade das cidades, tendo em vista que as empresas ainda não possuem preocupações nesse sentido.

O entrevistado 6, a respeito da dimensão Meio ambiente, preferiu responder conjuntamente sobre todas as categorias, já que pensa que todas elas influenciam na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porém destaca o descaso das pessoas em relação ao meio ambiente, o que prejudica severamente as condições de desenvolvimento das gerações futuras.

Esse entrevistado ressalta que, mesmo em cidades como a dele, onde a água é de boa qualidade e existe em abundância, se não forem tomados cuidados suficientes, esse bem, que possui valorização econômica e é capaz de atrair pessoas e empresas para as cidades, pode se tornar um problema para as pessoas e para as empresas que vão habitar futuramente aquelas cidades que não se preocuparem com a qualidade da água disponível.

Outro ponto relevante nas considerações do entrevistado 6 é que o desenvolvimento das cidades gera uma série de problemas ambientais. Exemplifica essa afirmação, ao relatar a necessidade de realocação de espécies animais e da flora local para a duplicação da BR-116, principal estrada de acesso de sua cidade para a capital do estado. “É uma obra de extrema relevância para o desenvolvimento de toda a região, porém necessita de que certos cuidados com o meio ambiente sejam observados”.

Outro exemplo apresentado é a questão da construção de casas populares, que interferem na absorção do solo e aumentam a quantidade de dejetos lançados ao meio ambiente; no entanto, mesmo gerando tais problemas, as pessoas precisam ter onde morar.

O posicionamento desse entrevistado deixa claro que o desenvolvimento das cidades causa impactos diretos no meio ambiente, contudo é necessário que cada investimento

realizado possua preocupações em minimizar ou tratar dos problemas ambientais, estes relacionados à água, ar, terra e espécies animais, para que as próximas gerações tenham a possibilidade de se desenvolver.

O entrevistado 7 pensa que a diversidade e a qualidade da água em uma cidade influenciam em sua competitividade e sustentabilidade. “Os elementos naturais, antigamente, demandavam pouca atenção da sociedade, porque existiam em grande quantidade, logo não eram feitas considerações sobre a possibilidade de eles acabarem”.

Conforme o entrevistado, na atualidade, esses elementos naturais possuem valoração econômica, e todos passam a se preocupar com a possibilidade de eles deixarem de existir, o que inviabilizaria a existência de vida no planeta. “Grande parte dos processos industriais necessitam da água para serem realizados, seja porque os produtos oferecidos contêm água, seja porque as formas de fabricá-los requerem a sua utilização”, nesse sentido, verifica que, quanto mais água e quanto melhor a qualidade dessa água, mais a cidade vai se tornar atrativa para receber investimentos das empresas e permitir a instalação de novas pessoas, interferindo, desse modo, no contexto competitivo e sustentável dessas cidades. Este enfoque é abordado também pelos entrevistados 8,10 e 12.

Para esse entrevistado, a terra é uma categoria que influencia no contexto de análise proposto, porque a qualidade do meio ambiente em uma cidade é determinada por esse elemento. As áreas de proteção florestal, por exemplo, são formas de manter a qualidade dos mananciais, rios, fontes de água, flora nativa, espécies animais e qualidade do ar, o que interfere na qualidade de vida das pessoas, e é capaz de interferir no processo produtivo das empresas.

A qualidade de vida, segundo ele, está relacionada à qualidade do trabalho prestado pelos trabalhadores, logo a preservação da diversidade e qualidade da terra de uma cidade interfere na sua competitividade e sustentabilidade e é determinante para a qualidade de vida das pessoas.

O mesmo se aplica, para o entrevistado 7, quando o tema de análise é a categoria ar, contudo ressalta que, nesse caso, existem empresas e legislações que fazem com que as empresas passem a poluir com menos intensidade o ar, o que, como comentado por ele sobre a categoria terra, afeta a qualidade de vida das pessoas.

Em relação à categoria Espécies Animais, verifica que, dada a conscientização global a respeito da necessidade de preservação do meio ambiente, o consumidor, influenciado por essa conscientização, passa a procurar produtos de empresas que se preocupam com os problemas gerados por elas no decorrer de suas atividades. Assim, as empresas são forçadas a

tomarem mais cuidado com a sua atuação no meio ambiente. As cidades que se preocupam mais com o meio ambiente atraem empresas mais preocupadas com esses elementos e, desse modo, se tornam mais competitivas e, por consequência, mais sustentáveis.

O entrevistado 8 acredita que a Terra, Ar e Especiais animais influencia na competitividade e sustentabilidade das cidades, pois são elemento essenciais para a qualidade de vida das pessoas.

O entrevistado 9 acredita que a qualidade da água em uma cidade interfere diretamente na saúde das pessoas. “A água é um fator que necessita de amplos cuidados e não apenas de preocupações, dada essa influência na vida das pessoas”.

Para esse entrevistado, em relação às categorias Terra, Ar e Espécies animais, a interferência na competitividade e sustentabilidade das cidades existe de forma similar à categoria Água. Ele acredita que as áreas de proteção ambientais e as ações de órgãos competentes podem ser formas de fazer com que as pessoas e as empresas se conscientizem, mesmo que forçadas a isso, dadas as imposições legais sobre a importância da natureza em relação à coletividade.

Enfatiza que cidades que baseiam sua competitividade sem preocupações com o meio ambiente, em médio e longo prazo, invariavelmente, deixarão de ser competitivas devido às dificuldades que encontradas para manter as pessoas saudáveis e habitando aquele local.

A respeito da categoria Terra, o entrevistado 10 pensa que a qualidade da mesma determina a qualidade da produção agrícola. As cidades que possuem o solo sem contaminações, têm mais produtividade e qualidade de produção do que as que não possuem.

A afirmação “A qualidade da terra em uma cidade determina o tipo de cultura que será empregada pelos agricultores” do entrevistado 12 demonstra seu alinhamento com a forma de pensar do entrevistado 10.

A qualidade do ar, para o entrevistado 10, não influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades. As cidades que desejam se desenvolver, e todas desejam, precisam incentivar a atividade empresarial e a atração de mais pessoas para a cidade. “Junto com esse desenvolvimento, a poluição também chega à cidade”, por isso a qualidade do ar não influencia tanto na competitividade e na sustentabilidade das cidades como a água e a terra. Pensa que os empregos gerados por empresas poluidoras são fatores mais preponderantes do que a qualidade do ar da cidade e, por essa razão, as pessoas não vão deixar de se instalar em cidade com menor qualidade do ar.

Em relação às espécies animais, o mesmo entrevistado acredita que essa categoria não influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades. “As pessoas podem apresentar maior respeito por cidades que cuidam desse elemento, contudo as empresas e as pessoas não vão deixar de se instalar em cidades que se preocupam mais, ou menos, com esta questão”.

O entrevistado 11 preferiu realizar uma consideração conjunta sobre as categorias dessa dimensão. Para ele, todas elas influenciam na competitividade e sustentabilidade das cidades; “sem esses fatores, os investimentos não são empregados nas cidades”, se não existe água, nem terra abundante, conseqüentemente, a cidade não vai se desenvolver. A cidade tem de perceber as condições do meio ambiente para pode alavancar o seu desenvolvimento em todos os níveis.

Para o entrevistado 12, a qualidade do ar interfere no contexto proposto, porque, em cidades como a dele, onde não existem indústrias, a boa qualidade do ar faz com que as pessoas obtenham melhores níveis de qualidade de vida e, assim, passem a ser mais produtivas nas atividades que realizam rotineiramente.

O mesmo entrevistado verifica que a diversidade de espécies animais em uma cidade é relevante para a sua competitividade e sustentabilidade, visto que ela é capaz de manter um equilíbrio entre os animais silvestres e insetos. Também, afirma que um desequilíbrio ou a proliferação indiscriminada de uma determinada espécie causam problemas para as cidades. Exemplificando seu ponto de vista, faz referência aos mosquitos e às aves, quando existem em grande quantidade e de apenas uma espécie, podem causar problemas para a saúde das pessoas e prejuízos para os agricultores locais.

Todos os entrevistados foram questionados a respeito da necessidade de inclusão de alguma outra categoria de análise na dimensão meio ambiente. Nenhum deles verificou tal necessidade. Neste sentido, apenas o entrevistado 7 manifestou que o cuidado com o meio ambiente torna as cidades mais atrativas, pois elas ganham melhores níveis de qualidade de vida e, com isso, as pessoas vão gostar de habitá-las.

As empresas que, de acordo com a visão do entrevistado 7, respondem às demandas do consumidor, passarão a ter produtos que causem menores impactos ambientais. Portanto, para ele, a melhoria da qualidade de vida das pessoas aliada à produção mais sustentável das empresas vão fazer com que as cidades que possuem preocupações com esses elementos naturais se tornem mais competitivas e sustentáveis do que as demais.

A observação conjunta das abordagens dos entrevistados a respeito da dimensão meio ambiente, permite verificar que essa dimensão está diretamente relacionada com as

atividades econômicas e sociais em uma cidade. A interferência de problemas ambientais na capacidade de as empresas produzirem e de as pessoas viverem nessas cidades, demonstra a importância da dimensão para a competitividade e sustentabilidade das cidades, o que colabora com as abordagens utilizadas neste estudo a respeito da qualidade e diversidade dos elementos naturais.

A dimensão Água, conforme abordado pelos atores sociais entrevistados se apresenta como um elemento que interfere na qualidade de vida das pessoas, nas atividades das empresas instaladas e na possibilidade de atração de novos investimentos. A análise conjunta das abordagens dos entrevistados permite perceber que a terra, em uma cidade, é importante tanto para a preservação dos demais elementos naturais, quanto para as atividades empresariais, principalmente as ligadas à agricultura. A maioria dos entrevistados verificam uma interferência desse elemento na qualidade de vida das pessoas.

A respeito da qualidade do ar, apesar da consideração do entrevistado 10 a respeito da não interferência desse elemento no contexto de análise, e a consideração do entrevistado 5 sobre a não influência dessa categoria na competitividade das cidades e sim na sustentabilidade das mesmas, é possível concluir que, em longo prazo, se as cidades buscarem vantagens competitivas, com base na não observação de questões como a da qualidade do ar, mesmo sendo capazes de inicialmente se desenvolverem mais do que as outras cidades que se preocupam com estes fatores, elas perderão a sua capacidade de manter aquelas atividades e pessoas, o que, em longo prazo, vai acarretar na obtenção de grandes dificuldades para se desenvolverem.

Quanto a categoria Espécies animais, a análise comparativa entre as abordagens empregadas pelos entrevistados permite verificar que a diversidade de espécies animais em uma cidade influencia na saúde e na qualidade de vida das pessoas. Isso, de acordo com a análise da categoria Saúde da dimensão Sociedade, interfere na capacidade das pessoas em realizarem, em melhores condições, suas atividades, interferindo, com isso, nas atividades e na produtividade das empresas.

Outro ponto de destaque nessa categoria é o equilíbrio da natureza baseado na diversidade de espécies animais. O descuido com a diversidade das espécies pode causar descontrole na população de insetos e animais, que, quando em excesso, podem ser prejudiciais à atividade agrícola. O quadro 47 (Dimensão Meio ambiente de acordo com os atores sociais entrevistados, p.137) reúne as abordagens dos entrevistados a respeito da dimensão meio ambiente.

Quadro 47 - Dimensão meio ambiente de acordo com os atores sociais entrevistados

Ent.	Água		Terra		Ar		Espécies animais	
	Influencia	Meios	Influencia	Meios	Influencia	Meios	Influencia	Meios
5	Sim	As empresas da cidade dependem da diversidade e qualidade da água.	Não	As terras em uma região são equivalentes e realizam o mesmo tipo de influência nas cidades.	Não/Sim	Não afeta as empresas, mas afeta as pessoas.	Não/Sim	Não afeta as empresa mas afeta as pessoas
6	Sim	É capaz de atrair pessoas e empresas.	Sim	Proporciona a possibilidade de desenvolvimento das gerações futuras.	Sim	Proporciona a possibilidade de desenvolvimento das gerações futuras.	Sim	Proporciona a possibilidade de desenvolvimento das gerações futuras.
7	Sim	As empresas e as pessoas da cidade dependem da diversidade e qualidade da água.	Sim	Os cuidados com a terra interferem em todos os elementos naturais e, com isso, na qualidade de vida das pessoas.	Sim	Os cuidados com a qualidade do ar interferem em todos os elementos naturais e, com isso, na qualidade de vida das pessoas.	Sim	A preocupação com o meio ambiente por parte das empresas as torna mais atrativas para o consumidor.
8	Sim	As empresas e as pessoas da cidade dependem da diversidade e qualidade da água.	Sim	As empresas e as pessoas da cidade dependem da diversidade e e qualidade da terra.	Sim	As empresas e as pessoas da cidade dependem da qualidade do ar.	Sim	As empresas e as pessoas da cidade dependem da diversidade de espécies animais.
9	Sim	Interfere diretamente na saúde das pessoas.	Sim	Interfere diretamente na saúde das pessoas.	Sim	Interfere diretamente na saúde das pessoas.	Sim	Interfere diretamente na saúde das pessoas.
10	Sim	As empresas e as pessoas da cidade dependem da diversidade e qualidade da água.	Sim	A qualidade do solo permite maior produtividade e qualidade e para a agricultura.	Não	O desenvolvimento traz consigo a poluição do ar.	Não	As empresas e pessoas não vão deixar de se instalar na cidade, com base na diversidade de espécies animais.
11	Sim	Determina a atração de investimentos.	Sim	Determina a atração de investimentos.	Sim	Determina a atração de investimentos.	Sim	Determina a atração de investimentos.
12	Sim	As empresas e as pessoas da cidade dependem da diversidade e qualidade da água.	Sim	A qualidade do solo permite maior produtividade e qualidade para a agricultura.	Sim	As pessoas da cidade dependem da qualidade do ar.	Sim	A diversidade de espécies animais é importante para o equilíbrio ambiental.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no instrumento de pesquisa aplicado

4.3.1.8 Eficiência do uso de recursos

A próxima dimensão de análise é a dimensão Eficiência do uso de recursos. Ela reúne seis categorias, são elas: Energia, Resíduos, Cultivo, Extração, Emissões e Acomodações. Levando em consideração a quantidade de categorias elencadas nesta dimensão, as abordagens dos entrevistados serão analisadas separadamente.

A respeito da categoria Energia, o entrevistado 5 acredita que ela interfere diretamente na competitividade e sustentabilidade das cidades, baseando-se em sua cidade, a qual atingiu um limite de energia disponível para ela e precisou pleitear a instalação de uma subestação de energia. O entrevistado afirma que “algumas empresas deixaram de se instalar na cidade pela falta de energia”, e por esse motivo, ele pensa que a categoria Energia interfere no contexto de análise. Para os entrevistados 10, 11 e 12 a influência desta categoria de análise ocorre da mesma forma citada pelo entrevistado 5.

O entrevistado 6 afirma que a energia é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico de uma cidade. Esta precisa ter energia disponível para que as empresas possam se instalar. O entrevistado destaca a necessidade de encontrar fontes renováveis para que as formas de produção de energia, não prejudiquem tanto o meio ambiente quanto as utilizadas na atualidade. O entrevistado 9 acredita que essa categoria influencia no contexto de análise, a exemplo do entrevistado 6.

O entrevistado 7 pensa que, além da falta de energia em algumas cidades, a própria oscilação de energia, fato comum em cidades próximas à do entrevistado, também é capaz de prejudicar a implantação de novas empresas. O entrevistado ressalta, também, os prejuízos causados à qualidade de vida das pessoas que habitam cidades que possuem acesso de energia restrito. Para o entrevistado 8, a energia é o ponto inicial para o desenvolvimento de todas as cidades, “sem energia não é possível tornar a cidade competitiva nem sustentável.

A reunião das abordagens dos entrevistados permite verificar que a influência da energia em uma cidade está no oferecimento de energia para que as empresas dessa cidade possam realizar suas atividades. Compete destacar a busca por fontes renováveis de energia como forma de reduzir o impacto ambiental gerado pela produção de energia. O posicionamento dos entrevistados (atores sociais) a respeito da categoria Energia mostra-se alinhada à abordagem empregada no trabalho a respeito da necessidade de verificação da disponibilidade e utilização de energia nas cidades.

Outra categoria de análise da dimensão eficiência do uso de recursos é a categoria resíduos. Segundo o entrevistado 5 esse fator influencia na sustentabilidade de uma cidade, contudo não influencia em sua competitividade. O entrevistado explica seu ponto de vista, ao mencionar que, para ele, as pessoas ainda não possuem uma conscientização necessária para perceberem a influência dos resíduos no seu dia-a-dia. Ele exemplifica tal posição, comentando que, em sua cidade, há mais de dez anos é feita a reciclagem do lixo. Contudo, nenhuma empresa decidiu se instalar naquela cidade por esse motivo. Porém, o entrevistado destaca que a contaminação da água, do solo e os prejuízos para os animais

decorrentes do descarte descontrolado dos resíduos gerados na cidade, afetam a saúde e a qualidade de vida das pessoas que vivem lá. No entendimento desse entrevistado, essas questões estão mais relacionadas à sustentabilidade.

Conforme o entrevistado 6, os resíduos, além de influenciar no contexto proposto, tornam-se a grande preocupação da sociedade. Para ele os avanços científicos e tecnológicos podem, no futuro, apresentar alguma solução para esse problema, mas, na atualidade, os resíduos são armazenados em aterros sanitários que, já não comportam mais a demanda imposta a eles. Ao afirmar que “a poluição das cidades é decorrente da falta de preocupação com as formas de descarte de resíduos, como os esgotos e o lixo”, o entrevistado 12 demonstra a similaridade como verifica o tema, em relação ao entrevistado 6.

O entrevistado 7 refere que a questão dos resíduos é o grande problema do mundo. Para ele, mesmo esforços ligados à reciclagem, que são louváveis e necessários, não são capazes de resolver todo os problemas com relação aos resíduos gerados pelas cidades. “Os maiores geradores de resíduos são as pessoas e as empresas, e são exatamente elas que sentem diretamente os transtornos causados pelo descaso com as formas de descarte”. Esse entrevistado destaca que, embora existam pessoas que não se importam em se instalar em locais poluídos, devido ao descarte descontrolado de resíduos, elas sofrem prejuízos na qualidade de vida; por outro lado, as empresas que não se preocupam em estar instaladas próximo a esses locais (poluídos) podem sofrer prejuízos, por serem rotuladas como empresas que não possuem preocupações ambientais.

Segundo o entrevistado 8, “hoje os resíduos são um dos piores problemas enfrentados pela sociedade”, contudo ele acredita que a tecnologia, um dia, será capaz de lidar com essa questão. Ainda nessa corrente, o entrevistado afirma que a reciclagem é um caminho para que, enquanto a solução do problema não surja, as cidades possam controlar o descarte de resíduos e, assim, serem mais competitivas e sustentáveis.

Para o entrevistado 9, os resíduos gerados por uma cidade, mesmo quando levados para aterros sanitários em outras cidades, como no caso da cidade onde ele está sediado, são obstáculos de grande magnitude para a competitividade e sustentabilidade das cidades. Ele acredita que esforços realizados nesse sentido, como a coleta seletiva e a reciclagem, são tentativas para reduzir o problema. Contudo com o passar dos anos, o problema vem se agravando, e os aterros sanitários vão se tornando cada vez mais cheios, o que, para ele, pode acarretar problemas para a saúde das pessoas e interferir na atividade das empresas.

O entrevistado 10 pensa que as cidades, para se desenvolverem, devem ter capacidade de lidar com seus resíduos sólidos. Se elas não tiverem essa capacidade, elas não

serão atrativas o suficiente para receber investimentos em diversas áreas. Da mesma forma o entrevistado 11 sustenta que cidades que possuem reciclagem, apresentam um diferencial decisivo para a instalação de novos investimentos. Ele fundamenta suas considerações no fato de que o gerenciamento dos resíduos torna as cidades mais atrativas para a instalação de empresas.

De acordo com as abordagens dos entrevistados, é possível verificar que os resíduos em uma cidade são problemas que causam grandes preocupações no seu contexto. Isso ocorre devido às implicações na qualidade de vida das pessoas e problemas gerados para as empresas realizarem suas atividades. Todavia, salienta-se que os entrevistados acreditam que possíveis avanços tecnológicos serão capazes de resolver esses problema futuramente, o que, segundo a abordagem da maioria dos entrevistados, precisa ser feito na atualidade é buscar formas para lidar com o problema, como as soluções propostas pela reciclagem e as estratégias adequadas para descartar os resíduos gerados pela cidade.

Sobre a categoria de análise Cultivo. Em relação a essa categoria os entrevistados 5 e 6 pensam que ela influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porque as formas empregadas para a realização do cultivo são capazes de determinar a preservação do solo e a produtividade dos agricultores e, desse modo, interferir na economia.

Para o entrevistado 8, o mau uso da terra pode fazer com que o solo seja exaurido e, então, não seja mais possível realizar algum tipo de produção em determinado local. O entrevistado cita o exemplo da desertificação, ocorrência ligada a sua região, para explicar que, em alguns lugares isso já acontece.

De acordo com o entrevistado 9, as formas de cultivo que visam somente à produtividade e ao lucro, como as que se utilizam de agrotóxicos e fertilizantes químicos, são capazes de elevar a competitividade de uma cidade, porem o desgaste do solo causado pela utilização indiscriminada dessa forma de produção, fará com que a competitividade seja de curto prazo, pois, a médio e longo prazo, as cidades não serão capazes de manter uma produção elevada, dados os problemas ambientais provocados por elas. Sendo assim, o entrevistado deixa claro que modos de produção mais sustentáveis precisam ganhar força frente a outras formas de produção que não se preocupam com questões de sustentabilidade, com o propósito de permitir que as cidades obtenham maiores níveis de competitividade e permaneçam assim ao longo do tempo. A mesma maneira de verificar a categoria é observada pelo entrevistado 12.

O entrevistado 10 pensa que a diversidade do cultivo aplicado em uma região possibilita ampliar a competitividade de uma cidade. Para ele, a atração de uma série de

empresas depende do tipo de produção realizada, mediante o cultivo, em uma cidade. O entrevistado 11 verifica o tema em similaridade ao entrevistado 10.

As abordagens dos entrevistados sobre a categoria cultivo permite verificar que as formas de cultivo aplicadas em uma cidade são importantes para a competitividade e a sustentabilidade, porque possuem desdobramentos econômicos. Contudo, a maioria dos entrevistados apontam para formas de produção sustentáveis, como maneiras de as cidades manterem elevados níveis de produtividade por maiores períodos de tempo. Esse é um exemplo de como, sendo sustentáveis, as cidades podem tornarem-se mais competitivas.

Com relação a categoria de análise extração. Para o entrevistado 5, apesar de residir em uma cidade que não realiza nenhuma atividade relacionada à extração de minerais, essa categoria influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades. Para ele trata-se de uma atividade que realiza muita pressão no meio ambiente e, se não for realizada de forma correta, ou com preocupação com a natureza, pode causar problemas para a cidade e para as cidades vizinhas. Outro ponto destacado pelo entrevistado é que, “se não houver preocupações com a forma de realizar a extração de recursos naturais, aquele ambiente é levado à exaustão o que vai prejudicar a continuidade desta atividade”.

O mesmo aplica-se aos entrevistados 6 dado a sua afirmação “a busca por produção de alguns tipos de materiais que envolvem esse contexto, como a celulose, apenas pelo lucro envolvido na atividade, em detrimento da utilização da área para a produção de alimentos, é uma posição equivocada”; entrevistado 7 “quando bem manejada, a atividade de extração pode propiciar o desenvolvimento da cidade e da região”; entrevistado 10 “a mineração, a extração de areia, madeira, carvão e celulose são atividades altamente poluidoras, porém esse entrevistado verifica que essas são atividades que permitem que a cidade se desenvolva” e entrevistado 12 “existe a necessidade de as atividades relacionadas à extração serem feitas em conformidade com a legislação, para que não causem impactos negativos na cidade, como problemas ambientais e sociais”.

O entrevistado 8 verifica que existe influência dessa categoria na competitividade e sustentabilidade das cidades, contudo ele destaca que a legislação e a fiscalização a respeito desta atividade ainda é falha. O seu posicionamento se baseia na noção de que existe uma falta de estrutura de fiscalização, principalmente, em relação aos excessos das empresas que desenvolvem essa atividade em relação ao meio ambiente.

Para o entrevistado 9, que reside em uma cidade que pratica a extração de madeira e basalto, a conscientização das pessoas responsáveis por essas atividades a respeito da maneira de realizá-las sem prejudicar o meio ambiente é a principal forma de transformar uma

atividade naturalmente danosa em uma forma de desenvolver a cidade sem prejudicar a coletividade e as gerações futuras.

O entrevistado 11 constata que essa categoria influencia no contexto de análise, dado que os investidores que se instalam em cidades que realizam a atividade de mineração e de extração de madeira, por exemplo, obterão custos mais baixos para realizarem suas atividades. Logo, essas cidades que possuem esse tipo de atividade são mais capazes de atrair investimentos do que as que não possuem.

As abordagens dos entrevistados permitem perceber que a categoria Extração é importante para a competitividade e sustentabilidade das cidades. As atividades relacionadas com essa categoria, embora gerem pressões diretas no meio ambiente e na sociedade das cidades, são importantes para o desenvolvimento, dado o crescimento econômico promovido pela extração de recursos.

A próxima categoria de análise da dimensão Eficiência do uso de recurso é Emissões. A respeito dessa categoria, o entrevistado 5 verifica que as emissões são importantes para a sustentabilidade das cidades, pois interferem na qualidade de vida das pessoas. Contudo, dado que as empresas e as pessoas ainda não possuem uma conscientização a este respeito, ele pensa que essa categoria não influencia na competitividade das cidades. Para ele, as empresas e as pessoas se instalam mesmo em locais poluídos.

O entrevistado 6 pensa que as emissões são uma das grandes preocupações do ser humano na atualidade. Para ele, a qualidade do ar está relacionada diretamente com as emissões realizadas em uma cidade e, conseqüentemente, interfere na própria existência da cidade. Para ele, a atração de indústrias de grande porte, que são capazes de gerar muitos empregos e melhorar a economia da cidade, porém não se preocupam com as emissões realizadas, em longo prazo, tornarão essas cidades inabitáveis e assim, ao longo do tempo, dificultarão a existência de tais centros urbanos.

Segundo o entrevistado 7, as emissões influem no contexto proposto, contudo ele destaca que, em cidades como São Paulo, que, apesar das emissões realizadas terem reduzido a qualidade do ar, as empresas e as pessoas ainda buscam se instalar naquele lugar. Com isso, ele enfatiza que “há um conjunto de fatores que interferem nessa escolha. E as emissões, ainda que seja um desses fatores, têm menos interferência que alguns outros elementos”. Para ele, a conscientização dos consumidores a respeito das empresas que não se preocupam com o meio ambiente e com a sociedade, é uma questão que vai fazer com que, em longo prazo, essas cidades passem a sofrer as conseqüências dos problemas causados pela despreocupação das empresas com as questões ambientais. O mesmo aplica-se aos entrevistados 8, 9 e 11.

O entrevistado 10 verifica que a questão das emissões em uma cidade interfere na competitividade e sustentabilidade das cidades, tendo em vista que a capacidade de uma cidade em realizar as suas atividades, gerando a menor quantidade de gases poluentes, é um indicador para as pessoas e para as empresas de que aquela sociedade tem preocupações com qualidade do meio ambiente, tornando, com isso, a cidade mais atrativa frente às demais.

O entrevistado 12 acredita que as emissões afetam diretamente a vida das pessoas, apesar de estar sediado em uma cidade que não possui indústrias e que, segundo ele, por esse motivo, não realiza muitas emissões de gases. Desse modo, a qualidade do ar da cidade faz com que a população da cidade seja mais produtiva e, assim, torne as empresas mais produtivas.

As abordagens dos entrevistados a respeito da interferência das emissões na competitividade e na sustentabilidade das cidades, evidencia que, não obstante esse fator não ser fundamental para a atração de pessoas e empresas de uma cidade, as preocupações nesse sentido permitem que a qualidade de vida das pessoas que vivem nessas cidades seja melhor, o que, em longo prazo, permite que a cidade seja mais competitiva do que as demais. Destaca-se, ainda, a imagem criada por cidades que se preocupam com as emissões realizadas, como um elemento importante para incrementar a sua capacidade de se tornar mais atrativa para as empresas e para as indústrias, ou seja, a forma como as pessoas passam a perceber as cidades que possuem formas de preocupação com as emissões, passa a ser um quesito importante para que essas cidades sejam melhor conceituadas frente às demais, propiciando, com isso, incrementos em sua competitividade, a partir de incrementos na sua sustentabilidade.

Outra categoria de análise da dimensão Eficiência do uso de recursos é a categoria Acomodações. O entrevistado 5 verifica que essa categoria está relacionada com a infraestrutura da cidade. Para ele, cidades que possuem um bom sistema de transportes e habitações, se tornam mais competitivas e sustentáveis, “porque as empresas vão analisar questões relacionadas a essa capacidade da cidade em desenvolver uma boa infraestrutura para poder se instalar”.

O entrevistado 6 pensa que essa categoria tem grande influência no contexto proposto. De acordo com ele, “políticas vinculadas às formas de acomodações e ao planejamento do crescimento das cidades são capazes de torná-las melhores para as pessoas viverem e as empresas realizarem suas atividades”. Contudo para o entrevistado, esse planejamento das cidades precisa ser precedido por preocupações com a educação, qualificação e formas de gerenciamento, que oportunizam que as pessoas passem a perceber

como as cidades se transformam ao longo do tempo e, assim, possibilitem que a cidade se insira em um processo de desenvolvimento.

Para o entrevistado 7, a categoria Acomodações está relacionada ao planejamento das cidades. Segundo ele uma série de questões, como o plano diretor, os demais planejamentos territoriais da cidade, as soluções para os resíduos sólidos, a acomodação das diversas atividades industriais, as áreas de proteção ambiental, áreas de lazer, áreas de atividade comercial e inúmeras outras questões fazem com que as cidades adaptem às exigências das sociedade, tornando-se com isso, uma cidade mais atrativa para os investimentos e a instalação das pessoas e, desse modo, mais competitiva e sustentável.

O entrevistado 8 pensa que essa categoria influencia no contexto de análise proposto pelo estudo. Ele exemplifica seu ponto de vista, citando a questão dos engarrafamentos nas cidades que geram grandes transtornos para a pessoas e prejuízos para as empresas. Para ele o planejamento dos transportes aumenta a qualidade de vida das pessoas e permite maiores condições de desenvolvimento para as cidades.

O entrevistado informa, também, que “localização das moradias é outra preocupação que deve estar inserida nessa categoria de análise, já que a delimitação das áreas habitacionais, industriais e comerciais é uma forma de organizar a cidade e evitar problemas para as pessoas e para as empresas”. Assim, as cidades passam a ser capazes de lidar de forma melhor com os modos de acomodação e, com isso, se tornam-se mais competitivas e sustentáveis.

De acordo com o entrevistado 9, as formas de acomodação nas cidades são importantes, pois dão condições para que as atividades comerciais e industriais se desenvolvam, tendo em vista que estarão instaladas em locais adequados para realizarem suas atividades. Ele destaca, igualmente, que “as formas de acomodar os transportes e as moradias em uma cidade também permitem que ela se desenvolva melhor do que cidades que não se preocupam com essa questão”.

O entrevistado 10 acredita que as formas de acomodações são importantes para o contexto competitivo e sustentável das cidades. Contudo, ele verifica que, em casos como o dele, o plano diretor utilizado para apresentar melhores formas de acomodação das indústrias, comércio e habitações teve influência negativa na competitividade da cidade, dado que a ela detinha, em seu plano diretor, um impedimento para que os prédios tivessem mais do que três andares. Então a cidade, que vem desenvolvendo seu apelo turístico, teve que rejeitar a instalação de alguns investimentos (hotéis), visto que os investidores verificavam uma

inviabilidade em construir hotéis que atendessem a exigência do plano diretor. Logo os investimentos migraram para cidades que não possuíam esse impedimento.

Com isso, o entrevistado deixa claro que a interferência das formas de acomodação em uma cidade são capazes de interferir, positiva ou negativamente, na competitividade e sustentabilidade das cidades.

O entrevistado 11 pensa que a influência dessa categoria ocorre pelo motivo de que os investimentos não podem ser realizados em cidades que não determinam o local adequado para a realização de suas atividades.

Sendo assim, cidades que não se preocupam com as formas de acomodação são menos competitivas e sustentáveis do que as que se preocupam com esse aspecto.

O entrevistado 12 verifica que essa categoria está relacionada ao planejamento realizado pelo setor público. Para ele, o plano diretor da cidade determina o direcionamento dado pela cidade em relação às formas de acomodar o comércio, indústria e as habitações.

A análise conjunta das abordagens dos entrevistados a respeito da categoria Acomodações da dimensão Eficiência do uso de recursos permite observar que tal categoria está diretamente ligada à capacidade do poder público em planejar os locais para a realização das atividades das empresas, moradia e transporte das pessoas e, com isso, permitir que pessoas e empresas possam se desenvolver de forma a favorecer as atividades de cada um, sem interferir nas atividades do outro.

O Quadro 48 (Dimensão Eficiência do uso de recursos: entrevistados 5, 6 e 7 p.146), o Quadro 49 (Dimensão Eficiência do uso de recursos: entrevistados 8, 9 e 10 p.146) e o Quadro 50 (Dimensão Eficiência do uso de recursos: os entrevistados 11 e 12, p.147) resumem as abordagens dos entrevistados sobre as categorias que compõem a atual dimensão de análise, conforme contexto exposto.

Visando uma melhor visualização das respostas dos entrevistados, nos quadro mencionados, as categorias de análise, foram identificadas como segue **(A)** Energia, **(B)** Resíduos, **(C)** Cultivo, **(D)** Extração, **(E)** Emissões e **(F)** Acomodações.

Todos os entrevistados foram questionados a respeito da necessidade de inclusão de outras categorias na dimensão Eficiência do uso de recursos, no entanto nenhum deles verificou tal necessidade.

Quadro 48 - Dimensão Eficiência do uso de recursos: os entrevistados 5, 6 e 7

Cat	Entrevistados		
	5	6	7
A	A disponibilidade de energia interfere na atração de empresas para a cidade.	A disponibilidade de energia é fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade.	A disponibilidade e os problemas no oferecimento de energia afetam as empresas e as pessoas de uma cidade.
B	Os resíduos afetam a saúde e a qualidade de vida das pessoas	O armazenamento dos resíduos já não é suficiente	As pessoas e as empresas têm prejuízos por estarem sediadas em cidades que não se preocupam com os seus resíduos.
C	As formas de cultivo determinam a qualidade do solo e a produtividade.	As formas de cultivo determinam a qualidade do solo e a produtividade.	As formas de cultivo interferem social e economicamente em uma cidade.
D	As formas de realização da extração de recursos em uma cidade permitem o seu desenvolvimento, porém realizam pressões no meio ambiente.	As formas de realização da extração de recursos em uma cidade permitem o seu desenvolvimento, porém realizam pressões no meio ambiente.	As formas de realização da extração de recursos em uma cidade permitem o seu desenvolvimento, porém realizam pressões no meio ambiente e na sociedade.
E	As emissões interferem na qualidade de vida das pessoas, contudo as pessoas e empresas se instalam em lugares que realizam muitas emissões.	As emissões podem tornar as cidades inabitáveis.	As emissões das cidades, em longo prazo, causam prejuízos para a qualidade de vida das pessoas.
F	A infraestrutura da cidade determina sua capacidade de competir e ser sustentável.	As formas de acomodação tornam as cidades melhores para as pessoas viverem e as empresas realizarem suas atividades.	O planejamento das formas de acomodação das cidades faz com que elas se desenvolvam melhor.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

Quadro 49 - Dimensão Eficiência do uso de recursos: entrevistados 8, 9 e 10

Cat.	Entrevistados		
	8	9	10
A	A disponibilidade de energia é fundamental para o desenvolvimento da cidade.	A disponibilidade de energia é fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade.	A disponibilidade de energia interfere na atração de empresas para a cidade.
B	O controle dos resíduos em uma cidade é capaz de torna-la mais competitiva e sustentável.	Os resíduos afetam a saúde das pessoas e as atividades das empresas.	Os resíduos determinam a capacidade da cidade em atrair novos investimentos
C	As formas de cultivo determinam a qualidade do solo.	As formas de produção sustentáveis tornam a cidade mais competitiva.	A atração de empresas depende das formas de cultivo empregadas.
D	A legislação e a fiscalização (falha) das formas de extração interferem na realização dessa atividade e no desenvolvimento das cidades.	A conscientização dos responsáveis pelas atividades de extração reduz os impactos dessa atividade no meio ambiente e proporcionam que a cidade se desenvolva através dela.	As formas de realização da extração de recursos em uma cidade permitem o seu desenvolvimento, porém realizam pressões no meio ambiente.
E	As emissões das cidades causam prejuízos para a qualidade de vida das pessoas.	As emissões das cidades causam prejuízos para a qualidade de vida das pessoas.	A preocupação com as emissões se torna um indicador das preocupações da cidade com o meio ambiente.
F	As acomodações são formas de organizar a cidade para que ela não tenha problemas em receber pessoas e investimentos.	As formas de acomodação dão condições para que as atividades comerciais e industriais se desenvolvam.	A não preocupação com as formas de acomodação pode prejudicar as cidades.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

Quadro 50 - Dimensão Eficiência do uso de recursos: entrevistados 11 e 12

Cat.	Entrevistas	
	11	12
A	A disponibilidade de energia interfere na atração de empresas para a cidade.	A disponibilidade de energia interfere na atração de empresas para a cidade.
B	Os resíduos determinam a capacidade da cidade em atrair novos investimentos	O armazenamento dos resíduos já não é suficiente
C	A atração de empresas depende das formas de cultivo empregadas.	As formas de produção sustentáveis tornam a cidade mais competitiva.
D	As atividades de extração tornam as cidades mais atrativas para os investidores.	As formas de realização da extração de recursos em uma cidade permitem o seu desenvolvimento, porém realizam pressões no meio ambiente e na sociedade.
E	As emissões das cidades causam prejuízos para a qualidade de vida das pessoas.	A preocupação com as emissões em uma cidade melhoram a qualidade de vida das pessoas e as tornam mais produtivas.
F	A não preocupação com as formas de acomodação impede as instalações de novos investimentos.	O poder público deve determinar o local para a realização das atividades

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

4.3.1.9 Ampliação das abordagens

Após a conclusão de todos os questionamentos sobre as categorias elencadas em todas as dimensões de análise da competitividade e sustentabilidade das cidades, os entrevistados foram questionados acerca da necessidade de inclusão de alguma outra categoria que não tenha sido abordada no estudo, com isso, os entrevistados 8, 9 e 12 tiveram considerações nesse sentido.

O entrevistado 8 acredita que devem ser realizadas considerações a respeito do transporte urbano. Para ele, além de tratar das formas de acomodar os transportes, o transporte urbano em uma cidade interfere em sua competitividade e sustentabilidade, porque o modo como as pessoas se locomovem em uma cidade interfere no trabalho, educação, capacitação, lazer e outras questões relativas ao seu cotidiano. Segundo o entrevistado, essa é preocupação não somente das cidades grandes, mas também das pequenas, onde, em muitos casos as pessoas, além de terem dificuldade de se deslocar pela cidade, não encontram locais para deixar seus carros e, assim, não podem realizar suas atividades sem esse tipo de preocupação.

Para o entrevistado 9, o empreendedorismo enquanto vontade das pessoas em desenvolverem novos negócios é uma maneira de tornar a cidade mais competitiva e sustentável. De acordo com ele, além de existirem legislações federais e municipais que propiciem o surgimento de novos empreendedores, dados os benefícios oferecidos por essas legislações para aqueles que se tornam empreendedores, o surgimento de novos serviços na cidade seria capaz de fazer com que aquela cidade se tornasse mais atrativa para a instalação

de pessoas e atração de investimentos, propiciando, então, o desenvolvimento das pessoas que vivem no local e o próprio desenvolvimento da cidade como um todo.

O entrevistado 12 pensa que o turismo de uma cidade tem relações diretas com a visão de longo prazo, qualificação, valores, atuação do poder público, cultura e economia em uma cidade, principalmente, em contextos como o da cidade onde o entrevistado está instalado, onde não existem indústrias, e o turismo é um caminho, segundo ele, para propiciar o desenvolvimento da cidade.

O entrevistado 7, apesar de decidir não inserir nenhuma categoria, destacou que a educação é um dos fatores mais decisivos para a competitividade das cidades, visto que a educação é capaz de interferir na capacidade empreendedora das pessoas. Ele destaca que, na medida em que estas tiverem condições de investirem em si mesmas e se qualificarem, passarão a adquirir novos conhecimentos. Através do conhecimento, é possível criar novos paradigmas. Existindo novos paradigmas, torna-se possível modificar questões socioculturais, o que realiza interferências em todo o contexto de uma cidade, nas instituições ou no modo de as pessoas pensarem. Isto pode fazer uma cidade mais competitiva e determinar se ela vai atrair soluções de fora ou de dentro da cidade, visto que, às vezes, as soluções estão nelas mesmas. Somente é necessário que as pessoas percebam isso, e isso só é possível perceber quando se busca o conhecimento.

4.3.1.10 Ordem de relevância entre as dimensões

O último questionamento feito aos entrevistados foi a respeito da identificação de uma ordem de importância entre as dimensões analisadas. Nesse sentido, o entrevistado 5 aponta que não é possível determinar uma ordem de importância entre as categorias. Para ele, todas têm a mesma relevância, dadas as interligações que realizam entre elas. Esse entrevistado é acompanhado, em sua forma de observar essa questão, pelo entrevistado 8.

O entrevistado 6 verifica que a dimensão de maior relevância perante as demais é a Sociedade, contudo, dadas as interligações entre as demais dimensões, ele verifica que todas elas possuem similar importância, após a observação das questões relacionadas à sociedade.

A observação dos demais entrevistados sobre ordem de importância das dimensões analisadas podem ser percebidas no Quadro 51 (Ordem de importância de acordo com os atores sociais, p.149). O número um representa a dimensão de maior importância, o dois representa a segunda maior, e assim sucessivamente.

Quadro 51 - Ordem de importância de acordo com os atores sociais.

Entrevistado	Dimensões				
	Sistêmica	Empresas	Sociedade	Meio ambiente	Eficiência do uso de recursos
7	1	2	3	5	4
9	2	4	1	3	4
10	1	2	3	4	5
11	4	5	2	3	1
12	3	1	4	5	2

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

A análise comparativa entre as respostas dos entrevistados sob a categoria atores sociais permite a verificação de que a dimensão Sistêmica, citada por 4 dos entrevistados é considerada a mais importante entre as dimensões analisadas. Posteriormente a dimensão Sociedade é citada por 2 dos entrevistados como a mais importante; as dimensões Empresas e Eficiência do uso de recursos são citadas como as mais importantes por apenas um dos entrevistados cada uma.

Destaca-se que, desconsiderando os entrevistados 5 e 8, os quais observaram que todas as dimensões possuem a mesma relevância, portanto todas são consideradas a mais importante, nenhum dos outros entrevistados mencionaram a dimensão Meio ambiente como a mais relevante para a competitividade e sustentabilidade das cidades. Além disso, é possível observar que a dimensão Meio ambiente é considerada como a menos relevante por dois dos entrevistados, como de importância de nível quatro por um entrevistado, e de nível três por dois entrevistados. Esse posicionamento dos entrevistados quanto à dimensão Meio ambiente pode ser percebido em suas respostas, quando muitos deles afirmam que, apesar dos avanços, ainda é preciso conscientizar as pessoas sobre a importância do meio ambiente.

Salienta-se que a dimensão Sistêmica, desconsiderando a observação dos entrevistados 5 e 8 (que observam todas as dimensões em mesmo nível de importância) é considerada por dois entrevistados como a mais relevante para a competitividade e sustentabilidade das cidades. Tal posicionamento pode ser constatado pelas respostas dos entrevistados sobre as categorias que compõem essa dimensão, quando muitos deles apontam que a economia da cidade é necessária para que os investimentos urbanos possam ser realizados.

Considerando que a ordem de importância entre as dimensões de acordo com o instrumento de pesquisa é abordada de forma decrescente, o somatório entre os níveis de importância, verificados pelos entrevistados, permite observar a ordem de relevância dada pela união das considerações dos mesmos. Assim sendo, nota-se que as dimensões que

possuem menores valores no somatório total, são aquelas que têm maior nível de importância, uma vez que as verificações ocorrem de forma decrescente.

Nessa perspectiva a dimensão Sistêmica, de acordo com o somatório proposto, é a que possui menor valor (11) e pode ser considerada com a mais relevante para a competitividade e sustentabilidade das cidades, de acordo com os atores sociais entrevistados. Posteriormente, a dimensão Sociedade possui o segundo menor valor (13). A dimensão Empresas apresenta o terceiro menor valor (14), a Eficiência do uso de recursos, o quarto menor valor (16) e o maior valor apresentado (20) é a dimensão Meio ambiente. Destaca-se que as respostas dos entrevistados 5,6 e 8 foram desconsideradas na observação do somatório dos níveis de importância, tendo em vista que eles observam muitas das dimensões com o mesmo nível de importância.

4.3.2 Mapas cognitivos

Após a realização de todos os questionamentos do instrumento de pesquisa, foi solicitado aos entrevistados que desenvolvessem um mapa cognitivo que contivesse os elementos abordados, para que fosse possível verificar os relacionamentos existentes entre eles. O Apêndice E (Mapas cognitivos individuais dos atores sociais) apresenta os mapas cognitivos individuais montados por cada entrevistado. De acordo com a metodologia do presente estudo, a análise dos mapas cognitivos é realizada, a fim de que seja possível averiguar as relações observadas pelos entrevistados em relação às categorias de análise.

A verificação das relações apontadas nos mapas cognitivos dos atores sociais entrevistados viabiliza observar que as categorias Gestão pública, Políticas, Fatores socioculturais, Instituições públicas, Fatores internos às empresas e Leis, respectivamente, têm mais influência nas demais categorias, o que permite concluir que, de acordo com os atores sociais entrevistados, tais categorias possuem maior interferência no contexto da competitividade e sustentabilidade das cidades. Dessa maneira, essas categorias serão tratadas como categorias-chaves, para a construção do mapa cognitivo agregado dos atores sociais.

As categorias Segurança, Saúde, Emprego, Empregabilidade, Resíduos e Infraestrutura básica são as que menos realizam interferências nas demais categorias. Com isso, é possível perceber que elas são tratadas pelos mesmos como um resultado da interação das demais categorias. Por consequência, elas serão tratadas como categorias fim para a construção dos mapas cognitivos agregados dos atores sociais.

As demais categorias, por realizarem interferências similares entre elas, serão consideradas como categorias meio. A relevância delas está na possibilidade de representarem a forma de interação das categorias-chaves em relação às categorias fim.

O mapa cognitivo agregado dos atores sociais, desenvolvido com base nas relações entre as categorias, mediante reunião dos mapas individuais, pode ser observado no Apêndice F (Mapa cognitivo agregado dos atores sociais) da presente pesquisa.

4.4 A PERCEPÇÃO DOS ESPECIALISTAS

O presente item do estudo busca demonstrar as considerações dos especialistas a respeito da pesquisa proposta, ele está dividido em dois subitens, entrevistas e mapas cognitivos.

4.4.1 Entrevistas

Neste subitem são abordadas as considerações dos especialistas com relação as entrevistas realizadas.

4.4.1.1 Competitividade

Considerando os objetivos do presente estudo, buscou-se identificar a maneira como a competitividade é verificada pelos entrevistados sob a categoria especialistas. Com isso, foi questionado o que cada um compreendia por competitividade de uma cidade.

O entrevistado 1 acredita que a competitividade de uma cidade é a capacidade dela em possuir ou desenvolver novos negócios e gerar novas linhas de produção. Para ele, a competitividade depende da capacidade de interação de uma cidade com as outras, ele acrescenta, também, que a competitividade é a capacidade da cidade em garantir o desenvolvimento gradativo e constante da qualidade de vida das pessoas que vivem nela e garantir que as próximas gerações possam ter essa mesma capacidade.

O entrevistado 2 verifica que a competitividade de uma cidade é a sua capacidade de atrair investimentos. Quanto mais investimentos ela é capaz de atrair mais competitiva se torna. O entrevistado 3 observa que a competitividade está relacionada a fatores, é a relação de fatores que fazem com que a cidade se torne diferente de outras, ou seja, para ele, a competitividade de uma cidade está associada à capacidade de desenvolver algum diferencial comparativo frente às outras.

O entrevistado 4 pensa que a competitividade de uma cidade é a capacidade de desenvolvimento econômico de uma comunidade local. O Quadro 52 (Percepção dos

especialistas sobre a competitividade das cidades, p.152) demonstra a percepção dos entrevistados sobre o tema elencado.

De acordo com as abordagens dos entrevistados, pode-se perceber uma aproximação do conceito de competitividade com a capacidade da cidade em se desenvolver economicamente através da atração e desenvolvimento de empresas, mediante a sua capacidade de atrair investimentos e possuir diferenciais comparativos em relação às outras cidades.

Quadro 52 - Percepção dos especialistas sobre a competitividade das cidades.

Entrevistado	Foco
1	Possuir ou desenvolver novos negócios e linhas de produção.
2	Atrair investimentos
3	Possuir um diferencial comparativo.
4	Ter capacidade de desenvolvimento econômico

Fonte: Elaborado pelo autor com base no instrumento de pesquisa utilizado.

A definição exposta pela reunião das abordagens dos especialistas está de acordo com a utilizada no presente trabalho (Capacidade de articulação de fatores com o objetivo de atrair e desenvolver uma estrutura adequada para a promoção do desenvolvimento, item 2.2.1). Além disso, é possível compreender as abordagens expostas pelos especialistas como um complemento à noção de competitividade utilizada.

Questionado a respeito dos elementos que compõem a competitividade das cidades, o entrevistado 1 apresentou considerações a respeito da capacidade das pessoas de uma cidade. Ele acredita que o perfil social daquela cidade é capaz de determinar a competitividade da cidade, adicionando os fatores saúde, produção agrícola, indústrias e sociedade.

Para o entrevistado 2, existem vários fatores que interferem na competitividade das cidades, contudo o principal é a capacitação das pessoas das cidades. Para ele “não adianta realizar investimentos, se as pessoas da cidade não sabem lidar com eles”.

O entrevistado 3 verifica que os elementos são, entre outros, empregabilidade, qualidade de vida, mobilidade urbana, nível de violência e outros elementos que façam com que as pessoas desejem se instalar na cidade. O entrevistado 4 acredita que alguns dos fatores que afetam a competitividade das cidades são infraestrutura, investimento em educação, desenvolvimento de economias locais e da comunidade do entorno.

Tendo em vista que os entrevistados 1 e 2 preferiram não apontar os fatores, e sim contextualizá-los, é possível perceber, na respostas de ambos, que a competitividade das cidades está relacionada com as competências das pessoas que compõem as cidades. Já, os

entrevistados 3 e 4, que citaram os fatores, apresentam questões relacionadas à conjuntura que dá suporte para o desenvolvimento dessas competências.

4.4.1.2 Sustentabilidade

Em sequência os entrevistados foram questionados sobre a sustentabilidade das cidades. Para o entrevistado 1, a sustentabilidade é empregada em diversos aspectos, o primeiro é o aspecto relacionado com a capacidade financeira da cidade em gerar recursos para se sustentar; outro aspecto, é o ambiental. Nessa concepção a sustentabilidade está ligada aos recursos naturais que envolvem uma cidade, ou seja, o respeito das pessoas com a preservação do espaço municipal. O entrevistado 1 afirma que “a sustentabilidade é a capacidade das cidades em conseguir realizar atividades produtivas conservando a natureza”.

Para o entrevistado 2, existe uma distinção similar à abordada pelo entrevistado 1, para ele, com relação ao aspecto ambiental da sustentabilidade, ela é a capacidade da cidade em estar em harmonia com o seu ambiente. O entrevistado ressalta que cidades que possuem menos problemas ambientais, como os relacionados à água e ao ar, são cidade que conseguem atrair mais investimentos do que as que possuem problemas ambientais.

O entrevistado 3 observa que a sustentabilidade pode ser analisada pelos pilares econômico, social e ambiental. Ele acredita que a sustentabilidade das cidades está associada a questões mais abrangentes do que as empresas, “a sustentabilidade das cidades é a sua capacidade em lidar com a comunidade, economia e o meio ambiente”.

O entrevistado 4 pensa que a sustentabilidade aplicada às cidades está fortemente relacionada ao papel do Estado, tendo em vista que, para ele, “o Estado está vinculado diretamente à capacidade de uma cidade em dar condições ao fomento do desenvolvimento social e ambiental”.

A reunião das abordagens dos entrevistados a respeito da sustentabilidade permite concluir que a sustentabilidade das cidades possui três direcionadores: o ambiental, o social e o econômico. Destaca-se que as formas de lidar com esses direcionadores é que determina a capacidade de uma cidade ser sustentável.

Assim como o conceito de competitividade dos especialistas, o conceito da sustentabilidade, de acordo com a reunião das abordagens dos especialistas entrevistados, apresenta-se em consonância com a definição de sustentabilidade empregada nesta pesquisa (a capacidade de atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades considerando, com isso, de forma integrada, as dimensões econômicas, sociais e ambientais, item 2.3.2).

A reunião das abordagens dos entrevistados sobre a sustentabilidade pode ser observada no Quadro 53 (Percepção dos especialistas sobre a sustentabilidade das cidades, p.154).

Os entrevistados foram questionados acerca dos elementos que compõem a sustentabilidade das cidades. Todos os entrevistados ressaltam que são vários fatores, contudo citam apenas os principais.

Quadro 53 - Percepção dos especialistas sobre a sustentabilidade das cidades.

Entrevistado	Foco
1	A capacidade das cidades em conseguir realizar atividades produtivas conservando a natureza.
2	A capacidade da cidade em estar em harmonia com o seu ambiente.
3	A capacidade de lidar com a comunidade, economia e o meio ambiente.
4	A capacidade de uma cidade em dar condições ao fomento do desenvolvimento social e ambiental.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no instrumento de pesquisa utilizado.

Nesse sentido, o entrevistado 1 enumera os elementos planejamento, saneamento, crescimento ordenado, crescimento da indústria, disponibilidade de água corrente. O entrevistado 2 cita os fatores políticas, leis, gestão, qualidade do ambiente e capacitação.

O entrevistado 3 pensa que os fatores são economia, empregos, políticas, investimentos em educação, infraestrutura, preservação ambiental, esgotos, manejo de águas, arborização. Para o entrevistado 4, os fatores são os mesmos da competitividade. Ele enfatiza que a sustentabilidade, ou seja, a garantia do desenvolvimento econômico e social e a preservação ambiental são a essência da gestão pública.

Tendo em vista que a pontuação dos elementos é feita de forma espontânea, pode-se perceber, pela reunião dos elementos citados pelos entrevistados, os que podem apresentar maior relevância na análise da sustentabilidade das cidades. Nesse sentido, os elementos água, políticas, qualidade ambiental, capacitação, economia e educação, foram citados por dois dos quatro entrevistados, portanto podem ser considerados mais relevantes de acordo com a reunião das abordagens dos entrevistados. Esse resultado reflete a forma de verificar o tema com base nas observações dos entrevistados, ou seja, a sustentabilidade das cidades deve ser observada através dos pilares econômicos, social e ambiental.

4.4.1.3 União da Competitividade e Sustentabilidade

O próximo questionamento feito aos especialistas é a respeito da possibilidade de uma cidade ser competitiva e sustentável ao mesmo tempo. O entrevistado 1 pensa que é possível, para ele, se uma cidade se torna competitiva e possui responsabilidade com as questões sociais e ambientais, cada vez mais ela se torna mais atrativa para que novas pessoas

e empresas se instalem, gerando, com isso, um ciclo capaz de manter a cidade competitiva por mais tempo. De acordo com ele “a sustentabilidade preserva a competitividade”.

O entrevistado 2 acredita que, além de uma possibilidade, a união da competitividade e da sustentabilidade nas cidades é o desejável. Segundo ele: “O que se espera é que as cidades sejam sustentáveis, e que essa sustentabilidade seja capaz de atrair e reter investimentos”.

O entrevistado 3 observa essa questão em similaridade ao entrevistado 2. De acordo com ele, “a cidade, sendo sustentável, ela vai ser mais competitiva”. O mesmo ocorre com o entrevistado 4, para ele, “se a cidade não for competitiva e sustentável, ela não estará cumprindo o papel dela”.

A análise conjunta das abordagens dos especialistas sobre a da competitividade e sustentabilidade das cidades permite concluir que ambas, no contexto das cidades, estão relacionadas mutuamente, seja como forma de autor reforço, uma promovendo a outra, ou como forma de oferecimento de condições para o desenvolvimento de ambas.

As abordagens dos especialistas colaboram com o enfoque do estudo em tela, visto que o mesmo destina-se a observar os elementos que influenciam na competitividade e na sustentabilidade de forma conjunta, ou seja, se as noções de competitividade e sustentabilidade estão relacionadas entre si. Como exposto pelos especialistas, é possível, então, realizar verificações que busquem analisar elementos comuns aos dois temas e, assim, observa-los de maneira conjugada.

O Quadro 54 (Competitividade e sustentabilidade pelos especialistas entrevistados, p.155) reúne as citações dos entrevistados acerca da possibilidade de uma cidade ser competitiva e sustentável ao mesmo tempo.

Quadro 54 - Competitividade e sustentabilidade pelos especialistas entrevistados.

Entrevistado	Resposta	Meios
1	Sim	“A sustentabilidade preserva a competitividade”
2	Sim	“O que se espera é que as cidades sejam sustentáveis, e que essa sustentabilidade seja capaz de atrair e reter investimentos”
3	Sim	“A cidade sendo sustentável ela vai ser mais competitiva”
4	Sim	“Se a cidade não for competitiva e sustentável, ela não estará cumprindo o papel dela”

Fonte: Elaborado pelo autor com base no instrumento de pesquisa utilizado.

4.4.1.4 Dimensão sistêmica

Em continuidade ao roteiro de entrevistas, os especialistas foram questionados a respeito das vinte e seis categorias reunidas em cinco dimensões. A primeira dimensão de análise é a Sistêmica, que reúne as categorias Economia interna e Economia externa.

A respeito da economia interna, o entrevistado 1 acredita que ela influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades porque, de acordo com ele, as condições de para que os projetos sejam aplicados nas cidades partem da premissa econômica, principalmente da observação da economia interna da cidade.

Acerca da economia externa, o entrevistado verifica que esta também é uma categoria importante pelo mesmo motivo. Contudo, para ele, a economia externa está atrelada ao potencial dos relacionamentos dos gestores das cidades com os gestores das outras cidades, do Estado e da nação.

O entrevistado 2 afirma que a economia interna determina a capacidade da cidade em manter seus níveis de competitividade e sustentabilidade. Apenas cidades que possuem economia suficientemente estruturada, podem ser capazes de realizar investimentos.

Conforme esse entrevistado, a economia externa influencia na competitividade e sustentabilidade das cidades porque ela é capaz de interferir na economia interna das cidades.

O entrevistado 2 exemplifica seu ponto de vista, utilizando o caso do produtor rural da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Para ele, quando barreiras internacionais são impostas aos produtos dessa região, os produtores rurais que estão nas cidades, são afetados. Logo, a economia externa, ou seja, que está fora da cidade e, nessa situação a internacional, realiza interferências na economia da cidade, portanto, na economia interna.

O entrevistado 3 observa que a capacidade de articulação de fatores para a promoção do desenvolvimento da cidade está condicionada a uma avaliação econômica interna da cidade. Por esse motivo, ele acredita que a categoria em apreciação interfere no contexto proposto.

Sobre a economia externa, o entrevistado verifica que ela é importante, por apresentar os fatores que podem interferir na economia da cidade. O entrevistado 3 acrescenta que a relevância da dimensão Sistêmica está na necessidade de realizar verificações internas a respeito da economia da cidade e, também, na necessidade de verificar as possíveis interferências ambientais nessa questão.

O entrevistado 4 pensa que a análise da economia interna deve ser baseada no resultado econômico que a cidade gera, para poder reinvestir no desenvolvimento social ou na preservação ambiental. Desse modo ele observa que a economia interna é a condição básica para manter a competitividade e a sustentabilidade das cidades.

Sobre a economia externa, o entrevistado 4 acredita que a lógica empregada leva ser a mesma. Para ele, enquanto a economia interna mostra o resultado da cidade na eficiência em criar recursos, a economia externa ajuda a cidade na alavancagem de seus recursos ou em alguns casos, a proíbe.

O entrevistado exemplifica seu ponto de vista, citando a região do Pará. Segundo ele no Pará, existem muitos recursos naturais relacionados à extração de minério. Com isso a economia interna daquela região é bem desenvolvida, dada a atividade realizada, porém, conforme o entrevistado 4, é preciso verificar até que ponto os agentes externos, que possuem a capacidade de exportação, não expoliam e realizam o extrativismo na região, ou seja, a interferência da economia externa na economia interna das cidades se dá de forma positiva ou negativa. Por essa razão as categorias influenciam na competitividade e na sustentabilidade das cidades.

A reunião das abordagens dos entrevistados permite observar que a economia interna de uma cidade é importante para o contexto de análise proposto, visto que ela é capaz de apoiar o desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma cidade. Já, a economia externa deve ter influência, na medida em que sua interferência na economia interna acontece de forma direta.

Assim sendo, a dimensão Sistêmica tem relevância para a competitividade e sustentabilidade das cidades porque, além de permitir a análise da conjuntura econômica da cidade, ela proporciona a averiguação da interferência de questões econômicas que estão fora das cidades.

Todos os especialistas entrevistados foram questionados quanto à da necessidade de inserir novas categorias na dimensão Sistêmica. Nesse sentido, o entrevistado 1 verifica a necessidade de inserir considerações a respeito da capacidade de inovação nas cidades. Para ele, a capacidade de inovação e a criatividade das pessoas de uma comunidade, incluindo os gestores da mesma, é capaz de oferecer ganhos econômicos para as cidades.

Os demais entrevistados não verificaram a necessidade de inserir novas categorias nessa dimensão. Destaca-se que o entrevistado 2 ressalta a interferência das questões culturais na economia da cidade, observando a existência dessa categoria em outra dimensão de análise, ele descarta a inserção dela nessa dimensão.

A reunião das abordagens dos especialistas entrevistados a respeito da dimensão Sistêmica pode ser observada no Quadro 55 (Dimensão Sistêmica de acordo com os especialistas entrevistados, p.158).

Quadro 55 - Dimensão Sistêmica de acordo com os especialistas entrevistados

Entrevistado	Influência	Meios	Influência	Meios
1	Sim	As condições para que os projetos sejam aplicados nas cidades partem da premissa econômica.	Sim	A economia externa está atrelada ao potencial dos relacionamentos dos gestores das cidades com os gestores das outras cidades, do Estado e da nação.
2	Sim	Determina a capacidade da cidade em manter seus níveis de competitividade e sustentabilidade.	Sim	É capaz de interferir na economia interna das cidades.
3	Sim	A capacidade de articulação de fatores para a promoção do desenvolvimento da cidade está condicionada a uma avaliação econômica interna da cidade.	Sim	Ela apresenta os fatores que podem interferir na economia da cidade.
4	Sim	É a condição básica para manter a competitividade e a sustentabilidade das cidades.	Sim	Ajuda a cidade na alavancagem de seus recursos ou, em alguns casos, a proíbe.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no instrumento de pesquisa utilizado.

4.4.1.5 Dimensão sociedade

A próxima dimensão de análise é a Sociedade, tendo em vista a quantidade de categorias dessa dimensão (doze), elas serão analisadas separadamente.

A primeira categoria de análise são os Fatores socioculturais. O entrevistado 1 pensa que os fatores socioculturais estão relacionados à educação. Para ele, quanto mais educadas forem as pessoas, mais fácil será fazer com que elas entendam as necessidades que garantem o crescimento das cidades de forma sustentável.

Conforme o entrevistado 2, os fatores socioculturais influenciam no contexto de análise, porque eles são determinantes para que as pessoas compreendam as necessidades dos investimentos realizados em uma região.

Segundo o entrevistado, “quando se tem um investimento que não é o normal daquela região, mas que seria o adequado para a região, de que forma você propõe isso, se a cultura não permite que esses fatores se desenvolvam”, ou seja, a cultura de uma cidade pode interferir na capacidade de ela se desenvolver.

O entrevistado 3 verifica que essa é uma categoria importante, pois cada cidade possui uma realidade de fatores socioculturais diferentes, e uma verificação a respeito da competitividade e da sustentabilidade das cidades deve considerá-los de forma independente.

Além disso os fatores socioculturais estão relacionados à cultura vigente de uma cidade e à interferência desse fator ocorre em todos os outros fatores, principalmente quando o contexto de análise são as cidades.

O entrevistado 4 pensa que os fatores socioculturais são um dos fatores mais importantes para o contexto competitivo e sustentável das cidades. Para ele, essa categoria representa o contexto da cidade, a dinâmica da cultura das cidades, determina os termos do desenvolvimento econômico adotado.

Conforme entrevistado, a preocupação com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social nas cidades são delimitados, ou diferenciados pela cultura do lugar.

As abordagens dos especialistas entrevistados permite verificar que a importância dos fatores socioculturais se dá na relação desses fatores com os demais.

É possível perceber que essa categoria é, em alguns casos, uma barreira para a competitividade e a sustentabilidade das cidades e, em outros, um propulsor. Essa verificação deixa clara a relevância dessa categoria no contexto de análise proposto nesta pesquisa.

Outra categoria de análise são as Políticas. Segundo o entrevistado 1, a influência das políticas na competitividade e sustentabilidade das cidades é determinada pela aproximação entre os governantes federais ou estaduais com os gestores das cidades.

Ele acredita que as políticas locais são pouco capazes de promover o desenvolvimento das cidades, porém um alinhamento delas com as políticas estaduais e federais asseguram melhores condições para que as cidades se desenvolvam, pois várias áreas da cidade poderão se beneficiar de tal alinhamento.

O entrevistado 2 observa que as políticas influenciam na competitividade e sustentabilidade das cidades, porque elas são capazes de incentivar o desenvolvimento de determinadas áreas da cidade.

Esse entrevistado destaca a importância de políticas regionais para a promoção do desenvolvimento embasado na noção de que, em regiões que a cultura, o tipo de produção e a matriz econômica são similares, as políticas regionais são capazes de estabelecer formas de desenvolvimento mais estáveis do que as formas que partem das políticas locais.

O entrevistado 3 verifica que todas as políticas aplicadas nas cidades são capazes de influenciar os fatores que afetam a competitividade e a sustentabilidade. O entrevistado 4 observa que as políticas são capazes de delimitar a destinação dos investimentos.

A reunião das abordagens dos entrevistados permite concluir que a importância das políticas para a competitividade e sustentabilidade das cidades se dá na sua capacidade em fornecer incentivos para a realização de investimentos em diversas questões relacionadas às

idades. Ressalta-se a relevância da coordenação de políticas internas e externas às cidades como uma maneira de fortalecer a realização de investimentos.

Em relação a categoria de análise Leis. De acordo com o entrevistado 1, essa categoria interfere na competitividade e sustentabilidade das cidades, porque elas estabelecem as regras que balizam os negócios realizados na cidade e os aspectos sociais, ambientais, industriais e econômicos.

O entrevistado 2 verifica que as leis têm por objetivo organizar a cidade. Contudo, elas podem influenciar, positiva ou negativamente, no contexto da competitividade e da sustentabilidade das cidades.

O entrevistado exemplifica seu ponto de vista, afirmando que existia uma lei que proibia a instalação de indústrias até cento e noventa quilômetros da fronteira, e isso, por muito tempo, inviabilizou o desenvolvimento de indústrias nessas regiões. Portanto, as leis, apesar de serem criadas com o objetivo de organizar atividades coletivas, em alguns casos, podem prejudicar as cidades.

O entrevistado 3 observa que as leis, em algumas cidades, podem incentivar a instalação de indústrias e, assim, oferecer incrementos na competitividade. O entrevistado 4 pensa que as leis influenciam na competitividade e sustentabilidade das cidades. Para ele, as leis são formas de regulamentação das atividades de uma sociedade. Dessa maneira são capazes de interferir nos demais elementos.

A análise comparativa entre as abordagens dos entrevistados possibilita verificar que as leis interferem no contexto de análise, por serem capazes de determinar as formas de realização de determinadas atividades. Observa-se que, em alguns casos, a interferência das leis podem ser negativas ou positivas.

O entrevistado 4 enfatiza uma profunda aproximação entre as categorias políticas e leis. Segundo ele, essas questões poderiam ser tratadas em similaridade, pois muitas leis surgem de posicionamentos políticos, assim como muitas políticas podem emergir das leis.

Sobre categoria de análise Gestão pública. Conforme o entrevistado 1, a gestão pública serve como um demonstrativo, para que os **projetos** de desenvolvimento, de qualquer instituição, sejam propostos, ou seja, a gestão pública eficiente é capaz de atrair formas de desenvolver as cidades.

Para os entrevistados 2 e 3, como a gestão pública é uma forma de gerenciar as questões de interesse público. De alguma forma, ela sempre estará relacionada a tudo que envolver a coletividade. O entrevistado menciona as formas de gerenciamento regional como uma maneira de promover o desenvolvimento das cidades de forma mais eficaz.

O entrevistado 4 verifica que a gestão pública é um norteador dos investimentos da cidade. Ele ressalta que as cidades realizam investimentos não só para melhorar a sua competitividade, mas também para se tornarem mais qualificadas, e isso passa pelo gerenciamento das questões públicas.

As abordagens dos entrevistados permite observar que a gestão pública influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades porque, além de interferir nos demais fatores que compõem uma cidade, é ela que direciona os investimentos realizados.

Evidencia que a imagem construída por uma cidade que possui boa gestão pública é capaz de aumentar a sua atratividade para a realização de projetos de desenvolvimento. Outro ponto relevante é a importância das formas de cooperação entre cidades para o fortalecimento da gestão pública.

A próxima categoria de análise é o Emprego. Segundo o entrevistado 1, ela influencia no contexto proposto, porque uma cidade que possui baixas taxas de emprego, tem com isso, uma baixa taxa de produtividade em relação aos seus habitantes, o que coloca em risco a competitividade e a sustentabilidade dessa cidade.

O entrevistado 3, em similaridade com o entrevistado 2, observa que cidades com menores níveis de emprego possuem menor capacidade de se desenvolverem. O entrevistado 4 questiona se o emprego é uma categoria que influencia ou se ela é influenciada pela competitividade e sustentabilidade das cidades.

Para ele, a quantidade de empregos disponíveis em uma cidade é um sintoma do nível de competitividade dessa cidade. Logo conforme o entrevistado 4, o emprego é uma consequência de uma cidade se tornar mais competitiva e sustentável.

A reunião das abordagens dos entrevistados permite observar que o Emprego é uma categoria de análise que influencia na verificação da competitividade e sustentabilidade das cidades. Com base nas respostas dos especialistas, fica evidente que o emprego, além de demonstrar a ocupação das pessoas de uma cidade, é também um indicador da saúde das empresas daquela cidade, resulta-se, ainda, que cidades que se tornam mais competitivas são capazes de gerar mais postos de emprego e, assim, aumentar suas capacidades de desenvolvimento.

Outra categoria de análise é a Empregabilidade. Conforme o entrevistado 1, a competitividade e a sustentabilidade das cidades é que afetam a sua empregabilidade. Ele acredita que cidades que se desenvolvem mais atraem mais empresas e realizam mais negócios do que as que se desenvolvem menos.

O entrevistado 2 verifica a empregabilidade relacionada com a noção capacitação das pessoas. Para ele, essa capacitação interfere diretamente na competitividade e sustentabilidade das cidades, pois “não adianta ter investimentos se não existem pessoas aptas para trabalhar com eles naquela cidade.”.

O mesmo é abordado pelo entrevistado 3, “não adianta ter emprego e não serem as pessoas da cidade capacitadas, para suprir a demanda de emprego”; e o entrevistado 4 “pode ter emprego disponível, mas não ter empregabilidade, as pessoas não são capazes de conseguir os empregos”. Com isso, os entrevistados apontam que a empregabilidade é uma maneira para que os empregos disponíveis em uma cidade sejam ocupados por pessoas mais qualificadas.

A reunião das abordagens dos especialistas entrevistados permite observar que a empregabilidade influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, por ela permitir a verificação da capacidade das pessoas de uma cidade em ocuparem os postos de empregos disponíveis e, dessa maneira incentivarem o desenvolvimento das cidades.

Em relação a categoria de análise Segurança. De acordo com o entrevistado 1, o crescimento ordenado e gradativo em relação a todos os processos e demandas que são necessários para a cidade, inclui a questão da segurança.

Para ele, os fatores devem desenvolverem-se em proporcionalidade com o desenvolvimento das cidades, que a segurança afeta a qualidade de vida das pessoas e, em consequência, se a cidade se torna mais competitiva, em paralelo a isso, ela deve desenvolver formas de proteção para as atividade das pessoas e empresas.

O entrevistado 2 pensa que as empresas ou indústrias não se estabelecem, nem se desenvolvem em locais que não tenham a segurança necessária para o bom andamento de suas atividades.

Ele acrescenta que cidades onde não existem proteção para as empresas e pessoas, força que elas realizem investimentos na sua própria segurança, o que aumenta os custos de produção das empresas e o custo de vida das pessoas, prejudicando, com isso a competitividade e a sustentabilidade das cidades.

O entrevistado 3 pensa que a segurança influencia no contexto proposto, porque, para uma cidade ser competitiva, ela precisa oferecer um nível mínimo de segurança para que as pessoas possam se instalar nela e, dessa forma proporcionar o seu desenvolvimento.

Para o entrevistado 4, a mesma consideração a respeito do emprego é apresentada. Para ele, a segurança é decorrência da competitividade e sustentabilidade das cidades.

A reunião das abordagens do entrevistado permite analisar que a segurança influencia no contexto de análise proposto, porque ela interfere na maneira como as pessoas e as empresas da cidade realizam suas atividades, ou seja, em cidades que possuem maiores níveis de segurança, as pessoas e empresas se sentem mais confortáveis para lidar com o seu cotidiano. Com isso, propiciam maiores condições para o desenvolvimento das cidades.

Sobre a categoria de análise Saúde. Para os entrevistados 1 e 3, a saúde é importante para que a cidade seja capaz de manter o seu desenvolvimento. Para eles, essa categoria também influencia na qualidade de vida das pessoas, o que interfere na permanência dessas pessoas na cidade.

O entrevistado 2 pensa que, em similaridade com a abordagem da segurança, a saúde influi na competitividade e sustentabilidade das cidades porque, em cidades onde existe um bom acesso à saúde, as empresas e pessoas não precisam se preocupar com esse fator. Para as empresas, pessoas doentes não conseguem realizar suas atividades normalmente, e para as pessoas, a falta de saúde prejudica o andamento de suas vidas.

De acordo com o entrevistado 4, “se não tiver condições mínimas de saúde, as pessoas não trabalham e, daí, não geram economia”, ou seja, se o acesso à saúde em uma cidade é restrito, as pessoas não serão capazes de fazer com que o desenvolvimento da cidade aconteça.

As abordagens dos entrevistados a respeito do tema em análise permite concluir que a categoria Saúde influencia na competitividade e sustentabilidade das cidades, por oferecer condições para que as pessoas possam realizar suas atividades normalmente. Com isso, as empresas passam ser mais produtivas e, assim desenvolvem a cidade.

Outra categoria de análise é a Educação. Para o entrevistado 1, essa categoria influencia na competitividade e sustentabilidade das cidades porque mesmo em cidades onde o nível de escolaridade é menor, ou seja, existem mais analfabetos, a cidade pode ser competitiva.

Contudo, de acordo com esse entrevistado, o maior acesso à educação interfere nas competências das pessoas e, desse modo permite que elas sejam mais capazes de encarar os desafios do desenvolvimento das cidades.

O entrevistado 2 destaca que a educação está relacionada às capacidades das pessoas de uma cidade em promover o desenvolvimento dela. Para ele “se não se tem um povo alfabetizado, ele nem vai procurar a sua capacitação”.

O entrevistado 3 pensa que a educação é importante para que a cidade tenha condições para se desenvolver. Segundo ele, essa é uma questão básica para que se atinja o mínimo de desenvolvimento.

O entrevistado 4 verifica que a educação concede à cidade uma base estrutural para que ela possa crescer, visto que a educação permite que as pessoas se qualifiquem e consigam um emprego e, com isso, a cidade se desenvolva.

A reunião das abordagens dos especialistas entrevistados possibilita considerar que a educação é importante para a competitividade e a sustentabilidade das cidades, por oferecer condições para as pessoas se qualificarem e serem inseridas no mercado de trabalho. Portanto a economia da cidade depende da educação para crescer.

Sobre a categoria de análise é Ciência tecnologia. Para o entrevistado 1, ela não influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porque as cidades que não possuem centros tecnológicos são capazes de buscar esses avanços tecnológicos junto às cidades que as possuem.

O entrevistado 2 pensa que alguns investimentos podem ser realizados pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia que a cidade detém. Contudo, para ele, isso não é um fator preponderante, pois os investimentos externos às cidades e mesmo os investimentos que são internos a essas cidades podem necessitar de ciência e tecnologia que não são desenvolvidas nas cidades onde eles se instalam.

Ele afirma que as cidades podem “trazer de fora um pacote pronto” e, assim, contribuir para sua competitividade e sustentabilidade. Por esse motivo, acredita que a ciência e a tecnologia não influenciam na competitividade da cidade.

O entrevistado 3 pensa que é através da ciência e tecnologia que se torna possível encontrar novas soluções para desenvolver as cidades. Para o entrevistado 4, a ciência e a tecnologia influenciam no contexto de análise, porque estão diretamente relacionadas com a capacidade de inovação e geração de novas fontes de receitas, que não apenas as tradicionais.

As abordagens dos entrevistados oportunizam observar que a ciência e a tecnologia influenciam na competitividade das cidades, dado que elas permitem que a cidade encontre novas formas de se desenvolver.

No entanto, destaca-se que a ciência e tecnologia não necessariamente ser desenvolvidas na cidade, pois existe a possibilidade, através da capacidade de desenvolver formas de cooperação entre as cidades, de elas beneficiarem-se dos avanços proporcionados por essa categoria.

A próxima categoria de análise é a Infraestrutura básica. Conforme o entrevistado 1, essa categoria influencia de forma mais direta, na sustentabilidade das cidades. De acordo com ele, afim de que a população de uma cidade tenha melhores condições de vida, elas necessitam ser inseridas em um contexto de inclusão social. E essa inclusão tem início no oferecimento de acesso a questões relacionadas à infraestrutura básica das cidades.

Segundo o entrevistado 2, a atração de empresas para a cidade depende da capacidade dela em fornecer quesitos básicos como água, energia elétrica e transportes. Ele exemplifica seu ponto de vista, afirmando que cidades que não são capazes de proporcionar que as empresas possam escoar a sua produção e receber matérias-primas, são igualmente incapazes de fazer com que novas empresas surjam.

Conforme o entrevistado 3, para que as cidades atinjam o seu desenvolvimento, elas precisam proporcionar uma mobilidade urbana e ter um saneamento adequado. Ele destaca, ainda, que a água e o esgoto são questões ainda mais básicas para ser possível dar início ao processo de desenvolvimento de uma cidade.

De acordo com o entrevistado 4, ela influencia da mesma maneira que a segurança. Para ele, o desenvolvimento de uma empresa passa por questões básicas, como as propostas na categoria, ressaltando que a observação dessas questões básicas nas cidades proporciona o surgimento de novas abordagens de desenvolvimento.

Análise comparativa entre as observações dos especialistas entrevistados sobre o tema permite concluir que a infraestrutura básica é uma condição essencial para as empresas e as pessoas de uma cidade realizar suas atividades normalmente.

Cabe salientar que o atendimento de questões atreladas à infraestrutura básica das cidades favorece que o foco das pessoas e empresa esteja direcionado a outras questões, que não as voltadas para suprir tais necessidades.

Outra categoria de análise são as Instituições públicas. Para o entrevistado 1, o desenvolvimento ou a maior ou a menor competência dos agentes em propiciar incrementos de competitividade e sustentabilidade para as cidades, passa pela capacidade das instituições públicas no que se refere à capacidade de coordenação entre as instituições.

O entrevistado destaca que elas (instituições públicas) são capazes de oferecer maiores atrativos para as empresas se desenvolverem e maior qualidade de vida para as pessoas de uma cidade.

O entrevistado 2 pensa que as instituições são capazes de influenciar, tanto positiva quanto negativamente. De acordo com ele, a influência positiva se dá quando se têm

instituições voltadas a um mesmo projeto de desenvolvimento da cidade, já, quando elas estão voltadas a questões muito divergentes, elas interferem negativamente nas cidades

Segundo o entrevistado 3, a sinergia entre as instituições que compõem uma cidade permite que boas políticas públicas e legislações sejam aplicadas nas cidades.

Para o entrevistado 4, a influência das instituições públicas está na escolha do ramo de atuação das empresas, uma vez que uma empresa pode ser atraída por uma cidade que tenha sindicatos atuantes, dado que ela não deseja ter problemas trabalhistas.

As abordagens dos entrevistados possibilitam observar que a importância das instituições públicas na competitividade e na sustentabilidade das cidades ocorre na capacidade delas em atuarem de forma a promover benefícios para as atividades realizadas no contexto urbano.

Destaca-se que, quando as instituições possuem posicionamentos muito diferenciados, a influência delas pode se dar de forma negativa. As abordagens dos entrevistados a respeito da categoria sociedade evidenciam a relevância da análise dos elementos relacionados para a promoção da competitividade e sustentabilidade das cidades.

Observa-se, que então, essa categoria tem a capacidade em influenciar em diversos aspectos das cidades, inclusive, nas que estão elencadas em outras categorias.

Todos os entrevistados foram questionados sobre a necessidade de inserir novas categorias na presente dimensão de análise. Nesse sentido apenas o entrevistado 1 verifica essa necessidade, para ele a responsabilidade e comprometimento das pessoas que interferem nesse contexto é uma questão que deve ser analisada.

De acordo com o entrevistado, não adianta o poder público ter a vontade de tornar a cidade mais competitiva e sustentável, é preciso que as pessoas se engajem, com o propósito de pôr em prática ações competitivas e sustentáveis.

O Quadro 56 (Dimensão sociedade de acordo com os especialistas entrevistados, p.167) reúne as abordagens dos especialistas entrevistados sobre o tema proposto.

Para melhor visualização, as categorias foram identificadas como segue **(A)** Fatores socioculturais, **(B)** Políticas, **(C)** Leis, **(D)** Gestão pública, **(E)** Emprego, **(F)** Empregabilidade, **(G)** Segurança, **(H)** Saúde, **(I)** Educação, **(J)** Ciência e Tecnologia, **(K)** Infraestrutura básica e **(L)** Instituições públicas.

Quadro 56 - Dimensão sociedade de acordo com os especialistas entrevistados

Cat	Entrevistados			
	1	2	3	4
A	Quanto mais educadas forem as pessoas, mais fácil será fazer com que entendam as necessidades que garantem o crescimento das cidades de forma sustentável.	Eles são determinantes para que as pessoas compreendam as necessidades dos investimentos realizados em uma região.	Os fatores socioculturais interferem em todos os outros fatores.	A dinâmica da cultura das cidades determina os termos do desenvolvimento econômico adotado.
B	Várias áreas da cidade são beneficiadas pelas políticas.	As políticas são capazes de incentivar o desenvolvimento de determinadas áreas da cidade.	As políticas influenciam os fatores que afetam a competitividade e a sustentabilidade das cidades.	As políticas são capazes de delimitar a destinação dos investimentos.
C	Elas estabelecem as regras que balizam os negócios, os aspectos sociais, ambientais, industriais e econômicos.	As leis organizam as atividades coletivas.	As leis podem incentivar a instalação de indústrias.	As leis são formas de regulamentação das atividades de uma sociedade.
D	A gestão pública eficiente atrai projetos de desenvolvimento.	A gestão pública interfere em todos os fatores relacionados às cidades.	A gestão pública interfere na maioria das atividades de uma cidade.	A gestão pública é o norteador dos investimentos.
E	A taxa de emprego demonstra a produtividade das cidades em relação à quantidade de habitantes.	A quantidade de emprego influencia na capacidade de a cidade se desenvolver.	A quantidade de emprego influencia na capacidade de a cidade se desenvolver.	O emprego é uma consequência de uma cidade se tornar mais competitiva e sustentável.
F	A empregabilidade das pessoas desenvolve a cidade.	A empregabilidade é uma forma dos empregos de uma cidade serem ocupados.	A empregabilidade é uma forma dos empregos de uma cidade serem ocupados.	A empregabilidade é uma forma dos empregos de uma cidade serem ocupados.
G	A segurança afeta a qualidade de vida das pessoas.	A segurança interfere no bom andamento das atividades das pessoas e empresas.	A segurança afeta a atratividade das cidades para as pessoas.	A segurança é decorrência da competitividade e sustentabilidade das cidades, interferindo nas atividades das empresas e pessoas.
H	A saúde interfere na qualidade de vida das pessoas.	Sem saúde as pessoas não conseguem trabalhar.	A saúde interfere na qualidade de vida das pessoas.	Sem saúde as pessoas não conseguem trabalhar.
I	O acesso à educação interfere nas competências das pessoas.	O acesso à educação nas cidades interfere nas capacidades das pessoas de uma cidade em promover o seu desenvolvimento.	A educação é uma questão básica para que se atinja o mínimo de desenvolvimento.	A educação concede à cidade uma base estrutural para que ela possa crescer.
J	A capacidade de interação entre as cidades permite a disseminação da ciência e da tecnologia.	As cidades podem se beneficiar da ciência e tecnologia desenvolvida em outras cidades.	Através da ciência e tecnologia, torna-se possível encontrar novas soluções para desenvolver as cidades.	A ciência e tecnologia interferem na capacidade de inovação e geração de novas fontes de receitas, que não apenas as tradicionais.
K	A infraestrutura básica oferece mais qualidade de vida para as pessoas de uma cidade.	A infraestrutura básica é importante para a atratividade de empresas.	A infraestrutura básica é condição para o desenvolvimento.	A infraestrutura básica é condição para o desenvolvimento.
L	A coordenação entre as instituições promove o desenvolvimento das cidades.	As instituições interferem nas atividades das cidades.	A sinergia entre as instituições promove o desenvolvimento das cidades.	As ações das instituições públicas interferem na atuação das empresas.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

4.4.1.6 Dimensão empresas

A seguir é abordada a dimensão empresas, a qual abrange as categorias Fatores internos às empresas e Fatores externos às empresas. Para o entrevistado 1, em relação aos fatores internos às empresas, as práticas de gestão, quando comprometidas com as características das cidades, respeitando as leis vigentes, propiciam o crescimento e desenvolvimento dessas empresas e, conseqüentemente das cidades. A afirmação do entrevistado 4 “as práticas de gestão das empresas determinam o quanto elas serão sustentáveis” demonstra seu alinhamento com o entrevistado 1 nesta questão.

Em relação aos fatores externos às empresas, o entrevistado 1 pensa que a atração de um grande negócio vai fazer com que outros sejam atraídos. Ele exemplifica seu ponto de vista observando que na cidade de Gravataí, antes uma cidade pequena, após a instalação de uma montadora de automóveis, muitas pessoas e empresas passaram a se instalar por lá.

Para o entrevistado 2, a maneira como as empresas lidam com os elementos relacionados com a comunidade afetam a sociedade. Esse modo de lidar com esse contexto é condicionado pela gestão das empresas. Ele exemplifica seu ponto de vista informando que, em uma cidade que depende da produção de apenas uma empresa, a comunidade está à mercê dos seus interesses.

Quanto aos fatores externos, esse entrevistado menciona que a existência de várias empresas de uma mesma indústria fomenta a existência de formas de cooperação Inter organizacional e cria um ambiente onde diversos fatores podem contribuir para o crescimento dessas empresas e, conseqüentemente, da cidade.

Conforme o entrevistado 3, os fatores internos às empresas são importantes para a competitividade e a sustentabilidade das cidades, porque os problemas oriundos das dificuldades de gestão das empresas de uma cidade podem fazer com que elas deixem de existir e, assim, gerar uma situação de desemprego, afetando a sociedade. Sobre os fatores externos às empresas, esse entrevistado pensa que a existência de uma cadeia de valor propicia o desenvolvimento de empresas de um mesmo ramo de atividade. Ele acrescenta que “a existência de matéria-prima nessas cidades pode auxiliar na instalação de empresas que possuem atividades relacionadas”.

Acerca dos fatores externos às empresas, o entrevistado 4 pensa que eles seguem a mesma lógica dos fatores internos. A diferença, segundo ele, é que está se tratando de uma ou de várias empresas que possuem práticas sustentáveis.

As abordagens dos entrevistados permitem considerar que os fatores internos às empresas interferem na competitividade e na sustentabilidade das cidades, porque eles é que determinam a forma de atuação da empresa. Já, os fatores externos às empresas são relevantes para o contexto de análise, por viabilizarem ações conjuntas, oriundas das próprias empresas ou de outros agentes que compõem a cidade, sejam direcionadas, gerando, com isso, melhores condições para o desenvolvimento das cidades.

Portanto, fica evidente a importância da categoria Empresas para a análise da competitividade e da sustentabilidade das cidades, tendo em vista que, conforme a reunião das abordagens dos especialistas entrevistados, as empresas exercem pressões diretas em grande parte das atividades de uma cidade. Todos os entrevistados foram questionados sobre a necessidade de inserir novas categorias nessa dimensão, contudo nenhum deles verificou tal necessidade. O Quadro 57 (Dimensão Empresas de acordo com os especialistas entrevistados, p.169) resume as abordagens dos entrevistados acerca das categorias da dimensão Empresas.

Quadro 57 - Dimensão empresas de acordo com os especialistas entrevistados

Ent.	Fatores internos às empresas		Fatores externos às empresas	
	Influencia	Meios	Influencia	Meios
1	Sim	As práticas de gestão das empresas propiciam o crescimento e o desenvolvimento das cidades.	Sim	O surgimento de grandes empresas atrai mais empresas para a cidade.
2	Sim	A maneira como as empresas lidam com os elementos relacionados com a comunidade afeta a sociedade.	Sim	A presença de várias empresas propicia o surgimento de formas de cooperação Inter organizacional.
3	Sim	Os problemas de gestão das empresas podem fazer com que elas deixem de existir.	Sim	A existência de uma cadeia de valor propicia o surgimento de empresas.
4	Sim	As práticas de gestão das empresas determinam o quanto elas serão sustentáveis.	Sim	As práticas de gestão determinam o quanto elas serão sustentáveis

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

4.4.1.7 Dimensão meio ambiente

A próxima dimensão de análise é o Meio ambiente, que reúne as categorias Água, Terra, Ar e Espécies animais.

De acordo com o entrevistado 1, para uma cidade se desenvolver, é preciso que haja água disponível e de boa qualidade. Ele acredita que, se a cidade possuir problemas para a obtenção e qualidade da água, as pessoas não se sentirão atraídas para se instalar nessas cidades. Quanto a terra, esse entrevistado pensa que a cidade pode ser competitiva, desenvolvendo negócios adequados à preservação da terra, porém, para ele, não é devido à preservação da terra que os investimentos não serão realizados.

Um exemplo de seu ponto de vista é a capacidade turística de algumas cidades, onde, apesar de em alguns casos estarem ligados a questões relacionadas à terra, em muitos outros, essa relação não existe.

Em relação à categoria Ar, o entrevistado 1 observa que, se as pessoas não possuem níveis de qualidade de ar suficiente para viverem com qualidade, elas deixarão a cidade e vão se transferir para outras que possuem melhor qualidade do ar.

Sobre as espécies animais, ele pensa que, embora as cidades não deixem de crescer por causa disso, as preocupações com as formas de preservar a espécies animais são importantes, pois, além dos benefícios das formas de explorar tais questões, as espécies animais são importantes para manter o equilíbrio natural. Contudo, para ele, essa categoria não interfere na competitividade das cidades.

O entrevistado 2 acredita que a humanidade depende desse fator. Para ele a água potável, na atualidade, é menos de um por cento da água disponível no planeta. Por esse motivo, as cidade que se preocupam com a qualidade da água de sua população, obtêm diferenciais em relação às outras, considerando que as pessoas vão procurar cidades onde o fornecimento de água é adequado para elas viverem.

A terra, segundo esse entrevistado, é relevante para a competitividade e sustentabilidade das cidades, porque a diversidade desse fator implica um equilíbrio maior no meio ambiente, o que interfere na existência de água potável, produção de alimentos e, conseqüentemente, maior qualidade de vida, afetando a competitividade e a sustentabilidade das cidades.

Para ele, “sanando as necessidades das pessoas viverem, a cidade melhora seus níveis de qualidade de vida”. Com isso, cidades com baixa qualidade de terras perderão habitantes para aquelas que as possuem com melhor qualidade. Segundo ele, o mesmo pode ser aplicado à categoria Ar.

Esse entrevistado verifica que o equilíbrio natural depende também da variedade de espécies animais. Ele acrescenta que o maior equilíbrio ambiental proporciona que os ambientes se tornem mais saudáveis e, assim, as cidades se fazem mais produtivas.

Segundo o entrevistado 3, a maneira como a cidade vai gerir os recursos hídricos, condiciona o nível de poluição que ela possui. Com relação à terra, o ar e as espécies animais, ele acredita que a interferência dessas categorias ocorre da mesma forma que a categoria água.

O entrevistado acrescenta que ambientes poluídos são menos atrativos para as empresas e pessoas.

O entrevistado 4 preferiu tecer consideração a respeito das categorias dessa dimensão de modo integrado. Para ele o meio ambiente é capaz de diminuir ou alavancar a competitividade de uma cidade. Ele exemplifica seu ponto de vista, informando que algumas cidades podem se beneficiar de seus recursos naturais, como forma de desenvolver atividades econômicas, porém outras cidades, que possuem o meio ambiente poluído, podem ser menos atrativas para os investimentos e para a vida das pessoas.

A reunião das abordagens dos entrevistados permite perceber que as categorias Água, Terra, Ar e Espécies animais de forma integrada são importantes para manter o equilíbrio natural das cidades.

Destaca-se que cidades que não se preocupam com a poluição ou depredação da natureza, são menos atrativas para pessoas e empresas; por outro lado, as cidades que possuem preocupações com a preservação de seus recursos naturais podem se beneficiar desse elemento, justamente pelos diferenciais relacionados à natureza.

Todos os entrevistados foram questionados a respeito da necessidade de inserir novas categorias na dimensão Meio ambiente. Nesse sentido, o entrevistado 1 ressalta a importância da educação ambiental, como forma promover a conscientização das pessoas sobre a relevância do meio ambiente no contexto social.

O entrevistado 2 informa que cidades que são ricas em minerais, como a cidade de Candiota, são capazes de desenvolver-se e ser protagonistas do desenvolvimento regional. Todavia, se os problemas que caminham junto a esse desenvolvimento não forem considerados, em longo prazo essas cidades podem perder competitividade e deixar de se beneficiar pela existência de minerais, para sofrerem com os resíduos gerados pela extração desses bens naturais.

Ele exemplifica seu ponto de vista, citando os problemas causados pela extração e processamento do carvão na cidade de Candiota, onde, segundo ele, apesar de gerar grandes benefícios econômicos para a cidade, os problemas, como os resíduos do carvão, cinzas, drenagem ácida da oxidação da perita, devem ser observados, a fim de que a cidade possa se desenvolver a longo prazo e não prejudicar as pessoas que vivem naquele lugar.

Os entrevistados 3 e 4 preferiram não inserir novas categorias na dimensão meio-ambiente.

O resumo das abordagens dos entrevistados a respeito da dimensão Meio ambiente pode ser observado no Quadro 58 (Dimensão Meio ambiente de acordo com os especialistas entrevistados, p.172).

Quadro 58 - Dimensão Empresas de acordo com os especialistas entrevistados

Entrevistados	Água		Terra		Ar		Espécies animais	
	Influencia	Meios	Influencia	Meios	Influencia	Meios	Influencia	Meios
1	Sim	A água condiciona o desenvolvimento das cidades	Não	A qualidade da terra não é determinante para a atração de investimentos.	Sim	A qualidade do ar interfere na vida das pessoas.	Não	As espécies animais não são determinantes para a atração de investimentos.
2	Sim	A humanidade depende da água.	Sim	A qualidade da terra interfere no equilíbrio natural.	Sim	A qualidade do ar interfere no equilíbrio natural.	Sim	A qualidade do ar interfere no equilíbrio natural.
3	Sim	As formas de gerenciamento da água condicionam o nível de poluição de uma cidade.	Sim	As formas de gerenciamento da terra condicionam o nível de poluição de uma cidade.	Sim	As formas de gerenciamento da qualidade do ar condicionam o nível de poluição de uma cidade.	Sim	As formas de gerenciamento das espécies animais condicionam o nível de poluição de uma cidade.
4	Sim	A qualidade do ambiente interfere, positiva ou negativamente, nas cidades.	Sim	A qualidade do ambiente interfere positiva, ou negativamente, nas cidades.	Sim	A qualidade do ambiente interfere, positiva ou negativamente, nas cidades.	Sim	A qualidade do ambiente interfere, positiva ou negativamente,

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado.

4.4.1.8 Dimensão Eficiência do uso de recursos

A próxima dimensão de análise é a Eficiência do uso de recursos, a qual reúne seis categorias. Considerando a quantidade de categorias, elas serão analisadas separadamente.

A respeito da dimensão Energia o entrevistado 1 pensa que as empresas não se instalarão em locais onde não existe energia suficiente para a realização das suas atividades. O entrevistado 2 verifica o tema em similaridade ao entrevistado 1. A afirmativa do entrevistado, “uma empresa não se localiza em uma cidade se não tiver energia para seus equipamentos”, comprova tal similaridade.

O entrevistado 3 pensa que, quanto mais fontes renováveis de energia forem utilizadas, menos impactos ambientais a sociedade vai provocar. Para o entrevistado 4, a interferência dessa categoria na competitividade e sustentabilidade das cidades pode ser observada na necessidade das empresas em utilizarem fontes não renováveis de energia, ou na possibilidade de elas terem alternativas de utilização de fontes renováveis. Para o entrevistado, a maneira como a energia é utilizada e transmitida, também interfere nesse contexto.

A análise comparativa entre as abordagens dos entrevistados permite observar que a energia interfere no contexto proposto pelo estudo, porque ela interfere nas atividades das

peças e empresas das cidades. A utilização de fontes renováveis de energia é apresentada como uma alternativa de geração de energia que gera menos impactos ambientais.

Em relação a categoria de análise Resíduos. Para o entrevistado 1, se houver controle dos resíduos, em médio e longo prazo, todo o processo de desenvolvimento da cidade pode ser colocado em risco. Além disso, a saúde das pessoas é afetada diretamente pelas formas de tratar os resíduos.

O entrevistado 2 pensa que o tratamento dos resíduos é capaz de influenciar de forma mais significativa. Para ele, a maioria das atividades realizadas em uma cidade geram resíduos, contudo a maneira como elas lidam com esses resíduos podem influenciar positivamente no seu processo de desenvolvimento. De acordo com o entrevistado 3, o modo como as cidades lidam com seus resíduos podem reduzir a poluição delas. Ele exemplifica seu ponto de vista, citando a proliferação das políticas públicas de formação de cooperativa de catadores, para fomentar a reciclagem nas cidades.

Conforme o entrevistado 4, a maneira de lidar com os resíduos em uma cidade pode gerar receita e alavancar o surgimento de novos negócios na cidade. Ele menciona o exemplo das cooperativas de catadores para ilustrar o seu ponto de vista.

A reunião das observações dos entrevistados sobre essa categoria viabiliza concluir que as formas de gerenciamento dos resíduos em uma cidade, além de promover menores impactos no meio ambiente, são capazes de incentivar o surgimento de novas empresas e postos de trabalho, afetando a economia, sociedade e o meio ambiente simultaneamente.

Sobre a categoria Cultivo. O entrevistado 1 acredita que as tecnologias na área da agricultura são capazes de propiciar o aumento da produtividade das empresas agrícolas com menores impactos ambientais. Nessa corrente o entrevistado 4 insere que as formas de cultivo sustentáveis podem afetar de forma similar na agricultura.

Para o entrevistado 2 a categoria Cultivo pode influenciar positiva ou negativamente. Segundo ele, a influência positiva se dá quando são aplicadas culturas adaptadas ao solo das cidades, aptidão daquele clima e demais fatores relacionados às formas de cultivo. Quanto à interferência negativa dessa categoria, ela ocorre quando são importadas culturas que não são adaptadas àquela região e, com isso, torna-se necessário realizar uma série de intervenções, que podem ser danosas ao meio ambiente e elevam os custos de produção.

De acordo com o entrevistado 3, as formas de cultivo impactam a qualidade do solo. Para ele, a utilização indiscriminada de fertilizantes e água pode degradar aquela área, o que interfere na capacidade de essa atividade se desenvolver e, desse modo, impactar a competitividade e sustentabilidade das cidades.

A análise conjunta das considerações dos especialistas entrevistados acerca da categoria Cultivo possibilita perceber que ela é uma atividade que pode influenciar diretamente na qualidade do meio ambiente. No entanto, ressalta-se que as formas de cultivo sustentáveis são capazes de reduzir esse impacto e melhorar os níveis de produtividade de tal atividade, neste caso observa-se outro exemplo de como sendo sustentáveis as cidades podem se tornar mais competitivas.

Em relação a categoria Extração. Conforme o entrevistado 1, ela influencia na competitividade e na sustentabilidade das cidades de forma similar ao cultivo, uma vez que a extração apresenta grandes riscos ambientais, que, se não forem gerenciados de forma adequada, podem causar problemas sociais, apesar de gerarem grandes avanços econômicos. Da mesma forma o entrevistado 3 pensa que “a não observação de questões ambientais podem inviabilizar a continuidade desta atividade”. Em similaridade, o entrevistado 4 acrescenta que “no curto prazo pode até tornar a cidade mais competitiva, contudo, em uma análise a médio prazo, a cidade certamente irá perder esta competitividade”.

De acordo com o entrevistado 2 a atividade mineradora é potencialmente poluidora, além de ela retirar minérios do solo, o que deixa um rastro muito grande de degradação ambiental, os resíduos gerados por tal atividade, se não tratados, realizam grande pressão no meio ambiente. Também, o beneficiamento dos recursos extraídos provocam ainda mais impacto. De acordo com ele, “para que essa atividade se torne mais aceitável, é preciso aplicar técnicas que considerem a forma de lidar com esses aspectos, que são altamente poluidores”.

A análise conjunta das observações dos entrevistados permite observar que a extração de recursos naturais é capaz de promover ganhos de competitividade para uma cidade. Todavia, se não forem aplicadas estratégias sustentáveis de lidar com tal questão, os problemas ambientais e sociais causados por essas atividades irão provocar um prejuízo para a competitividade da cidade, ou seja, em relação a essa categoria, se não houver preocupações com a sustentabilidade, a competitividade será afetada.

A próxima categoria de análise é Emissões. Para o entrevistado 1 a quantidade de emissões realizadas prejudicam diretamente o ambiente, em complemento, o entrevistado 2 relaciona as emissões à poluição das cidades, pois, para ele, nenhuma empresa vai se localizar numa região que está sendo condenada publicamente, em relação ao meio ambiente, a afirmativa “elas interferem na qualidade do ar da cidade, o que afugenta as empresas instaladas e as que poderiam se instalar nessas cidades” do entrevistado 4 demonstra seu alinhamento com as respostas dos entrevistados 1 e 2.

De acordo com o entrevistado 3, as emissões são relevantes no contexto de análise proposto porque, se não houver um controle das emissões, a qualidade do ambiente será afetada. Consequentemente a qualidade de vida das pessoas também será afetada, o que poderá reduzir a capacidade produtiva de uma cidade.

Em observação às abordagens dos entrevistados, pode-se afirmar que a importância dessa categoria para a análise conjunta da competitividade e sustentabilidade das cidades ocorre devido ao fato de ela interferir na qualidade ambiental de uma cidade e, com isso, influenciar em todas as atividades que são realizadas nessas cidades, sejam ligadas a questões econômicas ou sociais.

Outra categoria de análise é Acomodações. O entrevistado 1 pensa que as formas de acomodação são importantes para a competitividade e sustentabilidade das cidades, porque elas influenciam na qualidade de vida em uma cidade. Segundo ele, “não adianta ter área preservada, redução de gases, mineração controlada e controle de poluição, se não tiver qualidade de vida para as pessoas que integram a sociedade”.

Conforme o entrevistado 2, essa categoria está relacionada ao planejamento do espaço urbano, visto que é preciso considerar as condições do solo, da água, qualidade do ar, a fim de que as pessoas possam fixar-se em lugares propícios para interagirem no contexto social. O entrevistado 3 pensa que as acomodações estão relacionadas ao plano urbanístico e ao do plano diretor das cidades, uma vez que o impacto das formas de acomodação são decorrência desses planos. Para o entrevistado 4, a categoria influencia no contexto de análise porque, quando não existe um planejamento do desenvolvimento das cidades, estas terminam desorganizadas e acabam se tornando vítimas do seu próprio crescimento, necessitando, assim, em médio e longo prazo, realizar adequações, para que o seu processo de desenvolvimento possa continuar.

As abordagens dos entrevistados viabilizam concluir que as formas de acomodação das habitações, transportes, indústrias e comércios, em uma cidade, são condicionadas pela sua capacidade de planejamento, capazes de prolongar a competitividade da cidade na medida em que o desenvolvimento urbano é acompanhado por evoluções nas formas de acomodação desses aspectos.

Todos os entrevistados foram questionados sobre a necessidade de inserção de novas categorias na dimensão Eficiência do uso de recursos, contudo apenas os entrevistados 2 e 4 indicaram essa necessidade. Para o entrevistado 2, se cada empresa investisse em um processo próprio de geração de energia, como a eólica e a solar, por exemplo, e, além disso, fossem capazes de reutilizar a água para utilizar em seus processos, através da captação da água da

chuva, as empresas causariam menos interferências no ambiente onde estão inseridas, ou seja, a capacidade de as empresas possuírem mais do que um posicionamento sustentável e, de fato, passarem a aplicar essas formas de crescimento com preocupação com o seu ambiente, é determinante para que as cidades possam ser mais competitivas e sustentáveis de forma simultânea. Para o entrevistado, isso poderia ser chamado de auto geração.

O entrevistado 4 acredita que as competências locais são capazes de demonstrar as capacidades das cidades em algo que é próprio delas ou da região. Segundo ele, os vários mecanismos que aquela comunidade desenvolveu para permitir o seu crescimento é o que a torna específica, ou diferenciada das demais. O Quadro 59 (Dimensão Eficiência do uso de recursos acordo com os especialistas entrevistados, p.176) resume as abordagens dos entrevistados a respeito das categorias da dimensão em análise. Para melhor visualização, as categorias foram identificadas como segue (A) Energia, (B) Resíduos, (C) Cultivo, (D) Extração, (E) Emissões e (F) Acomodações.

Quadro 59 - Dimensão Eficiência do uso de recursos acordo com os especialistas entrevistados

Cat	Entrevistados			
	1	2	3	4
A	As empresas não se instalam em cidades que não dispõem de energia suficiente para as suas atividades.	As empresas não se instalam em cidades que não dispõem de energia suficiente para as suas atividades.	A disponibilidade de energia interfere na qualidade de vida das pessoas.	A utilização de fontes renováveis oferece alternativas para as empresas de uma cidade impactarem menos o meio ambiente.
B	O desenvolvimento da cidade e a saúde das pessoas	A maneira como as cidades lidam com seus resíduos podem influenciar no seu desenvolvimento.	As formas de lidar com os resíduos podem reduzir a poluição nas cidades.	A maneira de lidar com os resíduos podem fomentar o surgimento de novos negócios.
C	Os avanços tecnológicos propiciam o aumento de produtividade com menos impactos ambientais.	A implantação de cultura adaptadas a uma região oferece suporte para formas de cultivo sustentáveis.	As formas de cultivo impactam na qualidade de vida das pessoas.	As formas de cultivo sustentáveis podem aumentar a produtividade e gerar menos impactos no meio ambiente.
D	Os problemas ambientais e sociais gerados por essa atividade podem interferir no desenvolvimento econômico das cidades.	A aplicação de técnicas adequadas de extração é capaz de promover melhor aproveitamento da atividade para a competitividade e sustentabilidade das cidades.	Não observados os problemas sociais causados por essa atividade, ela pode se tornar inviável.	As formas de extração sustentáveis garantem a competitividade das cidades de forma continuada.
E	As emissões podem reduzir a produtividade das atividades de uma cidade.	As emissões reduzem a atratividade da cidade em relação às empresas.	As emissões afetam a qualidade ambiental e a qualidade de vida das pessoas da cidade.	As emissões podem reduzir a competitividade das cidades.
F	As formas de acomodação influenciam na qualidade de vida em uma cidade.	As formas de acomodação permitem que as pessoas se fixem em locais adequados para sua interação no contexto social.	O planejamento do espaço urbano é capaz de influenciar nas formas de acomodação.	As formas de acomodações interferem na organização espacial

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado

4.4.1.9 Ampliação das abordagens

Posteriormente à análise de todas as categorias e de todas as dimensões propostas pela pesquisa, os especialistas foram questionados sobre a necessidade de inserir novas categorias para a verificação proposta no estudo, apenas os entrevistados 1 e 4 teceram considerações nesse sentido.

O entrevistado 1 pensa que as relações políticas entre os promotores da gestão pública deveriam ser consideradas na verificação proposta, porque essas relações entre atores políticos municipais, estaduais e federais são decisivas para a implantação do processo de desenvolvimento das cidades.

Essa consideração do entrevistado 1, pode ser observada na categoria instituições públicas, que visa analisar como o relacionamento entre as instituições, sejam públicas ou privada interfere no contexto de análise.

Para o entrevistado 4, a existência de um ecossistema de alavancagem de competitividade sustentável, em um ambiente onde vários atores assumem papéis importantes para a promoção do desenvolvimento das cidades, é uma questão que poderia ser abordada.

4.4.1.10 Ordem de relevância entre as dimensões

Em sequência, os entrevistados foram questionados a respeito de uma possível ordem de relevância entre as dimensões da competitividade e sustentabilidade conforme abordado no estudo. Dadas considerações dos entrevistados, desconsiderando a observação do entrevistado 4, visto que ele elenca todas as categorias em mesmo nível de importância, é possível afirmar que a dimensão Sociedade é mais importante, visto que para dois dos especialistas, ela é a mais relevante e, para um deles, ela é considerada de importância de nível 2. Isso demonstra a relevância do contexto social das cidades tal como apresentado nas considerações dos mesmos em relação às categorias de análise.

A segunda dimensão mais importante para a análise proposta na pesquisa, segundo as abordagens dos especialistas é a Sistêmica. Ela foi apontada por dois entrevistados como a de relevância de nível 2 e por um especialista como a mais importante. Esse posicionamento pode ser observado nas respostas dos entrevistados a respeito das categorias que compõem a dimensão Sistêmica, visto que, segundo eles, ela oferece condições para que a competitividade e a sustentabilidade das cidades possa ocorrer.

A terceira dimensão mais importante é o Meio ambiente, é apontada por dois dos especialistas como a de relevância de nível 3 e, como de nível 4, por um dos entrevistados.

Essa posição é refletida nas abordagens dos entrevistados, tendo em vista a interferência do meio ambiente na qualidade de vida das pessoas e na realização das atividades das empresas.

Destaca-se que a Eficiência do uso de recursos é considerada por dois dos especialistas como a menos relevante no contexto proposto e por um dos entrevistados como de importância de nível 4. Esse posicionamento pode estar relacionado ao fato de que, conforme os especialistas, o atendimento das demais dimensões de análise é capaz de interferir positivamente na forma como os recursos são utilizados.

O Quadro 60 (Ordem de importância entre as dimensões de acordo com os especialistas, p.178) apresenta o resumo das considerações dos especialistas acerca da importância das dimensões propostas.

Quadro 60 - Ordem de importância entre as dimensões de acordo com os especialistas.

Entrevistado	Dimensões				Eficiência do uso de recursos
	Sistêmica	Empresas	Sociedade	Meio ambiente	
1	2	5	1	3	4
2	2	4	1	3	5
3	1	3	2	4	5

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no instrumento de pesquisa aplicado

4.4.2 Mapas cognitivos

Em sequência ao encerramento dos questionamentos aos especialistas entrevistados, foi solicitado que desenvolvessem um mapa cognitivo, para verificar as relações existentes entre as categorias de análise. O Apêndice G (Mapas cognitivos individuais dos especialistas) apresenta os mapas cognitivos individuais feitos por cada entrevistado.

A verificação das relações apontadas nos mapas cognitivos dos especialistas entrevistados, possibilita observar que as categorias Gestão pública, Fatores socioculturais, Educação, Leis, Energia, Cultivo, Resíduos e Políticas, respectivamente, têm mais influência nas demais categorias, o que viabiliza concluir que, de acordo com os especialistas entrevistados, tais categorias possuem maior interferência no contexto da competitividade e sustentabilidade das cidades. Dessa maneira, essas categorias serão tratadas como categorias chave, para a construção do mapa cognitivo agregado dos atores sociais.

As categorias Fatores internos às empresas, Fatores externos às empresas, Economia interna e Economia externa são as que menos realizam interferências nas demais categorias. Com isso, pode-se perceber que elas são consideradas pelos mesmos como um resultado da interação das demais categorias. Assim sendo, elas serão tratadas como categorias fim para a construção dos mapas cognitivos agregados dos especialistas.

As demais categorias, por realizarem interferências similares entre elas, são tratadas como categorias meio. A relevância delas está na possibilidade de as mesmas representarem a forma de interação entre as categorias chave em relação às categorias fim.

O mapa cognitivo agregado dos especialistas, desenvolvido com base nas relações entre as categorias, mediante reunião dos mapas individuais, pode ser observado no Apêndice H (Mapa cognitivo agregado dos especialistas) da presente pesquisa.

4.5 COMPARAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS E ESPECIALISTAS ENTREVISTADOS

A análise conjunta das abordagens dos atores sociais e especialistas entrevistados permite verificar que as categorias Economia interna e Economia externa da **dimensão Sistêmica** são observadas de forma similar pelos entrevistados. Isso possibilita considerar que tais categorias são relevantes para a verificação da competitividade e sustentabilidade, de forma conjunta, das cidades.

Em relação à **dimensão Sociedade**, algumas categorias são observadas de forma divergente entre os entrevistados. Uma dessas categorias é o emprego. Segundo os atores sociais, ele está relacionado à velocidade do desenvolvimento das cidades, ou seja, onde existe mais emprego, o desenvolvimento ocorre de forma mais rápida. Conforme os especialistas, o emprego indica a ocupação das pessoas e a saúde das empresas das cidades.

Apesar de serem abordagens diferentes, elas são complementares. Com isso é possível verificar que o emprego é uma categoria relevante para a análise da competitividade e sustentabilidade das cidades. Tal como exposto nas ferramentas de análise da sustentabilidade *Barometer of sustainability* (BS) e *Dashboard of sustainability* (DS), e no modelo de análise da competitividade *International Institute for Management Development* (IMD).

A Empregabilidade é outra categoria da dimensão Sociedade, que é considerada de forma diferente. Para os atores sociais, ela afeta a produtividade das empresas de uma cidade, já para os especialistas, o emprego proporciona que as pessoas de uma cidade ocupem os postos de trabalho disponíveis. Ambas as abordagens contribuem com a necessidade de observar os elementos relacionados a essa categoria para o contexto de análise proposto.

A segurança, conforme os atores sociais, é importante para promover incrementos na atratividade das empresas em relação aos investimentos, já os especialistas acreditam que a segurança interfere nas atividades das pessoas e empresas das cidades. Da mesma forma que a categoria Empregabilidade, a segurança se torna relevante para a análise proposta, dada a

complementariedade das abordagens. O mesmo é refletido nas abordagens dos autores dos modelos de competitividade IMD e *Global Competitiveness Report* (GCR), e das ferramentas de sustentabilidade DS e BS.

O mesmo ocorre com a categoria Instituições públicas, a qual, para os atores sociais, é relevante, visto que estas servem como uma maneira de a sociedade civil organizar-se e contrapor os movimentos contrários aos seus interesses. Os especialistas, por sua vez, pensam que a análise desses elementos são importantes, porque eles são capazes de influenciar em grande parte dos outros elementos propostos. Contudo as abordagens tanto de atores sociais quanto de especialistas, refletem-se nas dos autores dos modelos de competitividade GCR e Conexão da competitividade nacional e da firma e da ferramenta de sustentabilidade BS.

As outras oito categorias dessa dimensão são verificadas de forma similar pelos entrevistados, o que demonstra a relevância delas para a análise da competitividade e sustentabilidade das cidades.

A respeito da **dimensão Empresas**, os entrevistados observam a categoria Fatores internos às empresas de forma similar; contudo, quanto a categoria Fatores externos às empresas, as abordagens dos atores sociais a relacionam com a possibilidade de melhorar a atração da cidade em relação a empresas e pessoas. Já, os especialistas pensam que tal categoria favorece o surgimento de formas de cooperação entre as empresas da cidade. Apesar das diferentes abordagens, tanto especialistas quanto atores sociais acreditam que essa categoria é relevante para o contexto de análise abordado neste estudo. Ambas abordagens (especialistas e atores sociais) são refletidas pelos autores dos modelos de competitividade IMD, GCR, Diamante e Conexão da competitividade nacional e da firma.

As categorias da **dimensão Meio ambiente**, para os especialistas entrevistados, podem ser observadas de forma unificada. Segundo eles, todas as categorias são importantes, uma vez que elas são capazes de manter o equilíbrio natural e permitem que a competitividade das cidades seja mantida por mais tempo. Os atores sociais divergem dessa análise apenas em referência à categoria Água. Para eles, ela interfere na qualidade de vida das pessoas, nas atividades das empresas e na capacidade da cidade em atrair investimentos. A notória complementariedade entre as verificações de atores sociais e especialistas é capaz de apontar a relevância da análise desses elementos no contexto proposto de análise, tal como proposto pelos autores das ferramentas de sustentabilidade BS e DS.

Sobre a **dimensão Eficiência do uso de recursos**, as categorias Energia, Cultivo, Extração e Acomodações são analisadas de forma semelhante pelos atores sociais e especialistas entrevistados. Todavia, em relação à categoria Resíduos, os atores sociais

pensam que a análise desses elementos é relevante, porque eles afetam a qualidade de vida das pessoas e a atratividade da cidade em relação às empresas. Os especialistas, por outro lado, verificam que as formas de gerenciamento dos resíduos podem propiciar o desenvolvimento das cidades. Desse modo, a complementaridade entre as abordagens evidencia a importância dessa categoria para a realização de análises sobre a competitividade e a sustentabilidade das cidades. O posicionamento dos atores sociais, neste caso, reflete as considerações dos atores dos modelos BS e DS, já o posicionamento dos especialistas apresenta-se como uma ampliação das abordagens dos mesmos autores.

A categoria Emissões, de acordo com os atores sociais, é relevante, por interferir na qualidade de vida das pessoas e, para os especialistas, porque influencia na qualidade do ambiente. Assim como a categoria Resíduos, a complementaridade entre as respostas é notória, o que indica a importância de tecer considerações sobre as emissões de uma cidade para a verificação de sua competitividade e sustentabilidade. A união das considerações de especialistas e atores sociais é refletida nas considerações dos autores das ferramentas *Ecological Footprint* (EF), DS e BS.

As abordagens dos entrevistados sobre a dimensão Eficiência do uso de recursos suportam a importância da análise dessa dimensão no contexto proposto pelo trabalho, visto que as categorias dessa dimensão interferem nos contextos econômicos, sociais e ambientais das cidades.

A agregação dos mapas cognitivos dos especialistas e dos atores sociais possibilita a verificação de como as categorias de análise se relacionam, permitindo, com isso, serem realizadas análises integradas da competitividade e da sustentabilidade das cidades.

A agregação dos mapas agregados dos especialistas e atores sociais permite verificar a relevância de elementos como fatores socioculturais, que influencia oito categorias, instituições públicas, que influencia seis categorias e gestão pública que influencia cinco categorias. Além disso, destaca-se também as categorias fatores externos as empresas, influenciada por sete categorias, emprego, influenciada por seis categorias e empregabilidade influenciada por cinco outras categorias.

O mapa cognitivo agregado dos entrevistados pode ser observado no Apêndice I (Mapa cognitivo agregado dos entrevistados) desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi de propor uma estrutura de análise, em nível das cidades da competitividade sistêmica, que contemplasse elementos de sustentabilidade, considerando a percepção de atores sociais e especialistas a respeito do assunto. Com isso destaca-se que este trabalho objetivou a construção de análises que permitissem a formulação de estratégias que considerem as relações entre competitividade e sustentabilidade em âmbito das cidades. Para a consecução do objetivo geral, foram estabelecidos os objetivos específicos, a fim de que a pesquisa fosse conduzida sequencialmente.

Inicialmente, este estudo apresentou as abordagens de diversos autores sobre a competitividade, as quais poderiam ser abordadas na abrangência proposta (cidades). Posteriormente, foram reunidos os fatores considerados por esses autores para realizar análises nesse sentido. O mesmo foi feito em relação à sustentabilidade. Com isso, os dois primeiros objetivos específicos foram atendidos. Em sequência, foi feita uma análise conjunta entre os fatores de análise da competitividade e da sustentabilidade, contemplando, desse modo, o terceiro objetivo específico da pesquisa.

A partir desse referencial teórico, foi desenvolvida uma proposta de categorias de análise para a verificação conjunta da competitividade e sustentabilidade das cidades, com o objetivo de facilitar a compreensão dos dados. Com base nessa proposta, foi desenvolvido um instrumento de pesquisa, o qual foi aplicado a especialistas relacionados à competitividade e à sustentabilidade e atores sociais capazes de interferir no contexto competitivo e sustentável das cidades.

A união proposta no presente estudo, permite verificar algumas lacunas entre as análises da competitividade em relação à sustentabilidade, as principais são os elementos relacionados à análise da qualidade e diversidade das águas, terras, espécies animais, ar, energia, resíduos, cultivo, extração, emissões, acomodações e segurança. Já as lacunas da sustentabilidade em relação à competitividade estão relacionadas aos elementos ligados aos fatores socioculturais, economia externa, fatores externos as empresas e fatores internos as empresas.

Observa-se também algumas sobreposições entre os elementos de sustentabilidade e competitividade, como os relacionados à economia interna, políticas, leis, gestão pública, ciência e tecnologia, educação, emprego, empregabilidade, saúde e infraestrutura básica entre outros. Desta forma, a reunião de lacunas e sobreposições entre competitividade e sustentabilidade, permitiu o desenvolvimento de uma proposta de estrutura abrangente o

suficiente para incorporar os principais elementos que permitem realizar considerações sobre a competitividade e a sustentabilidade das cidades de forma integrada.

Foram entrevistados oito atores sociais de oito diferentes cidades e quatro especialistas de três diferentes instituições, totalizando doze entrevistados. Os resultados obtidos por cada categoria de entrevistado (atores sociais e especialistas) foram comparados e agrupados, sendo que o mesmo foi realizado em relação aos mapas cognitivos, atendendo assim os dois últimos objetivos específicos deste estudo.

A partir da análise e resultados obtidos nesta pesquisa, considerando as características das cidades estudadas, algumas conclusões relevantes podem ser estabelecidas, tais como:

a) A estrutura de análise proposta pela pesquisa utilizou, como base, os modelos de análise da competitividade em nível de nação, pois poderiam, com menores adaptações, ser empregados em nível das cidades, e as ferramentas de análise da sustentabilidade que possuíam abrangência em relação às cidades. Apesar de alguns entrevistados terem apresentado algumas categorias de análise em complemento às propostas pelo estudo, constata-se que a análise da competitividade e da sustentabilidade das cidades pode ser realizada conjuntamente, conforme demonstrado pelos entrevistados;

b) A grande maioria das categorias de competitividade e sustentabilidade apresentadas pelos autores referenciados nesta pesquisa foram apoiadas pelos entrevistados como constituindo fatores que afetam a competitividade e a sustentabilidade das cidades. As categorias citadas pelos entrevistados, apesar de representarem grande relevância para a análise proposta, já estavam relacionadas com outras categorias propostas. Portanto serviram como uma ampliação da abrangência das categorias que já existiam;

c) Percebe-se que as diferenças de posições dos atores sociais e especialistas sobre a maneira como cada categoria interfere (positiva ou negativamente) na competitividade e sustentabilidade das cidades, sofrem impacto das características históricas, socioculturais, econômicas e ambientais nas quais eles estão inseridas. Contudo, mesmo em contextos diferentes, a grande maioria dos entrevistados entende de forma similar a relevância das categorias para a realização da análise proposta;

d) Verifica-se que os fatores competitivos e sustentáveis mais relevantes para as cidades no contexto atual, segundo os entrevistados, estão mais vinculados à interferência dos

fatores socioculturais, gestão pública e formas de coordenação entre a sociedade civil, poder público e empresas, mediante as instituições públicas;

e) Em relação às dimensões propostas por esta pesquisa, os diferentes enfoques dos especialistas e atores sociais, conforme abordado no estudo, permitem verificar que elas possuem abrangência o suficiente para serem aplicadas em análises de diferentes contextos. Dessa forma, acredita-se que a estrutura proposta seja aplicável para a verificação em realidades diferentes das cidades pesquisadas. Conforme sugestão dos entrevistados, a categoria sistêmica, foi renomeada para categoria estrutura, por representar melhor os seus elementos.

f) Ainda, verificou-se que os entrevistados foram capazes de identificar as relações entre as categorias, e o grau de influência das mesmas, pelo emprego dos mapas cognitivos como metodologia de pesquisa.

Finalmente, destaca-se que a estrutura proposta para a análise conjunta da competitividade e sustentabilidade das cidades mostra-se adequada, neste estudo, de acordo com a percepção de atores sociais e especialistas entrevistados. O Quadro 61 (Estrutura de análise da competitividade e sustentabilidade das cidades, p.184 e 184) expõe a estrutura proposta com os ajustes oriundos de desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 61 - Estrutura de análise da competitividade e sustentabilidade das cidades.

Dim	Categoria	Descrição
Estrutural	Economia Interna	Tem por objetivo a análise das características econômicas de abrangência das cidades.
	Economia Externa	Reúne fatores que permitem identificar as características econômicas que são externas às regiões (Nação e Estado).
Sociedade	Saúde	Reúne fatores que visam analisar o nível de saúde das pessoas que habitam uma determinada cidade.
	Ciência e tecnologia	Objetiva a verificação da capacidade científica e tecnológica de uma sociedade.
	Educação	Objetiva a verificação do nível de escolaridade de uma sociedade.
	Instituições públicas	Fatores que buscam expor como as instituições inerentes a uma cidade impactam em sua competitividade.
	Infraestrutura básica	É uma categoria que expõe fatores que permitem observar como a disposição de quesitos básicos como saneamento, acesso à água, comunicações entre outros afetam uma sociedade.
	Emprego	Questões ligadas ao nível de emprego de uma sociedade.
	Empregabilidade	Questões ligadas empregabilidade de uma sociedade.
	Segurança	Reúne fatores que objetivam a análise do nível de proteção aos quais as pessoas de uma sociedade estão inseridas.

Continuação do Quadro 61

Dim	Categoria	Descrição
Sociedade	Leis	Reúne fatores que apontam a interferência causada pelas leis em vigor na competitividade das cidades.
	Gestão pública	Tem por objetivo analisar como o gerenciamento das questões públicas influencia a competitividade das cidades.
	Fatores socioculturais	Fatores que afetam as normas e padrões inerentes às sociedades e como a articulação de atores sociais as impõem frente aos interesses de todos que compreendem uma cidade.
	Políticas	Visa compreender como as políticas aplicadas nas cidades impactam em sua competitividade.
Empresas	Fatores externos às empresas	Tem por objetivo analisar a qualidade do ambiente de mercado que faz parte de uma cidade.
	Fatores internos às empresas	Fatores que permitem verificações a respeito da gestão das empresas de uma cidade.
Meio Ambiente	Terra	Fatores que permitem analisar a diversidade e qualidade de terras de uma cidade.
	Água	Fatores que permitem analisar a diversidade e qualidade da água de uma cidade
	Ar	Fatores que permitem analisar a qualidade do ar em uma cidade.
	Espécies animais	Fatores que permitem analisar a diversidade de espécies animais em uma cidade.
Eficiência do uso de recursos	Energia	Fatores que permitem analisar a disponibilidade e utilização de energia em uma cidade.
	Resíduos	Fatores que permitem analisar a geração e forma de utilização de resíduos em uma cidade.
	Cultivo	Fatores que permitem a análise do impacto das formas de cultivo empregadas em uma região.
	Extração	Fatores que permitem a análise do impacto das formas de extração de recursos empregadas em uma cidade.
	Emissões	Fatores que permitem a análise do impacto das emissões de uma cidade em sua competitividade.
	Acomodações	Fatores que permitem a análise do impacto das formas de acomodação das habitações, transportes, indústrias e comércios de uma cidade em sua competitividade.

Fonte: Elaborado pelo autor

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A quantidade de entrevistados, sob a categoria atores sociais, foi impactada pelo período de eleição decorrido de forma concomitante a realização das entrevistas, com relação aos especialistas, a greve das instituições federais, ocorridas no mesmo período, dificultou que mais entrevistas fossem realizadas junto a esta categoria.

Ressalva-se que as relações entre os elementos estabelecidas neste trabalho se alterem ao longo do tempo, o que indica a relevância de serem realizadas, no futuro, novas verificações sobre o tema.

Mesmo com pouca diversidade de cidades pesquisadas, apesar da utilização de modelos de análise da competitividade e da sustentabilidade de forma geral, o estudo está voltado para a verificação em cidades, de forma sistêmica, englobando diferentes atores sociais e perspectivas em relação aos elementos elencados para a análise.

Assim levando-se em conta a possibilidade de contribuições práticas e teóricas promovidas pela verificação conjunta dos modelos de análise da competitividade e sustentabilidade geradas pelo estudo proposto, algumas limitações devem ser levantadas.

Inicialmente, as dimensões abordadas em cada modelo seguem critérios próprios, desenvolvidos, mediante revisão teórica e empírica, pelos seus idealizadores. Contudo, o conjunto de dimensões propostas, conforme apresentado na revisão de literatura deste estudo, apresenta restrições relacionadas ao alcance das mesmas, impostas pelos próprios modelos analisados.

A ampla verificação dos indicadores e fatores expostos nos modelos, como apresentado pelos seus autores, faz com que os mesmos sejam considerados válidos, o que foi realizado nesta pesquisa. Entretanto, verifica-se que alguns modelos possuem vieses de aplicação em contextos específicos, que apesar de serem empregados de forma generalizada, de acordo com a proposta de seus autores, podem não possuir abrangência de suas aplicações em diferentes contextos.

Considerando que, para esta pesquisa qualitativa e exploratória, foram consultados apenas oito atores sociais e quatro especialistas de nove diferentes cidades. Os resultados não podem ser generalizados, pois os dados são baseados nas percepções individuais dos entrevistados selecionados. Outro aspecto relevante está relacionado à localização das cidades em um Estado (Rio Grande do Sul), condição essa que pode afetar os resultados da pesquisa, impedindo, também, a generalização dos resultados.

A questão do método qualitativo escolhido para este trabalho, do mesmo modo, não permite a expansão dos resultados para outras cidades, visto que, nesta metodologia, considera-se que os resultados estão relacionados ao contexto das cidades pesquisadas e baseiam-se nas opiniões dos entrevistados. Na sequência, apresentam-se sugestões para pesquisas futuras.

5.2 SUGESTÃO PARA PESQUISAS FUTURAS

Primeiramente, seria de grande valia desenvolver esta pesquisa utilizando-se o método quantitativo, com o objetivo de verificar se a estrutura de análise proposta aplica-se às cidades, de forma mais ampla.

Sugere-se, também, a aplicação de uma pesquisa qualitativa em cidades localizadas fora do Rio Grande do Sul, para que seja possível analisar se existem diferenças entre os resultados em contextos ainda mais diferentes do que os abordados.

Por fim, o aprofundamento da maneira de influência das categorias abordadas nas cidades, poderia ampliar o entendimento sobre as relações existentes entre elas (categorias), bem como ampliar as verificações a respeito da importância de cada uma para a competitividade e sustentabilidade das cidades.

REFERÊNCIAS

- AMALRIC, F., HAUSER, J. **Economic drivers of corporate responsibility activities**. The Journal of Corporate Citizenship, winter, Vol. 20, p. 27-38, 2005.
- BASTOS, A. V. B. **Mapas cognitivos e pesquisa organizacional: explorando aspectos metodológicos**. In: Estudos de Psicologia. p. 65-77, 2002.
- BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. **Desenvolvimento buscando a redução das desigualdades**. In: BECKER, D. F; WITTMANN, M. L. (Org.). Desenvolvimento regional: abordagens multidisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 137-156, 2008.
- BARR, P.S.; HUFF, A. S. **Cognitive change, strategic action, and Organizational renewal**. Strategic management journal, p. 15-36, 1992.
- BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. (orgs.). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Coleção *Desenvolvimento local-regional* - V.1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BENKO, G. **A recomposição dos espaços**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações. Vol.1 Nº2, 2001.
- BOWEN, H.R. **Social Responsibilities of the businessman**. Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers, 1953.
- BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- BRYMAN, A. **Quantity and quality in social research**. London: Unwin Hyman, 1988.
- BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- CARTWRIGHT, W. R. **Multiple linked “diamonds” and the international competitiveness of export-dependent industries: the New Zealand experience**. Management International Review, v.33, (nº2), 55-70, 1993.
- CHAMBERS, N.; SIMMONS, C.; WACKERNAGEL, M. **Sharing Nature’s interest: Ecological Footprints as an indicator of sustainability**. London: Earthscan Publications. Ltd, 2000
- CHIKÁN, A. **National and firm competitiveness: a general research model**. Competitiveness Review: An International Business Journal. Vol. 18, 2008.
- COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Contexto: EDUSP, 1988.
- COUTINHO, L. G., FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 4ª Ed. São Paulo: Papirus, 2002.
- DUNNING, J. H. **Internationalizing Porter’s diamond**. Management International Review, v. 33 (nº2), 7-15, 1993.
- DORNELES, D. R. **Análise da competitividade em empresas de desenvolvimento de software instaladas no TECNOPUC no Rio Grande do Sul**. – Porto Alegre, 2011.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business.** Gabriola Island: New society publishers, 1998.

EMERSON, J. **The blended value proposition: integrating social and financial returns.** California Management Review, Vol. 45(4), p. 35-51, 2003.

ESSER, K. HILLEBRAND, W. MESSNER, D. MEYER-STAMER, J. **Systemic Competitiveness, New Governance Patterns for Industrial Development,** Londres, 1996.

ESTERHUIZEN, D.; ROOYEN, J. V.; D'HAESE, L. **An evaluation of the competitiveness of the agribusiness sector in South Africa.** Advances in Competitiveness Research – ACR. Vol. 16 (1&2), 2008.

EZEALA-HARRISON, F. **On The Competing Notions of International Competitiveness.** Advances in Competitiveness Research - ACR, vol. 13, nº 1, 2005.

FERREIRA, F. G. **Estratégias de produção das empresas vitivinícolas da Aerra Gaúcha investidoras em vitinícolas na metade sul do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FEUER, R. CHAHARBACHI, K. **Defining Competitiveness: A holistic approach.** Management Descision, Vol. 32, Nº 2, p. 49 – 58, 1994.

FRIEDMAN, M. **The social responsibility of business is to increase its profits.** The New York Times Magazine, Sep 13. p. 122-126, 1971.

GARRIGA, E; MELÉ, D. **Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory.** Journal of Business Ethics. nº 53, p. 51–71, 2004.

GUIMARÃES, J. A. C. **A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO).** Ciência da Informação, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./abr. 2008.

HARDI, P.; JESINGHAUS, J. **Dashboard of sutainability: indicator guidance to the 21ST century.** In WORLD SUMMIT ON SUTAINABLE DEVELOPMENT, Johannesburg, South Africa, 2002.

HODGETTS, R. M.. **Porter's diamond framework in a Mexican context.** Management International Review, v.33 (nº2), 41-54, 1993.

HUSTED, B.; ALLEN, D. **Corporate Social Strategy in Multinational Enterprises: Antecedents and Value Creation.** Journal of Business Ethics, Vol. 74, nº 4, p. 345-361, 2007.

JARDIM, S. B. **Mapas Cognitivos: um caminho para construir estratégias.** Revista Acadêmica da Face Pucrs, Porto Alegre, v. 12 (1), 89-115, 2001.

JENSEN, M. C. **Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function.** Journal of Applied Corporate Finance, v. 14, n. 3, p. 8-21, 2001.

KRISHNAN, S. **In Defense of Social Responsibility of Business.** Mustang Journal of Business & Ethics. 2011.

- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; BARBOSA, S. L. **Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência: uma análise arquetípica**. RAC, v.6, n. 3, Set/Dez. 2002: 7-32.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. v.I. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1982.
- MAZON, R. **Uma abordagem conceitual aos negócios sustentáveis: manual de negócios sustentáveis**. São Paulo: FGV-EAESP, 2004.
- MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg. A formação do homem tipográfico**. São Paulo: Edusp, 1972.
- MOURA, E. C. **As sete ferramentas gerenciais da qualidade, implementando a melhoria contínua com maior eficácia**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- MUMFORD, L. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes/UNB, 1998.
- NELSON, K.M.; NELSON, H.J.; ARMOSTRONG, D. **Revealed causal mapping as an evocative method for information system research**. 33^a Hawaii International Conference on System Sciences, Hawaii, 2000.
- PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 2ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PETRINI, M.; POZZEBON, M. **Integrating sustainability into business practices: learning from Brazilian firms**. BAR, Dec, vol.7, n^o.4, p.362-378, 2010.
- PORTER, M. E. **The Competitive Advantage of Nations**. The Free Press, New York, 1990.
- PORTER, M. **Clusters and the New Economics of Competition**. Harvard Business Review, nov. - dez. 1998.
- PORTER, M. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. 4. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993
- PIDD, M. **Modelagem empresarial: ferramentas para a tomada de decisão**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. **The Core Competence of the Corporation**. Harvard Business Review, 1990.
- PRESCOTT-ALLEN, R. **Barometer of stability: Measuring and communicating wellbeing and sustainable development**. Cambridge, 19997
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 3^aed, Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

- RIEG, D. L.; ARAÚJO FILHO, T. **Mapeamento cognitivo como ferramenta para desenvolvimento, implementação e monitoração de estratégias**. In: ENEGEP, 19, 1999. Niteroi. Anais. Niteroi: UFF, 1999.
- ROSSELET-MCCAULEY, S. **Methodology and Principles of Analysis**. IMD World Competitiveness Yearbook, 2001.
- RUGMAN, A.M.; D'CRUZ, J.R. **The Double Diamond Model of International Competitiveness: The Canadian Experience**. Management International Review, v.33 (nº 2), 17-39, 1993.
- RUGMAN, A. M.; VERBEKE, A. **How to operationalize Porter's diamond of international competitiveness**. The International Executive, v.35(nº 4), 283-299, 1993.
- SAMPIERI, R; COLLADO, C; LUCIO, P. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção**. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SENGE, P.; LICHTENSTEIN, B.; KAEUFER, K.; BRADBURY, H. AND CARROLL, J. **Collaborating For Systemic Change**. Sloan Management Review. vol.48, nº. 2, 2007.
- SLACK, N. **Vantagem competitiva em manufatura**. São Paulo: Editora Atlas S.A. – 1993.
- SOUSA FILHO, J.M.; LILIAN WANDERLEY, L.S.; GÓMEZ, C.P.; FARACHE, F. **Strategic Corporate Social Responsibility Management for Competitive advantage**. BAR, vol. 7, nº. 3, p. 294-309, July/Sept, 2010.
- STERNBERG, E. **The stockholder concept: a mistake doctrine**. Foundation for Business Responsibility. Leeds, Issue Paper, n. 4, nov. 1999. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=263144>. Acesso em: 2 jul. 2012.
- VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. CPGE/UFSC, 250 p., 2002.
- VAN DEN BERGH, J. C. J. M.; VERBRUGGEN, H. **Spatial sustainability, trade and indicators: an evaluation of the ecological footprint**. Ecological Economics, v. 29, p. 61-72, 1999.
- VAN EDEN, W.; THOLE, J. E. R.; VAN DER ZEE, R.; NOORDZIJ, A.; VAN EMBDEN, J. D. A.; HENSEN, E. J.; COHEN, I. R. **Cloning of the mycobacterial epitope recognized**. 1988.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005
- ZADEK, S. **The Path to Corporate Responsibility**. Harvard Business Review, Vol. 82(12), p. 125-132, 2004.
- WACKERNAGEL, M.; REES, W. **Our ecological footprint**. Gabriola Island, BC and Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1996.

WAHEEDUZZAMAN, A. N. M. **Competitiveness, Human Development and Inequality: A cross- national comparative inquiry**. Competitiveness Review, Vol. 12, Nº 2, 2002.

WORLD ECONOMIC FORUM - WEF. **The Global Competitiveness Report 2011**. Disponível em: <http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2012.



APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ROTEIRO DE ENTREVISTA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

**Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia - FACE
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGAd**

TÍTULO DO TRABALHO: Proposta de uma estrutura de análise combinada da competitividade e sustentabilidade das cidades.

MESTRANDO: Eduardo Codevilla Soares

ORIENTADOR: Prof. Dr. Peter Bent Hansen

CATEGORIA DO ENTREVISTADO:

ESPECIALISTA

ATOR SOCIAL

CARGO DO RESPONDENTE: _____

PROFISSÃO: _____

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: _____

CIDADE: _____

TEMPO NO CARGO: _____

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

DURAÇÃO DA ENTREVISTA: _____

- 1. Explicar ao respondente os objetivos da entrevista;**
- 2. Solicitar permissão para gravação;**
- 3. Comunicar ao respondente o tempo provável de duração da entrevista;**
- 4. Explicar como se desenvolve uma entrevista com roteiro semiestruturado;**
- 5. Roteiro de perguntas:**

O objetivo deste estudo é propor uma estrutura de análise em nível das cidades, da competitividade sistêmica que contemple elementos de sustentabilidade.

Assim sendo, de acordo com os objetivos deste estudo, o presente instrumento de pesquisa tem a função de verificar a existência de relações entre os elementos, dos modelos abordados, de competitividade e sustentabilidade, na percepção de especialistas e atores sociais das cidades pesquisadas.

O que se entende por competitividade de uma cidade?

Quais os fatores influenciam a competitividade de uma cidade?

O que se entende por sustentabilidade aplicada a abrangência das cidades?

Quais os fatores influenciam a sustentabilidade de uma cidade?

Tendo em vista as respostas anteriores, é possível uma cidade ser competitiva e sustentável ao mesmo tempo?

De acordo com a reunião dos conceitos dos autores abordados (Prahalad e Hamel (1990), Porter (1993), Slack (1993), Esser *et. al.* (1995), Coutinho e Ferraz (2002), Silva e Barbosa (2002) e Waheeduzzman (2002)), e para fins deste estudo, a **competitividade**, em nível das cidades, é entendida como a capacidade de articulação de fatores, com o objetivo de atrair e desenvolver uma estrutura adequada para a promoção do desenvolvimento.

A **sustentabilidade**, para fins do estudo proposto, é compreendida como sendo a capacidade de atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (Relatório Brundtland, 1987), considerando com isso, de forma integrada, as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Apresenta-se a seguir uma proposta de fatores que influenciam a competitividade e sustentabilidade de uma cidade. Esta proposta foi dividida em sete dimensões que compreendem algumas categorias, que por sua vez representam uma série de fatores agregados. Analise os itens listados a seguir, indique se são ou não fatores que influenciam a competitividade de cidades e explique como.

Dimensão	Categorias	Influencia = S Ñ influencia = N	Justificativa
Sistêmica - relacionados aos elementos que afetam as características competitivas de uma cidade.	Economia Interna - tem por objetivo a análise das características econômicas de abrangência das cidades. Ex: Produto Interno Bruto (per capita), Receita.		<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	Economia Externa - reúne fatores que permitem identificar as características econômicas que são externas às regiões (Nação e Estado). Ex: Comercio internacional, Nível de barreiras protecionistas impostas ou removidas.		<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

Existe mais algum fator sistêmico que você considera relevante para a competitividade de uma cidade?

Dimensão	Categorias	Influencia = S Ñ influencia = N	Justificativa
Sociedade - relacionados as características estruturais que afetam a sociedade.	<p>Fatores Socioculturais - fatores que afetam as normas e padrões inerentes às sociedades e como a articulação de atores sociais as impõem frente aos interesses de todos que compreendem uma cidade.</p> <p>Ex: Normas sociais, Sistema de crenças e valores.</p>		
	<p>Políticas - visa compreender como as políticas aplicadas nas cidades impactam em sua competitividade.</p> <p>Ex: Padrão básico de organização político-econômica, Política regional.</p>		
	<p>Leis - reúne fatores que apontam a interferência causada pelas leis em vigor na competitividade das cidades.</p> <p>Ex: Legislação de negócios, Direitos e liberdades.</p>		
	<p>Gestão Pública - tem por objetivo analisar como o gerenciamento das questões públicas influencia a competitividade das cidades.</p> <p>Ex: Finanças públicas, Governança.</p>		
	<p>Emprego - questões ligadas ao nível de emprego de uma sociedade.</p> <p>Ex: Emprego, Taxa de desemprego.</p>		
	<p>Empregabilidade - questões ligadas empregabilidade de uma sociedade.</p> <p>Ex: Relação do rendimento médio mensal por sexo, Eficiência do mercado de trabalho.</p>		
	<p>Segurança - reúne fatores que objetivam a verificação do nível de proteção aos quais as pessoas de uma sociedade estão inseridas.</p> <p>Ex: Crime, Danos econômicos devido a desastres naturais.</p>		
	<p>Saúde - reúne fatores que visam medir o nível de saúde das pessoas que habitam uma determinada cidade.</p> <p>Ex: Esperança de vida, Acesso à saúde.</p>		
	<p>Educação - objetiva a verificação do nível de escolaridade de uma sociedade.</p> <p>Ex: Taxa de alfabetização, Educação superior e treinamento.</p>		
	<p>Ciência e Tecnologia - objetiva a verificação da capacidade científica e tecnológica de uma sociedade.</p> <p>Ex: Pesquisa, Infraestrutura científica, Infraestrutura tecnológica. Preparação tecnológica.</p>		

Dimensão	Categorias	Influencia = S Ñ influencia = N	Justificativa
Sociedade	<p>Infraestrutura básica - é uma categoria que expõe fatores que permitem à verificação de como a disposição de quesitos básicos como saneamento, acesso à água, comunicações entre outros afetam uma sociedade.</p> <p>Ex: Urbanização, População que vive abaixo da linha da pobreza.</p>		<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	<p>Instituições Públicas- fatores que buscam expor como as instituições inerentes a uma cidade impactam em sua competitividade.</p> <p>Ex: Estrutura institucional, Instituições públicas (civis).</p>		<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

Existe mais algum fator relativo à sociedade que você considera relevante para a competitividade de uma cidade?

Dimensão	Categorias	Influencia = S Ñ influencia = N	Justificativa
Empresas - relacionados a maneira como a gestão e a diversidade das empresas interferem na competitividade de uma cidade.	<p>Fatores internos às empresas - fatores que permitem verificações a respeito da gestão das empresas de uma cidade.</p> <p>Ex: Estratégias, Práticas de gestão.</p>		<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	<p>Fatores Externos às empresas - tem por objetivo analisar a qualidade do ambiente de mercado que faz parte de uma cidade.</p> <p>Ex: Indústrias correlatas e de apoio, Presença ou ausência de indústrias abastecedoras e correlatas.</p>		<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

Existe mais algum fator relativo às empresas que você considera relevante para a competitividade de uma cidade?

Dimensão	Categorias	Influencia = S Ñ influencia = N	Justificativa
Meio – Ambiente - relacionados a diversidade e qualidade dos elementos naturais.	Água - fatores que permitem a verificação da diversidade e qualidade da água de uma cidade. Ex: Concentração de coliformes fecais em água potável, Diversidade e qualidade dos ecossistemas marinhos.		
	Terra - fatores que permitem a verificação da diversidade e qualidade de terras de uma cidade. Ex: Área florestal, Porcentagem de área protegida.		
	Ar - fatores que permitem a verificação da qualidade do ar em uma cidade. Ex: Qualidade do ar interna e externa, Concentração de poluentes atmosféricos.		
	Espécies Animais - fatores que permitem a verificação da diversidade de espécies animais em uma cidade. Ex: Espécies selvagens, população, diversidade genética, Presença de mamíferos e pássaros.		

Existe mais algum fator relativo ao meio-ambiente que você considera relevante para a competitividade de uma cidade?

Dimensão	Categorias	Influencia = S Ñ influencia = N	Justificativa
Eficiência do uso de recursos - relacionados a maneira como os recursos estão sendo empregados na cidade.	Energia - fatores que permitem a verificação da disponibilidade e utilização de energia em uma cidade. Ex: Consumo comercial de energia, Fontes renováveis de energia.		
	Resíduos - fatores que permitem a verificação da geração e forma de utilização de resíduos em uma cidade. Ex: Geração de dejetos, Reciclagem.		
	Cultivo - fatores que permitem a verificação do impacto das formas de cultivo empregadas em uma região. Ex: Diversidade e qualidade de cultivo, Uso de fertilizantes.		
	Extração - fatores que permitem a verificação do impacto das formas de extração de recursos empregadas em uma cidade. Ex: Mineração, Extração de madeira, carvão e celulose.		
	Emissões - fatores que permitem a verificação do impacto das emissões de uma cidade em sua competitividade. Ex: Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio, Emissão de gases do efeito estufa.		
	Acomodações - fatores que permitem a verificação do impacto das formas de acomodação das habitações, transportes, indústrias e comércios de uma cidade em sua competitividade. Ex: Área construída (per capita), Moradias urbanas informais.		

Existe mais algum fator relativo à eficiência do uso de recursos que você considera relevante para a competitividade de uma cidade?

De forma geral, existe mais algum fator que você considera relevante para a competitividade de uma cidade?

Dentre as categorias de influência da competitividade de uma cidade que você identificou anteriormente, ordene por ordem decrescente de importância, onde o 1 seja o mais importante e o número mais alto o menos importante, as categorias abaixo:

Sistêmica

Empresas

Sociedade

Meio-ambiente

Eficiência do uso de recursos



APÊNDICE B – ROTEIRO PARA CONSTRUÇÃO DO MAPA COGNITIVO INDIVIDUAL



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia - FACE Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGAd

TÍTULO DO TRABALHO: Proposta de uma estrutura de análise combinada da competitividade e sustentabilidade das cidades.

MESTRANDO: Eduardo Codevilla Soares

ORIENTADOR: Prof. Dr. Peter Bent Hansen

CATEGORIA DO ENTREVISTADO:

ESPECIALISTA

ATOR SOCIAL

CARGO DO RESPONDENTE: _____

PROFISSÃO: _____

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: _____

CIDADE: _____

TEMPO NO CARGO: _____

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

DURAÇÃO DA ENTREVISTA: _____

O objetivo deste estudo é propor uma estrutura de análise em nível regional (Cidades), da competitividade sistêmica que contemple elementos de sustentabilidade. Para tanto, a sua contribuição com as percepções descritas neste mapa cognitivo acerca do tema proposto é de significativa relevância, dada a sua participação neste contexto.

Considerando que as categorias que representam fatores da competitividade que possuem abrangência a elementos de sustentabilidade foram elencados pelo participante em entrevista anterior, a construção deste mapa cognitivo parte do princípio que é possível identificar uma relação entre estas categorias.

O analista/pesquisador apresentará a questão-chave para o entrevistado:

- O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

Passos:

1º passo: O entrevistado definirá o rótulo do problema, sem a interferência do facilitador.

2º passo: O entrevistado definirá os EPA's (Elementos Primários de Avaliação), através de um esquema de perguntas e respostas, sendo que o facilitador não realiza qualquer crítica ou comentários sobre eles, registrando o maior número possível de elementos primários definidos pelo entrevistado. Um número significativo de EPA's é fundamental para o sucesso do mapa.

3º passo: O entrevistado estabelecerá o sistema de construtos ou conceitos, a partir dos EPA's, caracterizando-os com seus polos opostos psicológicos.

4º Passo: O entrevistado estabelecerá a hierarquia dos conceitos, sua importância e ligações de influência, definindo quais os conceitos-meio e os conceitos-fim.

APÊNDICE C – TIPOLOGIAS, FORMAS DE CONSTRUÇÃO, FORMAS DE AGRUPAMENTO E METODOLOGIAS REFERENTES AOS MAPAS COGNITIVOS

A) Tipologia dos Mapas Cognitivos

Guimarães (2007), referido por Bastos (2002) e Pidd (2001), elencou cinco categorias de mapas cognitivos que levam em consideração o grau de interpretação do entrevistador na construção dos mapas cognitivos. Tais categorias variam da ausência total de interpretação à alta interferência na interpretação do entrevistador no conteúdo dos mapas.

Guimarães (2007) informa que três categorias de mapas cognitivos são mais utilizadas em estudos organizacionais e que elas não fazem parte dos extremos elencados na categorização de Barr e Huff (1992), tendo em vista que são categorizadas segundo seus componentes. Desse modo, as categorias são mapas de identificação, mapas de categorização e mapas causais ou de argumentação.

1) **Mapas de Identificação** – apresentam o sentido do contexto, identificam os atores, eventos e processos. Possuem o objetivo de descrever o conteúdo verbal do entrevistado. Os dados são coletados através de entrevistas semiestruturadas ou abertas, ou fontes escritas, como documentos e relatórios, existindo um mínimo de interpretação por parte do pesquisador. Além disso, tais mapas verificam a frequência e a força com que os elementos são citados pelos respondentes, podendo determinar quais são os conteúdos centrais e os periféricos na representação gráfica (GUIMARÃES, 2007, p.59).

2) **Mapas de Categorização** – determinam as relações entre os conceitos ou entidades e utilizam a categorização para descrever como os indivíduos organizam e estruturam o conhecimento. A matriz dos dados possibilita a análise sobre o distanciamento entre os elementos, a centralidade do construto (os mais importantes nos centros e menos importantes na periferia) e a preferência do elemento (GUIMARÃES, 2007, p.60).

3) **Mapas Causais ou de Argumentação** – unem conceitos (ações e resultados) ao longo do tempo em um raciocínio causal, embasando decisões, auxiliando nas práticas gerencias e empreendimentos coletivos (GUIMARÃES, 2007, p.60).

Levando em consideração as categorizações desenvolvidas por Barr e Huff (1992) e descritas por Guimarães (2007), o presente estudo utilizou a abordagem relacionada aos mapas causais ou de argumentação, tendo em vista que o mesmo, além de ser o mais utilizado em estudos organizacionais, através de um raciocínio causal, busca evidenciar associações entre conceitos mediante relações de causalidade.

Com isso, Nelson, Nelson e Armstrong (2000), com base na análise da literatura pertinente, referem-se a seis enfoques relacionados à categorização dos mapas causais:

- 1) Esclarecer a decisão do problema e auxiliar na tomada de decisão;
- 2) Facilitar os processos investigativos;
- 3) Utilizar imagens mentais em análise de necessidades;
- 4) Realizar estudos cognitivos administrativos em grupos de cenários;
- 5) Responder sobre determinados conceitos num contexto de teste de hipóteses através de conexões causais;
- 6) Fazer análise textual ou mapeamento causal de textos para construção de teorias ou provas.

Além da categorização conforme os componentes dos mapas cognitivos, Barr e Huff (1992) classificam os mapas levando em consideração:

- 1) **Tipo** - *mapas de pontos* são semelhantes aos mapas cartográficos das cidades, ou *mapas de contexto*, através dos quais é possível escolher a melhor opção a partir das informações sobre o ambiente decisório;
- 2) **Uso** – como *produto* mantendo-se estável no tempo ou *ferramenta*, com caráter dinâmico, podendo ser modificado diante de situações complexas;
- 3) **Tipo de intervenção** – *organizacionais*, quando o facilitador busca um mapa coletivo que possa ser usado para a ação, apoio à decisão ou análise da organização, ou *individuais*, que formam posteriormente os mapas coletivos;
- 4) **Tipo de análise** – *hierárquica*, que considera a hierarquia dos componentes (dados, ações, meios e fins) ou *cibernética*, que, além da hierarquia considera também os laços existentes entre os nós do mapa, os quais conduzem a mudanças e ao crescimento estratégico.

O presente estudo utilizou os mapas cognitivos do tipo **contexto**, pois o trabalho visa a elencar fatores que contribuam para a tomada de decisão, levando em consideração as características do ambiente. Os mapas foram os de uso **organizacional** e **individual**, considerando-se que o estudo busca apontar possíveis fatores norteadores da tomada de decisão baseados na vivência prática e experiência teórica dos entrevistados. E o tipo de análise foi o **hierárquico**, pois o trabalho tem enfoque nas possíveis relações entre fatores de competitividade e sustentabilidade e, por fim, o uso como **ferramenta**, levando em conta que

o tema principal do estudo possui caráter dinâmico e maleável, de acordo com o contexto apresentado.

O quadro I (Características dos mapas cognitivos, p.III) resume as características dos mapas cognitivos conforme utilização na presente pesquisa. As características estão sinalizadas.

Quadro I - Características dos mapas cognitivos

Componentes	Identificação	Categorização	Causais ou de argumentação
Tipo	Pontos		Contexto
Tipo de Intervenção	Organizacional		Individual
Tipo de análise	Hierárquico		Cibernético
Uso	Produto		Ferramenta

Fonte - Elaborado pelo autor com base em Guimarães (2007)

B) Construção de Mapas Cognitivos Causais

Para Jardim (2001), a abordagem do facilitador e a condução do processo de negociação que se estabelece durante a construção do mapa cognitivo são determinantes para o sucesso da aplicação dessa metodologia. Eden *et al.* (1988) relacionam três tipos de abordagens para a construção dos mapas cognitivos: 1) **Negociada**, que possui um período de negociação entre as partes visando o comprometimento mútuo; 2) **Coercitiva**, onde se utiliza o poder de persuasão do entrevistador, e o mesmo define o problema para a análise; e 3) **Empática**, o analista possui entendimento total do problema conforme observação do entrevistado. Nesse caso, o entrevistador auxilia na visão do problema por parte do entrevistado.

Dentre outros métodos para a construção de mapas cognitivos, a metodologia SODA (*Strategic Options, Development and Analysis*), proposta por Van Eden *et al.* (1988) é utilizada em situações caracterizadas por incertezas e complexidades, que não podem ser resolvidas por modelos quantitativos formais (VAN EDEN *et al.*, 1988).

Além disso, essa metodologia pretende apoiar as negociações para o comprometimento coletivo com ação e facilita a tomada de decisões estratégicas. Para Jardim (2001), tal metodologia possibilita construir um mapa cognitivo grupal complexo a partir de mapas cognitivos individuais, o que segundo o mesmo autor caracteriza-se como uma tarefa difícil, tendo em vista que, nesse contexto, estão envolvidos interesses, poder e valores conflitantes de cada membro do grupo.

O quadro II (Características SODA, p.IV) resume algumas das características da metodologia utilizada para a construção de mapas cognitivos.

Quadro II – Características SODA

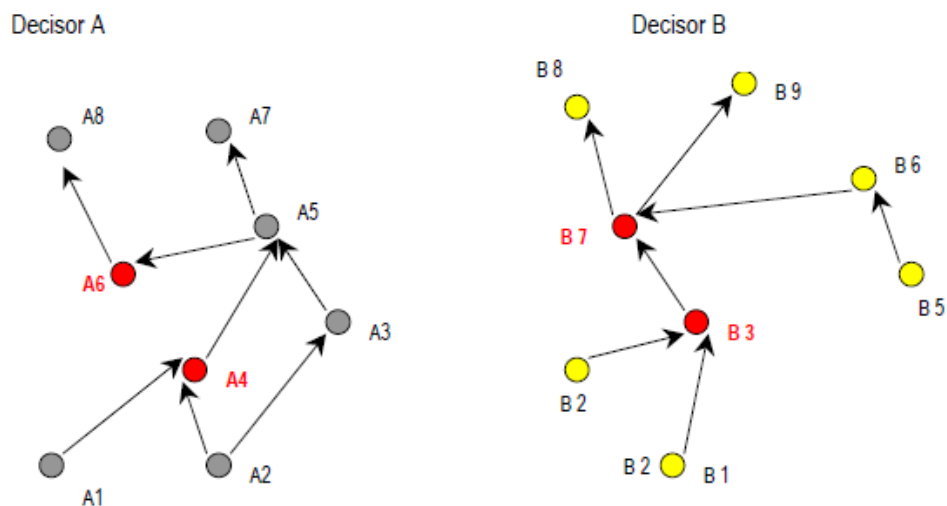
Denominação	SODA Strategic Options, Development and Analysis
Instrumento	Entrevista aberta ou semiestruturada
Tipo de análise	União dos mapas: <i>Merging</i>
Desenvolvimento da metodologia	3 ESTÁGIOS: 1º) Entrevista individual contendo 5 passos: 1) Definir a questão chave; 2) Definir o rótulo do problema; 3) Definir os EPAs; 4) Definir o sistema de construtos (conceitos) bipolares 5) Hierarquizar os conceitos; 2º) União dos Mapas Individuais (<i>Merging</i>) e Construção do Mapa Estratégico (resultado); 3º) <i>Workshop</i> SODA;
Representação gráfica	Redes de ligações estabelecidas hierarquicamente

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Guimarães (2007)

C) Agrupamento dos Mapas Cognitivos

Quando os mapas cognitivos individuais são agrupados com outros mapas, eles formam os mapas agregados. Esses mapas são a união de conceitos similares, na qual prevalece os de sentido mais amplo ou que sejam mais ricos. Jardim (2001) exemplifica o agrupamento de mapas individuais em mapas agregados, conforme a Figura I (Mapas cognitivos individuais do decisor A e do decisor B, p.IV).

Figura I – Mapas cognitivos individuais do decisor A e do decisor B

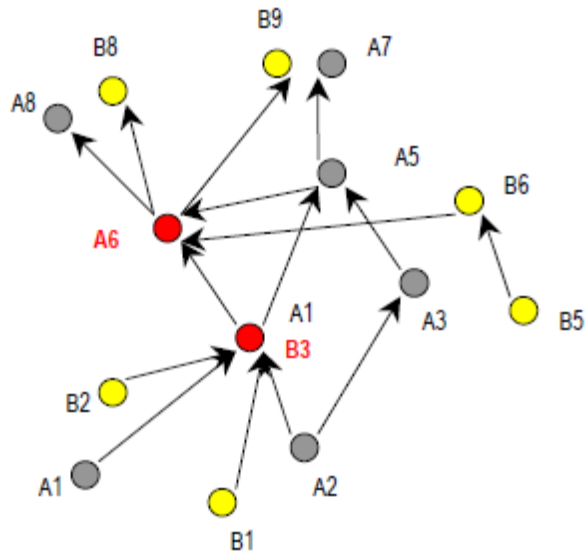


Fonte: Adaptado de Jardim (2001, p.13).

No exemplo exposto pelo autor, os pontos similares são A6, A4, B7 e B3, onde A6 e B3, hipoteticamente, são conceitos que possuem um sentido mais amplo. Em sequência ao exemplo de Jardim (2001), os Mapas Cognitivos Individuais dos decisores A e B são

sobrepostos, constituindo-se em um único Mapa Cognitivo Agregado, conforme a Figura II (Mapa cognitivo agregado dos decisores A e B, p.V).

Figura II - Mapa Cognitivo Agregado dos Decisores A e B



Fonte: Adaptado de Jardim (2001, p.13).

No mapa cognitivo agregado, em sequência ao exemplo exposto, A6 e B3 são conceitos que hipoteticamente possuem um sentido mais amplo, visto que os mesmos absorveram os conceitos A4 e B7, nas quais com a sobreposição dos mapas individuais, o mapa agregado é constituído levando em consideração a união dos conceitos similares.

D) Metodologia SODA

Conforme Bastos (2002), algumas regras devem ser compreendidas para a utilização da metodologia SODA. 1) Inicialmente, a explicação de um problema é quebrada em seus constituintes, ou seja, frases de 10 a 12 palavras que retêm a linguagem do respondente, sendo usadas como os conceitos na representação gráfica, 2) em segundo lugar, um par de frases opostas pode ser unido em um único conceito para reter melhor o significado através do contraste, a essa regra atribui-se o conceito de modelo bipolar; 3) além disso, as frases que representam conceitos distintos devem ser distribuídas entre si de acordo com seu vínculo, formando uma hierarquia de meios e fins. Portanto, os conceitos que expressam objetivos ficam no topo do mapa, 4) continuando, as setas que ligam os conceitos recebem um sinal positivo ou negativo de acordo com sua influência direta ou indireta sobre o conceito; e 5) por fim, a partir dos mapas individuais é constituído um mapa agregado, indo do individual para o coletivo, levando o grupo a identificação e comprometimento.

Observadas as regras conforme Bastos (2002), os estágios da metodologia SODA, segundo Pidd (2001), são dispostas como segue:

1) **Primeiro Estágio** – formação do Mapa Cognitivo Individual: para a formação do mapa cognitivo individual, é realizada uma entrevista, podendo ser semiestruturada ou não, com duração mínima de 60 minutos e máxima de 90 minutos, no ambiente do entrevistado ou em ambiente neutro. A construção do mapa consta dos seguintes passos (PIDD, 2001; BASTOS, 2000, 2002 e JARDIM, 2001):

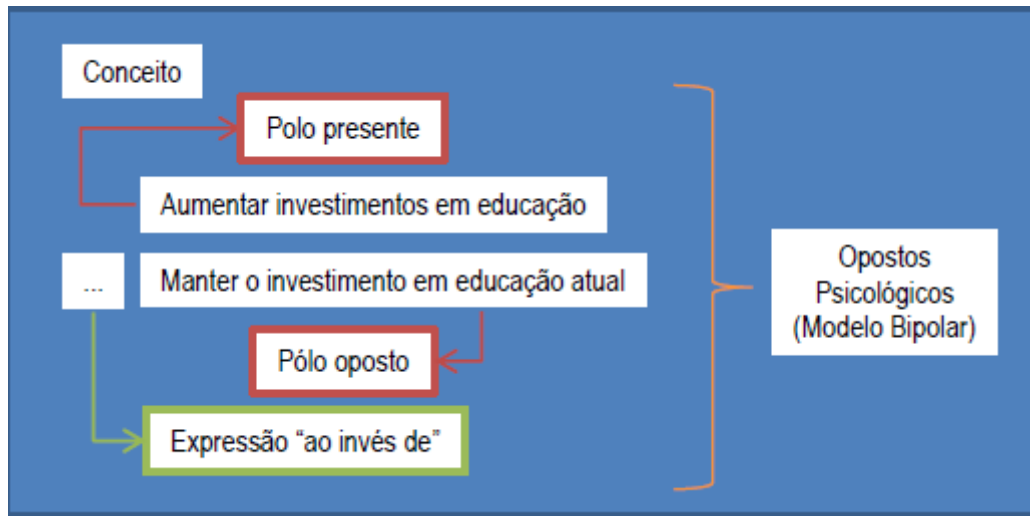
1º) O pesquisador ou analista apresenta a questão-chave (tema) para o entrevistado, em forma de uma pergunta;

2º) O entrevistado define o rótulo do problema (uma conceitualização genérica, sendo o resultado das questões que o entrevistado considera importante sobre a questão-chave);

3º) O entrevistado define, através de perguntas realizadas pelo facilitador, os Elementos Primários de Avaliação – EPAs, que podem ser objetivos, metas, valores dos entrevistados, ações alternativas, entre outros. Nessa etapa, o respondente não deve fazer críticas às suas colocações, e o facilitador deve anotar o maior número de EPAs possível, pois um número reduzido deles pode prejudicar o resultado. O facilitador deve manter o foco da discussão;

4º) O entrevistado estabelece o sistema de construtos a partir dos EPAs, que é a construção dos conceitos (descritos por Eden et al., como sendo “nós”), interligados por setas, apresentando-se no modelo bipolar (descrito como opostos psicológicos na Figura 14), onde o segundo polo não é, obrigatoriamente, a negação do primeiro. Cada conceito é formado por um texto abreviado contendo dez a doze palavras, iniciando com um verbo na forma imperativa ou no infinitivo como imperativo. Os dois polos do conceito estão separados com três pontos que representam a expressão “ao invés de”. A Figura III (Opostos psicológicos, p.VII) apresenta um exemplo de conceito e dos opostos psicológicos.

Figura III - Opostos psicológicos



Fonte - Adaptado de Guimarães (2007, p.70)

Na construção do conceito, deve-se observar (VAN EDEN *et al.*, 1988):

Clareza e objetividade; apenas uma frase, orientada para somente uma ação;

Ser expresso pelas palavras do entrevistado, para que este possa reconhecê-las;

Identificar os objetivos estratégicos para o entrevistado e registrá-los na parte superior do mapa;

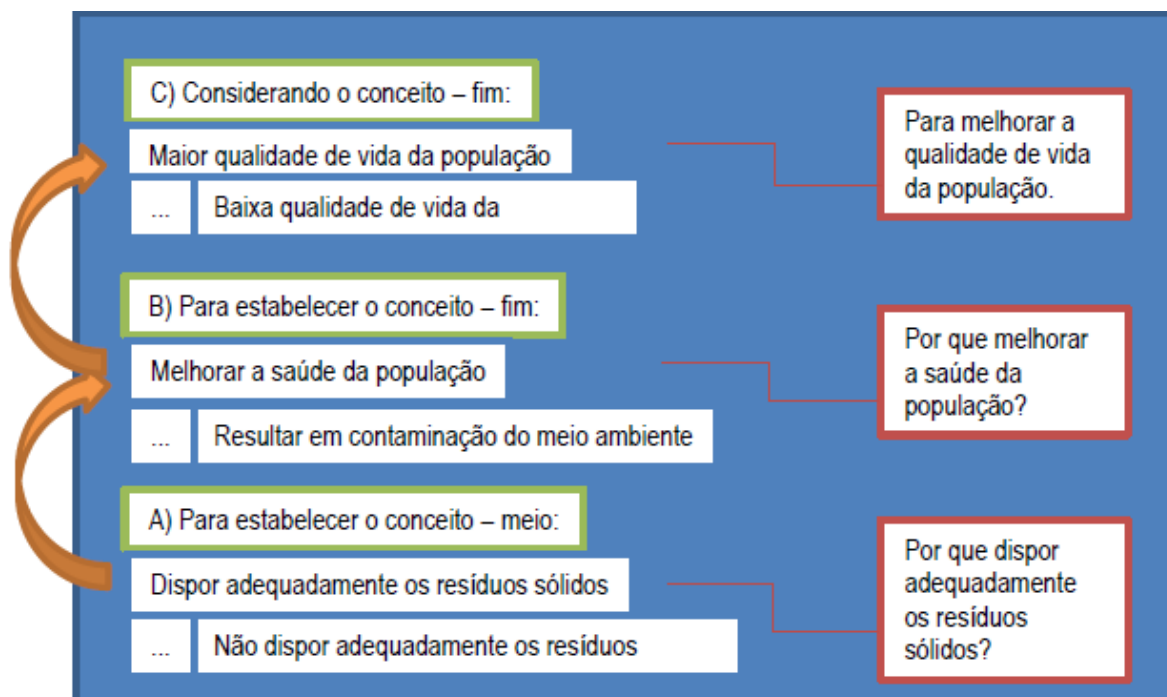
Identificar os conceitos “carregados” (quando o conceito é expresso com forte envolvimento emocional pelo entrevistado ou quando o conceito é muito justificado pelo entrevistado);

Evitar palavras como pode, precisa, deve na construção dos conceitos;

Realizar a validação das informações em, no máximo, 24 horas com o entrevistado.

5º) O entrevistado estabelece a hierarquia dos conceitos e sua importância, estabelecendo os conceitos (nós) meio e fim e suas linhas de influências entre os EPAs. Segue o exemplo na Figura 4 (Relação entre os conceitos, p.VIII).

Quando o conceito não justifica mais nenhum outro conceito, é porque ele é fim, e não meio. É o nível hierárquico mais alto no mapa. O conceito meio responde à pergunta: “Quais as razões explicam esse conceito?”, e o conceito fim responde à pergunta: “Por que este conceito é importante?”.

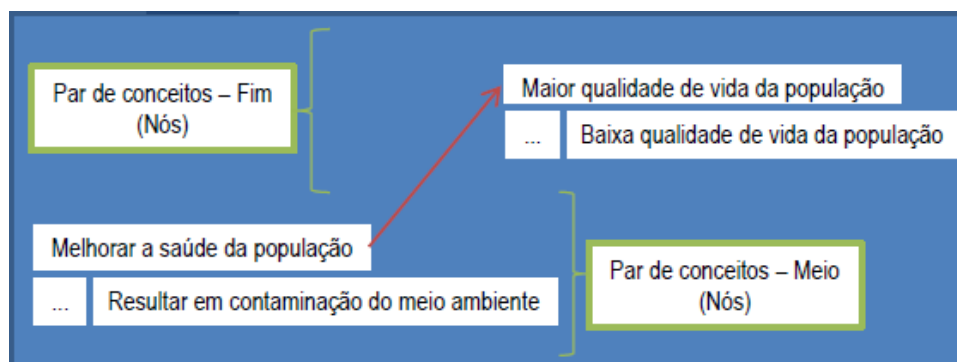
Figura IV - Relação entre os conceitos meio e fim

Fonte - Adaptado de Guimarães (2007, p.70)

A relação entre o conceito meio e o conceito fim na Figura 14, deve ser lido no sentido de baixo para cima, com os conceitos (nós) identificados como a, b e c respectivamente. A pergunta é feita pelo facilitador, e a resposta é dada pelo entrevistado. O par de conceitos do item “a” justifica os conceitos do item “b”. Esses, por sua vez, justificam os conceitos do item “c”, que não justifica nenhum outro conceito, pois é o conceito-fim.

A leitura do mapa pode ser feita de duas formas, de baixo para cima ou o inverso, de cima para baixo, sendo que, na parte de baixo, colocam-se as explicações ou causas básicas que na cadeia de relações, levam ao objetivo que está no topo do mapa.

Os conceitos ou construtos devem ser ligados por setas (PIDD, 2001). A Figura V (Ligação entre conceitos através de seta, p.VIII) exemplifica a ligação entre os conceitos (nós) através de seta.

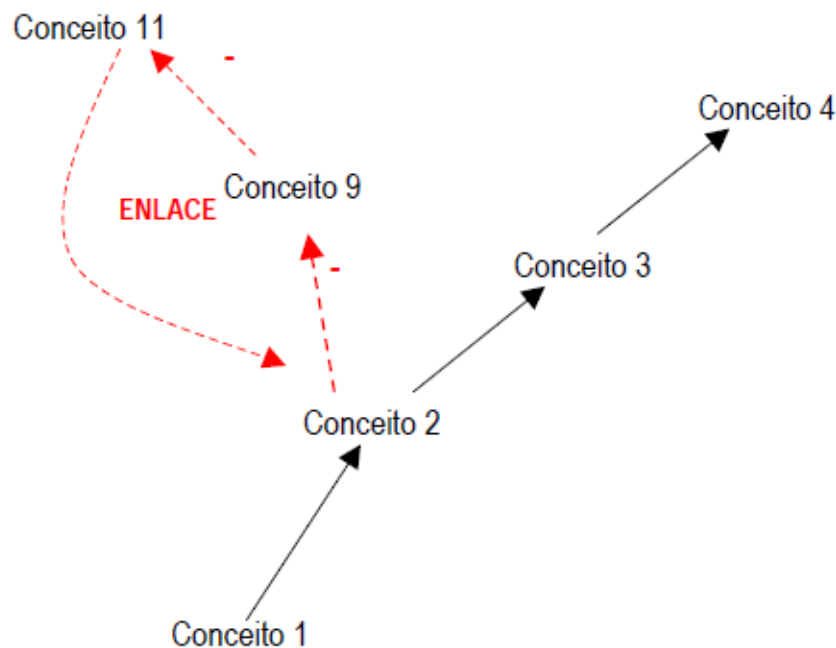
Figura V - Ligação entre os conceitos através de seta

Fonte - Adaptado de Guimarães (2007, p.71)

A direção da seta é a direção causal do relacionamento, isto é, o conceito do início da seta é considerado meio para se atingir o conceito ao final da seta. Assim sendo, o conceito final é consequência do conceito inicial.

Quando as setas que partem de um determinado conceito retornam a esse mesmo conceito, Pidd (2001) denomina Enlace. A Figura VI (Enlace, p.IX) exemplifica a relação denominada por Pidd (2001).

Figura 616 - Enlace



Fonte - Adaptado de Guimarães (2007, p.72)

O Enlace é um ciclo que se encerra no mesmo conceito, gerando um autor reforço chamado de *feedback* positivo (a quantidade de sinais positivos é par) ou auto equilibradores, sendo o *feedback* negativo (a quantidade de sinais negativos é ímpar).

É preciso avaliar os enlaces, uma vez que os mesmos podem significar erros na construção do mapa. Um dos pontos a ser avaliado é o sinal, pois este define a direção da causalidade: caso *feedback* positivo ou caso *feedback* negativo.

As setas entre os conceitos podem ser acompanhadas por sinal negativo, mostrando a causalidade negativa entre dois conceitos ou a ausência de sinal, significando relação positiva entre os conceitos. Tal sinalização é definida pelo entrevistado, e não pelo facilitador.

O sinal negativo não representa relacionamento invertido entre conceito meio/fim, mas sim, que o segundo polo do conceito meio está relacionado ao primeiro polo do conceito fim. O sentido da análise dos conceitos é em direção à parte superior do mapa, onde o conceito meio é subordinado ao conceito fim.

2) **Segundo Estágio** - união dos Mapas Cognitivos Individuais e o Mapa Cognitivo Agregado. Nesse estágio ocorre o agrupamento dos Mapas Cognitivos Individuais para a formação de um mapa único que retrate a percepção coletiva sobre o mesmo tema.

Nessa etapa a Metodologia SODA prevê a sobreposição dos mapas individuais, que, conforme Eden et al. (1988), é denominado *Merging*. Esse processo tem início com a procura de ligações, diferenças e semelhanças entre os mapas dos respondentes, o que gera uma agregação dos mapas individuais. O mapa agregado recebe a denominação de Mapa Estratégico (PIDD, 2001).

Sendo assim, Pidd (2001) apresenta quatro processos para que ocorra a união dos Mapas Cognitivos Individuais, formando um Mapa Estratégico:

- 1º) deve existir alguma semelhança entre os mapas dos participantes, onde esses conceitos semelhantes possam ser sobrepostos através de transparências em um projetor. A apresentação dos conceitos em pares de opostos psicológicos (modelo bipolar) facilita a identificação das semelhanças;
- 2º) após a sobreposição, é possível adicionar mais ligações entre os conceitos, de forma sinérgica, através da negociação entre os entrevistados e o pesquisador;
- 3º) no Mapa Estratégico, deve-se manter a hierarquia de ligações presentes nos mapas individuais;
- 4º) o Mapa Estratégico deve ser analisado para perceber enlaces e agrupamentos possíveis, a fim de priorizar ações estratégicas.

O resultado desse estágio é o Mapa Estratégico que provém das questões cruciais sobre o tema em questão, sendo os mapas individuais representações subjetivas e os Mapas Estratégicos descrições intersubjetivas.

3) **Terceiro Estágio** – Workshop SODA. Na Metodologia SODA, Eden et al. (PIDD, 2001) descrevem a realização de workshops SODA nos quais o Mapa Estratégico, resultante da fusão dos mapas individuais, passa ser um veículo de discussão e negociação entre os participantes do grupo de respondentes. O Mapa Estratégico é o primeiro passo para auxiliar esse grupo no comprometimento com a ação negociada e consentida.

De acordo com PIDD (2001, p.161), o Workshop SODA deve ser composto de duas etapas (*two-pass approach*):

- 1º) Etapa introdutória - conduzida pelo facilitador (consultor) quando este apresenta o Mapa estratégico, identificando os principais objetivos, os diferentes problemas

encontrados e os pressupostos que parecem ter emergido da agregação dos mapas individuais. Nessa etapa do processo os participantes percebem o seu ponto de vista e o dos demais participantes.

2º) Segunda etapa – detalhamento do Mapa Estratégico gerando discussão e negociação entre os participantes e consequente aprendizagem cíclica entre os membros do grupo.

A abordagem da Metodologia SODA é cíclica, com três estágios distintos, que oportunizam o entendimento por parte dos participantes sobre o assunto tratado:

1º) na construção do seu próprio mapa cognitivo individual;

2º) na apresentação do Mapa Estratégico, derivado da agregação dos mapas individuais, realizada pelo facilitador no primeiro momento do Workshop SODA;

3º) nos debates provenientes do Workshop SODA.

Os Mapas Cognitivos são validados a partir de uma visão construtivista e instrumentalista, através da checagem do grau de conformidade entre os mapas e as ideias básicas das teorias dos construtos. Portanto, essas ferramentas expressam sua validade quando são usadas e atingem seus propósitos (PIDD, 2001).

APÊNDICE D – FATORES E INDICADORES

Dimensão sistêmica		
Categoria	Fatores/Indicadores	Modelos/Ferramentas
Economia Interna	Produto Interno Bruto (per capita)	DS
	Investimento	
	Balança comercial	
	Dívida externa	
	Empréstimos	
	Sistema financeiro	BS
	Receita	
	Inflação	
	Comércio	
	Bens materiais	
	Desenvolvimento do mercado financeiro.	GCR
	Economia doméstica.	IMD
	Tamanho da dívida pública.	Nec.e suf. da comp.
Economia Externa	Grau de internacionalização da economia.	Nec.e suf. da comp.
	Grau de diversificação de produtos e mercados exportadores.	IMD
	Nível de barreiras protecionistas impostas ou removidas.	
	Comercio internacional.	
	Investimento internacional.	
	Comercio internacional.	
	Investimento internacional.	

Dimensão sociedade		
Categoria	Fatores/Indicadores	Modelos/Ferramentas
Saúde	Saúde mental	BS
	Saúde física	
	Doenças	
	Mortalidade	
	Fertilidade	
	Prevalência de desnutrição infantil	DS
	Taxa de mortalidade infantil	
	Esperança de vida	
	Acesso à saúde	
	Imunização contra doenças infecciosas infantis	
	Taxa de uso de métodos contraceptivos	IMD
	Taxa de crescimento populacional	
	Saúde e meio ambiente.	
	Saúde.	
Ciência e tecnologia	Educação	DS
	Pesquisa	
	Conhecimento	
	Despesas com pesquisas e desenvolvimento	IMD
	Infraestrutura científica.	
	Infraestrutura tecnológica.	
	Preparação tecnológica.	
Educação	Adultos que concluíram o Ensino Médio	DS
	Taxa de alfabetização	BS
	Crianças que alcançam a 5ª série do Ensino Fundamental	
	Sistema de crenças e valores	IMD
	Educação.	GCR
	Educação básica.	
	Educação superior e treinamento.	

Dimensão sociedade – Continuação		
Categorias	Fatores/Indicadores	Modelos/Ferramentas
Instituições públicas	Instituições	BS
	Instituições.	GCR
	Instituições públicas (civis).	Conexão da competitividade nacional e da firma
	Estrutura institucional.	IMD
Infraestrutura básica	Acesso à Internet	DS
	Linhas telefônicas	
	Tratamento adequado de esgoto	
	Acesso ao sistema de abastecimento de água	
	Urbanização	
	População que vive abaixo da linha de pobreza	BS
	Mudança populacional	
	Comunicação	IMD
	Infraestrutura básica.	
	Estrutura social.	
Emprego	Necessidades básicas de alimentação	BS
	Taxa de desemprego	DS
	Emprego.	IMD
	Pobreza	BS
Empregabilidade	Mercado de trabalho.	IMD
	Relação do rendimento médio mensal por sexo	DS
	Eficiência do mercado de trabalho.	GCR
Segurança	Coeficiente de mortalidade por homicídios	DS
	Perdas humanas devido a desastres naturais;	
	Danos econômicos devido a desastres naturais	
	Crime	BS
	Ordenamento civil	
	Proteção	
	Paz	
Proteção		
Leis	Lei	
	Direitos e liberdades	
	Legislação de negócios.	IMD
Gestão pública	Finanças públicas.	
	Padrão básico de organização político-econômica.	GDI
	Implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável	DS
	Relações intergovernamentais ambientais	BS
Fatores socioculturais	Governança	
	Normas sociais.	Conexão da competitividade nacional e da firma
Políticas	Competência estratégica e política dos atores sociais.	GDI
	Distribuição de benefícios entre raças, sexo, grupos étnicos e outras divisões sociais.	BS
	Política fiscal.	GDI / IMD
	Política monetária.	GDI
	Política orçamentária.	
	Política de concorrência.	
	Política de divisas.	
	Política comercial.	
	Política de importação e exportação.	
	Política de infraestrutura.	
	Política educacional.	
Política tecnológica.		
Política regional.		

Dimensão sociedade – Continuação		
Categoria	Fatores/Indicadores	Modelos/Ferramentas
Políticas - Continuação	Política Ambiental.	GDI
	Política Macroeconômica.	Conexão da competitividade nacional e da firma

Dimensão empresas		
Categoria	Fatores/Indicadores	Modelos/Ferramentas
Fatores externos as empresas	Preços.	IMD
	Tamanho do mercado.	GCR
	Trabalho especializado da indústria.	Diamante
	Produção.	
	Presença ou ausência de indústrias abastecedoras e correlatas.	
	Demanda interna do mercado.	
	Condições de fatores.	Conexão da competitividade nacional e da firma
	Condições de demanda.	
	Estrutura e rivalidade das empresas.	
	Indústrias correlatas e de apoio.	
Fatores internos às empresas	Estratégias	GDI / Con. da comp. nac. e da firma
	Sofisticação dos negócios	GCR
	Inovação	
	Práticas de gestão	IMD
	Valores e atitudes	
	Finanças	
	Produtividade	
	Melhores práticas de gestão da cadeia de valores	GDI
	Qualificação da força de trabalho e competência gerencial	
	Integração de redes de tecnologia	
	Logística inter-firmas	
	Impulsos inovadores de processos de aprendizagem	Con. da comp. nac. e da firma
	Satisfação do cliente e lucro	
	Rivalidade interna	Diamante
	Eficiência em custos/mercado	Nec. e suf. da comp.
	Manutenção de níveis crescentes de TFP	
Produção a custos comparáveis ou inferiores a seus concorrentes internacionais		

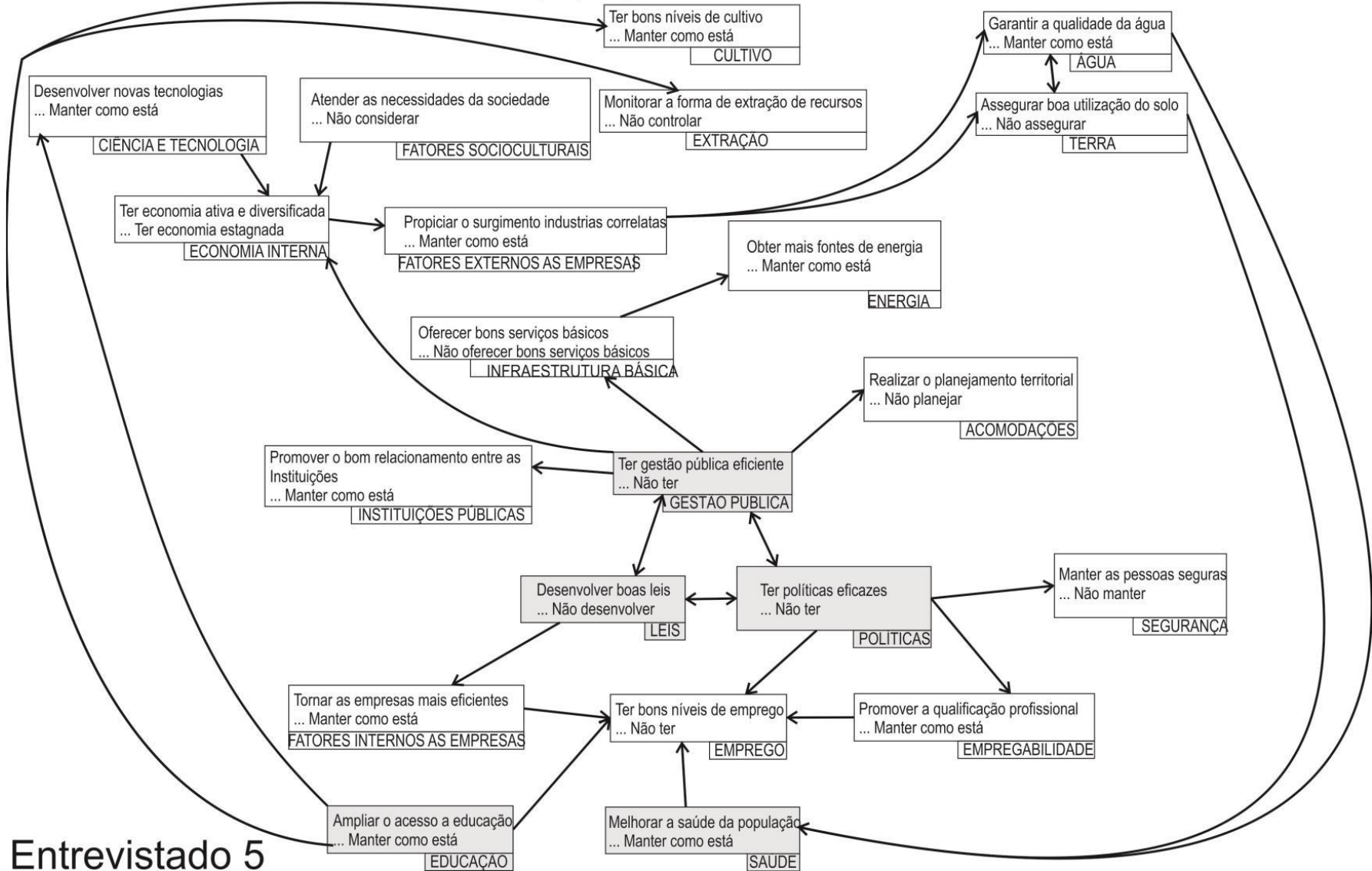
Dimensão meio ambiente		
Categorias	Fatores/Indicadores	Modelos/Ferramentas
Terra	Diversidade e qualidade das áreas de floresta	BS
	Diversidade e qualidade dos ecossistemas	BS
	Área florestal	DS
	Desertificação	DS
	Área de ecossistemas nativos	DS
	Porcentagem de área protegida	DS
Água	Água	BS
	Diversidade e qualidade das águas	BS
	Diversidade e qualidade dos ecossistemas marinhos	BS
	Demanda Bioquímica de Oxigênio dos corpos d'água	DS
	Concentração de coliformes fecais em água potável	DS
Ar	Qualidade do ar interna e externa	BS
	Condição da atmosfera global	BS
	Concentração de poluentes atmosféricos	DS
Espécies animais	Espécies selvagens, população, diversidade genética	BS
	Presença de mamíferos e pássaros	DS

Eficiência do uso de recursos		
Categorias	Fatores/Indicadores	Ferramentas/Modelos
Energia	Energia	BS
	Consumo comercial de energia	DS
	Fontes renováveis de energia	
	Uso de energia	
Resíduos	Disposição adequada de resíduos sólidos	DS
	Geração de resíduos perigosos	
	Geração de resíduos nucleares	
	Reciclagem	
	Geração de dejetos	BS
	Reciclagem	BS
Cultivo	Pressão da agricultura	BS
	Diversidade e qualidade de cultivo	BS
	Pesca	BS
	Cultivo de alimentos, forrageiras, fibras, oleaginosas e borracha	EF
	Diversidade e qualidade de cultivo	BS
	Produção de carne, leite e lã	EF
	Pesca e captura de peixes	EF
	Terras aráveis	DS
	Uso de fertilizantes	DS
	Uso de agrotóxicos	DS
	Aquicultura	DS
Extração	Intensidade de uso de matéria-prima	DS
	Mineração	BS
	Extração de madeira, carvão e celulose	EF
	Intensidade de corte de madeira	DS
Emissões	Sequestro de carbono ou de reposição de combustíveis fósseis	EF
	Emissão de gases estufa	DS
	Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio	DS
Acomodações	Acomodar infraestruturas de habitação, transporte e indústria	EF
	Moradias urbanas informais	DS
	Meios de transporte particulares	BS
	Área construída (per capita)	DS
	Meios de transporte particulares	

APÊNDICE E – MAPAS COGNITIVOS INDIVIDUAIS DOS ATORES SOCIAIS

PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

RÓTULO: A interação de vários fatores para promoção do desenvolvimento

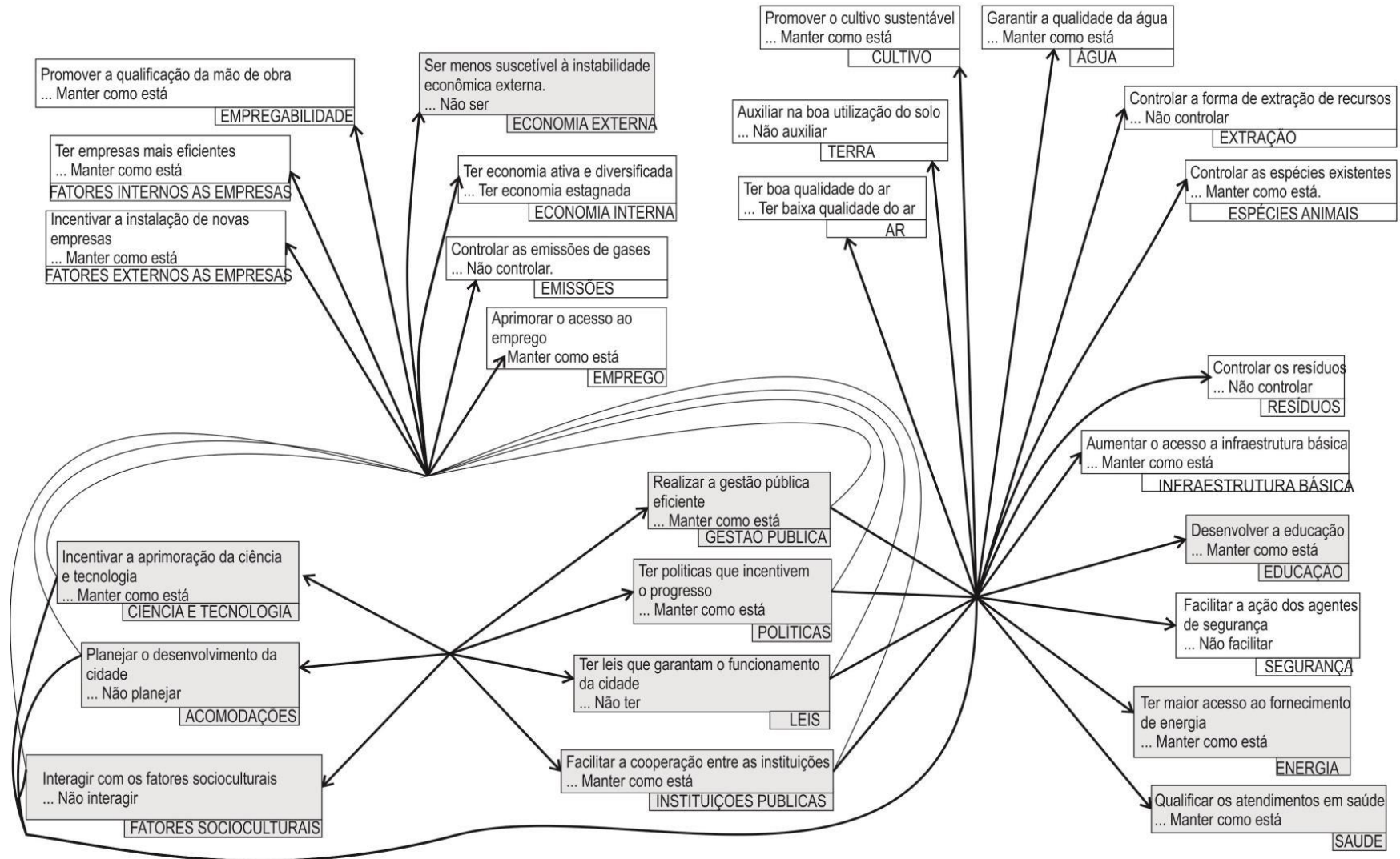


Entrevistado 5

PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

RÓTULO: A interação de vários fatores para promoção do desenvolvimento da cidade.

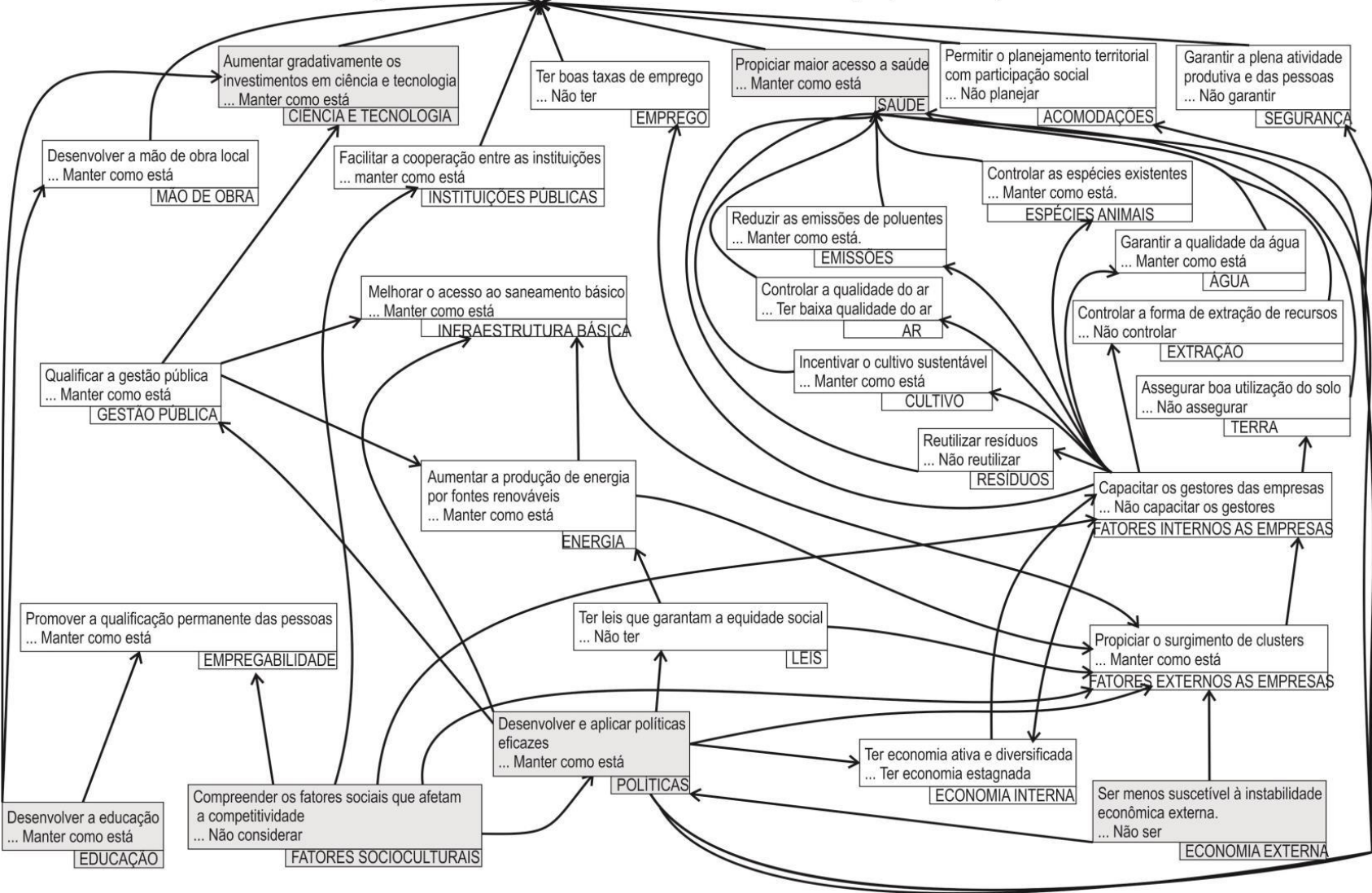
Entrevistado 6



Entrevistado 7

PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

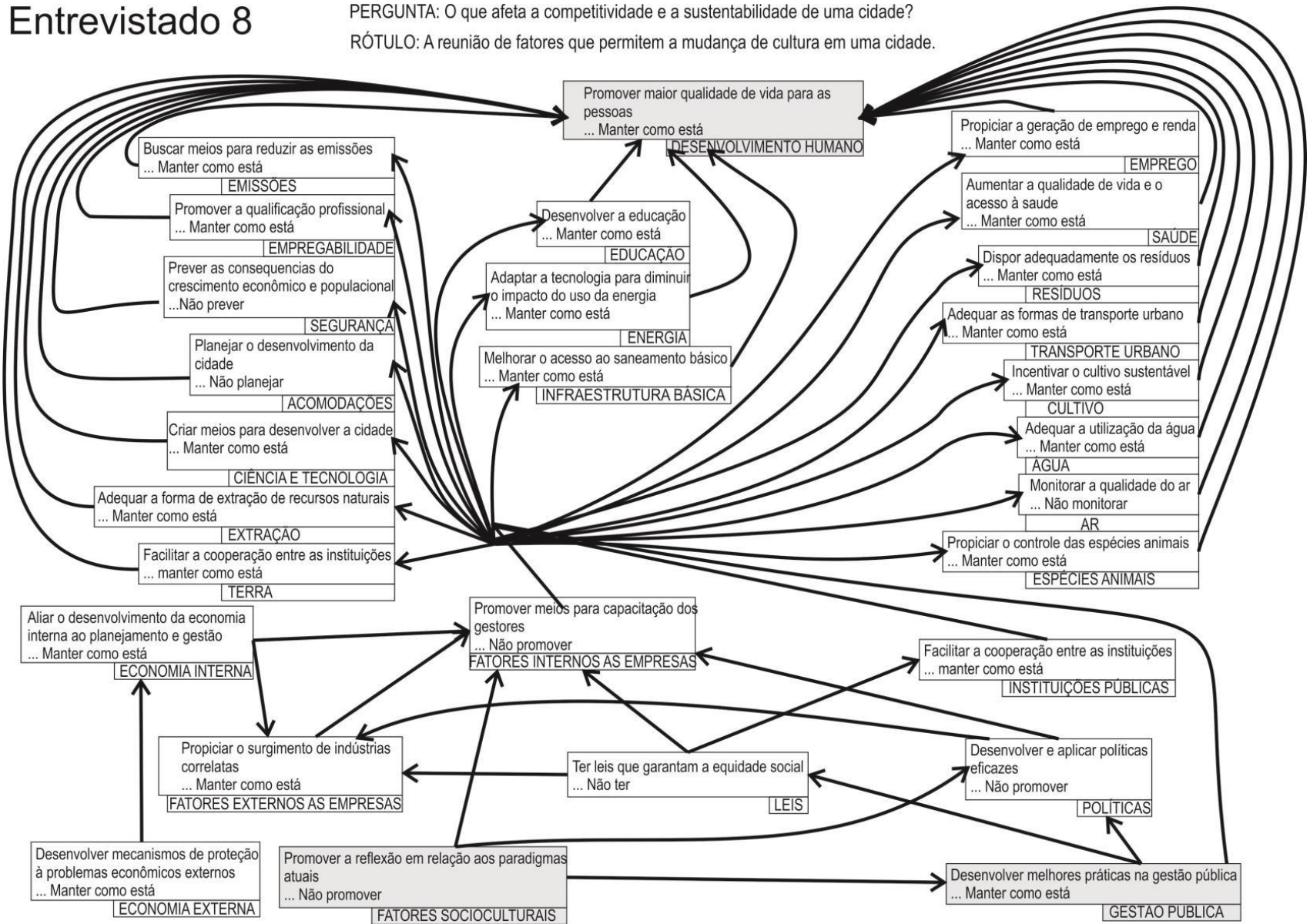
RÓTULO: A interação de vários fatores para atingir melhores níveis de atratividade para pessoas e empresas.



Entrevistado 8

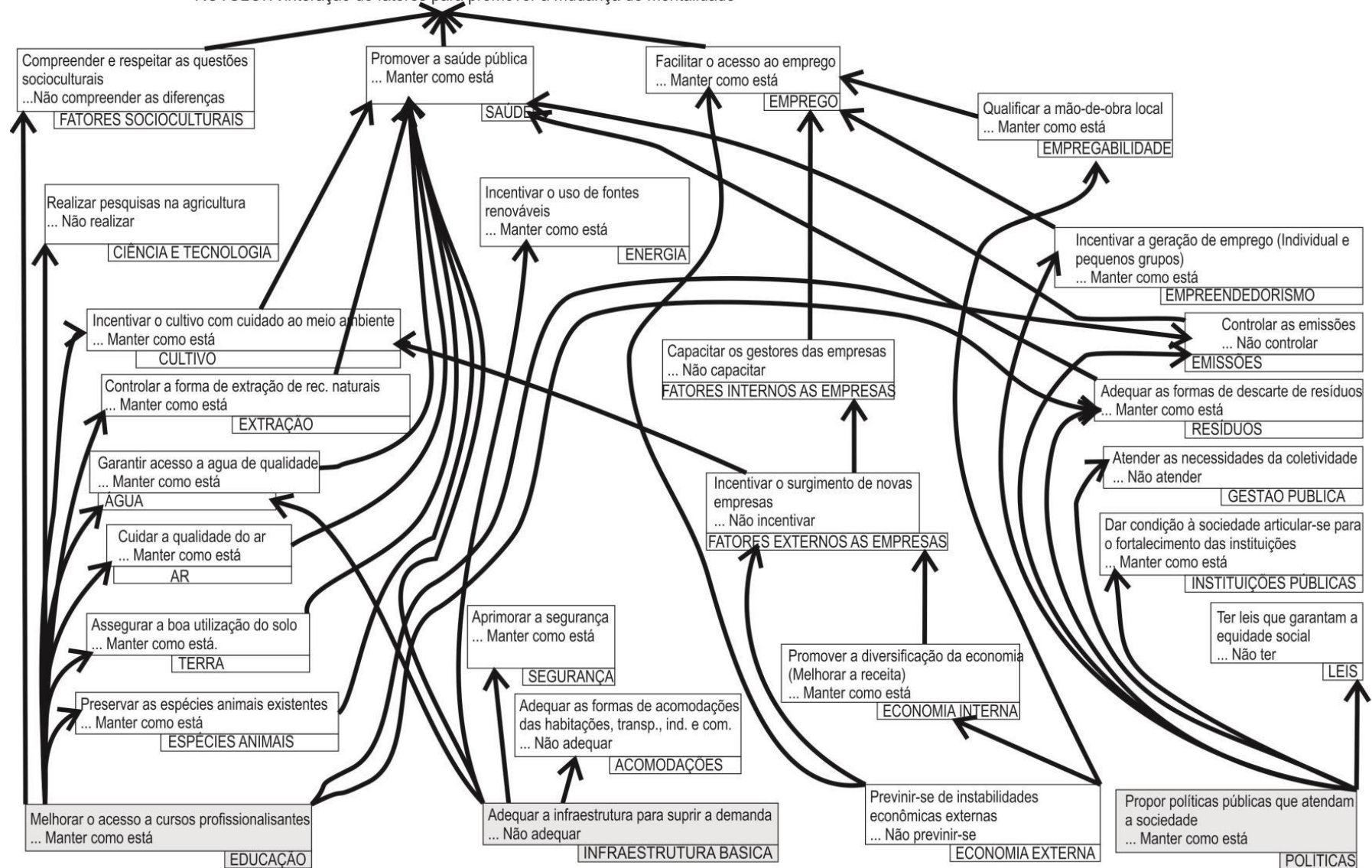
PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

RÓTULO: A reunião de fatores que permitem a mudança de cultura em uma cidade.



PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?
 RÓTULO: A interação de fatores para promover a mudança de mentalidade

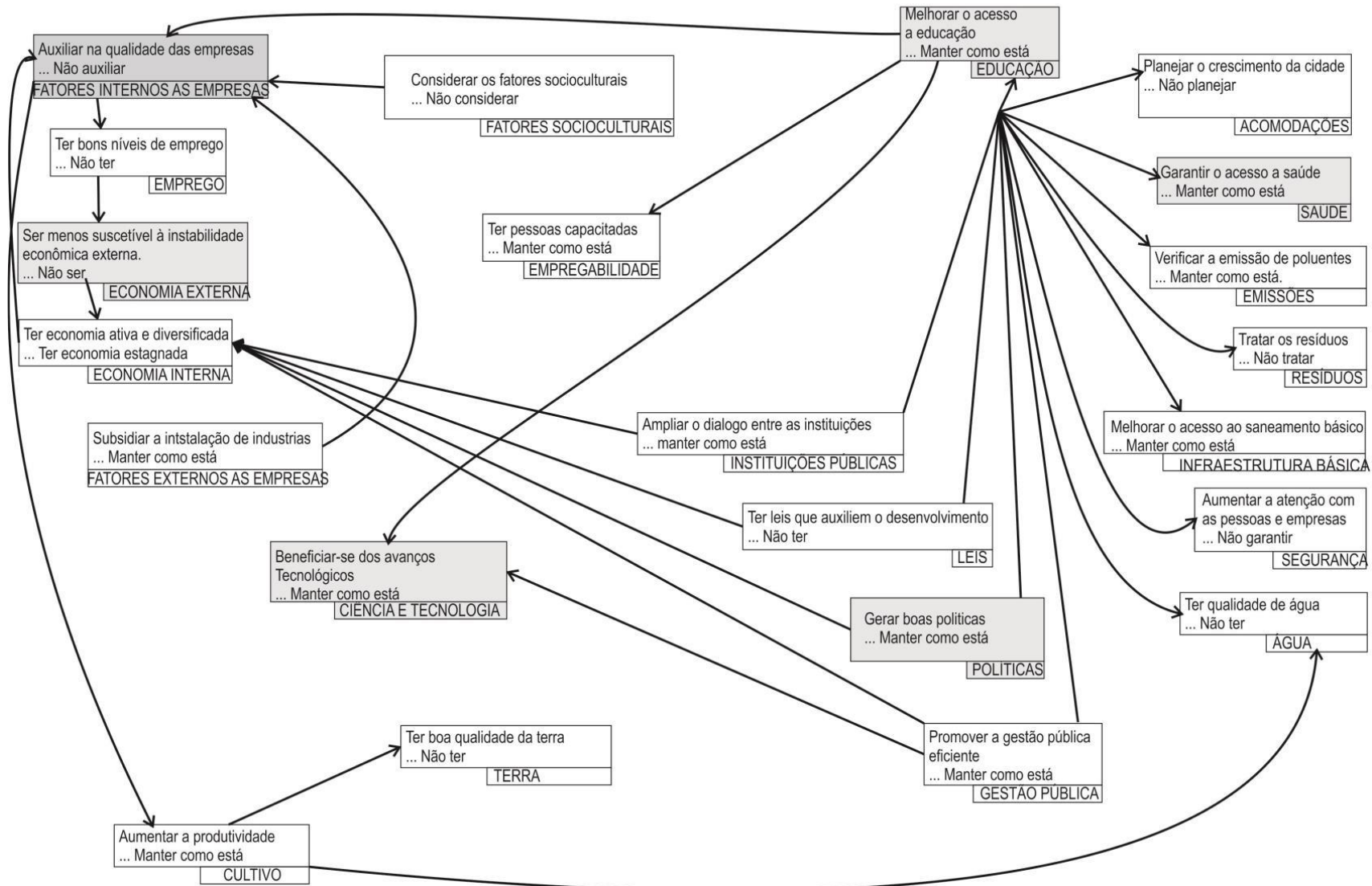
Entrevistado 9



PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

RÓTULO: A interação de uma série de elementos que garantem atratividade de pessoas e investimentos.

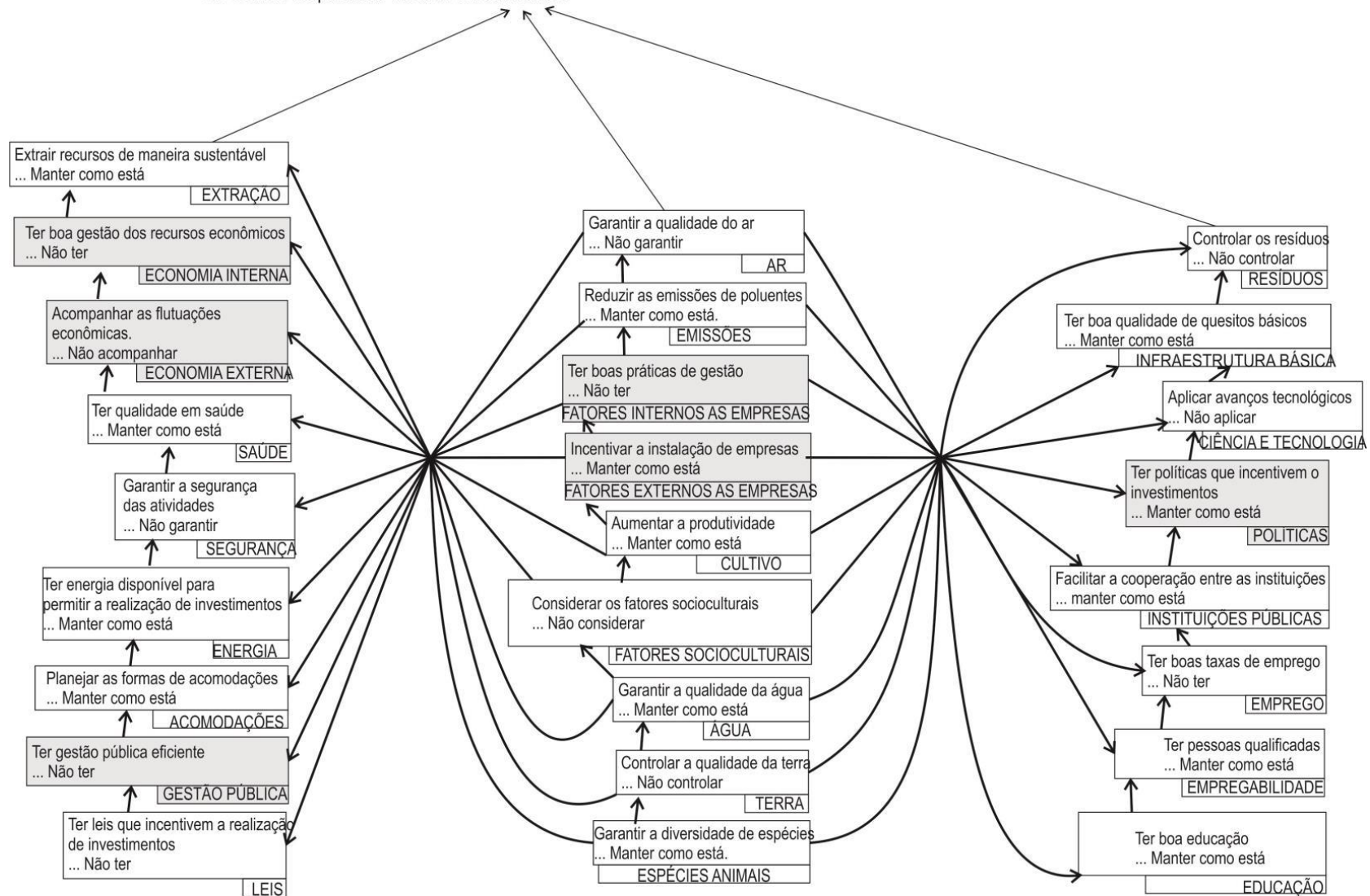
Entrevistado 10



Entrevistado 11

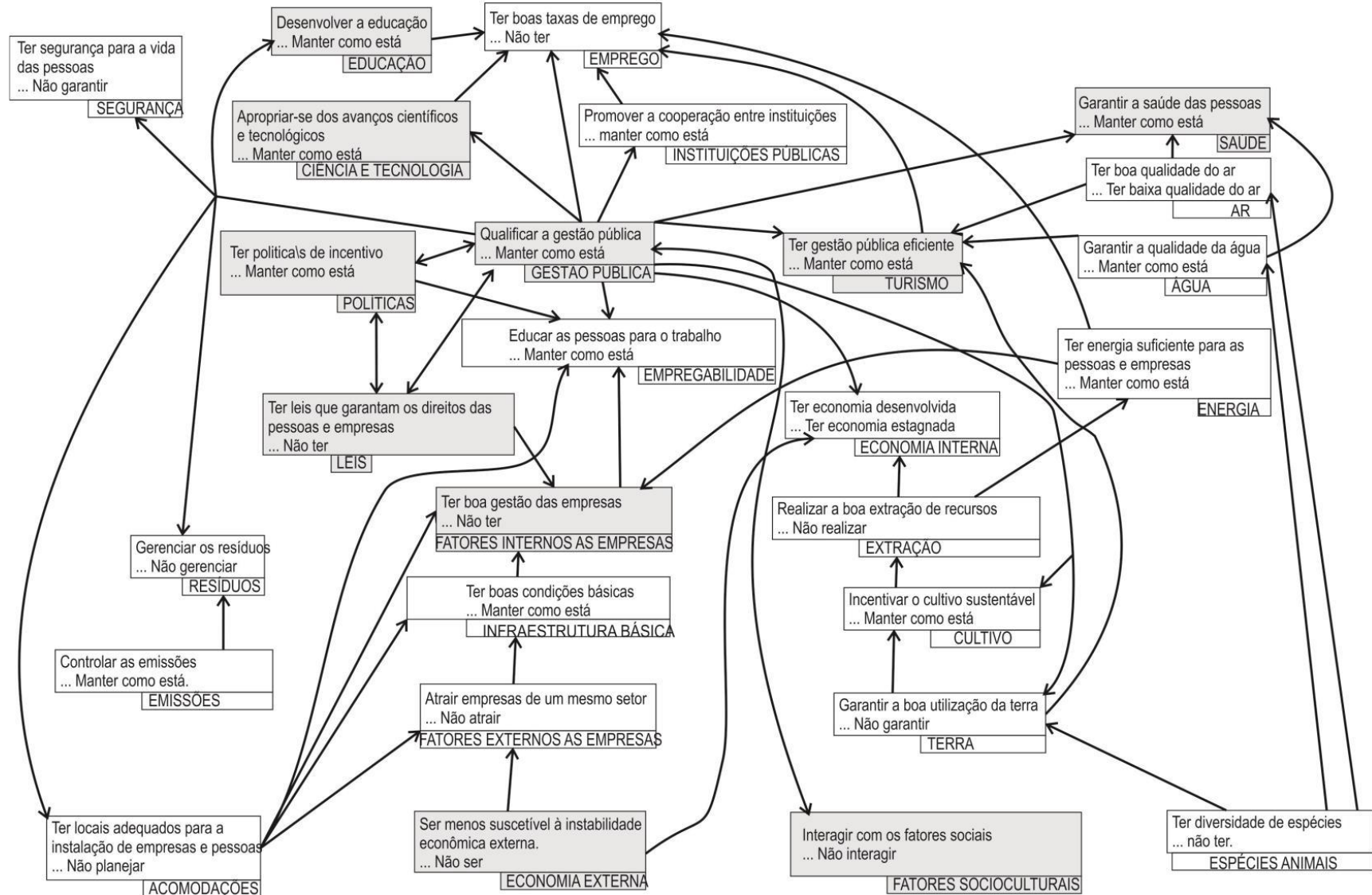
PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

RÓTULO: A capacidade de atrair investimentos.



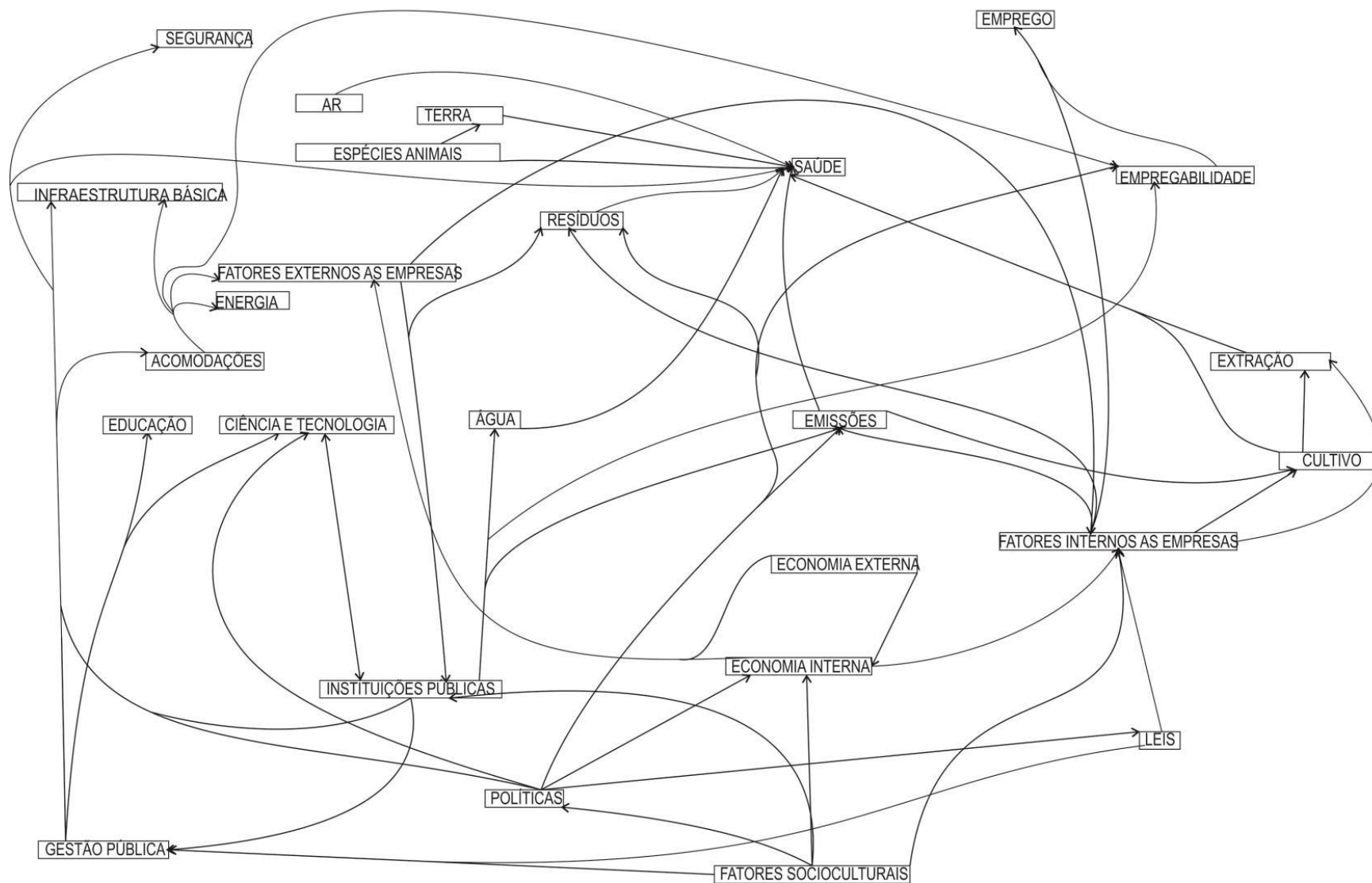
PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?
 RÓTULO: A capacidade da cidade em atrair e reter empresas e pessoas.

Entrevistado 12



APÊNDICE F – MAPA COGNITIVO AGREGADO DOS ATORES SOCIAIS

Atores sociais

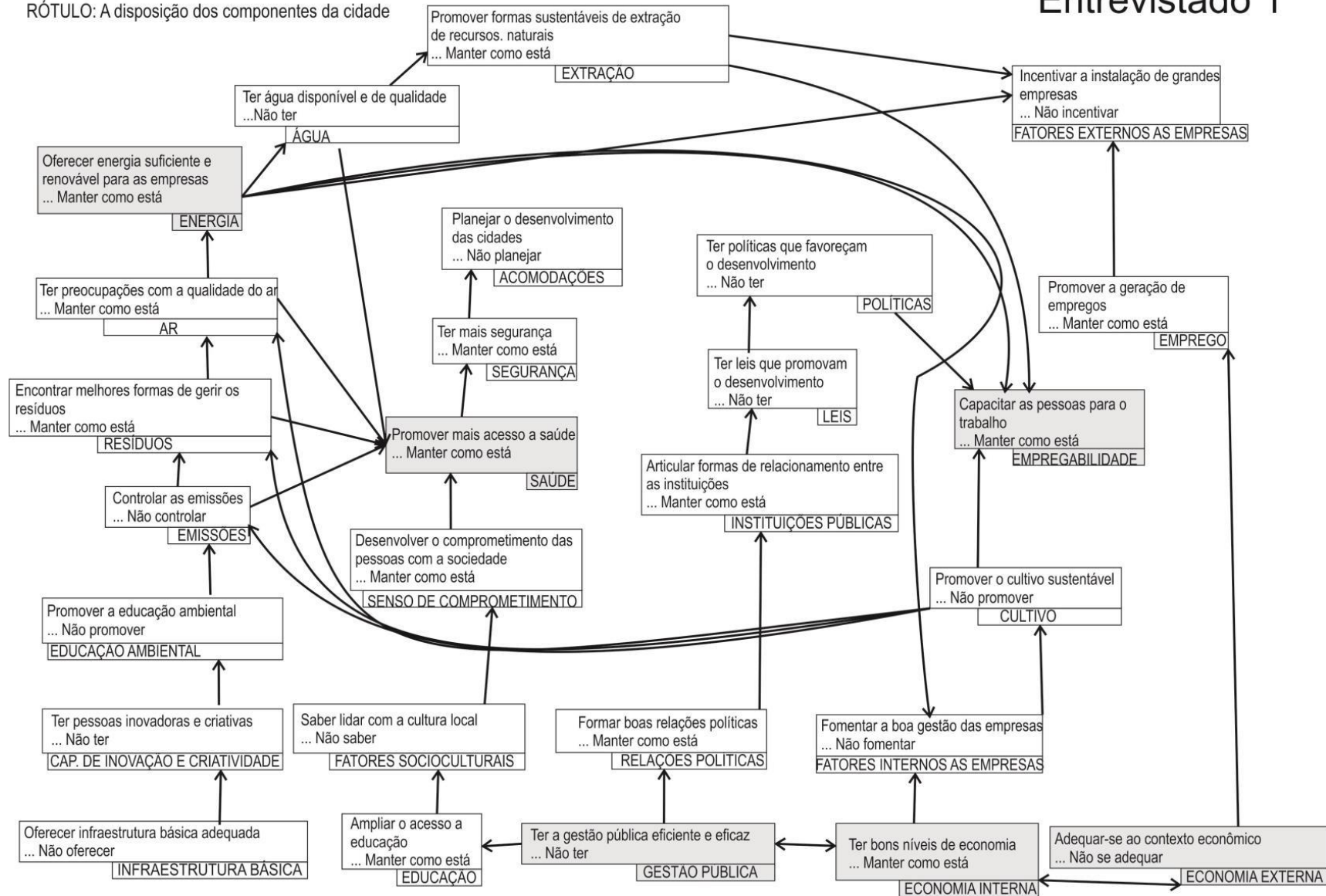


APÊNDICE G – MAPAS COGNITIVOS INDIVIDUAIS DOS ESPECIALISTAS

PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

RÓTULO: A disposição dos componentes da cidade

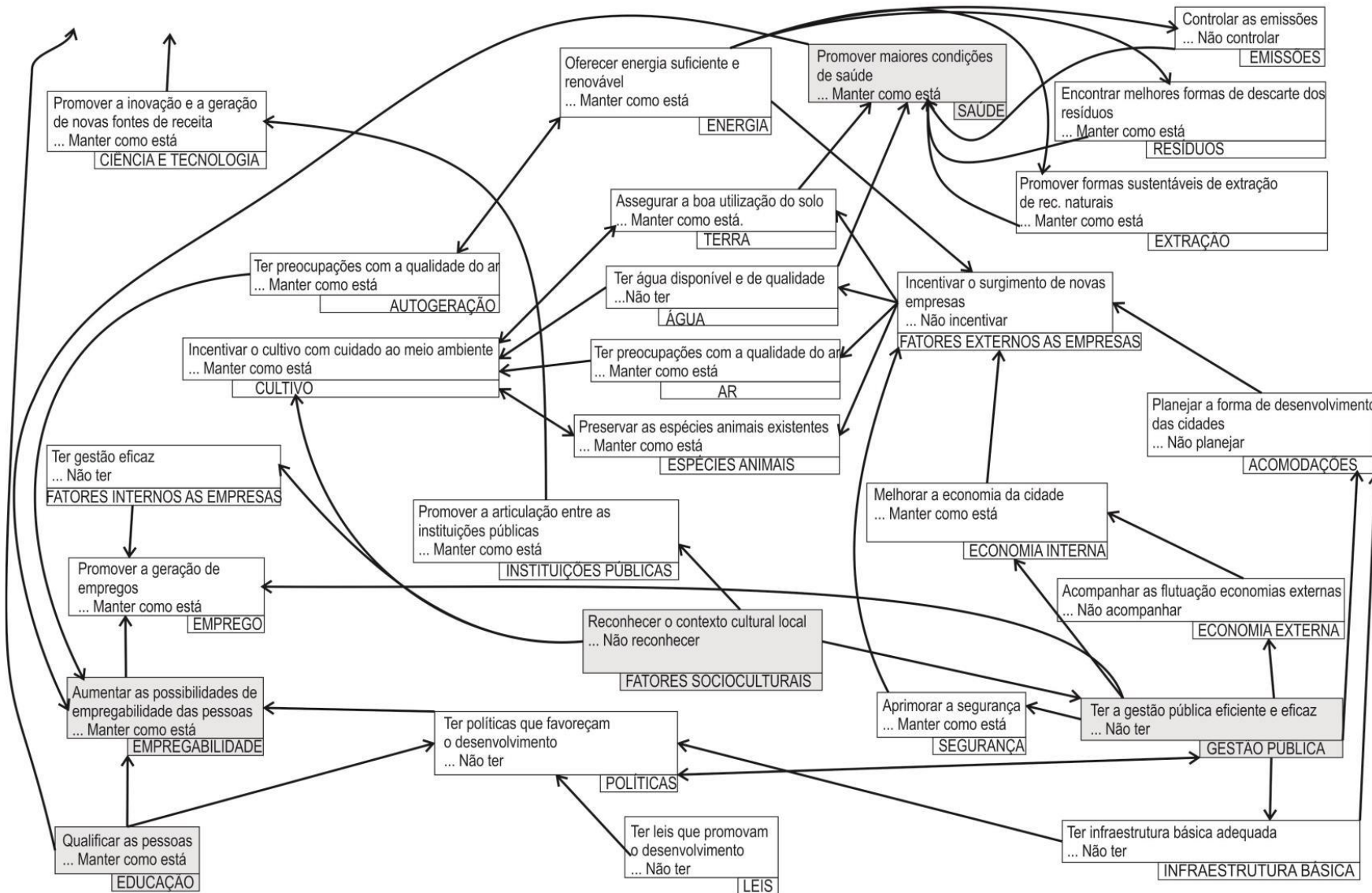
Entrevistado 1



PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

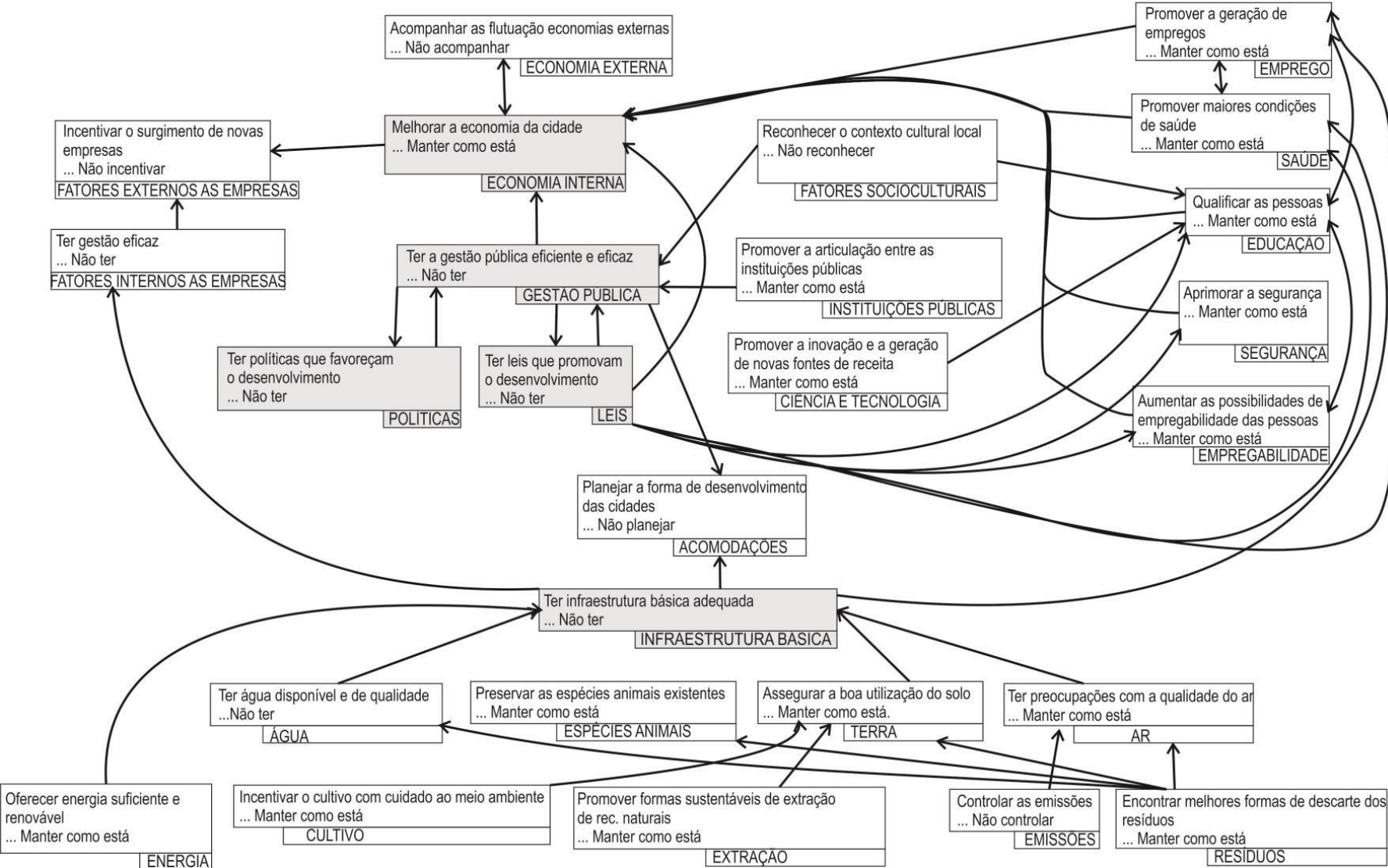
RÓTULO: A capacitação da sociedade.

Entrevistado 2



PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?
 RÓTULO: A interação de fatores para promoção do desenvolvimento.

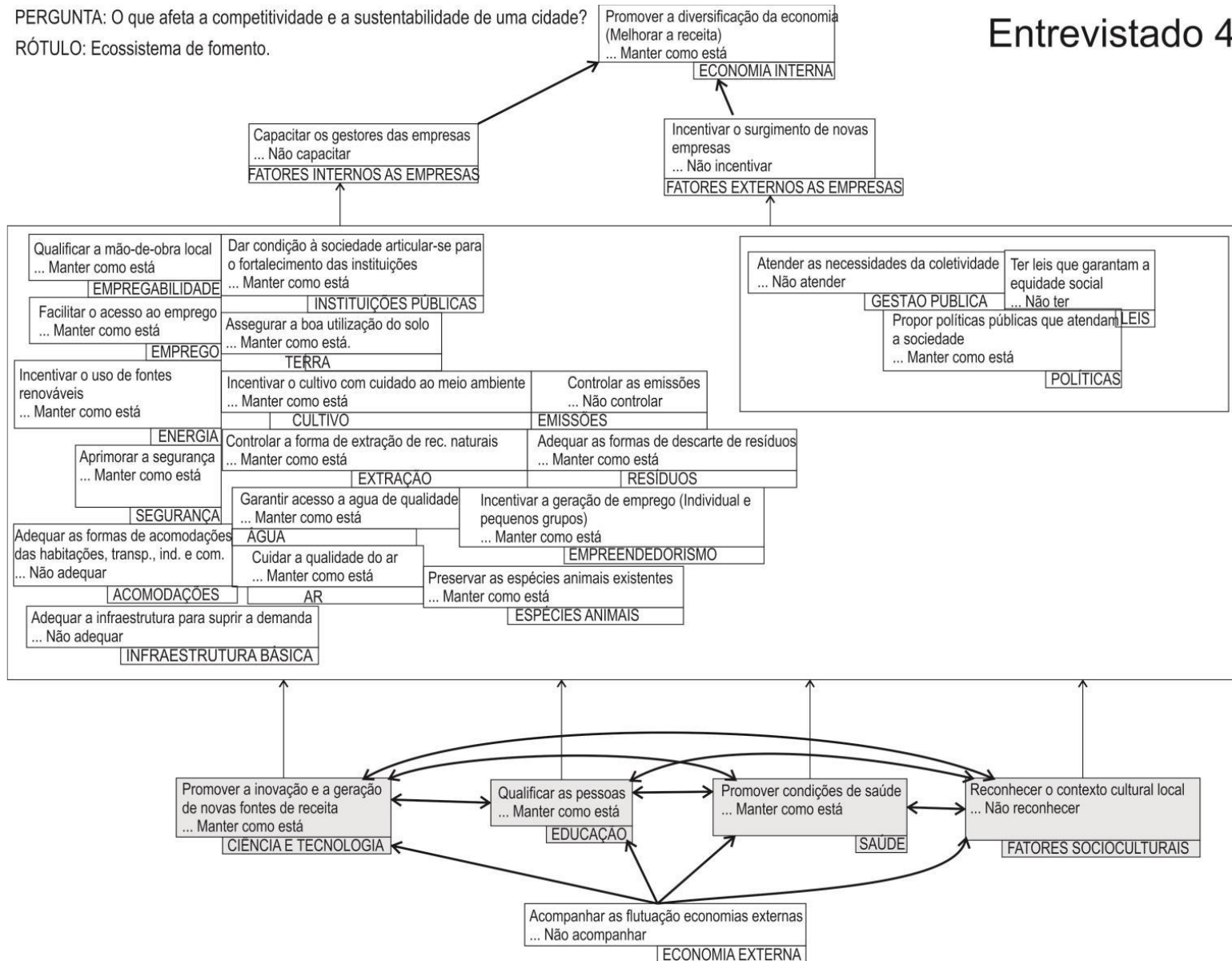
Entrevistado 3



PERGUNTA: O que afeta a competitividade e a sustentabilidade de uma cidade?

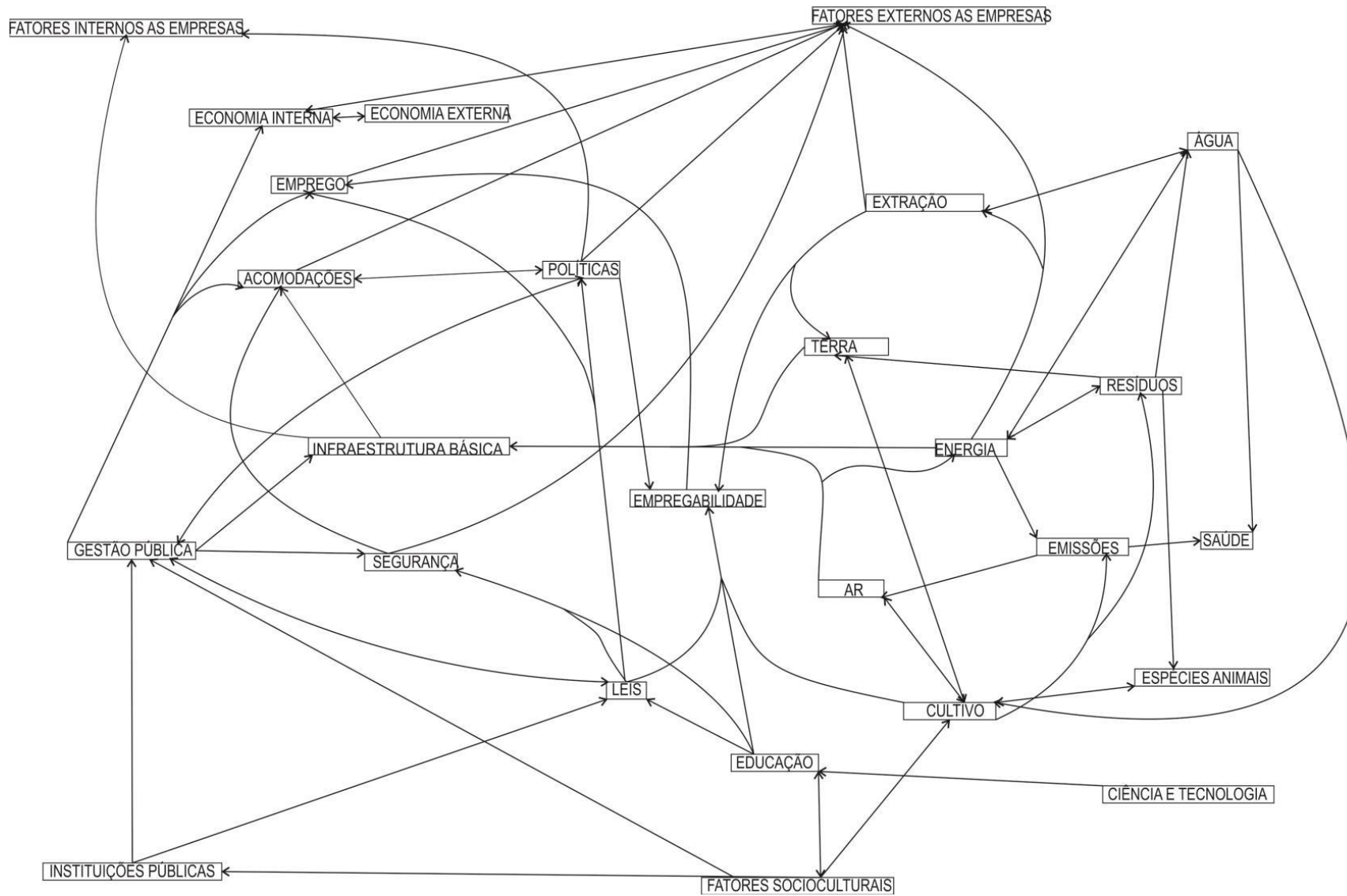
RÓTULO: Ecosistema de fomento.

Entrevistado 4



APÊNDICE H – MAPA COGNITIVO AGREGADO DOS ESPECIALISTAS

Especialistas



APÊNDICE I – MAPA COGNITIVO AGREGADO DOS ENTREVISTADOS

Mapa Agregado

